

Santander Totta Seguros

Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Relatório e Contas 2023



Relatório & Contas

2023

Santander Totta Seguros
Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Índice

Órgãos Sociais.....	5
Enquadramento Macroeconómico	6
Evolução do Setor Segurador em Portugal.....	20
Atividade da Santander Totta Seguros em 2023.....	27
Proposta de Aplicação de Resultados	49
Perspetivas e Desafios para 2024	50
Considerações Finais	51
Informações Complementares.....	52
Demonstrações Financeiras.....	53
Anexo às Demonstrações Financeiras	59
Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros	157
Certificação Legal de Contas.....	168
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	177
Relatório de Governo Societário	184

Ex.mos Senhores,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A., respeitantes ao exercício de 2023.

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral (triénio 2022-2024)

Presidente	António Maria Vieira de Castro Pinto Leite
Secretário	Cristina Isabel Cristovam Braz Vaz Serra

Conselho de Administração (triénio 2022-2024)

Presidente	Inês Oom Ferreira de Sousa ¹
Vogais	Armindo Alberto Bordalo Escalda
	Francisco del Cura Ayuso
	Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins
	Manuela Vieira Marinho
	Paulo Alexandre Timóteo Dias

Conselho Fiscal (triénio 2021-2023)

Presidente	Afonso Pereira Barbosa
Vogais	José António Nogueira Veloso
	Jorge Filipe Alves Gaspar
Suplente	José Duarte Assunção Dias

Revisor Oficial de Contas (triénio 2021-2023)

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., lda. representada por Fernando Manuel Miguel Henriques

Secretário da Sociedade (triénio 2022-2024)

Efetivo	Cristina Isabel Cristovam Braz Vaz Serra
---------	--

Comissão de Vencimentos (triénio 2022-2024)

Presidente	Manuel António Amaral Franco Preto
Vogais	Sara Eusébio da Fonseca ²
	Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

¹Apresentou renúncia em 01/02/2024

²Apresentou renúncia em 12/01/2024

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A atividade económica global, em 2023, foi dominada pelo contexto de inflação elevada e pela posterior normalização da política monetária.

Em 2022, a inflação atingiu máximos de mais de 3 décadas (acima dos 10% na zona euro e nos EUA), em resultado da combinação dos vários choques que afetaram a economia mundial, nomeadamente a pandemia e subsequentes respostas de política económica (estímulos monetários e orçamentais), posteriormente agravados pela guerra na Ucrânia, na sequência da invasão pela Federação Russa.

Para combater os riscos inflacionistas, os principais bancos centrais executaram um processo de subida das taxas de juro de referência que consubstanciou um dos ciclos monetários mais pronunciados e rápidos desde o início dos anos 1980.

Este substancial endurecimento da política monetária, combinado com os efeitos de base relacionados com a recuperação pós-pandémica e com a guerra ainda em curso, contribuiu para uma desaceleração da economia mundial, embora de forma diferenciada entre os principais blocos económicos.

Observou-se, assim, uma dinâmica diferenciada entre economias avançadas e em desenvolvimento e, mesmo dentro das primeiras, o ciclo económico evoluiu de forma diferenciada, com a zona euro a ser mais afetada pelo contexto de guerra.

Por outro lado, a atividade registou dinâmicas distintas nos dois semestres de 2023, com uma maior resiliência no decurso do primeiro semestre, beneficiando da evolução no setor dos serviços e, em particular, do turismo. A reabertura plena das economias, que ocorreu gradualmente ao longo de 2022, assim como a alteração dos padrões de consumo, em favor dos serviços, permitiu que estes retomassem a tendência pré-pandémica, assim sustentando a atividade económica global.

No segundo semestre, já foram mais visíveis os efeitos do significativo endurecimento das condições monetárias entretanto implementado pelos bancos centrais. Esses efeitos foram, também, diferenciados, com maior impacto na zona euro.

Esta evolução económica está materializada na atualização de janeiro de 2024 das estimativas do Fundo Monetário Internacional.

Apesar de, em 2023 a economia mundial ter desacelerado face a 2022 (por dissipação de efeitos da recuperação pós-pandémica), o crescimento foi mais forte do que o antecipado, com a exceção da zona euro. A economia mundial terá, assim, crescido cerca de 3,1%, abaixo da sua tendência de longo prazo, mas com uma revisão em alta de 0,1pp face ao cenário de outubro de 2023, e que foi similar para as economias avançadas e para as economias em desenvolvimento. Contudo, e como referido, houve diferenças entre as economias desenvolvidas.

Por outro lado, o processo de desinflação ocorreu mais rapidamente, com a inflação a desacelerar significativamente no segundo semestre de 2023, em reação à intervenção dos bancos centrais,

assim como à correção dos preços da energia, embora permanecendo ainda acima do objetivo de 2% definido pelos principais bancos centrais (EUA, zona euro e Reino Unido).

Crescimento Económico Mundial

	2022	2023	2024P
Mundo	3,5	3,1	3,1
Países Avançados	2,6	1,6	1,5
EUA	1,9	2,5	2,1
UEM	3,4	0,5	0,9
Reino Unido	4,3	0,5	0,6
Japão	1,0	1,9	0,9
Países em Desenvolvimento	4,1	4,1	4,1
África	4,0	3,3	3,8
Ásia	4,5	5,4	5,2
China	3,0	5,2	4,6
Europa de Leste	1,2	2,7	2,8
Médio Oriente	5,5	2,0	2,9
América Latina	4,2	2,5	1,9
Brasil	3,0	3,1	1,7

Fonte: FMI (janeiro de 2024)

Nos EUA, o PIB cresceu 2,5%, em média anual, com uma aceleração do ritmo de crescimento ao longo do ano.

O consumo privado foi o principal motor do crescimento, refletindo a normalização da atividade no pós-pandemia, com um maior consumo de serviços, em detrimento de bens não duradouros (que inclui alimentação).

A resiliência da despesa das famílias esteve muito alavancada na solidez do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a permanecer abaixo de 4%, assente em criação sustentada de emprego (em média, 255 mil novos empregos por mês), embora abaixo do ritmo de 2022. A menor pressão do lado da procura contribuiu para uma ligeira desaceleração dos salários, o que, por sua vez, contribuiu para uma diminuição das pressões inflacionistas.

Em resultado, a inflação desacelerou de forma bastante pronunciada ao longo do ano, para 3,3% em dezembro de 2023, refletindo em grande medida a evolução dos preços da energia. A inflação subjacente, que exclui alimentação e energia, desacelerou de forma mais moderada, para 4.6% em dezembro de 2023, refletindo a solidez do mercado laboral e o dinamismo do setor dos serviços.

A Reserva Federal manteve uma política monetária restritiva, elevando a taxa dos *Fed funds* para o intervalo 5.25%-5.50%, o que consubstancia uma subida total de 525pb nas taxas de juro de referência, desde que o ciclo se iniciou em março de 2022.

Na China, a atividade económica acelerou, mas a economia cresceu mais lentamente do que antes da pandemia, em “apenas” 5,2%, sendo necessário recuar ao início dos anos 1990 para observar taxas de crescimento mais baixas. A China continua afetada por uma série de problemas relacionados com o setor imobiliário, em especial residencial, com a falência de algumas entidades de relevo, que podem afetar a confiança dos agentes económicos, em especial das famílias. Por outro lado, a reorientação das cadeias globais também está a afetar o comércio internacional.

No Japão, o PIB terá crescido 1,9% em 2023, alicerçado na recuperação pós-pandémica ao nível do consumo privado, e complementado pela depreciação do iene e pelo investimento em

infraestruturas. Apesar da aceleração da inflação acima de 2%, o Banco do Japão manteve a sua política monetária expansionista.

No Reino Unido, a atividade desacelerou de forma pronunciada, com o PIB a crescer 0,5% em 2023. A dissipação dos efeitos da recuperação pós-pandémica, a elevada inflação e a resposta em termos de política monetária, com uma subida pronunciada das taxas de juro (em mais de 500pb, para 5,25%), resultaram numa recessão técnica no segundo semestre de 2023. O desemprego, contudo, manteve-se em redor de 4,0%, colocando alguma pressão sobre os salários, pelo que a inflação desacelerou, mas de forma mais moderada do que noutros países, situando-se em 4,0% no final do ano.

Na zona euro, a atividade também desacelerou de forma pronunciada, com um crescimento de 0,5% em 2023, refletindo os vários choques a que a economia esteve sujeita nos últimos anos. Apesar das diferenças entre países, com a Alemanha a ser o elo mais fraco, a zona euro, no seu conjunto, conseguiu evitar uma recessão técnica.

A região continuou a ser afetada pela guerra em curso na Ucrânia, fruto da continuação da ofensiva militar pela Rússia, apesar de ter sido capaz de substituir os fornecimentos de energia da Rússia por outras fontes. Contudo, os preços da energia foram estruturalmente mais elevados do que no passado, com impacto adverso sobre a atividade. Adicionalmente, a Alemanha foi afetada pelo fraco crescimento na China, que é um importante parceiro comercial.

Apesar da desaceleração da atividade, o mercado de trabalho permaneceu, à semelhança do que ocorre noutros países, bastante dinâmico, com uma descida da taxa de desemprego para um mínimo de 6,4%, beneficiando de um crescimento do emprego em 1,3%, em termos homólogos.

A inflação desacelerou, ao longo do ano, para 2,9% em dezembro, a um ritmo mais rápido do que o antecipado, embora permanecendo ainda acima do objetivo de 2,0% definido pelo Banco Central Europeu. Esta desaceleração decorreu, também, da descida dos preços da energia e da moderação dos preços da alimentação, mas beneficiou igualmente de medidas públicas de apoio, em alguns países (como a redução das taxas de IVA ou sua isenção para alguns bens e/ou serviços essenciais).

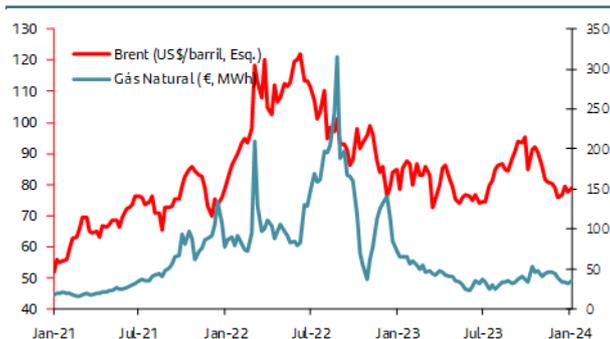
A inflação subjacente, que exclui alimentação e energia, desacelerou mais moderadamente, para 3,9%, em resultado das condições no mercado de trabalho, e dos aumentos salariais mais elevados, embora ainda sem cobrir plenamente o impacto sobre o poder de compra das famílias.

O Banco Central Europeu subiu as taxas de juro de referência em seis ocasiões, num total de 200pb em 2023 (e de 450pb desde que o ciclo se iniciou em meados de 2022), elevando a taxa de depósito para 4,0% e a taxa de refinanciamento para 4,5%.

2023	PIB	Inflação
UEM	0,5	5,4
Alemanha	-0,3	6,0
França	0,9	5,7
Espanha	2,5	3,4
Itália	0,6	5,9

Fonte: CE (fevereiro 2024)

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e
Gás Natural, em EUR por MWh



Fonte: Bloomberg

Os preços das matérias-primas, em especial energéticas, desceram ao longo do ano, apesar da continuação da guerra na Ucrânia e de, em outubro, o ataque do Hamas a Israel ter originado um novo conflito no Médio Oriente, que causou uma subida de preços, posteriormente revertida.

Os efeitos da desaceleração da atividade económica dominaram, apesar de a OPEP ter anunciado vários cortes na produção, no sentido de estabilizar os preços do petróleo.

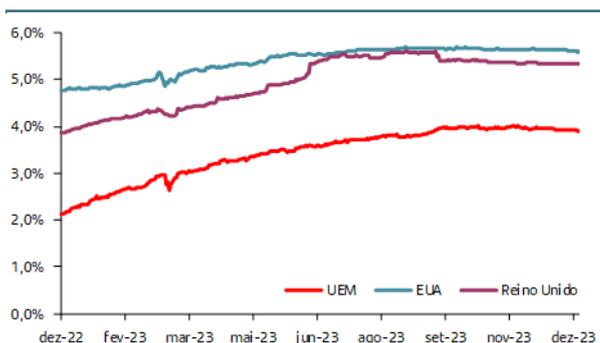
Como referido, os **bancos centrais das principais economias desenvolvidas** mantiveram uma política monetária claramente orientada para o controlo das pressões inflacionistas, tendo continuado a subir as taxas de juro, embora a um ritmo mais gradual do que no ano de 2022. Ao longo do ano, foram várias as discussões sobre a taxa terminal e o ritmo a que a ela se chegaria.

A partir do final do verão, as autoridades monetárias estabilizaram as taxas de juro, avaliando o grau de desaceleração da inflação que já se observava, de forma relativamente generalizada.

Em resultado, as taxas de juro de curto prazo acompanharam a dinâmica das taxas de juro de referência, com uma subida, mas que foi mais visível até ao verão de 2023. A partir dessa data, as taxas estabilizaram, para iniciar uma ligeira tendência descendente no final do ano, em especial nos prazos dos 6 e 12 meses.

Com efeito, uma vez concluído o ciclo de subida de taxas de juro, o consenso de mercado começou a antecipar quando se iniciaria o novo ciclo de descida, mas com os bancos centrais a reafirmarem a sua mensagem de que a fase seguinte do ciclo de política monetária ocorrerá apenas com a confirmação de que a inflação efetivamente convergiu para o objetivo de 2,0%.

Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

Estas expectativas, de reversão da política monetária, foram mais visíveis sobre a evolução das **taxas de juro de longo prazo**, que começaram a descer a partir de outubro, assim revertendo a tendência observada durante a maior parte do ano.

Em março de 2023, as yields subiram, principalmente devido ao foco de instabilidade associado à falência de vários bancos regionais nos EUA, a que se seguiu a venda do Credit Suisse à UBS.

A rápida subida das taxas de juro pelos bancos centrais, em especial nos EUA, traduziu-se num conjunto de perturbações em várias instituições bancárias, que tinham descurado a adequada gestão de riscos, nomeadamente a gestão de ativos e passivos (ao terem o seu balanço exposto a ativos de taxa fixa num contexto de subida de taxas) e a gestão de liquidez (ao financiarem o ativo, com maturidades longas, através de depósitos voláteis). Em resultado, nos EUA, ocorreram três intervenções em bancos de grande dimensão: Silicon Valley Bank, Signature Bank e, já em maio, o First Republic Bank, que estava a sofrer uma saída desordenada de depósitos.

Igualmente no final de março, os problemas que há muitos anos afetavam o Credit Suisse conduziram à intervenção das autoridades suíças e à venda do banco à UBS. O facto de os detentores de AT1 (*Additional Tier 1*) terem visto o *write-down* permanente das suas exposições (uma especificidade do regime de resolução bancária na Suíça) afetou os mercados *wholesale*, com o seu virtual encerramento durante cerca de duas semanas, sem emissões de dívida, colateralizada ou não, por parte das instituições financeiras europeias.

A partir de meados de abril assistiu-se à progressiva normalização das condições de mercado e, nos EUA, a rápida intervenção das autoridades, permitiu igualmente estabilizar os depósitos nos bancos regionais e locais, que tinham sido os mais afetados.

Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

Nos meses seguintes, as taxas de juro subiram, num contexto de inflação ainda elevada, embora em desaceleração, a que, nos EUA, se juntou a discussão sobre a elevação do limite da dívida pública, e os riscos de, na ausência de acordo, os EUA entrarem em incumprimento e conduzir ao encerramento dos serviços não essenciais do Governo federal. O Congresso adiou o problema, mas muito influenciado pelo calendário eleitoral de 2024.

A mais rápida desaceleração da inflação, nos últimos meses de 2023, permitiu uma descida das *yields*.

Os desenvolvimentos de março não tiveram outro tipo de efeitos de contágio sobre os mercados (como seria o alargamento de *spreads* entre o *core* e a periferia da zona euro, por exemplo).

Com efeito, a evolução dos **diferenciais de taxas de juro soberanas** caracterizou-se por uma relativa estabilidade, num intervalo de flutuação relativamente limitado, durante o primeiro semestre de 2023, que deu lugar, na segunda metade do ano, a um estreitamento dos *spreads* para os países ditos “periféricos” da zona euro: o *spread* da dívida italiana a 10 anos face à Alemanha reduziu-se em 45pb e o da dívida espanhola, para o mesmo prazo, em 12pb.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)

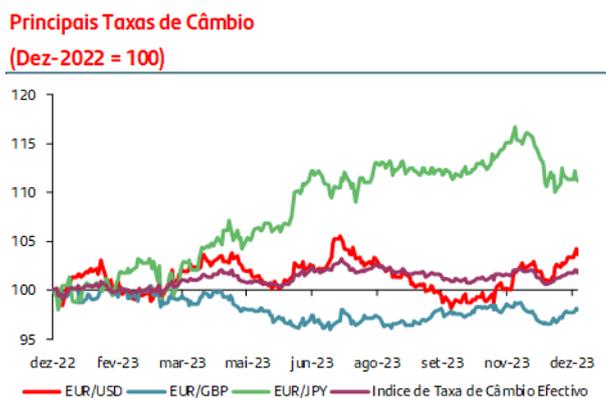


Fonte: Bloomberg

Em Portugal, a taxa de rendibilidade a 10 anos desceu ao longo do ano de 2023, num movimento mais pronunciado no último trimestre. A *yield* desceu 81pb, para 2.79% no final do ano, traduzindo-se numa redução de 28bp no *spread* face à Alemanha, para 75pb. Igualmente relevante foi a diferenciação entre a dívida pública portuguesa e a espanhola, com o *spread* entre ambas a ampliar-se em 17pb, a favor de Portugal, para o que muito contribuíram os sucessivos upgrades da

notação de risco da República Portuguesa registados em 2023, pelas agências DBRS, Fitch e Moody's.

No mercado cambial, observou-se uma trajetória de apreciação do euro face à generalidade das dívidas, como evidenciado pela apreciação da taxa de câmbio efetiva (que agrega as divisas dos principais parceiros comerciais da zona euro) em 1,7%, ainda que esse movimento não tenha sido uniforme ao longo do ano. No final do ano, o euro cotava a 1,11 face ao dólar norte-americano (+3,6%), a 87p face à libra esterlina (uma depreciação do euro em 2,1%) e a 156,3 ienes por euro (uma apreciação de 11,1%).



Fonte: BCE

Na comparação com o dólar norte-americano, a libra esterlina, apesar da apreciação face ao dólar em 2023 (para 79p), permanece em níveis historicamente baixos. O iene japonês, por seu lado, após uma recuperação no início do ano, retomou os mínimos de 1990, terminando o ano nos 141 ienes por dólar.

Os mercados acionistas tiveram um ano muito favorável, alimentados pelos bons resultados de empresas e pelas expectativas de descida das taxas de juro, que começaram a ganhar relevância no último trimestre do ano.

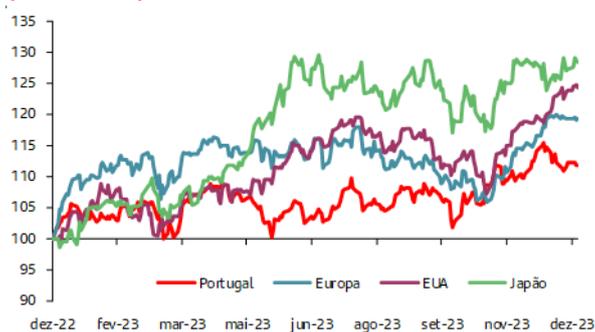
Em máximos históricos absolutos terminaram os índices norte-americano (S&P500), com uma valorização de 24%, e o britânico (FTSE), apesar de um crescimento muito moderado (3,8%) do que os demais índices.

Em máximos de décadas, destacam-se o índice japonês **Nikkei** que, com uma valorização de 28%, atingiu um máximo de 1990, e o índice pan-europeu **Eurostoxx50**, que valorizou 19%, para os máximos desde 2000.

A dinâmica de valorização registou momentos de reversão temporária, em março, quando da resolução de vários bancos nos EUA, e no final do verão, com a discussão sobre o teto da dívida nos EUA.

Mercados Acionistas

(Dez-22 = 100)



Fonte: Bloomberg

Em **Portugal**, o índice **PSI** registou uma valorização mais moderada, de 12%, para o nível mais elevado desde 2014. Os contributos positivos dos setores da banca, construção e retalho foram parcialmente anulados pelo comportamento da energia.

O **ouro** valorizou de forma consistente, terminando o ano de 2023 acima dos 2 mil dólares por onça, surgindo como um ativo de refúgio num momento em que as pressões inflacionistas revelavam sinais de moderação.

Economia Portuguesa

O PIB cresceu 2,3% em 2023, beneficiando de uma recuperação no final do ano, pois o crescimento nos segundo e terceiro trimestres do ano tinha sido virtualmente nulo.

O PIB beneficiou, no 1º trimestre, de efeitos de “carry” relacionados com a recuperação pós-pandémica e, no final do ano, das medidas de apoio ao rendimento das famílias implementadas durante o ano (atualizações de salários na função pública e de pensões, por exemplo), que suportaram o consumo privado.

Contudo, o ritmo de crescimento em cadeia foi relativamente volátil ao longo do ano, com uma virtual estagnação da atividade nos segundo e terceiro trimestres, refletindo os efeitos dos vários choques, em especial da subida das taxas de juro.

De realçar que no 4.º trimestre de 2023 a economia cresceu 0,8% em cadeia (2,2% em termos homólogos), apoiada no consumo privado, assim como no investimento, enquanto as exportações líquidas tiveram um ligeiro contributo negativo para a evolução trimestral.

No conjunto do ano, todas as componentes da despesa contribuíram positivamente para o crescimento, ao nível da procura interna assim como da procura externa.

Dados Macroeconómicos

	2021	2022	2023
PIB	5,7	6,8	2,3
Consumo Privado	4,7	5,6	1,6
Consumo Público	4,5	1,4	1,2
Investimento	11,4	3,5	0,8
Exportações	12,3	17,4	4,2
Importações	12,2	11,1	2,2
Inflação média	1,3	7,8	4,3
Desemprego	6,7	6,2	6,5
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,9	-0,3	0,9
Dívida pública (% do PIB)	124,5	112,4	98,7
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,0	-0,2	2,7

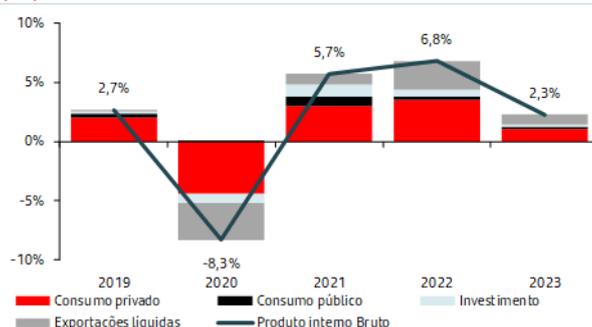
Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdPe Estudos Santander Portugal

A **procura interna** contribuiu com 1,4pp para o crescimento, especialmente concentrado no consumo privado, fruto do comportamento do mercado laboral. O consumo público cresceu moderadamente, uma vez dissipado o efeito dos gastos relacionados com a pandemia.

O **consumo privado** cresceu 1,6% em 2023, uma forte desaceleração face aos 5,6% observados em 2022, muito influenciado pelo impacto da elevada inflação (4.3%) e da pronunciada subida das taxas de juro sobre os orçamentos familiares. Apenas a despesa em bens duradouros cresceu de forma mais visível (+7,1%), com a despesa em bens não duradouros e serviços a crescer apenas 1,1% (1,2% ao nível dos bens alimentares).

Foi visível uma alteração do cabaz de consumo das famílias, com a procura de bens mais baratos, seja pelo consumo de proteínas mais baratas, seja pela diversificação para marcas brancas.

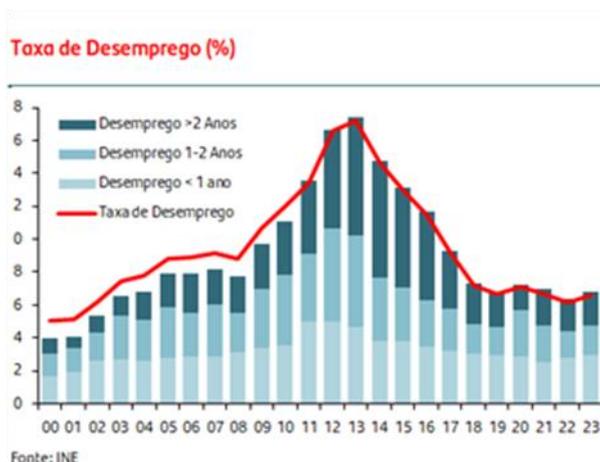
Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)



Fonte: INE

Este ajustamento ao nível da despesa das famílias ocorreu apesar de o mercado de trabalho se ter mantido dinâmico, com crescimento da população ativa que, na sua maioria, encontrou emprego.

Houve um ligeiro aumento do desemprego, mas a taxa de desemprego permaneceu abaixo de 7% (em 6,5%), em 2023, continuando a refletir uma economia a operar em pleno emprego. Os inquéritos às empresas continuaram a reportar a escassez de mão-de-obra como uma das principais restrições à atividade. Em 2023, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador aumentou 6,6% face a 2022, ou seja, um aumento real de 2,3%.



Fonte: INE

Embora ainda com um valor elevado, o ritmo de crescimento dos preços no consumidor desacelerou, em especial no segundo semestre do ano, situando-se em 4,3% em média anual (que compara com 7,8% em 2022). A taxa de variação homóloga, em dezembro de 2023, foi de 1,4% (9,6% no período homólogo). A desaceleração refletiu, por um lado, a descida dos preços da energia e, por outro, as medidas de apoio, com destaque para o "IVA zero", que abrangeu um cabaz de 46 produtos alimentares básicos (e que terminou no final de 2023). Em dezembro, os preços dos bens caíam 0,3% face ao período homólogo.

À semelhança do que se verificou na zona euro, a inflação subjacente desacelerou mais lentamente, situando-se em 2,6% (face ao pico de 7,3% observado em dezembro de 2022), refletindo a evolução dos preços dos serviços, que a dezembro de 2023 cresceram 4,1%.

Em 2023, as famílias utilizaram o stock de poupança acumulado durante o período da pandemia - refletido no crescimento dos depósitos junto do setor bancário até ao final de 2022 - para fazer face

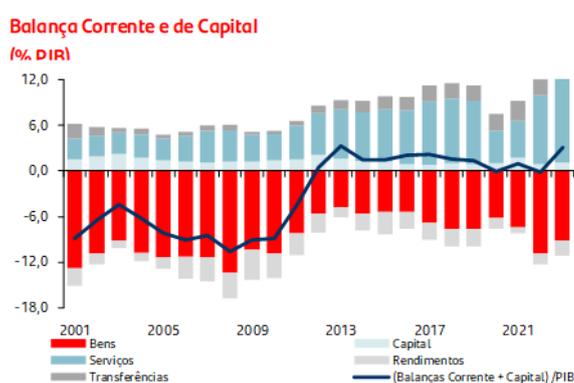
aos encargos mais elevados, seja pela inflação, seja pelo maior serviço da dívida, mas também para reduzir o endividamento.

O investimento desacelerou fortemente, com um crescimento de apenas 0,8% em 2023. A formação bruta de capital fixo cresceu 2,4%, com um maior gasto em equipamentos de transporte, mas em grande medida anulado por uma contração do investimento em construção. Por outro lado, houve uma redução de stocks, face à maior acumulação observada em 2021 e 2022, tendo um contributo negativo para o investimento total (-1,6pp).

O menor dinamismo da atividade de construção esteve patente na relativa estabilização do número de fogos construídos (que permanece em níveis historicamente baixos, em redor de 20 mil novos fogos), assim como na lenta execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujos pagamentos (a meados de fevereiro de 2024) representavam 17% do envelope financeiro total (que, por sua vez, foi ampliado para 22,2 mil milhões de euros, um acréscimo de 5,6 mil milhões face ao valor inicial). A forte subida dos custos de construção (+3,9% em 2023, mas com um crescimento acumulado de 27% desde 2019) é um fator explicativo relevante para o baixo ritmo de atividade no setor.

As exportações de bens e serviços cresceram 4,2% em 2023, em forte desaceleração face aos 17,4% registados no ano anterior. Esta evolução foi especialmente explicada pela dinâmica das exportações de bens, que praticamente estagnaram (+1,1%), refletindo a desaceleração na Europa e, em especial, do setor industrial na Alemanha. As exportações de serviços cresceram 10,6%, um ritmo muito expressivo, considerando o crescimento de 41% do ano anterior, com a normalização da atividade de turismo no pós-pandemia.

As **importações** praticamente estagnaram, com um crescimento de 2,2%, em linha com a desaceleração quer da procura interna, quer das exportações.

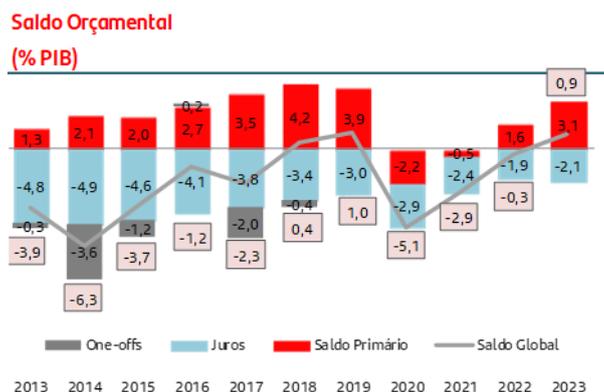


O crescimento das exportações, conjugado com a descida dos preços da energia e das matérias-primas, tiveram um importante contributo para a recuperação do saldo da **balança de bens**, cujo défice se reduziu para 9,3% do PIB (+1,5pp face a 2022). Por seu lado, a melhoria da atividade de turismo permitiu uma clara recuperação do saldo da **balança de serviços**, cujo excedente aumentou em 1,5pp, para 10,5% do PIB.

A **balança de capital**, que reflete sobretudo os fundos europeus, aumentou o excedente para 1,4% do PIB, por novas transferências no quadro do PRR. Por seu lado, a **balança de rendimentos** agravou o défice, por maior pagamento de rendimentos de investimento ao exterior.

Em resultado, o **saldo da balança corrente e de capital** registou um excedente de cerca de 2,7% do PIB, que é o mais elevado desde 2013.

A recuperação da capacidade de financiamento da economia beneficiou muito da evolução das **finanças públicas**, com as Administrações Públicas a registarem um excedente orçamental de 0,9% do PIB.

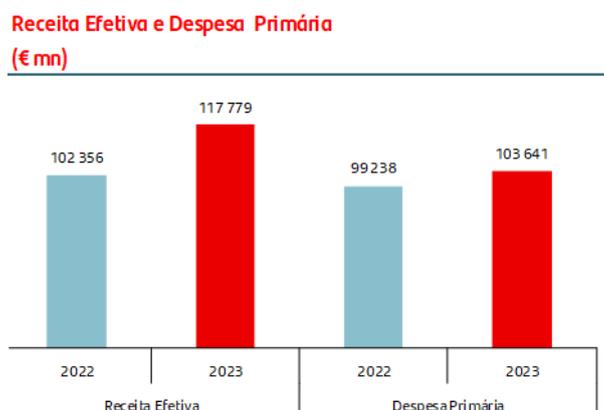


Fonte: Ministério das Finanças

A ainda elevada inflação, conjugada com o crescimento da atividade económica, os aumentos salariais e o crescimento do emprego, permitiu um significativo crescimento da receita fiscal (+11.8%).

Ao nível dos impostos diretos, a receita de IRC cresceu 22,3% e a de IRS 13,6%. Ao nível dos impostos indiretos, destaque para o crescimento da receita de ISP (+14.8%) e do IVA (+10,0% face a 2022, apesar do IVA zero sobre um cabaz de bens alimentares).

A despesa primária cresceu claramente abaixo da receita efetiva (+4,4% vs 15,1%), com o crescimento da despesa com pessoal (+7,5%) e do serviço com a dívida (+3,6%) a ser compensado por menores subsídios (-2,3%) e o controlo das transferências (+0,9%).



Fonte: Ministério das Finanças

No quadro do plano de financiamento do Tesouro, em 2023, no primeiro semestre do ano, continuou a observar-se uma forte subscrição líquida de Certificados de Aforro, no montante de 13 mil milhões de euros, que levou o Tesouro a criar uma nova série, com uma taxa de remuneração mais baixa (a taxa máxima passou de 3,5% para 2,5%). Em resultado, as subscrições líquidas reduziram-se significativamente, também com o aumento da taxa de remuneração dos depósitos. Por aquele motivo, o Tesouro alterou o seu plano de financiamento em 2023, com menores emissões de Bilhetes do Tesouro, assim como de Obrigações do Tesouro.

Por este motivo, o Tesouro alterou o seu plano de financiamento, com menores emissões de bilhetes do Tesouro, assim como de Obrigações do Tesouro. A alteração da remuneração é explicada, também, pelas implicações a médio prazo sobre a estrutura de financiamento do Tesouro, com um peso excessivo do retalho em detrimento do financiamento institucional – os Certificados de Aforro são mobilizáveis ao fim de 3 meses, sem qualquer pré-aviso, além de que a taxa de 3,5% se situava em linha ou mesmo acima da *yield* a 10 anos.

Fruto do maior peso dos Certificados de Aforro, o custo do financiamento executado em 2023 aumentou para 3,5%, enquanto a maturidade média da dívida pública baixou ligeiramente, para 7,2 anos.

Em resultado do maior crescimento nominal do PIB, por um lado, e da recompra de dívida, no final do ano, o rácio de dívida pública reduziu-se para 98,7% do PIB (-13,7pp face ao final de 2022), o nível mais baixo desde 2009.

O **rácio global de endividamento** da economia portuguesa situou-se, a dezembro de 2023, em 267% do PIB (-30pp face ao final de 2022), com o setor das sociedades não financeiras privadas a situar-se nos 112% (-10pp) e as famílias nos 56% do PIB (-6pp), claramente abaixo dos níveis observados no período anterior ao programa de ajustamento económico-financeiro de 2011-14.

A resiliência da economia e a boa execução orçamental permitiram novas melhorias na notação de risco da República atribuída pelas agências, em um *notch*, para A, pela DBRS, A-, pela Fitch, e A- pela S&P (já em 2024) e em dois *notches*, para A3, pela Moody's.

O **setor bancário português** foi claramente influenciado pelo contexto de taxas de juro mais elevadas, tanto ao nível do crédito como dos depósitos.

O saldo global de crédito baixou, em 2023, com menor produção de crédito e um ritmo relativamente elevado de amortizações, com famílias e empresas a utilizarem a sua base de depósitos para o efeito, assim mitigando os impactos da subida das taxas de juro. O crédito ao setor privado baixou 1,6%, fruto de uma redução de 1,4% no crédito à habitação e de 2,6% no crédito a empresas.

Ao nível dos recursos de clientes, os depósitos reduziram-se em 2,5%, em 2023. Ao nível dos particulares, os depósitos baixaram 1,5%, embora com alguma transferência para depósitos a prazo, à medida que as taxas de remuneração foram aumentando. Também aumentaram as aplicações em recursos fora de balanço, em particular em fundos de investimento mobiliário. Os depósitos de empresas baixaram em 4,6%.

Apesar do contexto de rápida e pronunciada subida das taxas de juro observada desde meados de 2022, e do facto de os créditos serem maioritariamente a taxa variável, a qualidade creditícia não

se deteriorou, com o rácio de *Non-Performing Loans* do sistema a situar-se em 2,9% no final do terceiro trimestre (-0,1pp face ao final de 2022), com uma cobertura por imparidades de 56,3%.

Em termos de rendibilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2022 (+0,6pp, para 1,3%), enquanto a rendibilidade dos capitais próprios aumentou para um máximo de 14,6% (+5,9pp face ao final de 2022).

Evolução do Setor Segurador em Portugal

De acordo com os dados publicados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) relativos aos Prémios de Seguro Direto, no ano de 2023, o volume da produção em Portugal foi de 11,8 mil milhões de euros, refletindo um decréscimo de 1,9% face ao ano transato. Por outro lado, verifica-se uma alteração na composição, com o decréscimo do Ramo Vida que passa de um peso no total da produção de cerca de metade em 2022 para 43,6% em 2023.

Produção de Seguro Direto em Portugal por Ramos

(em milhões de euros)	2020	2021	2022	2023	Δ
Vida	4 585	7 728	6 021	5 159	-14,3%
<i>Peso de Vida no total da produção do mercado</i>	<i>46,1%</i>	<i>57,9%</i>	<i>49,9%</i>	<i>43,6%</i>	
Seguro de Vida	2 675	3 016	2 888	3 712	+28,5%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	1 910	4 711	3 133	1 445	-53,9%
Operações de Capitalização	0	1	0	2	
Não Vida	5 366	5 622	6 035	6 664	+10,4%
<i>Peso de Não Vida no total da produção do mercado</i>	<i>53,9%</i>	<i>42,1%</i>	<i>50,1%</i>	<i>56,4%</i>	
Acidentes e Doença	2 028	2 184	2 387	2 700	+13,1%
Acidentes de trabalho	905	965	1 027	1 141	+11,0%
Doença	951	1 034	1 156	1 350	+16,7%
Acidentes (outros)	172	185	204	209	+2,8%
Incêndio e Outros Danos	946	1 000	1 072	1 185	+10,5%
Automóvel	1 873	1 894	1 984	2 150	+8,4%
Marítimo e Transportes	25	28	31	30	-0,3%
Aéreo	10	10	11	9	-19,9%
Mercadorias Transportadas	19	20	22	20	-9,0%
Responsabilidade Civil Geral	148	164	182	197	+8,3%
Diversos	315	321	347	373	+7,4%
Total	9 951	13 350	12 056	11 823	-1,9%

Fonte: ASF – Relatório de Evolução da Atividade Seguradora Quarto Trimestre 2023

No segmento Vida, e mantendo a evolução verificada no ano anterior, observou-se uma redução na produção em 2023 (-14,3%) em relação ao ano anterior (-22,1% em 2022 face a 2021), totalizando 5,16 mil milhões de euros em prémios emitidos. Esta tendência continua a resultar, essencialmente, da redução da produção de produtos ligados a fundos de investimento, com -53,9% face a 2022. Contribuiu para este desempenho, a inflação e consequente aumento das taxas de juro, que impôs uma enorme pressão orçamental sobre as famílias endividadas, obrigando muitas delas a recorrer a poupanças acumuladas, nomeadamente em produtos de seguros, para fazer face aos seus compromissos com empréstimos contraídos e obtenção de liquidez adicional;

resultou ainda da procura por alternativas de poupança e investimento com taxas de remuneração mais atrativas. Sobre este contexto, o Estado, no âmbito de políticas não convencionais de apoio às famílias, veio ainda estimular o consumo dessas poupanças, criando um regime extraordinário para resgates de PPRs sem penalizações (Lei n.º 19/2022, de 21 de outubro). Este comportamento explica o substancial aumento dos montantes pagos pelas seguradoras ao abrigo dos contratos do ramo Vida, em particular nos PPR, PPE e PPR/E com 35% de aumento relativamente ao período homólogo, e especialmente dos montantes pagos por resgates com um aumento de 51,5% relativamente a 2022.

Montantes Pagos de Seguro Direto em Portugal – Ramo Vida

(em milhões de euros)	2021	2022	Δ	2023	Δ
PPR, PPE, PPR/E	2 837	2 419	-14,7%	3 266	+35,0%
Outros Financeiros - Ligados	2 004	1 485	-25,9%	1 436	-3,3%
Outros Financeiros - Não Ligados	2 893	2 013	-30,4%	2 056	+2,1%
Vida Risco, Rendas ou Mistos	539	481	-10,7%	455	-5,4%
Total Vida	8 273	6 399	-22,7%	7 213	+12,7%

Fonte: ASF – Montantes Pagos do Ramo Vida

Dos quais Resgates:

(em milhões de euros)	2021	2022	Δ	2023	Δ
PPR, PPE, PPR/E	880	802	-8,8%	1 215	+51,5%
Vida Ligados	631	1 049	+66,1%	1 076	+2,6%
Vida Não Ligados	1 250	963	-23,0%	1 272	+32,2%
Operações de Capitalização	0	5	-	2	-54,5%
Total Vida	2 762	2 818	+2,0%	3 565	+26,5%

Fonte: ASF – Resgates do Ramo Vida

O segmento Não Vida, manteve a tendência positiva observada nos últimos anos, registando um aumento de 10,4% (acima dos 600 milhões de euros), sendo esse crescimento verificado em todas as linhas de negócio, com aumentos superiores à inflação, à exceção dos seguros Aéreo, Marítimo e Transportes e de Mercadorias Transportadas.

A produção do ramo Doença continua a destacar-se com uma produção a rondar os 1,35 mil milhões de euros, representando um crescimento de 16,7% face a 2022. Este ramo tem beneficiado da contínua deterioração do SNS e da introdução do seguro de saúde como uma opção de benefício aos colaboradores no âmbito das políticas de remuneração das empresas. Em relação às restantes linhas de negócio, de salientar os crescimentos homólogos de outros segmentos com elevado peso no mercado: Acidentes de Trabalho (11,0%); Incêndio e Outros Danos (10,5%); e Automóvel (8,4%).

Por outro lado, em 2023 os montantes pagos para o total dos ramos Não Vida cresceram 11%, uma evolução consistente com o aumento da sinistralidade e da inflação. Com o maior contributo absoluto para esta evolução estão os ramos de Acidente e Doença (+10,2%) por acrescida utilização dos serviços de saúde privados; Incêndio e Outros Danos (+22,3%) cujo crescimento dos custos, além da inflação, resultou das inundações e tempestades que fustigaram algumas zonas do país no final de 2022 (cujas indemnizações acabaram pagas já no início de 2023) e; Automóvel (+7,9%) fundamentalmente explicado pelo aumento do custo médio por sinistro.

Montantes Pagos de Seguro Direto em Portugal – Ramo Não Vida

(em milhões de euros)	2021	2022	Δ	2023	Δ
Acidentes e Doença	1 352	1 474	+9,0%	1 624	+10,2%
Acidentes de trabalho	578	631	+9,1%	641	+1,6%
Doença	734	794	+8,2%	936	+18,0%
Acidentes (outros)	40	50	+24,0%	47	-5,7%
Incêndio e Outros Danos	467	455	-2,6%	556	+22,3%
Automóvel	1 155	1 306	+13,0%	1 409	+7,9%
Marítimo e Transportes	13	14	+5,4%	15	+5,8%
Aéreo	0	0	-27,7%	1	+214%
Mercadorias Transportadas	7	10	+51,9%	7	-34,6%
Responsabilidade Civil Geral	55	55	+0,1%	44	-20,7%
Diversos	47	54	+14,7%	83	+51,8%
Total Não Vida	3 097	3 369	+8,8%	3 738	+11,0%

Fonte: ASF – Montantes Pagos do Ramo Não Vida

Observando a produção Vida, publicada pela Associação Portuguesa de Seguradores, detalhada entre seguros de Vida-Risco e seguros financeiros (*unit-linked* e não *unit-linked*), destaca-se o crescimento dos Seguros não *unit-linked* em 47,1% face a 2022, o que totaliza 2,6 mil milhões de euros em produção. A suportar o decréscimo global do segmento Vida, encontram-se os produtos financeiros *unit-linked* (-54,5%), pelas razões anteriormente explicadas decorrentes da inflação e aumento das taxas de juro.

Produção de Seguro Direto em Portugal por Produto

(em milhões de euros)	2020	2021	2022	2023
Risco Vida	994	1 028	1 042	1 051
Varição YOY	+1,1%	+3,4%	+1,4%	+0,8%
Seguros não <i>unit-linked</i>	1 616	1 968	1 772	2 606
Varição YOY	-61,9%	+21,7%	-9,9%	+47,1%
Seguros <i>unit-linked</i>	1 910	4 664	3 129	1 424
Varição YOY	+12,0%	+144,2%	-32,9%	-54,5%
Total	4 520	7 660	5 943	5 081
Varição YOY	-34,8%	69,5%	-22,4%	-14,5%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

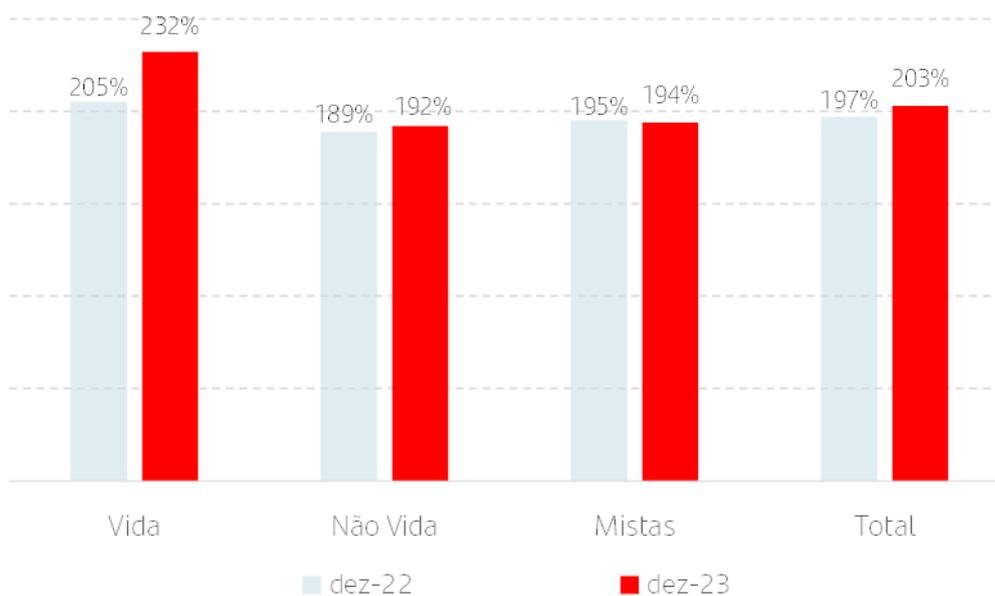
Segundo dados da ASF, o Grupo Santander Totta mantém o 5º lugar no ranking de Produção de Seguro Direto do Mercado - Atividade em Portugal e Estrangeiro Vida com uma quota de 5,6% (+1,3pp face a 2022), sendo que no segmento de Vida sobe para o 3º lugar do ranking com uma produção acumulada em 2023 de 535,7 milhões de euros e uma quota de 10,4% (417,4 milhões de euros de produção e 6,9% de quota em 2022).

No final de 2023, o valor das Carteiras de Investimento das empresas de seguros totalizou 50,4 mil milhões de euros, observando-se uma ligeira redução de 0,7% relativamente ao ano anterior essencialmente resultante do decréscimo do valor das obrigações de dívida pública (-2,9%). Os instrumentos de dívida predominam na composição da carteira de Investimento com um peso de 62% face ao total dos ativos, com as Obrigações de dívida pública a atingirem 18,6 mil milhões de euros e as Obrigações de entidades privadas a totalizarem 12,8 mil milhões de euros. Os Fundos de investimento representam 21,3% da carteira (20,2% em 2022), com um total de 10,7 mil milhões de euros.

O volume de Provisões Técnicas atingiu os 42,55 mil milhões de euros, tendo sido observado um ligeiro decréscimo de 1,9% face ao final de 2022. As Provisões Técnicas afetas a seguros PPR totalizaram cerca de 13,3 mil milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 7,6% em relação ao período homólogo.

O rácio de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) total situou-se nos 203%, representando um aumento de 6 pontos percentuais face ao período homólogo. Com a mesma tendência, o ramo Vida totalizou 232%, equivalente a um aumento de 27 pontos percentuais face a 2022.

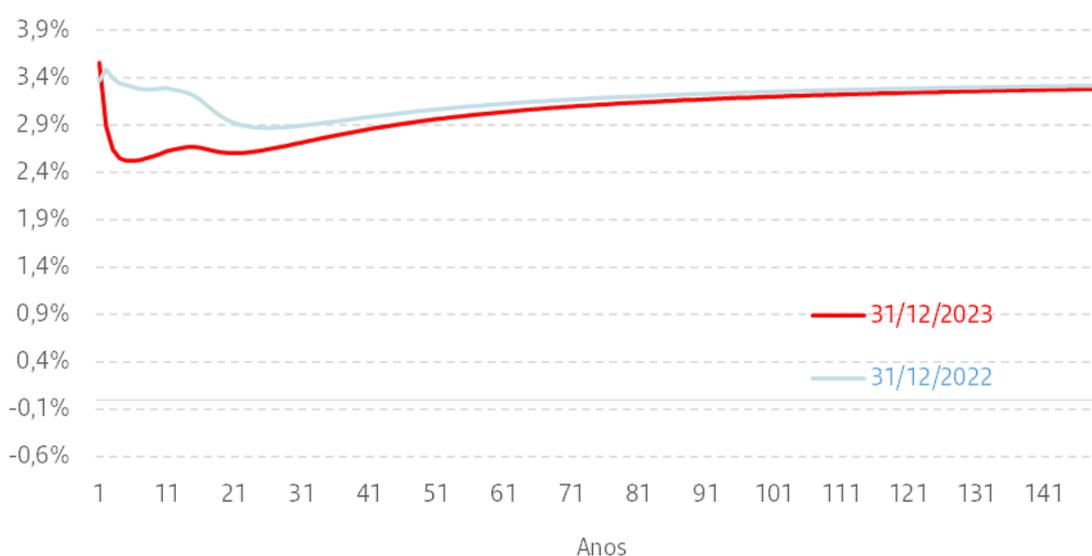
Evolução do rácio de cobertura do SCR por Fundos Próprio do mercado



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)

A destacar a redução verificada na estrutura temporal de taxas de juro sem risco (RFR) com ajustamento de volatilidade, quando comparado com 31 de dezembro de 2022, conforme ilustrado no gráfico seguinte.

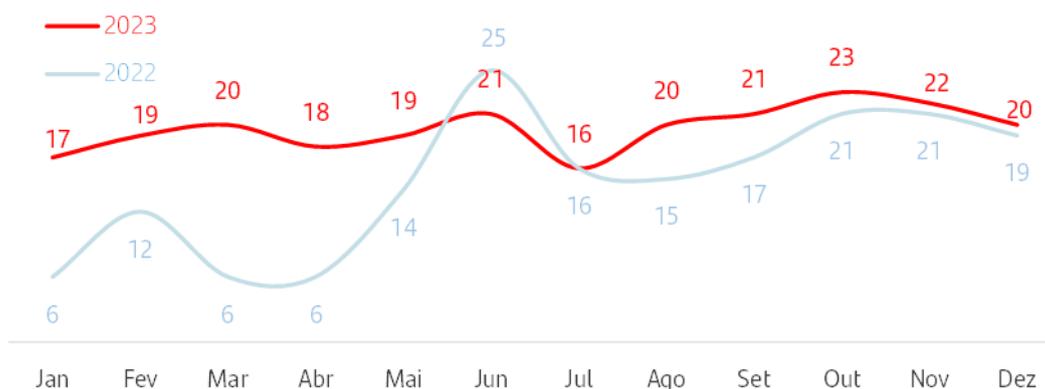
Evolução da Taxa de Juro sem Risco com Ajustamento de Volatilidade



Fonte: Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA)

O ajuste de volatilidade de 2023 manteve-se mais estável do que no ano anterior (no qual se tinham registado valores muito voláteis, nomeadamente no primeiro semestre), denotando um ligeiro aumento no segundo semestre.

Evolução do Ajustamento de Volatilidade



Fonte: Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA)

No que toca a temas regulatórios com impacto em 2023, a implementação da norma contabilística IFRS 17 com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2023, e que substituiu a IFRS 4 no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das responsabilidades com contratos de seguro, foi um processo complexo e moroso, que implicou alterações profundas nos sistemas de informação contabilísticos e impactos relevantes nos processos e em outros sistemas de informação, quer a montante, quer a jusante. Não obstante, o objetivo da norma ser a de trazer aos investidores e outros stakeholders uma maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas de seguros, dada a profundidade das alterações, esperam-se também desafios na interpretação e comparação dos novos Key Performance Indicators (KPI's), dado o atual nível de maturidade.

Em 2023, através da Lei do Orçamento do Estado para 2024 n.º 82-A/2023 de 29 de dezembro de 2023, o parlamento alterou o regime do direito ao esquecimento previsto na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro. O Governo define o prazo de 30.06.2024, identificando também os responsáveis pela celebração do “acordo nacional relativo ao acesso ao crédito e a contratos de seguros”, estabelecendo ainda a possibilidade de a ASF regulamentar outros assuntos. Esta alteração pretende ultrapassar algumas das dúvidas e questões que existem, não endereçando, todavia, o tema que mais dificuldades origina, que diz respeito às situações de mitigação de risco agravado de saúde.

A Retail Investment Strategy (RIS) é uma iniciativa europeia que tem como objetivo o reforço da proteção dos investidores de retalho, abrangendo os produtos de investimento cobertos pela MiFID 2 e pela Diretiva da Distribuição de Seguros, e assentando em 5 pilares fundamentais: (i) proibição de incentivos (ban on inducements) que de acordo com a última evolução só será aplicada aos produtos de investimento em que a venda é feita sem aconselhamento (execution-only sales); (ii) value for money; (iii) plano pessoal de investimento; (iv) divulgações; e (v) novo modelo de aconselhamento.

O setor financeiro e dos seguros continua a avaliar todos os impactos e alterações que resultarão deste novo regime, sendo certo esperarem-se ajustamentos ao nível dos modelos de negócio com implicações diretas nos vários intervenientes (distribuidores e produtores).

Seguir-se-á a aprovação, publicação e entrada em vigor da Diretiva, devendo as alterações ser implementadas pelos Estados-Membros no prazo de 12 meses e ser aplicáveis após 18 meses.

O ano de 2024 será, uma vez mais, um ano de muitos desafios para a gestão do setor segurador, dando continuidade a práticas que permitam torná-lo mais rigoroso e transparente, quer na resposta ao supervisor, quer na prestação de informação a clientes e ao público em geral.

Num mundo globalizado, cada vez mais digital e em tensão geopolítica, é cada vez mais crítico que as empresas reforcem os seus sistemas de cibersegurança, adotando práticas defensivas e redundantes de modo a proteger o seu negócio e garantir a confiança junto dos seus clientes.

No que respeita ao desafio da sustentabilidade, as seguradoras deverão ser chamadas a ter um papel cada vez mais ativo e relevante na sustentabilidade económica, social e ambiental. É esperado que, não só adotem as melhores práticas, como também sejam um motor de transformação e vejam na sustentabilidade uma oportunidade adicional de transformação.

Por último, a gestão de talento e das pessoas é, sem dúvida, um desafio, mas também uma oportunidade. Nesta conjuntura de grande disrupção, é ainda mais crucial valorizarmos as pessoas, garantirmos que têm as competências certas para fazer face ao futuro e assegurarmos que se sentem realizadas e que conseguem ter um bom equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Atividade da Santander Totta Seguros em 2023

Introdução

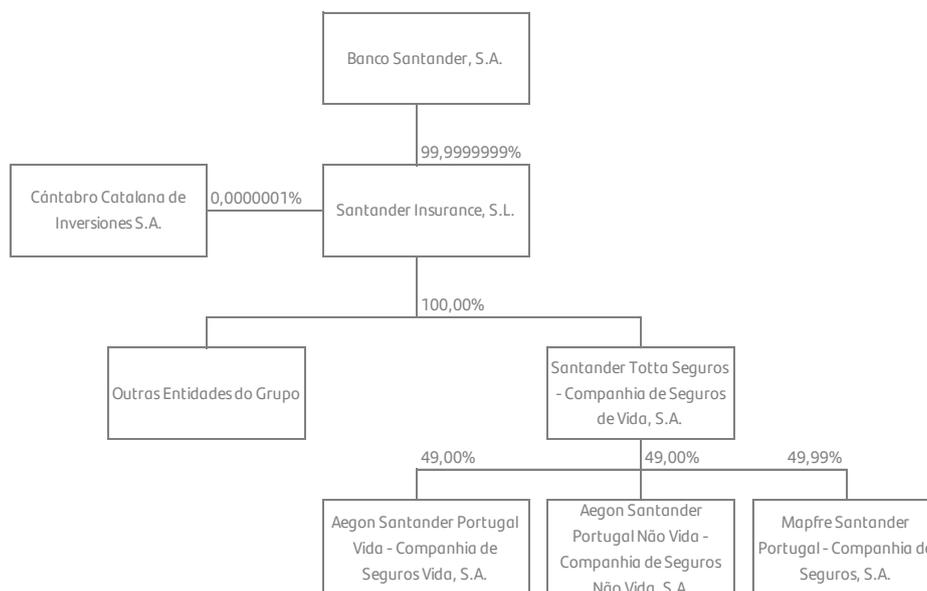
A Santander Totta Seguros foi constituída a 19 de março de 2001, e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do Ramo Vida, para a qual tem a devida autorização da ASF. Em 2007, a Sociedade obteve autorização para operar no Ramo Não Vida – acidentes pessoais, tendo deixado de explorar este ramo a partir de 1 de janeiro de 2015. A Santander Totta Seguros encontra-se sediada na Rua da Mesquita, n.º 6 - Torre A - 2º andar, em Lisboa.

Em 21 de dezembro de 2023, no contexto da reorganização das seguradoras do Grupo Santander sob uma única holding, com o objetivo de aumentar o valor oferecido aos clientes e colaboradores, conferindo maior visibilidade e reconhecimento da marca e reputação do negócio segurador no Santander, a Santander Totta Seguros foi vendida à Santander Insurance, S.L. pela Santander Totta S.G.P.S., S.A. O Capital Social da Santander Totta Seguros é detido na totalidade pela Santander Insurance, S.L., a qual é diretamente dominada pelo Banco Santander, S.A., que nela detém uma percentagem de 99,99%.

As ações representativas do Capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros. Não há, conseqüentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, não existem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

A Santander Totta Seguros detém participações em outras 3 seguradoras: a Aegon Santander Vida e Aegon Santander Não Vida ambas detidas a 49% e a Mapfre Santander, detida a 49,99%.

Estrutura de Participações Financeiras a 31 de dezembro de 2023



A 19 de julho de 2012, foi celebrado um acordo de resseguro (“Sella”) com a Abbey Life Assurance, filial do Deutsche Bank. No âmbito do acordo, a Santander Totta Seguros cedeu 100% do risco da carteira Vida em vigor a 30 de junho de 2012. O Sella produziu efeitos económicos a 1 de abril de 2012, não ocorrendo qualquer alteração da relação comercial com os clientes, nem nos produtos contratados. Associado a este Tratado de Resseguro, existe um acordo de retrocessão, por parte da Abbey Life, a 100% com a Canada Life.

No final de 2014, e no âmbito da parceria e aliança estratégica existente entre o Grupo Santander e a Aegon Spain Holding B.V., a Santander Totta Seguros recebeu autorização da ASF para a constituição de duas seguradoras: Aegon Santander Vida e Aegon Santander Não Vida. Neste contexto, no final de 2014 a Santander Totta Seguros vendeu 51% de cada uma das seguradoras ao Grupo Aegon.

A Aegon Santander Vida e a Aegon Santander Não Vida são Sociedades anónimas constituídas ambas a 16 de dezembro de 2014, tendo a primeira como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do Ramo Vida e a segunda como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do Ramo Não Vida. Ambas as empresas têm a sua sede social na Rua da Mesquita, n.º 6 - Torre A - 2º andar, em Lisboa.

A 1 de outubro de 2018, a Santander Totta Seguros incorporou por fusão a Eurovida, com efeitos económicos a 1 de janeiro de 2018, tendo, por conseguinte, assumido todos os direitos e obrigações da extinta Eurovida. Desta forma, a Santander Totta Seguros recebeu a atividade de gestão de Fundos de Pensões e passou a deter 100% da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. sociedade anónima constituída em 30 de agosto de 2006 com o objeto exclusivo do exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do Ramo Não Vida.

No âmbito da parceria existente entre o Grupo Santander Totta e a Aegon Spain Holding B.V., e tendo presente a operação de aquisição e fusão da Eurovida na Santander Totta Seguros, procedeu-se durante o ano de 2018 à negociação da venda do ramo autónomo de negócio Vida Risco da Eurovida, à Aegon Santander Vida, e da venda do ramo autónomo de negócio de seguros do Ramo Não Vida da Popular Seguros (totalmente detida pela Santander Totta Seguros), à Aegon Santander Não Vida, conforme direito de preferência outorgado a estas entidades no acordo parassocial (*Alliance and Shareholders Agreement*) assinado com a Aegon Spain Holding B.V., em 2014.

Assim, no dia 21 de dezembro de 2018, a Santander Totta Seguros assinou adendas aos contratos existentes. O *closing* (execução dos contratos) das operações ocorreu ainda durante o ano de 2019 com a migração das apólices vendidas da plataforma tecnológica da ex-Eurovida e Popular Seguros para a plataforma tecnológica da Aegon Santander Portugal Vida e não Vida, respetivamente.

No dia 13 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da ASF deliberou não se opor à aquisição, pela Mapfre Seguros Gerais, da participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A., e autorizou a transferência parcial de carteira correspondente à carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida.

Assim, a 14 de outubro de 2020, decorrente da *joint-venture* criada entre a Seguradora Mapfre Seguros e o Grupo Santander, a Mapfre Seguros Gerais, S.A. passou a deter uma participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., mantendo a Santander Totta Seguros, a propriedade do capital social remanescente, i.e. de 49,99%. Nesse mesmo dia foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Popular Seguros a alteração da denominação social da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. para Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. (“Mapfre Santander”). A Mapfre Santander tem a sua sede na Rua Doutor António Loureiro Borges nº 9-9ª 8 Edifício Zenith Arquiparque em Algés.

Enquanto grupo segurador, a Santander Totta Seguros continua a desenvolver toda a gama de produtos de Risco Vida e não Vida, orientada a complementar a oferta de seguros do seu mediador Banco Santander Totta, através das suas 3 participadas e com parcerias com entidades estratégicas com expertise nestes negócios.

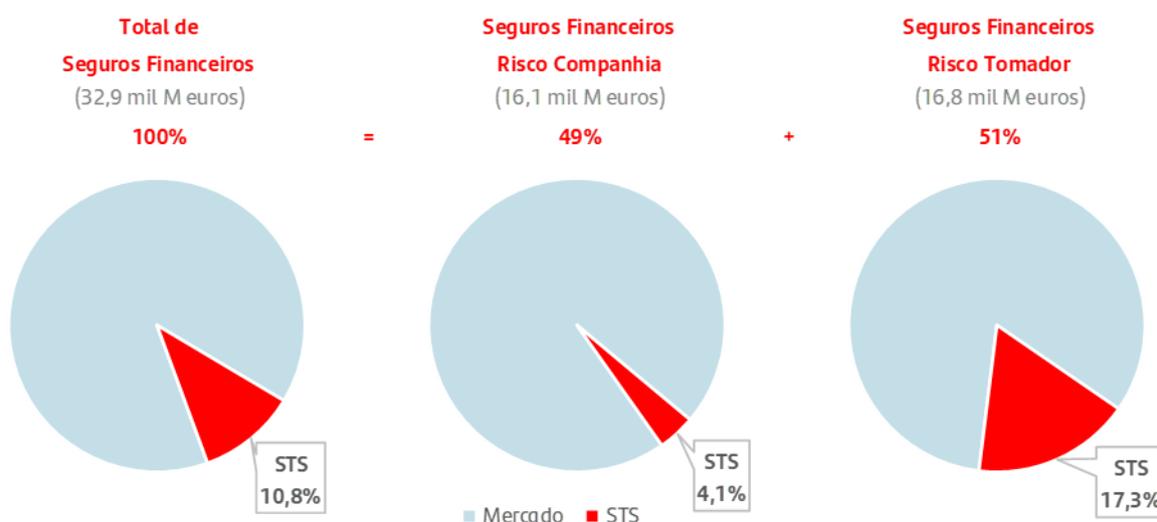
A construção das parcerias anteriormente referidas e a opção pelo desenvolvimento dos negócios de Risco Vida e não Vida através das suas participadas em conjunto com um parceiro estratégico de seguros, levaram à redefinição da estratégia individual da Santander Totta Seguros.

Individualmente, a companhia concentra a sua atividade no desenvolvimento, alargamento e diversificação da sua oferta de produtos orientada à satisfação das necessidades de poupança a médio e longo prazo e da reforma, complementada com um conjunto de coberturas adicionais que aumentam o valor acrescentado e percebido da sua oferta, e de planeamento financeiros das famílias e empresas, dotando o seu mediador Banco Santander em Portugal de uma oferta universal e competitiva nesta gama de produtos.

A Santander Totta Seguros mantém ainda uma carteira de Vida Risco que se encontra sem nova produção, dada a alteração do perímetro de atuação ocorrida em 31 de dezembro de 2014, após transferência para a Aegon Santander Vida, à luz da parceria com a Aegon, da carteira subscrita a partir de 1 de julho 2012 e do novo negócio de Vida Risco distribuído nas redes do Banco Santander Totta.

Atividade Comercial

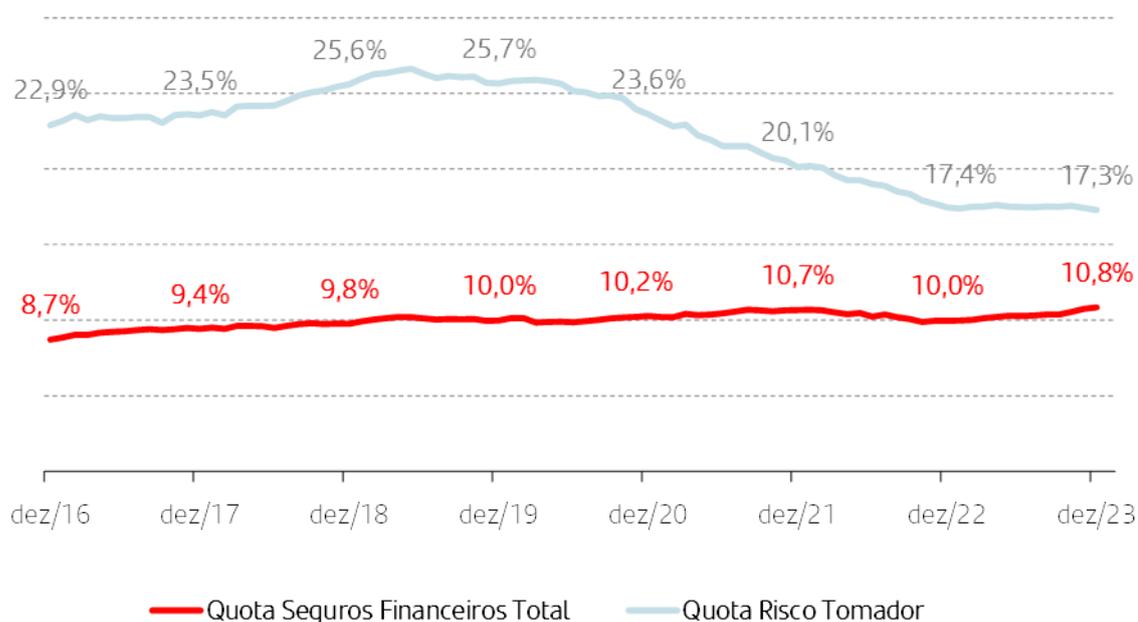
Em 2023 a estratégia da Santander Totta Seguros, manteve-se focada em Seguros Financeiros, essencialmente nos contratos de investimento, quer em *unit-linked* de risco tomador, quer em seguros de capitalização garantidos, emitidos no último trimestre do ano aproveitando o novo contexto de taxas de juro. A atividade comercial do ano, contribuiu para o crescimento da quota de mercado, sustentada na produção no *private banking* durante todo o ano e, de forma mais concentrada no último trimestre do ano, no segmento de *mass-market*.



Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

A quota de mercado total de Seguros Financeiros atingiu, no fim de 2023, 10,8%, vs 10% no final de 2022, marcando o valor mais elevado dos últimos 10 anos, com a particularidade de se manter centrada nos Seguros Financeiros de Risco Tomador, família de produtos de maior valor acrescentado no longo prazo para os clientes, menos onerosos para a companhia em termos de custo de capital e onde detém uma quota de 17,3%. Nos Seguros Financeiros Risco Companhia, a Santander Totta Seguros incrementou ligeiramente a sua quota para 4,1% com a emissão dos produtos Santander Valor Duplo no último trimestre do ano. Outro dos fatores que contribuiu para o aumento da quota foi o menor impacto dos resgates de produtos PPR na Santander Totta Seguros, comparativamente ao mercado, na sequência do regime excecional previsto na Lei n.º 19/2022, de resgates sem penalização fiscal.

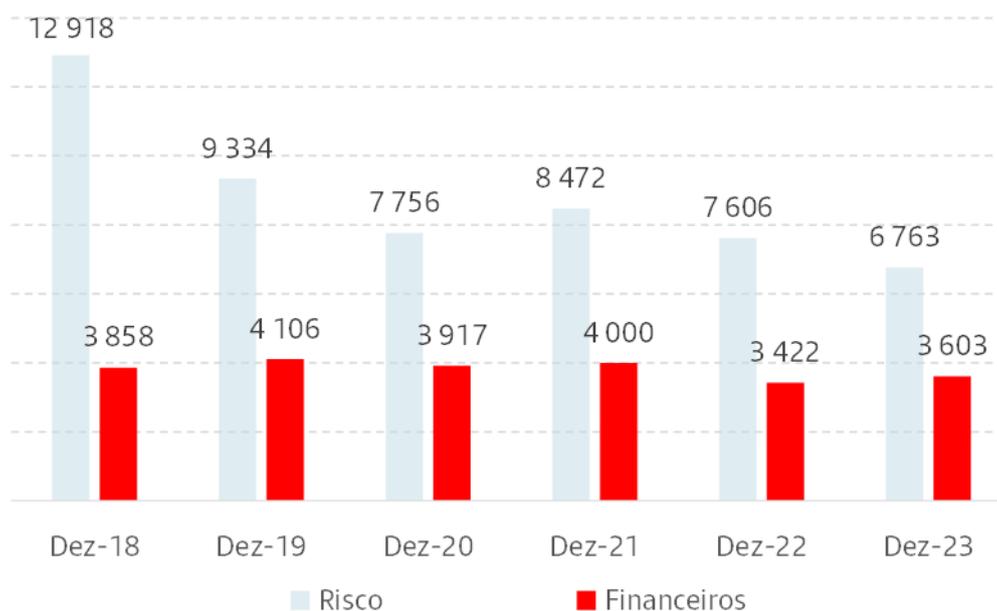
Evolução da Quota de Mercado em Provisões Matemáticas de Seguros Financeiros



Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

Os Capitais Seguros de seguros financeiros subiram 5,3% em relação a 2022, enquanto que os capitais seguros da carteira de Risco Vida se contraíram 11,1% ao longo do ano 2023, por continuação do efeito do run-off da carteira de Risco Vida.

Evolução dos Capitais Seguros de Vida Risco e Financeiros



Valores em milhões de Euros

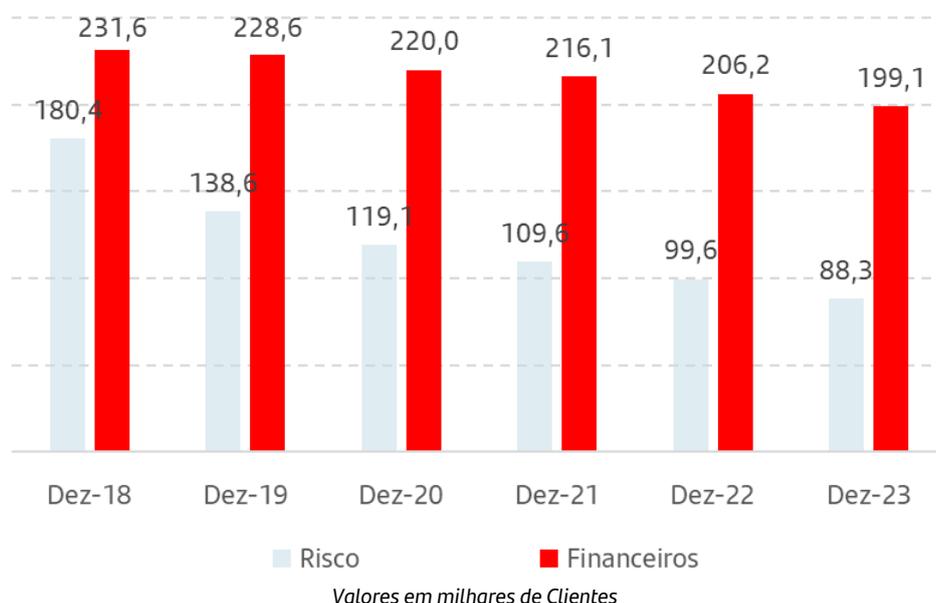
O acréscimo dos Capitais de Seguros Financeiros deve-se a dois vetores principais, sendo o efeito exógeno, a recuperação de valor de mercado dos ativos que compõem os fundos autónomos, depois da performance muito negativa em 2022. O outro contributo para o aumento dos capitais cabe à nova produção, a qual esteve centrada, tal como durante o ano 2022, no produto

multifundos Unique Portfolios - Seguro Financeiro Master, destinado ao segmento de private banking, adicionado de novas opções de investimento que concentraram a maior parte da produção de prémios e, já no último trimestre de 2023, na produção expressiva na linha “Valor Duplo”, produtos com um prazo de 5 anos com um pagamento intercalar a 1 ano e taxa garantida a todo o momento, destinados ao segmento mass-market e select. A contribuir negativamente, destaca-se o substancial volume de resgates de produtos PPR, na sequência das várias medidas legais tomadas para permitir a utilização desse valor de forma fiscalmente eficiente e sem penalizações, ainda assim muito abaixo dos volumes de resgate verificados no resto de mercado.

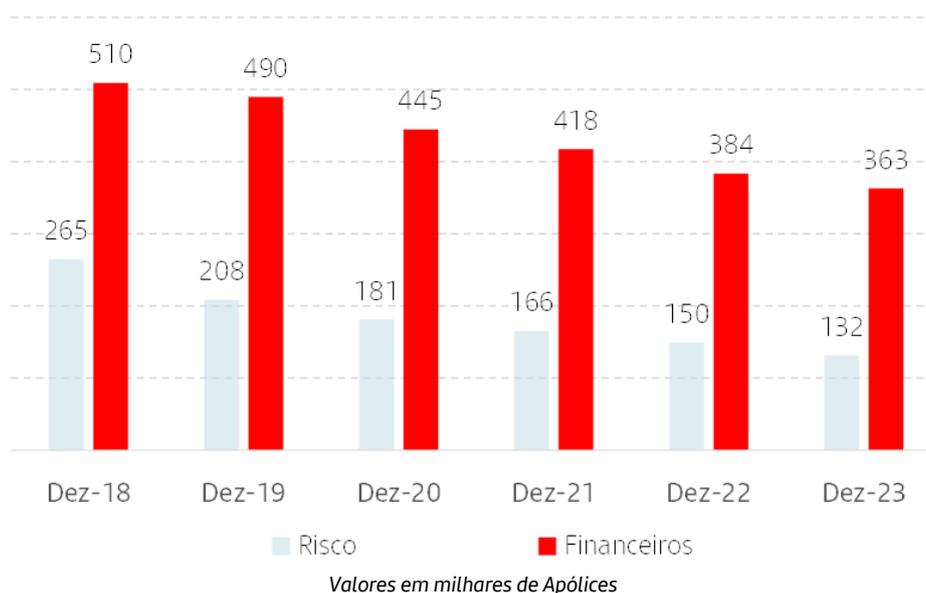
Considerando a atividade de seguro direto, a Santander Totta Seguros termina o ano 2023 com um total de 287 mil clientes (contra 306 mil clientes em 2022) e 495 mil apólices em vigor (contra 533 mil apólices em 2021).

O vencimento dos produtos financeiros a termo certo e a saída por resgates em seguros *unit linked* destinados ao *mass-market*, nomeadamente PPR's explica a queda de cerca de 3% do número de clientes de Seguros Financeiros (cerca de 7 mil clientes), enquanto que os restantes 11,3 mil clientes se explicam pelo *run-off* da componente de vida risco.

Número de Clientes com Seguros de Vida Risco e Financeiros



Número de Apólices de Seguros de Vida Risco e Financeiros



A oferta de produtos que valorizam características ambientais e sociais (ASG) continua centrada nos produtos em comercialização contínua, estando classificados ao abrigo do artigo 8º do regulamento SFDR dois seguros de mass-market (Seguro Financeiro Equilibrado e Ações Crescimento), 3 PPR's (família PPR+) em comercialização contínua e 5 fundos autónomos (/opções de investimento) subjacentes ao produto multifundos "Unique Portfolios – Seguro financeiro Master", que são assim, passíveis de figurar em propostas de investimento apresentadas ao número crescente de clientes que valoriza essa vertente, concomitantemente com a procura de rentabilidade a prazo.

Foram emitidos em 2023 cinco novos produtos para o mass-market com destaque para a série "Valor Duplo" (3 produtos) lançada no último trimestre e à qual se prevê dar continuidade em 2024, e dois novos fundos (/opções de investimento) de maturidade definida dentro do produto multifundos destinado ao segmento de private banking.

Destacar ainda que grande parte do sucesso comercial de 2023 esteve associado à comercialização dos novos seguros financeiros nas plataformas digitais NetBanco e App do mediador Santander, prosseguindo a estratégia de digitalização do Santander, na senda da prestação do melhor serviço ao cliente.

Atividade e Resultados

O valor dos prémios emitidos pela Santander Totta Seguros e contribuições para contratos de investimento alcançou em 2022 o montante de 430,4 milhões de euros representando um aumento de 44,6% relativamente ao ano anterior.

Prémios emitidos e contribuições

(em milhões de euros)	2021	2022	2023	Δ	IFRS17 2022	IFRS17 2023	Δ
Contratos de Seguros	90,5	83,2	75,8	-8,9%	209,9	243,4	+16,0%
Seguros de Vida Risco	64,4	60,1	54,9	-8,7%	59,2	54,0	-8,7%
Seguros Poupança (exclui PPR/E)	6,2	5,5	5,7	+3,8%	133,1	174,1	+30,8%
PPR/E	19,8	17,6	15,2	-13,5%	17,6	15,2	-13,5%
Contratos de Investimento	551,2	214,4	354,6	+65,4%	87,7	187,0	+113,3%
Seguros Poupança (exclui PPR/E)	473,9	175,5	314,4	+79,2%	48,8	146,8	+201,1%
PPR/E	77,3	38,9	40,2	+3,3%	38,9	40,2	+3,3%
Total	641,8	297,5	430,4	+44,6%	297,5	430,4	+44,6%

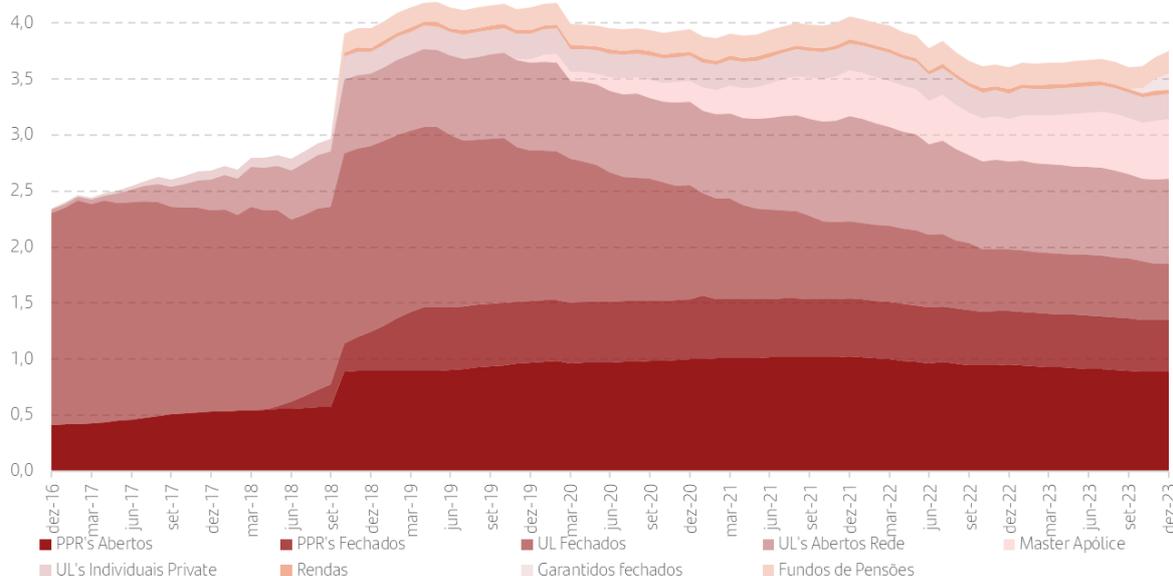
Com a entrada da IFRS17 deu-se uma alteração na classificação de produtos da STS sendo que os produtos Financeiros com uma componente de risco, passaram, por esta não poder ser dissociada da componente financeira, a ser considerados como contratos de Seguros e não como contratos de investimento.

O volume de prémios da atividade de risco, em 2023, atingiu os 54,0 milhões de euros o que, representa uma diminuição de 8,7% em relação a 2022, em linha com a redução observada em 2022 face a 2021. Esta redução está associada ao run-off normal das carteiras de Risco Vida.

A emissão de produtos financeiros ao longo do ano alcançou o valor de 376,4 milhões de euros, um aumento de 57.9% relativamente ao ano anterior, com o principal acréscimo a ser nos contratos de investimento.

A carteira da Santander Totta Seguros (incluindo fundos de pensões) aumentou dos 3,6 mil milhões de euros, no final de 2022, para 3,8 mil milhões no final de 2023, com a gama *unit-linked* Aberto, através do crescimento do produto Master apólice, a recuperar o maior peso, com cerca de 41%, lugar que tinha perdido no ano anterior para a gama PPR's que ficou em segundo lugar.

Evolução da Carteira Seguros Financeiros por Produto

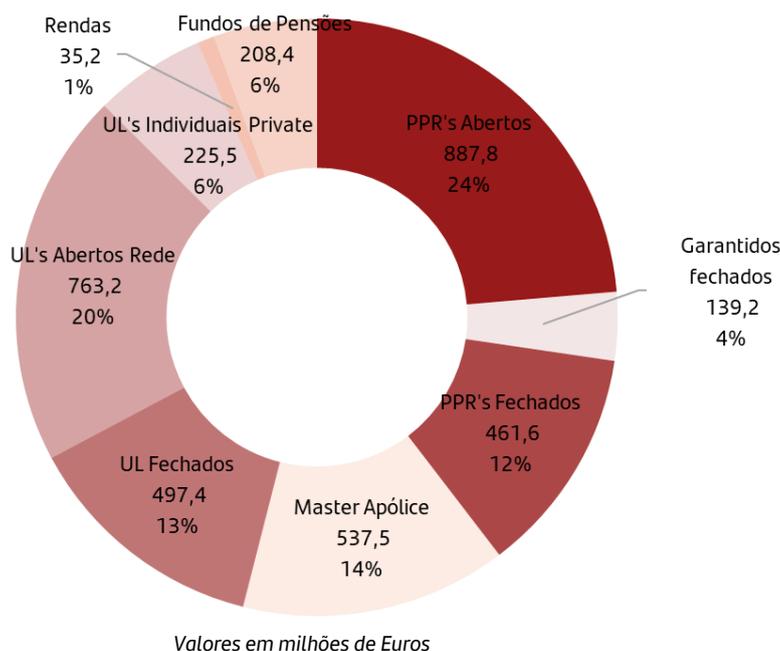


Valores em milhares de milhões de Euros

O principal motor de crescimento em termos de novas subscrições líquidas foi o Unique Portfolios - Seguro Financeiro Master Apólice, à semelhança do já ocorrido em 2022, registando a carteira um incremento de cerca de 161 milhões de euros. Lançado em 2019 em colaboração estreita com o mediador, particularmente a área de Private Banking, o Unique Portfolios - Seguro Financeiro Master é uma apólice multifundos, que permite aos clientes gerirem os seus investimentos a cada momento sob uma apólice única, potenciando a gestão de “ciclo de vida”. Foram adicionados dois fundos com horizonte definido (para 2026 e 2028), que foram os principais contribuidores para o crescimento de volumes registado e permitiram aos clientes ter uma expectativa de retorno relativamente estável para esse prazo de alocação.

A segunda classe de produtos onde se registou uma subida líquida de volumes face a 2022 foi nos *unit linked* Fechados onde a colocação de 139 milhões de euros no último trimestre permitiu colmatar vencimentos de produtos e resgates, tendo-se verificado uma subida líquida de 85 milhões de euros.

É cada vez mais visível a notável diversificação da carteira em várias classes de produtos e segmentos, iniciada pela alteração estratégica levada a cabo desde 2016 de diversificação da oferta com novas linhas de produtos. A sustentabilidade da carteira e permanência de recursos de clientes é hoje em dia um desafio para o qual a Companhia se encontra melhor posicionada face a esta realidade.



Em simultâneo, continuou-se a desenvolver durante o ano de 2023 a oferta de Planos de Pensões, enquadrado na estratégia da Santander Totta Seguros de se especializar na poupança a médio e longo prazo e na reforma, e com o objetivo de dotar o seu mediador Banco Santander em Portugal de uma oferta universal e competitiva nesta gama de produtos.

A estratégia seguida para o desenvolvimento deste negócio, está assente em 2 pilares distintos e complementares: por um lado as transferências de mercado, com especial foco para os fundos de pensões fechados de média e grande dimensão, que financiam sobretudo planos de benefício definido e, por outro lado, a constituição de novos planos de pensões de empresas, sobretudo planos de contribuição definida, totalmente desenhados à medida das necessidades de cada empresa, para a qual existe uma oferta desenhada e em comercialização desde o final do ano 2020, vocacionada sobretudo para PME's, através de 3 fundos de pensões abertos de comercialização conjunta, com perfis de investimento distintos, que permite, entre outras, uma gestão do investimento flexível e diferenciada, assente na estratégia de "ciclo-de-vida", estipulação e ainda um modelo misto.

Por forma a garantir o sucesso da estratégia seguida, apostou-se na formação das redes do Banco Santander Totta, através de uma abordagem prática e multisetorial e no aumento das funcionalidades do site institucional de pensões, disponível a todos os aderentes de planos e fundos de pensões sob gestão da Seguradora.

A Santander Totta Seguros termina o ano 2023 com um crescimento efetivo nos principais indicadores do negócio de Fundos de Pensões, conforme quadro abaixo, culminando no aumento da sua quota de mercado em +22,2%.

Principais Indicadores Fundos de Pensões

	2022	2023	Δ
Volume de Fundos de Pensões (milhares €)	194 197	208 420	+7,3%
- Fechados	187 560	201 537	+7,5%
- Abertos	6 638	6 883	+3,7%
Nº de Fundos de Pensões	8	9	+12,5%
Nº de planos de pensões	14	18	+28,6%
Nº de Adesões Coletivas	13	13	+0,0%
Nº de Adesões Individuais	588	645	+9,7%
Nº de Participantes	3 028	3 263	+7,8%
Nº de Beneficiários	371	384	+3,5%
Quota de Mercado (%)	0,90%	1,10%	+22,2%

De referir ainda, que desde 2022 a Santander Totta Seguros, através de um contrato de prestação de serviços com a Santander Pensões, assegura também e de forma autónoma, a gestão de 2 planos de pensões de contribuição definida, financiados pelo fundo de pensões fechado do Banco Santander Totta, um património de cerca de 24,2 milhões de euros, abrangendo 843 participantes e 9 beneficiários.

Em 2024 prevê-se manter a estratégia de oferta e crescimento de carteira de Seguros Financeiros e Fundos de Pensões utilizada em 2023, aproveitando o atual contexto de taxas de juro no mercado que já permite oferecer valor, a prazo, ao cliente.

Resultados

Principais Rúbricas da Demonstração de Resultados

(em milhões de euros)	2021	IFRS17 2022	IFRS17 2023	Δ
Margem Técnica	57,9	52,9	51,9	-1,9%
Comissões a Mediadores	40,2	39,1	36,6	-6,3%
Resultado Técnico	17,7	13,8	15,3	+10,8%
Impactos IFRS17		10,2	2,9	-71,5%
Custos	11,9	11,6	11,1	-4,0%
Resultado não Técnico	24,2	12,5	24,7	+97,8%
Resultado Antes Impostos	30,0	24,9	31,8	+27,5%
Resultado Líquido	24,6	22,4	28,1	+25,1%

A margem técnica (antes de IFRS17) reduziu 1,9% em relação a 2022 por efeito do *run-off* da carteira de Vida Risco que contribuiu para uma redução de 0,6 milhões de euros, sendo a redução remanescente explicada pelos produtos financeiros que apesar de um maior volume em gestão no final do ano em relação a 2022 teve um menor saldo médio anual gerando uma menor rentabilidade.

O total de Comissões a pagar a Mediadores em 2023 foi de 36,6 milhões de euros uma diminuição de 6,3% relativamente ao ano transato, principalmente por efeito do *run-off* da carteira de Vida Risco e do já referido menor saldo médio anual nos produtos financeiros.

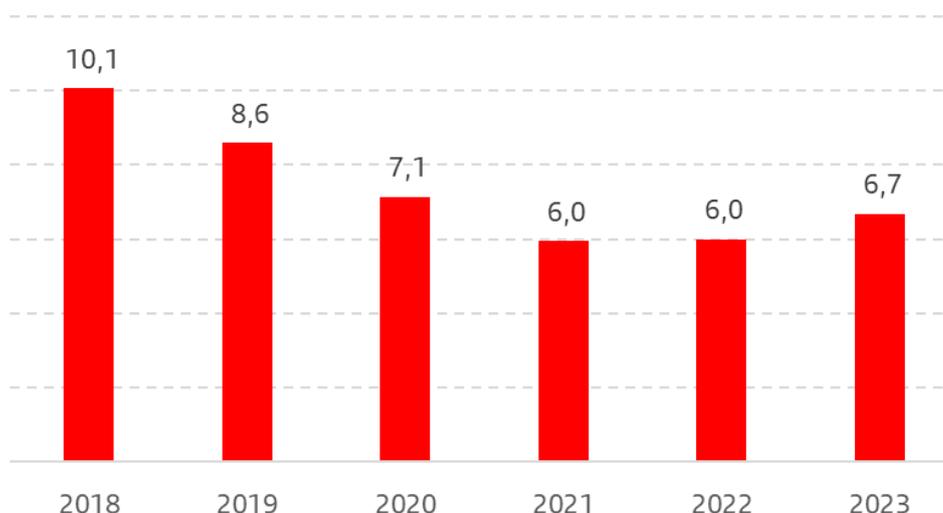
O Resultado Técnico em 2023 foi de 15,3 milhões de euros o que representou um acréscimo de 10,8%, antes de ajustes de IFRS17, pois a diminuição do custo com comissões a pagar à rede foi maior que a diminuição da Margem Técnica.

Os Custos Totais da Santander Totta Seguros diminuíram 4,0% em relação ao ano anterior. Para este facto contribuiu a diminuição de 20,7% dos Outros Custos Variáveis justificado pelas comissões de manutenção a pagar nas contas de depósitos à ordem com saldo superior a 1 milhão de euros, que deixaram de ser cobradas em outubro de 2022; e pela diminuição do valor das carteiras, com impacto na comissão paga à Santander Asset Management pelo serviço de gestão de carteiras; e pela comissão de custódia. Em sentido contrário os Custos Operacionais tiveram um aumento de 11,5% derivado de um maior valor dos custos com o pessoal (+10,5%) e dos fornecimentos e serviços externos (13,5%).

Evolução dos Custos Totais

(em milhões de euros)	2021	2022	2023	Var. %
Custos Operacionais	6,0	6,0	6,7	+11,5%
Custos pessoal	2,5	2,3	2,5	+10,5%
FSE's	3,0	3,3	3,8	+13,5%
Amortizações	0,4	0,4	0,4	+1,8%
Outros Custos Variáveis	5,9	5,6	4,4	-20,7%
Impostos	0,3	0,1	0,2	+45,7%
Comissões de Gestão de Carteira e Outros	5,6	5,4	4,2	-22,5%
Total	11,9	11,6	11,1	-4,0%

Evolução dos Custos Operacionais*



*Custos com Pessoal + Fornecimentos e Serviços Externos + Amortizações

O Resultado não Técnico regista um aumento de 97,8%, devido ao reconhecimento de 7 milhões de euros relativos ao valor de *Earn Out* a receber em 2024 por já estarem reunidas as condições para tal, a um aumento no valor de dividendos recebidos das participada Aegon (+3.9 Milhões de euros) e um incremento nos resultados da carteira Livres.

Como corolário dos movimentos anteriores, a Santander Totta Seguros atingiu em 2023 um Resultado Antes de Impostos de 31,8 milhões de euros e um Resultado Líquido de 28,1 milhões de euros, o que representa um aumento de 27,5% e 25,1%, respetivamente, sobre o valor registado em 2022.

Balanço

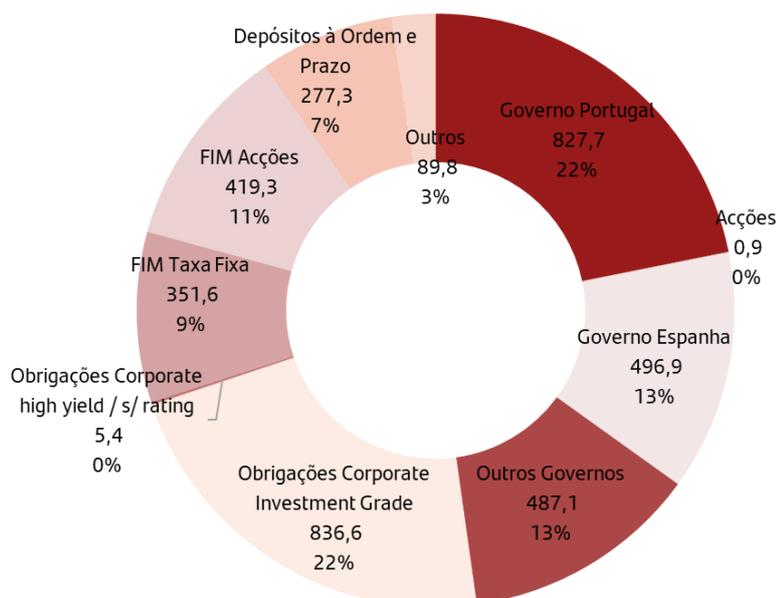
O Ativo Líquido da Santander Totta Seguros em 31 de dezembro de 2023 era de 3.849 milhões de euros, representando um aumento de 5,0% face ao ano anterior.

Principais Rúbricas do Balanço

(milhões de euros, excepto %)	2021	IFRS17 2022	IFRS17 2023	Var. %
Ativo Líquido	4 256	3 668	3 849	+5,0%
Depósitos e activos Financeiros	4 196	3 598	3 792	+5,4%
Participações Financeiras	18	19	19	+2,7%
Passivos de contratos de seguros e financeiros da componente de depósito de contratos de seguros	4 065	3 408	3 615	+6,1%
Capital Próprio	142	148	143	-3,7%

O volume total de ativos financeiros geridos, excluindo participações financeiras, aumentou 5,4% em relação a 2022 para os 3.792 milhões de euros, mantendo-se a política de investimentos e os critérios de dispersão, liquidez e segurança dos ativos.

Carteira de Ativos Financeiros por Tipo de ativo*



*excluindo as carteiras dos Fundos de Pensões
Valores em milhões de Euros

A rúbrica de participações financeiras no valor de 19,2 milhões de euros inclui: (i) 14,3 milhões de euros relativos às participações de 49% nas *joint ventures* Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida; e (ii) 4,9 milhões de euros relativos à participação de 49,99% na Mapfre Santander Portugal.

Os Passivos de contratos de seguro/resseguro e os Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros totalizaram 3.615 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023 contra 3.408 milhões de euros no ano anterior. Quase 50% do aumento verificado em 2023 decorre da valorização do mercado dos ativos que compõem os fundos autónomos risco tomador e o remanescente resulta do aumento das contribuições versus resgates e cancelamentos. A produção permitiu compensar a queda de volumes provocada pelos vencimentos em produtos *unit linked* fechados.

Em 2023 o Capital Próprio da Companhia totalizava 142,8 milhões de Euros, registando-se uma diminuição de 5.4 milhões de euros face a 2022, fundamentalmente explicada pelo efeito da maior diminuição da Reserva da componente financeira dos contratos de seguro relativamente ao aumento da Reserva de Reavaliação dos Ativos, líquida de impostos, no valor de -7,0 milhões de euros. A destacar ainda a distribuição de 26,3 Milhões de euros de dividendos ao acionista.

Gestão de Risco

A Sociedade dispõe de um Modelo de Gestão de Risco e Controlo Interno que define os princípios a seguir, tendo como principal objetivo a promoção de uma cultura de riscos e controlo que permita a identificação de oportunidades de melhoria que contribuam para a redução do risco e a promoção da qualidade e eficiência das práticas existentes.

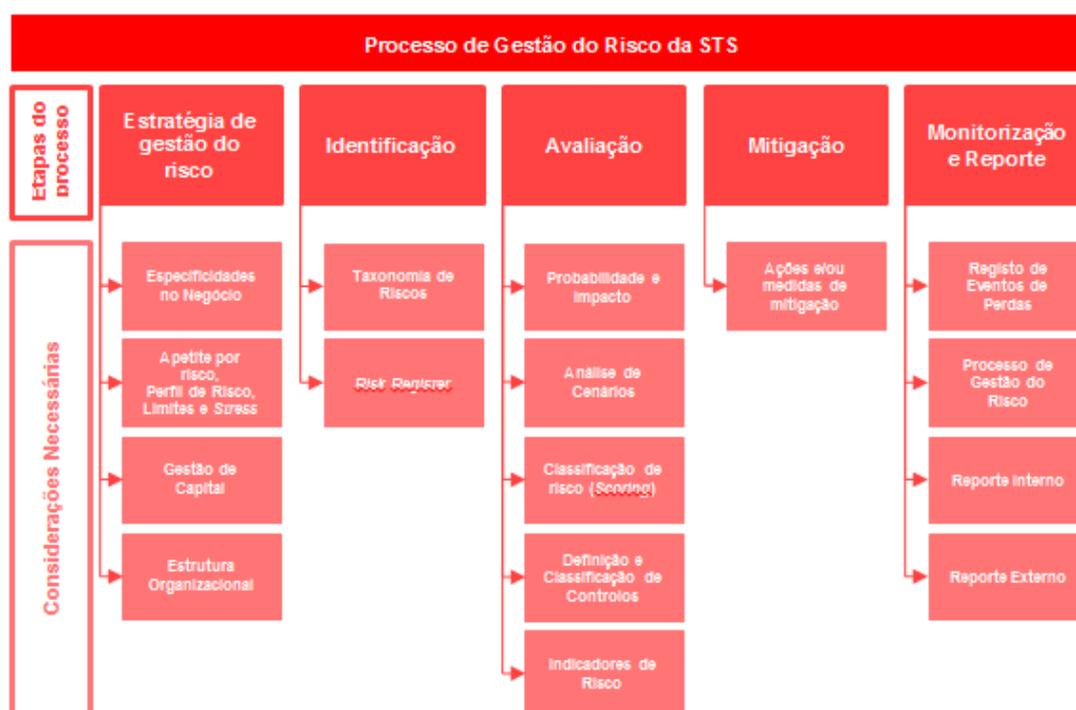
O Modelo de Gestão de Risco tem como objetivo definir os princípios a seguir na atividade de gestão de risco, no seu sentido mais amplo, juntamente com os aspetos funcionais e de governo, os principais processos associados e os instrumentos que permitem o seu adequado desenvolvimento, seguimento e implementação. Este modelo estabelece linhas de ação comuns que servem como referência e padrão mínimo, enquanto consolida conceitos básicos de gestão.

Desta forma, e para seguimento e acompanhamento mais eficiente e efetivo dos principais indicadores de risco, a companhia desenvolveu para os principais indicadores de risco, uma metodologia de Apetite por Risco seguida mensalmente no Comité de Riscos.

O Modelo de Gestão de Riscos contém as regras básicas aplicáveis à gestão e ao controlo dos riscos que afetam a atividade. O Modelo é aplicado na gestão dos diversos riscos identificados pela Sociedade.

A Sociedade segue uma Política de Gestão de Risco na qual estabelece, entre outros, um Processo de Gestão de Risco contínuo que procura alinhar a dimensão estratégica e operacional da gestão de risco e que pode ser esquematizado como se segue:

Processo de gestão do risco



O Processo de Gestão de Risco é composto por cinco etapas:

- **Estratégia de Gestão de Risco:** esta etapa desenvolve-se principalmente ao nível do Conselho de Administração e Diretores de topo, com parecer favorável do Comité de Riscos e está alinhada com a estratégia global da Sociedade.
- **Identificação de Riscos:** adequada e atempada identificação de riscos é um elemento fundamental na execução da estratégia de riscos, sendo esta uma responsabilidade de toda a Sociedade. Em linha com os princípios do Modelo de Gestão de Risco, a identificação dos riscos é efetuada envolvendo todas as unidades orgânicas, podendo decorrer da sua atividade diária, de exercícios de autoavaliação prospetiva de riscos, *stress tests* e *back testing*, da realização de reuniões de trabalho sobre os processos ou de análises qualitativas e quantitativas acerca de eventos efetivos ou potenciais.
- **Avaliação:** após a identificação e catalogação dos riscos é essencial proceder à sua avaliação. Conforme referido no Modelo de Gestão de Risco, a avaliação do risco tem uma vocação eminentemente de antecipação, a fim de estimar a sua evolução em diferentes cenários e horizontes temporais. Assim, e sempre que possível, deverá procurar-se que a avaliação de riscos inclua uma quantificação ou medição de acordo com a Política de Gestão de Risco.
- **Mitigação:** estando os riscos devidamente identificados e avaliados, são conhecidas as suas causas (agentes) e efeitos (consequências), o que permite definir ações e medidas de prevenção ou correção das possíveis falhas detetadas. A priorização destas ações e medidas é determinada pela caracterização dos riscos, ou seja, quanto mais prejudicial ou maior o risco, mais rapidamente a situação deve ser corrigida. A Sociedade acompanha as ações e medidas de mitigação em curso para analisar a sua eficácia. Para tal, são estabelecidos indicadores que permitem avaliar os resultados alcançados após a implementação das ações/medidas de mitigação em curso. A eficácia deste acompanhamento é uma responsabilidade final do Conselho de Administração.
- **Monitorização e Reporte:** a monitorização e reporte permitem assegurar que as pessoas que dirigem a Sociedade, ou nela desempenham funções essenciais, têm em conta a Estratégia de Gestão do Risco, bem como as informações comunicadas no âmbito do Sistema de Gestão de Riscos, no seu processo de tomada de decisão. A monitorização e reporte permitem ainda garantir que todos os riscos materiais a que a Santander Totta Seguros se encontra exposta são controlados e se mantêm a um nível que não afete significativamente a sua situação financeira, de solvência e os interesses dos tomadores de seguros.

No âmbito da Gestão de Riscos, no decorrer do ano de 2023 foram mantidas as atividades essenciais entre as quais se destacam:

- Cálculo e reporte à ASF do SCR no âmbito dos Pilares I e III;
- Automatização do processo de Solvência com o objetivo de otimizar recursos, reduzir erros e falhas de execução e encurtar prazos de obtenção dos outputs do processo;

- Reporte do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR) e Relatório Periódico de supervisão (RSR) à ASF de acordo com o estabelecido na legislação;
- Revisão do Apetite por Risco;
- Seguimento de um conjunto de indicadores de Gestão de Riscos, com limites e níveis de alerta.

Relativamente às Sociedades participadas, cada uma destas tem o seu próprio Modelo de Gestão de Risco, sendo que este é acompanhado pela STS através da participação nos Comitês de Risco de cada uma das empresas.

Tolerância e Apetite por Risco

De forma geral, o Modelo de Apetite por Risco define o Perfil de Risco da Sociedade e faz parte do processo de definição e implementação da sua estratégia, bem como a determinação dos riscos assumidos em relação à sua capacidade de aceitação de risco. Desta forma, o Modelo de Apetite por Risco está alinhado com o plano de negócios, com o desenvolvimento da estratégia e com o planeamento de capital e de remuneração da Sociedade.

Neste sentido, a Sociedade desenvolveu um Modelo de Apetite por Risco que engloba um processo dinâmico de definição de objetivos, métricas e limites de Apetite por Risco da Sociedade, assim como mecanismos de implementação, monitorização e reporte. A formalização do Modelo de Apetite por Risco teve em vista facilitar a integração transversal do Apetite por Risco em toda a Sociedade, assim como:

- Reforçar e alargar a visibilidade da Administração da Sociedade sobre os seus principais riscos, de forma que o processo de tomada de decisão tenha em conta a alocação dos riscos e a proteção dos resultados e do balanço;
- Melhorar a ligação da assunção de risco com as decisões de negócio, contribuindo para uma maior clareza do tipo de riscos a aceitar e alertando para inconsistências no Perfil de Risco ou na estratégia da Sociedade, potenciando a relação risco-retorno;
- Contribuir para o alinhamento contínuo entre o processo de tomada de decisão do dia-a-dia e a estratégia e objetivos de negócio de forma a torná-lo mais ágil e célere, clarificando a delegação de competências;
- Satisfazer expectativas dos *stakeholders* relevantes, requisitos regulamentares e proteger o Tomador de Seguro, Segurado ou Beneficiários tentando garantir que a exposição ao risco da Sociedade está limitada ao seu Apetite por Risco (ou seja, à exposição máxima ao risco que esta pode e quer assumir).

De forma a satisfazer estes objetivos, a Sociedade adotou um modelo de Apetite por Risco que compreende três fases, apoiadas de forma transversal pela sua monitorização e reporte:

Modelo de Apetite por Risco



1. Objetivos Estratégicos e de Negócio

- Definição dos principais objetivos que se pretende cumprir com o apetite por risco, alinhando a estratégia de risco com estratégia de negócio

2. Métricas e Limites

- Definição das métricas quantitativas e/ou qualitativas a considerar para a avaliação das decisões de risco e formalização da declaração de Apetite por Risco
- Estabelecer a estrutura de limites de Apetite por Risco para cada métrica

3. Gestão de Capital e Negócio

- Analisar o cumprimento de limites e adequação de capital
- Integrar o Apetite por Risco na gestão do capital
- Avaliar as necessidades de ajuste de limites ou redefinição da estratégia de risco/negócio

Métricas e limites

Tendo por base os objetivos estratégicos e de negócio identificados, a Sociedade definiu um conjunto de métricas e respetivos limites, destinadas a monitorizar o seu Perfil de Risco, podendo estas ser de natureza quantitativa e/ou qualitativa. Estas métricas representam uma componente evolutiva do Apetite por Risco, pelo que são alvo de análise e revisão à medida que os objetivos estratégicos e de negócio se desenvolvem. O objetivo do Conselho de Administração da Sociedade é manter o Perfil de Risco num nível baixo.

O cumprimento do Perfil de Risco deve ser assegurado quer no decorrer normal da atividade quer sob condições extremas que resultem da aplicação de *stress tests*, comprometendo-se a Santander Totta Seguros a cumprir com a seguinte declaração de Apetite por Risco: “O total de risco que a Sociedade pode assumir deve estar limitado pela sua capacidade, atual e futura, para assumir as perdas inesperadas, mantendo o Perfil de Risco no nível desejado”.

A capacidade atual de assumir perdas é definida pela relação entre os Fundos Próprios que dispõe e as perdas inesperadas resultantes do processo de cálculo do requisito de solvência, assim como pela qualidade dos fundos próprios. A capacidade futura da Sociedade assumir as perdas é determinada pela capacidade de gerar fundos próprios e pela velocidade a que os gera ao longo do tempo.

Tendo em conta a declaração de Apetite por Risco e os objetivos com que se compromete, a Santander Totta Seguros definiu as métricas e os limites de Apetite por Risco. Adicionalmente, a todo o momento, poderão ser definidas novas métricas ou serem revistas as existentes por forma a manter o seu Perfil de Risco alinhado com os objetivos estratégicos e de negócio.

Em termos qualitativos, poderão vir a ser definidas métricas que incluam limites para os quais os desvios pela aplicação de *stress tests* não são facilmente quantificáveis, mas cuja monitorização é igualmente relevante para garantir que a exposição ao risco não coloca em causa a estratégia de negócio. Estas métricas para riscos de cariz não financeiro são menos suscetíveis de quantificação,

como é o exemplo dos riscos associados à imagem de marca, reputação e envolvente cultural. Nestes casos, podem ser estabelecidos objetivos de *ranking*, barreiras quantificáveis ou limites qualitativos para tópicos como o risco de reputação ou iniciativas estratégicas.

Em linha com o processo definido para métricas e limites quantitativos, a monitorização periódica de elementos qualitativos de *Apetite por Risco* permite extrair conclusões sobre a adequação da exposição ao risco e definir as devidas ações de acompanhamento ou correção de desvios, caso se revele necessário.

A métrica de Solvência engloba desvios ao nível do capital disponível para cobrir os riscos a que a Santander Totta Seguros se encontra exposta e é fundamental para garantir que esta evita exposições que possam colocar em causa o cumprimento de requisitos de capital mínimo regulamentar.

No âmbito desta métrica, o *Apetite por Risco* é definido de acordo com os seguintes níveis:

Limites de apetite por risco para a métrica de Solvência

Métrica de <i>Apetite por risco</i>	Limites de <i>Apetite por risco</i>		
	Risco Baixo	Risco Médio	Risco Alto
Rácio de Solvência	$\geq 125\%$	$] 125\%; 110\% [$	$\leq 110\%$

Entende-se por Risco Baixo, Médio e Alto os seguintes cenários:

- Risco Baixo: perante situações não esperadas, a Sociedade apresenta uma ampla margem para cobrir o Requisito de Capital de Solvência (*Solvency Capital Ratio* ou SCR) com Fundos Próprios.
- Risco Médio: perante situações não esperadas, existe, todavia, alguma margem de atuação de forma a cobrir o Requisito de Capital de Solvência com Fundos Próprios.
- Risco Alto: perante situações não esperadas, a Sociedade dispõe de uma margem reduzida para cobrir o Requisito de Capital de Solvência com Fundos Próprios, podendo entrar em incumprimento do requisito de capital mínimo regulamentar.

Cabe ao Conselho de Administração rever os limites estabelecidos, com periodicidade mínima anual, quando se verificar uma alteração significativa no Perfil de Risco da Sociedade ou por proposta do Comité de Riscos. Em condições consideradas normais, a exposição ao risco deve ser limitada de forma a garantir que o Rácio de Solvência se mantém no nível de risco baixo.

Para além da métrica de Solvência foram definidos indicadores para outras tipologias de Risco (Riscos de crédito, mercado, liquidez, subscrição, reputacional, regulamentar, atuarial, operacional, cibersegurança e tecnológico). O objetivo é acompanhar estes indicadores tendo em consideração os limites aprovados e reportar quaisquer incidências ou desvios às áreas, funções e Órgãos de Governo pertinentes, obtendo das áreas de execução os respetivos planos de regularização ou mitigação.

Solvência

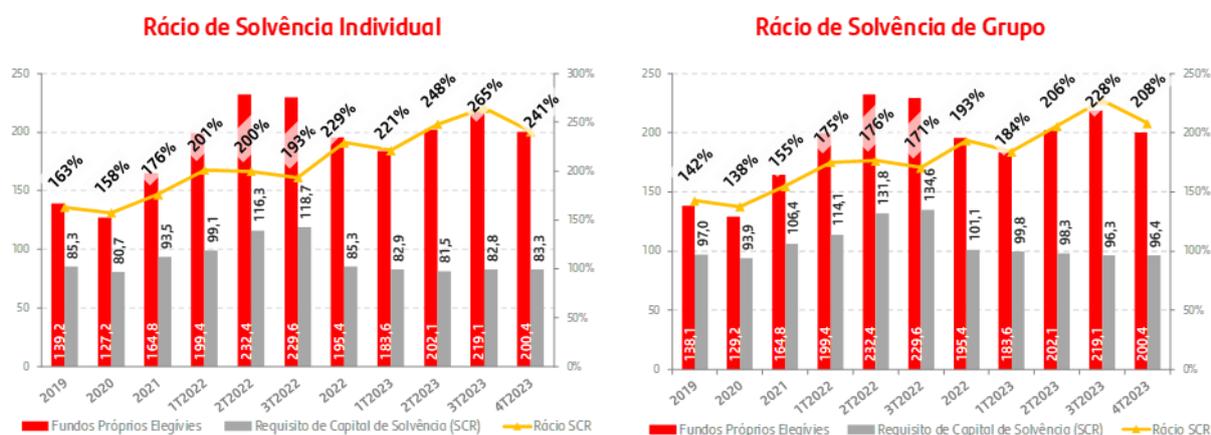
Os objetivos da Santander Totta Seguros são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade adequados, como indicador de uma situação financeira estável. A Santander Totta Seguros gere o requisito de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2023. O Rácio de Solvência individual apurado para o final do quarto trimestre de 2023 foi de 241%, o que representa um aumento de 11 pp face ao Rácio de Solvência individual anual de 2022.

Para a evolução registada contribuíram vários fatores: a evolução positiva da atividade comercial e por isso o aumento dos dividendos recebidos das participadas, a subida da estrutura temporal das taxas de juro sem risco da EIOPA, para além do *run-off* natural das carteiras de produtos garantidos.

O rácio de solvência individual anual a 31 de dezembro de 2023 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões durante o mês de abril de 2024 e após certificação pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável.

Evolução do Rácio de Solvência Individual e Consolidado



De acordo com o previsto na Política de Gestão de Capital, apenas quando a Santander Totta Seguros apresenta um Rácio de Solvência com nível de risco baixo deve ser considerada a existência de excedente de capital, enquadrado no âmbito dos princípios internos de gestão de capital da Sociedade. Existindo um excedente de capital pode ser ponderado pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos, ainda que o montante dos mesmos possa comprometer o cumprimento dos limites estabelecidos em termos dos objetivos de capital.

Para além do cumprimento dos limites estabelecidos no âmbito do objetivo de capital, existem outros fatores que são tidos em conta pela Sociedade no momento de optar pela proposta de distribuição (ou não) de dividendos pelos seus acionistas, nomeadamente:

- Riscos e tendências associados ao negócio e à estratégia;
- Alterações regulamentares previstas;
- Posicionamento no mercado;
- Tributação que possa influenciar a forma de distribuição de dividendos;
- Existência de reservas contabilísticas distribuíveis;
- Níveis de liquidez adequados;
- Custos operacionais da distribuição de dividendos.

Cumprimento e Conduta

A Santander Totta Seguros mantém o compromisso com a integridade e o cumprimento ético. O Grupo Santander ao qual a Santander Totta Seguros pertence esforça-se por defender uma cultura de trabalho aberta e honesta, fomentando um ambiente ético, responsável e transparente, onde as pessoas falam com clareza e se expressam livremente. Para garantir que assim seja, a Santander Totta Seguros, a par da Política de Canais de Denúncias, no âmbito da Lei n.º 93/2021, de 20/12, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva (UE) 2019/1937, aprovou ainda a Política e Procedimentos de Participação de Irregularidades, considerando-se como tal os atos e omissões, graves, relacionados com a administração, o sistema de governação ou a organização contabilística da Santander Totta Seguros, suscetíveis de a colocarem em situação de deterioração das suas condições financeiras, ou de indícios sérios de infrações a deveres previstos no Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) ou em ato delegado da Comissão Europeia adotado em desenvolvimento da Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, assim como na Norma Regulamentar n.º 4/2022 – R da Autoridade de Supervisão de Seguro e de Fundos de Pensões.

A Santander Totta Seguros e os seus colaboradores regem-se por um Código Geral de Conduta, que reflete os valores que pautam a atuação do Grupo Santander, o qual enumera as diversas preocupações do Grupo ao nível dos comportamentos éticos. No mesmo sentido, a Santander Totta Seguros e os seus colaboradores regem-se na relação com o Cliente por um Código de Conduta na Relação com os Clientes o qual estabelece os princípios e regras de conduta que devem ser observados na relação com os clientes e na tutela dos respetivos interesses, nos diversos aspetos em que se traduzem, e independentemente do modo por que se concretizem.

Adicionalmente, a Santander Totta Seguros rege-se por políticas que suportam a prática de um negócio ético e transparente, nomeadamente a Política Antifraude, a Política Interna de Seleção e Avaliação, a Política de Conceção e Aprovação de Produtos, e a Política de Tratamento, entre outras.

A constante elaboração e/ou revisão de políticas de governação em face do quadro legal e regulamentar aplicável, tem como objetivo assegurar que Santander Totta Seguros cumpre as regras de conduta de mercado. Neste sentido, aprofundou-se a Política de Seleção e Avaliação, a Política de Remuneração e aderiu-se à Política de Conflitos de Interesses, à Política de Defesa Corporativa e à Política de Cultura Organizacional, transversais às empresas do Grupo Santander, as quais refletem a preocupação com estas matérias, promovendo a transparência, a justiça e a imparcialidade.

Qualidade e Contencioso

A Santander Totta Seguros manteve em 2023 uma análise e monitorização sistemática dos processos internos, avaliando de forma contínua todos os aspetos com impacto em tomadores de seguros, segurados, beneficiários ou terceiros lesados, no âmbito da atividade seguradora, bem como os associados, contribuintes, participantes e beneficiários, no âmbito da atividade de gestão de fundos de pensões, atuando sempre que se identificaram oportunidades para tal, através da implementação de alterações com efeito corretivo ou preventivo, visando uma melhoria contínua de processos internos e da consequente qualidade de serviço ao cliente. Durante o ano de 2023 não se registou um aumento do número de reclamações, face ao ano 2022, concluindo-se assim por uma estabilidade neste domínio, com uma ligeira melhoria, no sentido da redução das reclamações.

Durante o ano de 2023, verificou-se que 60% das reclamações foram relativas a produtos de Vida Risco ligados a contratos bancários, sendo a temática de Sinistros a causa mais preponderante nos temas das reclamações apresentadas no ano.

No ano de 2023 foram abertos 20 novos processos de Contencioso (24 em 2022). Foram concluídos 17 processos (26 em 2022) dos quais ganhamos 47% dos casos, foram perdidos 24%, 12% foram encerrados por acordo entre as partes e 12% tiveram outro tipo de desfecho. Não obstante terem sido encerrados menos processos de contencioso face a 2022, as condenações foram ligeiramente inferiores ao registado nos anos anteriores.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido de Impostos da Santander Totta Seguros foi de 28.074.777,19 euros (vinte e oito milhões, setenta e quatro mil, setecentos e setenta e sete euros e dezanove cêntimos).

Propõe-se a seguinte aplicação:

- 1.805.532,09 euros (um milhão, oitocentos e cinco mil e quinhentos e trinta e dois euros e nove cêntimos) para Reserva Legal, dando cumprimento ao artigo 62º da Lei nº 147/2015 de 9 de setembro, atingindo-se assim o valor equivalente ao capital social;
- 2.970,10 euros (dois mil, novecentos e setenta euros e dez cêntimos) para Resultados Transitados.
- 26.266.275,00 euros (vinte e seis milhões, duzentos e sessenta e seis mil e duzentos e setenta e cinco euros) para distribuição de dividendos correspondentes a 0,5559 euros por ação.

Perspetivas e Desafios para 2024

Para o ano de 2024, a Companhia perspetiva:

- Continuar o processo de posicionamento da Santander Totta Seguros, conforme estabelecido no Plano Estratégico 2024 a 2026, como especialista de produtos de poupança a médio e longo prazo e de reforma, oferta esta complementada com um conjunto de coberturas adicionais de forma a aumentar o valor acrescentado e percebido, estruturando para isso uma oferta de valor diversificada;
- Promoção de uma cultura de riscos dentro da Companhia através da aplicação da Política de Gestão de Risco e Política de Apetite por Risco que permita uma gestão sã, prudente e adequada dos mesmos, e a permanente otimização do consumo de capital;
- Manutenção de um processo contínuo de monitorização, controlo e gestão dos riscos, através do cumprimento dos limites de exposição ao risco, de uma gestão prudente de carteiras de ativos e de um nível adequado de liquidez e solvência que garantam a capacidade de cumprir e honrar com todas as suas responsabilidades, mesmo em cenários extremos, mas possíveis;
- Gestão e desenvolvimentos de parcerias com outros operadores de seguros que permitam complementar a oferta de seguros Vida e não Vida disponibilizados aos balcões do Banco Santander em Portugal;
- Desenvolvimento de uma cultura “digital” através da automatização e otimização de processos e maior eficiência de estruturas, mantendo o cliente como ponto focal das operações.

Considerações Finais

Gostaria o Conselho de Administração de manifestar o seu agradecimento a todas as entidades que apoiaram a nossa empresa no desenvolvimento da sua atividade, designadamente:

- Aos nossos Clientes, pela sua preferência;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela forma como acompanharam e apoiaram o desenvolvimento da Companhia;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, nomeadamente na defesa dos interesses da indústria e em matérias técnicas;
- Aos Senhores Provedores do Cliente de Seguros e dos Participantes e Beneficiários de adesões individuais dos Fundos de Pensões abertos, pelo seu apoio e contribuição;
- Ao Conselho Fiscal, pelo acompanhamento da atividade e contribuição;
- Ao Mediador Banco Santander Totta, pelo seu contributo na dinamização de “cross-selling” e resultados obtidos;
- A todos os colaboradores que, com dedicação, contribuíram para os resultados obtidos.

Lisboa, 21 de março de 2024

O Conselho de Administração,

Inês Oom Ferreira de Sousa
Presidente

Armando Alberto Bordalo Escalda
Vogal

Francisco del Cura Ayuso
Vogal

Manuela Vieira Marinho
Vogal

Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins
Vogal

Paulo Alexandre Timóteo Dias
Vogal

Informações Complementares

Publicidade de participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização -- art. 447º do Código das Sociedades Comerciais

Membro	Entidade	N.º de títulos 31.12.22	Movimentos em 2023			N.º de títulos 31.12.23
			Data	Operação	N.º de ações Preço/ação	
Inês Oom Ferreira de Sousa	Banco Santander SA	84 448	23.02.2023	Depósito de Títulos	13 065 3,498	13 065
			20.06.2023	Venda de Títulos	-84 448 3,195	
Francisco del Cura Ayuso	Banco Santander SA	134 000	25.02.2023	Depósito de Títulos	63 142 3,498	197 142
Armando Alberto Bordalo Escalda	Banco Santander SA	101 472	23.02.2023	Depósito de Títulos	18 426 3,498	119 898
Manuela Vieira Marinho	Banco Santander SA	9 847	23.02.2023	Depósito de Títulos	3788 3,498	13 635
Paulo Alexandre Timóteo Dias	Banco Santander SA	11	23.02.2023	Depósito de títulos	2 510 3,498	2 590
			27.02.2023	Depósito de títulos	69 3,4825	
Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins	Banco Santander SA	152	-	-	-	152
Afonso Pereira Barbosa	-	-	-	-	-	-
José António Nogueira Veloso	-	-	-	-	-	-
Jorge Filipe Alves Gaspar	Banco Santander SA	12 862	-	-	-	12 862
José Duarte Assunção Dias	-	-	-	-	-	-

Demonstrações Financeiras

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2023

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	ATIVO	2023			2022
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
4	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	207 039 143		207 039 143	225 163 198
5	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	19 207 020		19 207 020	18 707 120
6	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 796 834 493	0	2 796 834 493	2 667 582 155
6	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	711 761 779	0	711 761 779	685 937 132
6	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	76 832 983		76 832 983	19 741 801
7	Outros ativos tangíveis	2 805 934	2 727 652	78 282	78 479
8	Outros ativos intangíveis	11 221 546	10 556 463	665 083	505 206
	Ativos de contratos de seguro do ramo Vida	126		126	0
11	Ativos de contratos de resseguro do Ramo Vida	15 750 910	0	15 750 910	22 017 867
	De serviços futuros	2 468 043		2 468 043	2 691 639
	De serviços passados	13 282 867	0	13 282 867	19 326 228
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24 138	0	24 138	24 138
9	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	12 683 793	613 341	12 070 452	9 487 378
	Contas a receber por operações de seguro direto	109 963	0	109 963	45 535
	Contas a receber por outras operações de resseguro	7 899	0	7 899	806 709
	Contas a receber por outras operações	12 565 930	613 341	11 952 590	8 635 134
15	Ativos por impostos	2 227 998	0	2 227 998	14 557 797
	Ativos por impostos correntes	0	0	0	719 801
	Ativos por impostos diferidos	2 227 998	0	2 227 998	13 837 996
10	Acréscimos e diferimentos	7 005 153	0	7 005 153	4 005 153
	TOTAL ATIVO	3 863 395 019	13 897 455	3 849 497 564	3 667 807 425

O Contabilista certificado

Conselho de Administração

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2023

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2023	2022
	PASSIVO		
11	Passivos de contratos de seguro do ramo Vida	2 272 543 179	2 207 196 224
	De serviços futuros	2 248 728 640	2 177 087 278
	De serviços passados	23 814 539	30 108 946
12	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	1 338 788 993	1 197 324 122
13	Outros passivos financeiros	62 985 297	84 321 807
	Depósitos recebidos de resseguradores	0	14 567
	Outros	62 985 297	84 307 239
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	348 764	333 679
14	Outros credores por operações de seguros e outras operações	15 251 253	14 494 415
	Contas a pagar por operações de seguro direto	9 076 934	9 352 170
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	2 859 093	1 915 043
	Contas a pagar por outras operações	3 315 226	3 227 201
15	Passivos por impostos	13 553 734	12 152 831
	Passivos por impostos correntes	2 619 226	569 507
	Passivos por impostos diferidos	10 934 508	11 583 324
10	Acréscimos e diferimentos	3 073 176	3 594 559
16	Outras provisões	168 361	168 361
	TOTAL PASSIVO	3 706 712 757	3 519 585 997
	CAPITAL PRÓPRIO		
17	Capital	47 250 000	47 250 000
18	Reservas de reavaliação	-30 830 069	-55 394 483
18	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	55 853 774	89 854 330
18	Reserva por impostos	-5 880 571	-8 098 064
18	Outras reservas	17 233 531	46 460 102
18	Resultados transitados	31 083 364	5 710 006
18	Resultado do período	28 074 777	22 439 537
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	142 784 807	148 221 428
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	3 849 497 564	3 667 807 425

O Contabilista certificado

Conselho de Administração

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Conta de Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2023

Valores em euros

Notas do Anexo	2023			2022
	Técnica Vida	Não Técnica	Total	
Réditos de contratos de seguro	76 292 867		76 292 867	87 130 758
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	54 196 320		54 196 320	59 142 601
Não mensurados pela abordagem da alocação de prémio	22 096 547		22 096 547	27 988 157
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	16 947 994		16 947 994	18 080 903
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	-1 848 070		-1 848 070	2 670 612
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	6 996 623		6 996 623	7 236 643
Gastos de contratos de seguros	-45 275 884		-45 275 884	-62 009 338
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	-23 851 138		-23 851 138	-25 699 723
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	-30 875 127		-30 875 127	-33 229 498
Alterações relativas a serviços passados	5 673 342		5 673 342	1 677 001
Alterações relativas a serviços futuros	3 777 040		3 777 040	-4 757 118
Réditos de contratos de resseguro	11 315 858		11 315 858	16 273 488
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros – parte dos resseguradores	14 857 571		14 857 571	18 444 090
Alterações relativas a serviços passados – parte dos resseguradores	-3 541 713		-3 541 713	-2 170 602
Gastos de contratos de resseguro	-33 124 758		-33 124 758	-36 280 756
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio – parte dos resseguradores	-33 124 758		-33 124 758	-36 280 756
19 RESULTADO DE CONTRATOS DE SEGURO	9 208 082		9 208 082	5 114 152
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	841		841	179 055 777
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	-130 159 239		-130 159 239	0
22 RESULTADO DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO	-130 158 398		-130 158 398	179 055 777
20 Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	9 283 181		9 283 181	10 121 989
26 Rendimentos	66 461 339	17 512 172	83 973 511	66 255 215
De juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas	13 183 380	17 438 589	30 621 969	22 756 031
De outros	53 277 959	73 583	53 351 542	43 499 184
27 Gastos de investimentos	-12 854 575	0	-12 854 575	-4 250 085
De outros	-12 854 575	0	-12 854 575	-4 250 085
28 Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	-1 138 580	-10 930	-1 149 510	433 432
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	-324 290	-40 192	-364 482	479 950
De ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	0	29 262	29 262	725
De passivos financeiros mensurados a custo amortizado	-814 289	0	-814 289	-47 243
28 Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	79 304 974	7 067 039	86 372 013	-222 316 857
29 Diferenças de câmbio	-2 068 774	-556	-2 069 330	3 556 965
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	60 877	0	60 877	-93 627
De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	60 877	0	60 877	-93 627
21 Gastos não atribuíveis	-11 728 692	-78 562	-11 807 255	-13 168 433
30 Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro	785 684	0	785 684	439 808
31 Outras rendimentos / gastos		155 026	155 026	-211 482
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	7 155 117	24 644 189	31 799 306	24 936 853
15 Imposto sobre o rendimento do período - Impostos correntes		-1 775 235	-1 775 235	554 523
15 Imposto sobre o rendimento do período - Impostos diferidos		-1 949 294	-1 949 294	-3 051 839
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7 155 117	20 919 661	28 074 777	22 439 537

O Contabilista certificado

Conselho de Administração

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Demonstração do Rendimento Integral em 31 de Dezembro de 2023

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	Demonstração do rendimento integral	2023	2022
18	Resultado líquido do período	28 074 777	22 439 537
	Outro rendimento integral do período	-7 218 649	-4 920 595
	Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	24 564 414	-96 291 119
	Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-34 000 557	89 854 330
	Impostos	2 217 493	1 516 194
	Total do rendimento integral líquido de impostos	20 856 128	17 518 942

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Demonstração de Variações do Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2023

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de Reavaliação	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro / resseguro	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do período	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas			Reserva legal	Outras reservas			
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2022 (posição de abertura)	47 250 000	-55 394 483	89 854 330	-8 098 064	43 983 393	2 476 709	5 710 006	22 439 537	148 221 428
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	47 250 000	-55 394 483	89 854 330	-8 098 064	43 983 393	2 476 709	5 710 006	22 439 537	148 221 428
18	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	0	0	0	0	1 461 075	-30 687 646	30 687 646	-1 461 075	0
	Distribuição de lucros/prejuízos	0	0	0	0	0	0	-5 314 288	-20 978 462	-26 292 750
	Resultado líquido do período	0	0	0	0	0	0	0	28 074 777	28 074 777
	Outro rendimento integral do exercício, líquido de impostos									
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	0	24 564 414	0	0	0	0	0	0	24 564 414
	Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	0	0	-34 000 557	0	0	0	0	0	-34 000 557
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos	0	0	0	2 217 493	0	0	0	0	2 217 493
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	0	24 564 414	-34 000 557	2 217 493	0	0	0	28 074 777	20 856 128
	Total das variações do capital próprio	47 250 000	-30 830 069	55 853 774	-5 880 571	45 444 468	-28 210 937	31 083 364	28 074 777	142 784 807
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2023	47 250 000	-30 830 069	55 853 774	-5 880 571	45 444 468	-28 210 937	31 083 364	28 074 777	142 784 807

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Demonstração de Variações do Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2022

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de Reavaliação	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro / resseguro	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do período	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas			Reserva legal	Outras reservas			
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2021 (posição de abertura)	47 250 000	9 197 851	0	-2 165 044	41 518 712	2 476 709	18 585 758	24 646 812	141 510 797
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	0	31 698 785	0	-7 449 214	0	0	-35 057 882	0	-10 808 311
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	47 250 000	40 896 636	0	-9 614 258	41 518 712	2 476 709	-16 472 124	24 646 812	130 702 486
18	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	0	0	0	0	2 464 681	0	0	-2 464 681	0
	Distribuição de lucros/prejuízos	0	0	0	0	0	0	22 182 131	-22 182 131	0
	Resultado líquido do período	0	0	0	0	0	0	0	22 439 537	22 439 537
	Outro rendimento integral do exercício, líquido de impostos									
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	0	-96 291 119	0	0	0	0	0	0	-96 291 119
	Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	0	0	89 854 330	0	0	0	0	0	89 854 330
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos	0	0	0	1 516 194	0	0	0	0	1 516 194
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	0	-96 291 119	89 854 330	1 516 194	0	0	0	22 439 537	17 518 942
	Total das variações do capital próprio	47 250 000	-96 291 119	89 854 330	1 516 194	2 464 681	0	22 182 131	-2 207 275	17 518 942
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2022	47 250 000	-55 394 483	89 854 330	-8 098 064	43 983 393	2 476 709	5 710 006	22 439 537	148 221 428

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	28 074 777	22 439 537
Custos e proveitos operacionais que não representam fluxos de caixa:		
Amortizações do exercício	406 803	425 563
Variação em outras provisões	0	-654 708
Variação nos passivos por contratos de seguros e ativos por contratos de resseguro	37 613 229	-372 059 040
Variação de Passivos por Contratos de Investimento	141 464 871	-213 318 116
Juros e encargos similares	-83 973 511	-64 894 476
<i>(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:</i>		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	734 382	74 457
Devedores por outras operações	-3 317 456	-2 010 426
Ativos por impostos	14 547 293	-8 028 067
Outros ativos	-3 000 000	5 000 000
<i>Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais:</i>		
Credores por operações de seguro directo e resseguro	654 246	-2 953 161
Credores por outras operações	88 024	523 680
Passivos por impostos	1 400 903	6 819 238
Outros passivos	-521 383	-1 256 486
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>134 172 180</u>	<u>-629 892 005</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Variação nos ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	-150 559 195	536 742 253
Variação nos ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	-1 260 233	-20 396 668
Variação nos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	-57 091 182	15 209 084
Aquisições de outros ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	-566 485	-325 506
Juros e encargos similares	83 973 511	64 894 476
Variação dos Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-499 900	-649 870
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>-126 003 485</u>	<u>595 473 768</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	-26 292 750	
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>-26 292 750</u>	<u>0</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	-18 124 055	-34 418 237
Caixa e seus equivalentes no início do período	225 163 198	259 581 435
Caixa e seus equivalentes no fim do período	207 039 143	225 163 198

O Contabilista certificado

O Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Santander Totta Seguros ou Companhia) foi constituída em 19 de março de 2001 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo Vida, para a qual tem as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Em 2007, a Companhia obteve autorização para operar no ramo não vida – acidentes pessoais, tendo deixado de explorar este ramo a partir de 1 de janeiro de 2015.

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a sobrevivência da pessoa segura, bem como operações financeiras conducentes à captação de aforro.

Em 27 de dezembro de 2001 foi registada a escritura de cessão, a favor da Companhia, da Sucursal Seguros Génesis, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (Seguros Génesis), bem como da carteira de seguros associada à mesma, tendo os correspondentes efeitos económicos sido reportados a 1 de janeiro de 2001.

Em setembro de 2002, a Companhia alterou a sua denominação inicial, Santander Central Hispano Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. Posteriormente, em março de 2005, adotou a atual denominação.

A 1 de outubro de 2018, a Santander Totta Seguros incorporou por fusão a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Eurovida”), com efeitos económicos a 1 de janeiro de 2018, tendo, por conseguinte, assumido todos os direitos e obrigações da extinta Eurovida. Desta forma, a Companhia recebeu a atividade de gestão de Fundos de Pensões, e passou a deter 100% da Popular Seguros. A Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A é uma Sociedade anónima constituída em 30 de agosto de 2006 e tem como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do Ramo Não Vida.

No âmbito da parceria existente entre o Grupo Santander Totta e a Aegon Spain Holding B.V., e tendo presente a operação de aquisição e fusão da Eurovida na Santander Totta Seguros, procedeu-se em 2018 à negociação da venda do ramo autónomo de negócio vida risco da ex-Eurovida, à Aegon Santander Vida, conforme direito de preferência outorgado a estas entidades no acordo parassocial (*Alliance and Shareholders Agreement*) assinado com a Aegon Spain Holding B.V., em 2014.

Neste contexto, em 2019, a estratégia de negócios da Santander Totta Seguros focou-se na componente de Seguros Financeiros, essencialmente em contratos de investimento (*Unit-linked*), dando continuidade ao crescimento da quota de mercado neste tipo de seguros, bem como na componente da atividade de gestão de Fundos de Pensões, atividade recebida da extinta Eurovida.

No dia 14 de outubro de 2020, a Santander Totta Seguros alienou à Mapfre Seguros Gerais, S.A. a participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A. (“Popular Seguros”), pelo valor global de 14.400 milhares de euros, tendo registado uma mais valia líquida de 8.963 milhares de euros, tendo sido estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem à Santander Totta Seguros e ao Grupo Mapfre controlo conjunto sobre a entidade. Na referida data foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Popular Seguros a alteração da denominação social da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. para Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A (“Mapfre Santander”). Na sequência do acordo de venda, foi celebrado entre a sociedade e o Banco Santander Totta, S.A. um acordo de distribuição, mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da companhia até 31 de dezembro de 2037. Na referida data foi igualmente feita a alienação correspondente à transferência parcial de carteira correspondente à carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida à Mapfre Seguros Gerais, S.A. pelo montante de 3.600 milhares de euros, tendo sido gerada uma mais valia líquida do referido montante.

As transações referidas no parágrafo anterior foram precedidas de decisão de não oposição do Conselho de Administração da ASF no dia 13 de outubro de 2020.

Em 21 de dezembro de 2023 a Santander Totta Seguros foi vendida à Santander Insurance, S.L. pela Santander Totta S.G.P.S., S.A.

Conforme indicado na Nota 17, O Capital Social da Santander Totta Seguros é detido na totalidade pela Santander Insurance, S.L., a qual é diretamente dominada pelo Banco Santander, S.A., que nela detém uma percentagem de 99,99%, sendo que, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere (Grupo Santander).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e respetivo foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2024, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

(ASF), através da Norma Regulamentar nº 9/2022-R, de 2 de novembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Entidade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.22.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor. Em 2017, foi publicada a IFRS 17, concluindo o processo de definição de regras contabilísticas relativas a contratos de seguros, iniciado em 2004 com a emissão da IFRS 4. Por outro lado, com a entrada em vigor da IFRS 17 a 1 de janeiro de 2023 ao abrigo da Norma Regulamentar nº 9/2022-R, o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES) fica em total conformidade com as NIC, concluindo o processo de convergência iniciado em 2008 por força da Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as a seguir descritas, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais incluem participações em sociedades nas quais a Companhia exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, evidenciada pela detenção de mais de 50% dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e

operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a % que detenha sobre os capitais próprios seja inferior a 50%.

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que a Companhia tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Companhia pode ainda exercer influência significativa numa empresa participada através da participação na gestão da associada ou na composição do Conselho Administração com poderes executivos.

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões unânimes.

As participações em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são registados ao custo de aquisição, sendo sujeitos a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando este seja contingente à ocorrência de eventos específicos acordados (ex.: realização de justo valor de ativos adquiridos) com o vendedor.

São registadas perdas por imparidade nos casos em que se justifique, ou seja, quando as entidades participadas registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira. Tal contabilização ocorre, quando na sequência de testes de imparidade realizados pela Companhia, se conclui que o valor contabilístico é superior ao valor recuperável apurado.

Para além do reconhecimento da imparidade do investimento nas Associadas até à concorrência do custo de aquisição a Companhia reconhece responsabilidades adicionais, se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício das Associadas.

2.3. Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Ativos financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Companhia na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e dos termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de reservas: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);
 - a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Companhia não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Companhia optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;
- iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração

A Companhia mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos de ativos ao custo amortizado”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

Perdas por imparidade

A Companhia avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros devedores” e aos Ativos de contratos com clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas relativas à expectativa da evolução dos ciclos económicos.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“*on demand*”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber não seja imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Companhia apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Companhia aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

A Companhia avalia de modo prospetivo as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos ao custo amortizado. A metodologia de imparidade aplicada depende se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito. São detalhados na Nota 6 os procedimentos adotados pela Companhia, para verificar se ocorreu, ou não, um aumento significativo no risco de crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

2.4. Outros ativos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com *software* adquirido. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

2.5. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de subsequentes depreciações e perdas por imparidade. As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como custo do exercício.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em comercialização.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor menos custos de vender), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo, sendo que o valor contabilístico do ativo nunca poderá ser superior ao valor que o ativo teria, caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade, considerando as depreciações que este teria sofrido.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos bens.

As taxas definidas têm subjacentes as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Material de transporte	4 a 6
Outras imobilizações corpóreas	5 a 10

A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro. Alterações às vidas úteis dos bens são tratadas como uma alteração de estimativa contábilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos e perdas na alienação dos ativos são determinados na diferença entre valor de realização e o valor contábilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração de resultados.

2.6. Contratos de seguro

2.6.1. Classificação dos contratos

Contratos de seguro

A Companhia reconhece como contratos de seguro, os contratos em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento coberto pelo seguro) afetar adversamente o tomador de seguro.

No caso de contratos em que o risco seja essencialmente financeiro e o risco de seguro assumido pela Companhia não seja significativo, mas exista uma participação discricionária nos resultados atribuída aos tomadores de seguro, a Companhia considera estes contratos como sendo contratos de seguro e como tal são mensurados em conformidade com a IFRS 17.

No caso de contratos em que existe somente a transferência de risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, a Companhia regista estes contratos como instrumentos financeiros e são mensurados à luz da IFRS 9.

Os ativos financeiros detidos pela Companhia para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros da Companhia.

Contratos de resseguro

A Companhia celebra acordos com o intuito de transferir o risco de seguro, juntamente com os respetivos prémios, para uma ou mais entidades resseguradoras. Se, a entidade resseguradora não tiver a capacidade de cumprir com as suas obrigações, a Companhia continua responsável perante os seus tomadores de seguro pela parcela ressegurada.

2.6.2. Nível de Agregação

A Companhia determina o nível de agregação para os contratos de seguro emitidos dividindo-os por portfólios. Cada portfólio deve incluir contratos de seguro sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto.

A Companhia agrupou os seus portfólios da seguinte forma:

- Produtos de Vida Risco Anuais Renováveis;
- Produtos de Rendas;
- Produtos de Investimento;
- Produtos de Risco;
- *Unit-linked*.

No reconhecimento inicial, os contratos de seguro inseridos em cada portfólio são divididos em grupos de:

- Contratos que são onerosos;
- Contratos que não apresentam uma possibilidade significativa de se tornarem posteriormente onerosos;
- Restantes contratos do portfólio.

A Companhia aplicou a metodologia anteriormente referida para os contratos de resseguro cedido, conforme previsto no normativo. Sendo que no caso do resseguro apenas foi identificado um tratado de resseguro.

A norma IFRS 17 não permite que sejam incluídos num mesmo portfólio contratos emitidos com mais de um ano de intervalo. Neste sentido, cada portfólio deverá ser desagregado em *cohorts* anuais, ou *cohorts* que consistem em períodos inferiores a um ano.

A Companhia separa os seus contratos em *cohorts* anuais, que têm por base o ano de emissão.

2.6.3. Separação de componentes

O normativo exige que a Companhia separe as componentes de investimento distintas do contrato de seguro de acolhimento.

A Companhia não detém, ao momento, componentes de investimento distintas pelo que não necessita de efetuar esta separação.

No entanto, detém componentes de investimento não distintas. Em linha com a norma, a Companhia não separa estas componentes não distintas dos contratos de seguro de acolhimento, mas também não as reconhece nem em ganhos nem em perdas de contratos de seguro, ou seja, ambas as linhas são expurgadas destes valores. A totalidade do valor pago aos tomadores de seguros nos

contratos de seguro no âmbito do modelo da comissão variável é considerada uma componente de investimento não distinta.

2.6.4. Reconhecimento Inicial

A Companhia reconhece um dado grupo de contratos de seguro por si emitidos a partir da primeira das seguintes ocorrências:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data em que o primeiro pagamento de um tomador de seguro do grupo se torna exigível;
- data em que o grupo se torna oneroso, no caso de grupos de contratos onerosos.

No caso dos grupos de contratos de resseguro cedidos a Companhia reconhece-os a partir da primeira das seguintes datas:

- o início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro cedidos;
- a data em que a entidade reconhece um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes. No entanto, se a Companhia celebra um contrato de resseguro conexo cedido no grupo de contratos de resseguro cedidos reconhece-o nessa data ou antes.

2.6.5. Modelos de Mensuração

O normativo introduz três modelos de mensuração, o modelo geral de mensuração ou "General measurement model" ("GMM"), o modelo de imputação dos prémios ou "Premium allocation approach" ("PAA") e o modelo da comissão variável ou "Variable fee approach" ("VFA"). O intuito dos mesmos é que os proveitos de contratos de seguro sejam reconhecidos em ganhos e perdas ao longo do tempo, à medida que os serviços vão sendo prestados. Os modelos têm por base o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, um ajustamento para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros inerentes aos fluxos de caixa futuros, na medida em que não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa futuros, um ajustamento pelo risco para o risco não financeiro e também uma margem de serviços contratuais que representa o lucro ainda não realizado.

Para determinar o modelo de mensuração, a Companhia, no momento inicial, aferiu se os contratos de seguro tinham ou não participação nos resultados, como definida na norma. Tal verifica-se quando, os termos contratuais especificam que o tomador de seguro participa numa parte de um grupo de itens subjacentes claramente identificados; quando a Companhia espera pagar ao tomador de seguro um montante igual a uma parte substancial do justo valor do retorno dos

itens subjacentes; e quando a Companhia espera que uma parte substancial de qualquer alteração nos montantes a pagar ao tomador de seguro varie consoante a alteração no justo valor dos itens subjacentes. Os contratos com participação nos resultados devem de ser mensurados através da abordagem da comissão variável. Por outro lado, os contratos sem participação nos resultados são mensurados através do modelo geral de mensuração. Os contratos que tenham um período de cobertura igual ou inferior a 12 meses podem ser elegíveis para a aplicação da abordagem de imputação dos prémios.

Atendendo ao tipo de produtos detidos pela Companhia e também aos requisitos de aplicabilidade de cada um dos modelos de mensuração, a Companhia irá aplicar os três modelos de mensuração previstos no normativo.

A alocação dos modelos de mensuração aos produtos da Companhia foi efetuada da seguinte forma:

Tipo de produto	Modelo de mensuração
Seguros de Vida Risco anuais renováveis	Abordagem de imputação dos prémios (PAA)
Seguros de rendas	Modelo geral de mensuração (GMM)
Seguros de investimento	
Seguros de risco	
<i>Unit-linked</i>	Abordagem da comissão variável (VFA)

2.6.6. Fronteiras Contratuais

O normativo prevê que a Companhia inclua no cálculo dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos de seguro e dos contratos de resseguro detido as estimativas dos fluxos de caixa futuros que se inscrevam dentro dos limites de cada contrato do grupo. Os fluxos de caixa inscrevem-se dentro dos limites de um contrato de seguro se decorrem de direitos e obrigações de caráter substantivo existentes durante o período de relato por via dos quais a Companhia pode obrigar o tomador de seguro a pagar os prémios ou a Companhia tem uma obrigação material de prestar serviços de contratos de seguro ao tomador de seguro.

Uma obrigação material de prestação de serviços de contratos de seguro termina quando:

- a Companhia tiver a possibilidade prática de reavaliar os riscos do tomador de seguro, pelo que pode fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente esses riscos; ou
- estiverem preenchidos ambos os seguintes critérios:

- i. a Companhia tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos da carteira de contratos de seguro que contém o contrato e, conseqüentemente, puder fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente o risco dessa carteira; e
- ii. a tarifação dos prémios até à data em que os riscos são reavaliados não tem em conta os riscos que dizem respeito a períodos posteriores à data de reavaliação.

No caso dos contratos de resseguro cedidos, a obrigação substantiva de receber serviços termina quando o ressegurador tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos de seguro que lhe foram transferidos e, conseqüentemente, puder definir o preço ou o nível de benefícios que reflitam esse mesmo risco, ou quando o ressegurador tiver o direito substantivo de cessar a cobertura.

A Companhia não reconhece ativos ou passivos relativos a prémios ou sinistros que não estejam inseridos nas fronteiras contratuais – estes montantes dizem respeito a contratos de seguro futuros.

2.6.7. Aplicação dos modelos de mensuração aos contratos de seguro

Modelo geral de mensuração

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial, a Companhia para mensurar os portfólios de contratos de seguro considera o produto resultante da soma:

- dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos, que compreendem:
 - i. as estimativas dos fluxos de caixa futuros que se inscrevam dentro das fronteiras contratuais;
 - ii. um ajustamento para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros inerentes aos fluxos de caixa futuros, na medida em que não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa futuros; e
 - iii. um ajustamento pelo risco para o risco não financeiro
- e da margem de serviços contratuais.

Estimativa dos fluxos de caixa futuros

A metodologia seguida pela Companhia para apurar o valor das estimativas dos fluxos de caixa futuros:

- incorpora, de uma forma imparcial, todas as informações razoáveis e justificáveis disponíveis sem custos ou esforços indevidos sobre a quantia, a calendarização e a incerteza desses fluxos de caixa futuros;
- reflete a perspectiva da Companhia, desde que as estimativas das variáveis de mercado relevantes sejam coerentes com os preços de mercado observáveis para aquelas variáveis;
- é corrente - as estimativas refletem as condições existentes à data de mensuração, incluindo os pressupostos para o futuro vigentes nessa data
- é explícita - a Companhia calcula o ajustamento para os riscos não financeiros separadamente das outras estimativas. Adicionalmente, a Companhia também estima os fluxos de caixa separadamente do ajustamento para o valor temporal do dinheiro e para o risco financeiro.

De notar que a Companhia também inclui nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros do grupo de contratos de resseguro cedidos o efeito de qualquer risco de desempenho do emitente do contrato de resseguro, incluindo os efeitos das cauções e das perdas resultantes de litígios.

Taxa de desconto

A Companhia mensura o valor temporal do dinheiro através da utilização de taxas de desconto que reflitam as características de liquidez dos contratos de seguro e que sejam coerentes com os preços de mercado correntes observáveis. As taxas de desconto excluem o efeito de fatores que influenciam esses preços de mercado observáveis, mas não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

A Companhia, para apurar a taxa de desconto, aplica três abordagens. A abordagem *bottom-up*, a abordagem *top-down* e uma abordagem combinada. Na abordagem *bottom-up* a taxa de desconto é determinada ajustando a taxa de juro sem risco, a fim de refletir as diferenças entre as características de liquidez dos instrumentos financeiros que estão na base das taxas praticadas no mercado e as características de liquidez dos contratos de seguro. Desta forma, a taxa de desconto que a Companhia aplica resulta da soma entre a taxa de juro sem risco e o prémio de iliquidez. Esta metodologia é aplicada aos produtos de risco e investimento.

À luz da abordagem *top-down*, a taxa de desconto é apurada a partir de uma curva de rendimento que reflita as atuais taxas de retorno implícitas de mercado mediante mensuração pelo justo valor de um portfólio de referência. De salientar que a Companhia para apurar a curva de rendimento não teve em consideração quaisquer fatores que não sejam relevantes e afetem os contratos de seguro. A Companhia aplica esta metodologia aos portfólios de rendas nos resultados.

A taxa combinada é aplicada pela Companhia nos casos em que os fluxos de caixa dos passivos variam total ou parcialmente com a rentabilidade dos instrumentos financeiros subjacentes. Tal como o nome indica a taxa combinada consiste na

combinação de taxas que reflitam tanto a variabilidade dos instrumentos financeiros como os respectivos ajustamentos.

A Companhia aplica esta taxa aos produtos *Unit-Linked*.

Na tabela seguinte é possível auferir as taxas de desconto que a Companhia aplicou aos seus produtos tendo em conta as metodologias acima descritas, recorrendo a uma taxa média por família de produto

	1 ano	5 anos	10 anos	20 anos	30 anos
Seguros com participação nos resultados	3,3415%	2,6933%	2,6731%	2,5399%	2,7055%
Outros seguros de vida - Com opções e garantias	3,2511%	2,7828%	2,9210%	2,9394%	3,0517%
Outros seguros de vida - Sem opções e garantias	3,4893%	2,4326%	2,5501%	2,5244%	2,7680%
Seguros ligados a fundos de investimento	3,3076%	3,3076%	3,3076%	3,3076%	3,3076%

Ajustamento de risco

O ajustamento de risco reflete a compensação que a Companhia exige para suportar a incerteza sobre o montante e a ocorrência dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A norma não prevê uma metodologia específica para o cálculo do ajustamento de risco, ditando que deverá ser utilizado julgamento por parte de cada entidade para determinar qual a técnica mais adequada para estimar esta métrica.

Neste sentido, a Companhia optou por utilizar o método do custo de capital para apurar o ajustamento de risco. O método consiste em determinar o custo de constituição do capital económico necessário ao longo da duração dos contratos. De salientar que a Companhia já aplicava esta metodologia para a determinação da margem de risco em Solvência II. O nível de confiança definido pela Companhia varia entre 75% e 80%.

A Companhia optou por desagregar o efeito financeiro do ajustamento de risco para o risco não financeiro entre o resultado de contratos de seguro e o resultado da componente financeira dos contratos de seguro.

Na determinação da percentagem do ajustamento de risco para os contratos de resseguro cedido, a Companhia também tem em consideração o montante do risco que é transferido pelo tomador do grupo de contratos de resseguro para o emitente desses contratos.

Margem de serviços contratuais

A margem de serviços contratuais corresponde aos lucros não realizados que a Companhia reconhecerá ao prestar serviços relativos a contratos de seguro no futuro.

A Companhia mensura a margem de serviços contratuais no reconhecimento inicial de um grupo de contratos de seguro como a quantia que corresponde à ausência de rendimentos ou gastos resultantes:

- do reconhecimento inicial de uma quantia de fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos;
- de quaisquer fluxos de caixa decorrentes dos contratos do grupo nessa data;
- do desreconhecimento na data do reconhecimento inicial de:
 - i. qualquer ativo para fluxos de caixa de aquisição de seguro; e
 - ii. qualquer outro ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos.

Nos portfólios de contratos de resseguro cedidos não existe um lucro não realizado, mas sim um custo líquido ou um lucro líquido na aquisição do resseguro. Assim, no reconhecimento inicial, a Companhia reconhece qualquer custo líquido ou ganho líquido na compra do grupo de contratos de resseguro cedidos como uma margem de serviços contratuais mensurada por um montante igual à soma do seguinte:

- os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos;
- a quantia desreconhecida nessa data de qualquer ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos de resseguro cedidos;
- quaisquer fluxos de caixa que surjam nessa data; e
- qualquer rendimento reconhecido nos lucros ou perdas.

Contratos onerosos

A Companhia classifica, da data do reconhecimento inicial, um contrato de seguro como sendo oneroso se os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos a ele imputados, acrescidos de quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros previamente reconhecidos e de quaisquer fluxos de caixa dele decorrentes nessa data de reconhecimento inicial, representarem uma saída líquida.

Quando o fluxo de caixa associado a um grupo de contratos de seguro é negativo, a Companhia reconhece uma componente de perda em ganhos e perdas que leve a que a quantia escriturada de passivo do grupo seja igual aos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos e a que a margem de serviços contratuais do grupo seja igual a zero.

Mensuração subsequente

Na mensuração subsequente a quantia escriturada de um grupo de contratos de seguro no final de cada período de relato corresponde à soma dos passivos de cobertura remanescente e dos passivos para sinistros ocorridos. Os passivos de cobertura remanescente correspondem aos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à prestação de serviços futuros imputados ao grupo nessa data e à margem de serviços contratuais do grupo de contratos nessa data. Os passivos para sinistros ocorridos compreendem os fluxos de caixa relativos a sinistros incorridos, incluindo eventos que já ocorreram para os quais ainda não foram reportados sinistros e outras despesas de seguro incorridas.

Estimativa dos fluxos de caixa futuros

A Companhia atualiza os valores dos fluxos de caixa futuros estimados no final de cada período de relato, tendo em conta atualizações nas estimativas para os mesmos, para a taxa de desconto e para o ajustamento de risco para risco não financeiro.

Margem de serviços contratuais

O valor da margem de serviços contratuais para um portfólio de contratos de seguro sem participação nos resultados no final do período de relato é igual à quantia escriturada no início do período de relato, ajustada para refletir:

- o efeito de quaisquer novos contratos acrescentados ao portfólio;
- os juros acrescidos sobre a quantia escriturada da margem de serviços contratuais durante o período de referência, mensurados de acordo com as taxas de desconto especificadas no normativo;
- as alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à prestação de serviços futuros exceto na medida em que:
 - i. esses aumentos dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos excedam a quantia escriturada da margem de serviços contratuais, dando origem a uma perda; ou
 - ii. essas diminuições dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos sejam imputadas à componente de perda do passivo de cobertura remanescente
- o efeito de quaisquer variações cambiais sobre a margem de serviços contratuais; e
- a quantia reconhecida como receita de seguros devido à transferência de serviços de contratos de seguro no período, determinada pela imputação da margem de serviços contratuais remanescente no fim do período de relato.

As alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos relacionados com serviços futuros anteriormente referidas incluem:

- ajustamentos em função da experiência resultantes dos prémios recebidos no período que dizem respeito a serviços futuros;
- alterações nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente mensuradas com recurso às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial, com exceção daquelas que se referem ao efeito do valor temporal do dinheiro e a ajustes no risco financeiro;
- diferenças entre qualquer componente de investimento não distinta com vencimento previsto no período e as componentes de investimento não distintas que efetivamente vençam no período;
- diferenças entre qualquer empréstimo a um tomador de seguro que se prevê que se torne reembolsável no período e o empréstimo efetivo a um tomador de seguro que se torna reembolsável no período.
- alterações no ajustamento pelo risco para o risco não financeiro relativos a serviços futuros.

O valor da margem de serviços contratuais inerente a um dado portfólio é reconhecido pela Companhia nos lucros ou perdas de cada período de reporte para refletir os serviços de contratos de seguro prestados no âmbito desse grupo nesse período. O valor é apurado mediante:

- identificação das unidades de cobertura do grupo. O número de unidades de cobertura de um grupo é a quantidade de serviços de contratos de seguro previstos pelos contratos do grupo, determinada pela análise, para cada contrato, da quantidade das prestações previstas no quadro de um contrato e do período esperado da sua cobertura.
- a imputação da margem de serviços contratuais no final do período (antes do reconhecimento de quaisquer quantias nos resultados, para refletir os serviços de contratos de seguro prestados no período), por igual, a cada unidade de cobertura prevista no atual período e para o futuro.
- reconhecimento nos resultados da quantia afetada a unidades de cobertura previstas no período.

Contratos onerosos

A Companhia conclui que um grupo de contratos de seguro se torna oneroso (ou mais oneroso) na mensuração subsequente se as seguintes quantias excederem a quantia escriturada na margem de serviços contratuais:

- alterações desfavoráveis relativas a serviço futuro nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos imputados ao grupo resultantes de alterações nas estimativas dos fluxos de caixa e do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro.

Abordagem da comissão variável

Esta abordagem deve de ser aplicada aos contratos de seguro com características de participação direta que cumpram com os requisitos definidos no normativo.

À luz da IFRS 17 somente são considerados como contratos de seguro com características de participação direta os contratos de seguro que, em substância, constituam contratos de serviços na área do investimento, no quadro dos quais a Companhia se compromete a assegurar um retorno de investimento com base em elementos subjacentes. Por conseguinte, são definidos como contratos de seguro, os contratos:

- cujos termos especificam que o tomador de seguro participa como titular de uma parte num grupo de itens subjacentes claramente identificado;
- em que a entidade espera pagar ao tomador de seguro um montante igual a uma parte substancial do justo valor do retorno dos itens subjacentes; e
- onde se espera que uma parte substancial de qualquer alteração nos montantes a pagar ao tomador de seguro varie em função da alteração do justo valor dos itens subjacentes

A Companhia efetuou o teste de elegibilidade acima descrito e como as três condições previstas no normativo foram cumpridas, a Companhia aplica esta metodologia aos produtos *Unit-Linked*.

Mensuração inicial

O reconhecimento inicial é similar ao do modelo geral de mensuração.

Mensuração subsequente

Margem de serviços contratuais

O valor da margem de serviços contratuais para um portfólio de contratos de seguro com participação nos resultados no final do período de relato é igual à quantia escriturada no início do período de relato, ajustada para:

- o efeito de quaisquer novos contratos acrescentados ao portfólio;

- a parte da entidade da alteração do justo valor dos itens subjacentes exceto na medida em que:
 - i. a Companhia tenha um objetivo de gestão do risco previamente documentado e uma estratégia de atenuação do risco financeiro;
 - ii. a parte da Companhia na diminuição do justo valor dos itens subjacentes exceda a quantia escriturada da margem de serviços contratuais, dando origem a uma perda; ou
 - iii. a parte da Companhia num aumento do justo valor dos itens subjacentes reverta a quantia do ponto anterior;
- as alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à prestação de serviços futuros exceto na medida em que:
 - i. a Companhia tenha um objetivo de gestão do risco previamente documentado e uma estratégia de atenuação do risco financeiro;
 - ii. esses aumentos dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos excedam a quantia escriturada da margem de serviços contratuais, dando origem a uma perda; ou
 - iii. essas diminuições dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos sejam imputadas à componente de perda do passivo de cobertura remanescente
- o efeito de quaisquer variações cambiais sobre a margem de serviços contratuais; e
- a quantia reconhecida como receita de seguros devido à transferência de serviços de contratos de seguro no período, determinada pela imputação da margem de serviços contratuais remanescente no fim do período de relato.

A margem de serviços contratuais é reconhecida nos lucros e perdas a cada período de reporte seguindo a mesma metodologia apresentada para o modelo geral de mensuração.

Contratos onerosos

A Companhia conclui que um grupo de contratos de seguro se torna oneroso (ou mais oneroso) na mensuração subsequente se as seguintes quantias excederem a quantia escriturada na margem de serviços contratuais:

- alterações desfavoráveis relativas a serviço futuro nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos imputados ao grupo resultantes de alterações nas estimativas dos fluxos de caixa e do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro; e
- a redução do montante da quota-parte da Companhia do justo valor dos itens subjacentes, no caso de um grupo de contratos de seguro com participação nos resultados.

Abordagem de imputação dos prémios

Esta abordagem é uma abordagem simplificada pelo que importa salientar que a Companhia apenas a aplicou porque foram preenchidos os requisitos descritos na norma.

Estes requisitos referem que uma Companhia só pode aplicar esta abordagem se:

- tiver razões para crer que esta simplificação conduzirá a uma mensuração do passivo de cobertura remanescente do grupo que não será significativamente diferente daquela que seria obtida pela aplicação do modelo geral de mensuração;
- o período de cobertura de cada contrato do grupo (incluindo os serviços de contratos de seguro decorrentes de todos os prémios dentro dos limites contratuais) é igual ou inferior a um ano.

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial, para apurar a quantia escriturada do passivo a Companhia considerou:

- os prémios eventualmente recebidos no reconhecimento inicial, se for o caso;
- menos quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros nessa data, salvo se a Companhia optar por reconhecer os pagamentos como gastos; e
- mais ou menos qualquer quantia decorrente do desreconhecimento nessa data do seguinte:
 - i. quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros;
 - ii. qualquer outro ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos.

Os fluxos de caixa de aquisição anteriormente referidos, podem ser diferidos ao longo do período de cobertura dos contratos ou reconhecidos como gastos quando incorridos. A Companhia optou por reconhecer os fluxos de caixa de aquisição como gastos quando incorridos.

Mensuração subsequente

Para mensurar a quantia escriturada do passivo no final de cada período de relato subsequente, a Companhia teve em consideração:

- a quantia escriturada no início do período do relato;
- mais os prémios recebidos durante o período;

- mais qualquer ajustamento de uma componente de financiamento;
- menos o montante reconhecido como rédito de seguros por serviços prestados nesse período;
- menos qualquer componente de investimento paga ou transferida para o passivo para sinistros ocorridos.

Conforme mencionado no normativo, não é imperativo ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro e pelo efeito do risco financeiro se a entidade tiver a expectativa de que esses fluxos de caixa irão ser pagos ou recebidos no espaço de um ano ou menos a contar da data de participação dos sinistros.

A Companhia optou por não ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro e pelo efeito do risco financeiro, uma vez que o período entre o recebimento do prémio e a prestação do serviço não é superior a um ano.

À luz do normativo a Companhia teria de mensurar os passivos para sinistros ocorridos do grupo de contratos de seguro como os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos relacionados com sinistros ocorridos, em linha com a metodologia que é aplicada para o modelo geral de mensuração. No entanto, a norma prevê uma exceção em que não é necessário ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro se o período entre a data de ocorrência dos sinistros e a liquidação dos mesmos for igual ou inferior a um ano.

A exceção prevista no normativo aplica-se à realidade da Companhia, logo para mensurar os passivos para sinistros a Companhia não considera o efeito temporal do dinheiro.

Para os contratos de resseguro cedido a aplicação desta abordagem é efetuada em linha com o procedimento acima descrito.

Contratos onerosos

Se ao longo do período de cobertura surgirem factos ou circunstâncias que indiquem que um grupo de contratos de seguro é oneroso, a Companhia apura a diferença entre:

- a quantia escriturada do passivo de cobertura remanescente; e
- os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à cobertura remanescente do grupo. No entanto, como a Companhia não procede ao ajustamento do passivo para sinistros ocorridos, para o valor

temporal do dinheiro e para os efeitos do risco financeiro, a Companhia não inclui esses ajustamentos nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos.

2.6.8. Rendimentos e perdas da componente financeira de contratos de seguro (IFIE)

Os rendimentos e perdas da componente financeira dos contratos de seguro (IFIE) compreendem a variação do valor contabilístico de grupos de contratos de seguros decorrentes do:

- efeito do valor temporal do dinheiro e das suas respetivas variações; e
- efeito do risco financeiro e respetivas variações.

O normativo define que, neste âmbito, uma entidade faça uma opção da política contabilística quanto à necessidade de desagregar os rendimentos ou gastos financeiros do período entre os resultados e outro rendimento integral. A política contabilística selecionada pela entidade deve ser aplicada a portfólios de contratos de seguro. De acordo com a IAS 8.13, a escolha da política contabilística deve ser aplicada de forma consistente a portfólios similares de contratos de seguro.

A Companhia optou por pela opção de desagregar o impacto do valor temporal do dinheiro e do risco financeiro entre resultados e outro rendimento integral.

2.6.9. Transição

No momento da transição, o normativo requer que a Companhia aplique a abordagem retrospectiva para reconhecer e mensurar tanto os contratos de seguro como os de resseguro cedido. À luz desta abordagem, a IFRS 17 teria de ser aplicada como se estivesse desde sempre em vigor.

No entanto, se tal for impraticável o normativo prevê duas possíveis alternativas: a abordagem retrospectiva modificada e a abordagem do justo valor.

Atendendo aos requisitos de aplicabilidade de cada uma das metodologias, a Companhia optou por aplicar a abordagem retrospectiva e a abordagem do justo valor aos seus portfólios.

Abordagem retrospectiva

Esta abordagem seria a que, idealmente, as entidades deveriam de aplicar à transição. No entanto, para tal seria necessário que existissem dados históricos completos e que o acesso aos mesmos não fosse nem demasiado custoso nem fossem requeridos esforços indevidos.

Ao aplicar esta abordagem, e tal como o nome indica, seria como se o regime da IFRS 17 tivesse sido sempre aplicado.

A Companhia aplicou esta metodologia aos produtos que são mensurados através da abordagem da alocação do prémio, uma vez que para estes produtos a Companhia tem acesso aos dados históricos necessários.

Abordagem do justo valor

A aplicação da abordagem do justo valor apenas requer a mensuração dos contratos à data de transição, pelo que não é necessário utilizar informação histórica dos mesmos.

Tendo em conta esta abordagem, a margem de serviços contratuais ou a componente de perda do passivo de cobertura remanescente, à transição, corresponde à diferença entre o justo valor de um grupo de contratos nessa data e os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos respetivos contratos mensurados nessa data.

A Companhia para apurar o justo valor, anteriormente referido, aplicou, quando necessário, a IFRS 13 – Mensuração pelo justo valor.

A Companhia aplicou esta abordagem aos restantes portfólios IFRS 17.

2.7. Impactos da Transição

Os impactos da adoção da nova norma podem ser analisados como se segue:

BALANÇO	IFRS 4 31/dez/21	Ajustamentos	IFRS 17 01/jan/22
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	259 581 435		259 581 435
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	18 057 250		18 057 250
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3 139 994 033		3 139 994 033
Derivados de cobertura	0		0
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	761 831 582		761 831 582
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	34 950 885		34 950 885
Terrenos e edifícios	63 484		63 484
Outros ativos intangíveis	620 258		620 258
Ativos de contratos de resseguro do Ramo Vida	19 770 020	1 027 868	20 797 889
Ativos de contratos de resseguro cedido - Serviços Futuros (PAA)	0		2 733 268
Ativos de contratos de resseguro cedido - Serviços Passados (PAA)	0		18 064 620
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24 138		24 138
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	11 367 132		11 367 132
Ativos por impostos	470 710	4 542 826	5 013 536
Acréscimos e diferimentos	9 005 153		9 005 153
TOTAL ATIVO	4 255 736 081	5 570 694	4 261 306 775
Passivos de contratos de seguro do Ramo Vida	677 235 384	1 994 469 945	2 671 705 330
Passivos de contratos de seguro - Serviços Futuros (PAA)	0		2 743 442
Passivos de contratos de seguro - Serviços Futuros (GMM)	0		682 888 101
Passivos de contratos de seguro - Serviços Futuros (VFA)	0		1 959 442 201
Passivos de contratos de seguro - Serviços Passados (PAA)	0		19 997 614
Passivos de contratos de seguro - Serviços Passados (GMM)	0		4 566 112
Passivos de contratos de seguro - Serviços Passados (VFA)	0		2 067 860
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e c	3 387 832 259	(1 977 190 020)	1 410 642 239
Outros passivos financeiros	20 009 842	319 305	20 329 147
Outros credores por operações de seguros e outras operações	19 362 718	(2 442 850)	16 919 869
Passivos por impostos	4 110 967	1 222 625	5 333 593
Acréscimos e diferimentos (P)	4 851 045		4 851 045
Outras Provisões	823 069		823 069
TOTAL PASSIVO	4 114 225 284	16 379 006	4 130 604 290
Capital	47 250 000		47 250 000
Dividendo Antecipado	0		0
Outros instrumentos de capital	0		0
Reservas de reavaliação	9 197 851	31 698 785	40 896 636
Reserva por impostos diferidos	-2 165 044	(7 449 214)	-9 614 258
Outras reservas	43 995 421		43 995 421
Resultados transitados	18 585 758	(35 057 882)	-16 472 124
Resultado do exercício	24 646 812		24 646 812
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	141 510 797	(10 808 312)	130 702 486
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	4 255 736 081	5 570 694	4 261 306 775

2.8. Outras provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais ou outras, resultantes da atividade da Companhia. Estas provisões são mensuradas com base nos processos e avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos advogados que acompanham o processo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.9. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

Em julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, tendo sido o valor das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. Nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

As contribuições para o plano individual de reforma são registadas na rubrica “Gastos com pessoal” (Nota 23) como custo do período em que são efetuadas.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prêmios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” (Nota 23) no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Outros benefícios de longo prazo (prêmios de permanência)

Ao abrigo da cláusula 42ª do CCT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prêmios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais são registados em custos do período a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Os encargos com férias e subsídio de férias são registados na rubrica “Gastos com pessoal” por contrapartida da rubrica “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

2.10. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de relato.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Companhia foram determinados nos termos gerais da legislação fiscal em vigor à data, segundo a qual a taxa de imposto agregada a aplicar aos exercícios é de 22,5% (IRC: 21% + derrama municipal: 1,5%), acrescida da respetiva derrama estadual, que corresponderá à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e inferior a 35.000.000 euros, e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

2.11. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos financeiros monetários (títulos de dívida) expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do balanço. Os ativos financeiros não monetários (ações e unidades de participação) que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos financeiros não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos de capital e unidades de participação classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.12. Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

A Companhia tem planos de incentivos a longo prazo sobre ações e opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em *"equity settled share-based payment transactions"*, conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e

execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander, S.A. A Companhia paga anualmente ao Banco Santander, S.A., o montante relativo a estes planos.

2.13. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de relato, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

2.14. Capital Social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

2.15. Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

2.16. Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas, representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores

2.17. Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.18. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

2.19. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.20. Ativos sob direito de uso e passivos de locação

Com a entrada em vigor da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, a qual veio substituir a IAS 17, são exigidas alterações significativas na contabilização de alguns contratos de locação. A Companhia passa a reconhecer contabilisticamente um passivo de locação e um ativo de direito de uso.

O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato. Deverá ser remensurado sempre que existirem alterações no contrato de locação que assim o justifiquem.

No respeitante ao ativo sob direito de uso, é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, sendo posteriormente depreciado pelo método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Será igualmente sujeito a teste de imparidade e ajustado caso sejam efetuadas remensurações no passivo de locação.

Os critérios para que um contrato de locação seja enquadrado na IFRS 16 são: (i) identificar um ativo ou conjunto de ativos, explicitamente ou implicitamente e (ii) controlo sobre o ativo ou conjunto de ativos; (iii) benefício económico futuro do uso. Adicionalmente a IFRS 16 prevê a isenção de tratamento para contratos de locação cuja maturidade é inferior a 12 meses e/ou os ativos subjacentes sejam de valor inferior a

5.000 dólares. Nestas circunstâncias a Companhia regista o pagamento das rendas por contrapartida do reconhecimento de gastos no exercício.

Tendo por base o referido acima, os contratos de locação que a Companhia possuía a 1 de janeiro de 2019, assim como os assinados posteriormente até 31 de dezembro de 2023, não se enquadravam no âmbito da adoção da IFRS 16, pelo que o tratamento contabilístico dos referidos contratos nos exercícios de 2023 e 2022 manteve-se inalterado face a exercício anteriores.

2.21. Estimativas contabilísticas e aspetos críticos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

A Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do relato. A utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados na mensuração destes instrumentos financeiros em que são efetuados testes de sensibilidade de modo a aferir os eventuais impactos na utilização de diferentes estimativas ou julgamentos. A valorização destes instrumentos financeiros é determinada por uma equipa especializada da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. Deste modo, a determinação da imparidade em ativos financeiros tem em conta a avaliação de forma prospetiva das perdas de crédito

estimadas associadas a esses ativos, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada as perdas associadas à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IFRS 9.

Determinação das responsabilidades por contratos de seguro e Resseguro Cedido

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efetuada com base em metodologias e pressupostos descritos anteriormente na Nota 2.6.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento legal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação fiscal poderão afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados no balanço, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais.

2.22. IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2023:

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2023:

a) **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações relativas a políticas contabilísticas imateriais não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. Estas alterações não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar

o(s) objetivo(s) de uma política contábilística. Estas alterações não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) **IFRS 17** (nova e alteração), 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou "Premium allocation approach" ("PAA"); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou "Variable fee approach" ("VFA"). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. Os impactos desta norma poderão ser visualizados na Nota 2.7 e Nota 11.

2.23. d) **IFRS 17** (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa'. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfazamentos contábilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a

entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Estas alterações não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

e) **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação'. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias são excluídas do âmbito da isenção de registo de impostos diferidos no reconhecimento inicial de ativos ou passivos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Estas alterações não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

f) **IAS 12 (alteração)**, 'Reforma da tributação internacional – regras do modelo Pilar Dois'. Na sequência da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion ("GloBE") da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que, a esta data, são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor. Estas alterações não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia já endossou:

a) **IAS 1** (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou

não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a “covenants”, é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos “covenants” e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos “covenants” nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva. Estas alterações não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como “vendas” segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Estas alterações não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia ainda não endossou:

a) **IAS 7** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Os Acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS,

conforme estabelecido pelo IFRS IC na Agenda Decision de dezembro de 2020. Estas alterações não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) **IAS 21** (alteração) 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Estas alterações não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Companhia opera no ramo Vida, tendo desenvolvido a sua atividade em 2023 e 2022 em Portugal.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

O principal responsável pela tomada de decisões relativamente a informação por segmentos é o Conselho de Administração da Companhia.

Nos exercícios de 2023 e 2022, as atividades de negócio desenvolvidas pela Companhia encontram-se segmentadas no ramo Vida e respetivos subsegmentos, apresentando o seguinte detalhe no que se refere às principais rubricas da conta de ganhos e perdas:

2023							
	Ramo Vida			Contratos de Investimento	Gestão de Fundos de Pensões	Área não técnica	Total
	Seguros com participação nos resultados	Seguros ligados a fundos de investimento	Outros Seguros de Vida				
Réditos de contratos de seguro	5 504 001	16 812 688	53 976 178				76 292 867
Gastos de contratos de seguros	(1 934 762)	(12 174 637)	(31 166 485)				(45 275 884)
Réditos de contratos de resseguro	568 685	141 214	10 605 959				11 315 858
Gastos de contratos de resseguro	(610 257)	(247 042)	(32 267 460)				(33 124 758)
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	(9 347 096)	(120 361 349)	(449 953)				(130 158 398)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento				9 283 181			9 283 181
Resultados dos investimentos	8 702 304	121 913 969	779 986	(1 630 999)		24 567 726	154 332 986
Gastos não atribuíveis	(471 550)	(638 068)	(669 529)	(9 271 691)	(677 854)	(78 562)	(11 807 255)
Outros rendimentos / gastos técnicos	(210 196)	1 672		(153 793)	1 148 001		785 684
Outros custos e proveitos		-				155 026	155 026
Resultado antes de impostos	2 201 129	5 448 446	808 698	(1 773 303)	470 146	24 644 189	31 799 306
Impostos correntes e diferidos							(3 724 529)
Resultado líquido do exercício							28 074 777
Activo Líquido	519 070 516	1 743 715 261	64 516 050	1 331 911 212	-	193 494 229	3 852 707 268
Passivo Total	504 956 204	1 737 768 648	43 318 778	1 343 776 994	-	80 101 839	3 709 922 461

2022							
	Ramo Vida			Contratos de Investimento	Gestão de Fundos de Pensões	Área não técnica	Total
	Seguros com participação nos resultados	Seguros ligados a fundos de investimento	Outros Seguros de Vida				
Réditos de contratos de seguro	9 201 143	18 702 879	59 226 736				87 130 758
Gastos de contratos de seguros	(11 209 392)	(12 936 446)	(37 863 500)				(62 009 338)
Réditos de contratos de resseguro	820 381	(2 469)	15 455 576				16 273 488
Gastos de contratos de resseguro	(795 485)	(118 963)	(35 366 307)				(36 280 756)
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	2 781 118	176 098 361	176 298				179 055 777
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento				10 121 989			10 121 989
Resultados dos investimentos	9 712 396	(175 886 029)	743 598	(3 300 803)		12 315 881	(156 414 957)
Gastos não atribuíveis	(427 799)	(2 241 004)	(705 306)	(8 917 226)	(589 263)	(287 834)	(13 168 433)
Outros rendimentos / gastos técnicos	(253 772)	11 112	-	(288 267)	970 734		439 808
Outros custos e proveitos		-				(211 482)	(211 482)
Resultado antes de impostos	9 828 590	3 627 440	1 667 095	(2 384 307)	381 471	11 816 565	24 936 853
Impostos correntes e diferidos							(2 497 316)
Resultado líquido do exercício							22 439 537
Activo Líquido	564 590 990	1 666 418 131	72 469 561	1 187 765 426	-	176 563 318	3 667 807 425
Passivo Total	538 042 690	1 661 632 805	47 184 691	1 199 566 539	-	73 159 273	3 519 585 997

O segmento de “Seguros de Vida” inclui a totalidade dos produtos de risco, *universal life*, rendas, todos os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados e os produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante simplesmente *unit-linked*) com componente de risco significativa.

O segmento de “Contratos de investimento” inclui a totalidade dos *unit-linked* sem componente de risco e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

O segmento “Área não técnica” corresponde a todos os proveitos, custos, ativos e passivos que não se encontram afetos à atividade seguradora.

A atividade da Companhia é desenvolvida essencialmente no ramo Vida e diz respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Caixa e seus equivalentes	250	250
Depósitos à ordem	207 038 893	225 162 948
	<u>207 039 143</u>	<u>225 163 198</u>

Tendo em consideração que os depósitos à ordem são remunerados a taxas de mercado, em regra são ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os depósitos à ordem estão sediados, essencialmente, no Banco Santander Totta, S.A., cujo *rating* de crédito da instituição financeira é de BBB+, ou equivalente, de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre as entidades: Fitch Ratings', Standard & Poors e Moody's.

5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Participação efetiva (%)	<u>Valor de balanço</u>
		2023
<u>Empreendimentos Conjuntos</u>		
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	49,00%	8 232 000
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	49,00%	6 076 000
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	49,99%	4 899 020
		<u>19 207 020</u>

	Participação efetiva (%)	<u>Valor de balanço</u>
		2022
<u>Empreendimentos Conjuntos</u>		
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	49,00%	8 232 000
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	49,00%	6 076 000
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	49,99%	4 399 120
		<u>18 707 120</u>

Em 16 de dezembro de 2014, no âmbito da constituição da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Aegon Vida) e da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Aegon Não Vida), a Companhia realizou entradas nos montantes de 16.800.000 euros e de 12.400.000 euros, respetivamente. Estes montantes incluem o

capital social de cada companhia, no montante de 7.500.000 euros, bem como os respetivos prémios de emissão, nos montantes de 9.300.000 euros e de 4.900.000 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou uma carteira de seguros de vida correspondente às apólices de seguro de vida risco puro subscritas a partir de 1 de julho de 2012, bem como a totalidade da sua carteira de seguros do ramo não vida, incluindo os respetivos ativos e passivos associados, para as duas novas companhias constituídas, Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida, respetivamente, pelos montantes de 9.300.000 euros e de 500.000 euros, respetivamente. Na sequência da transferência dos ativos e passivos associados a estas carteiras, o valor correspondente à variação ocorrida no período compreendido entre 30 de novembro e 31 de dezembro de 2014 no valor dos ativos e passivos afetos às carteiras transferidas ficou pendente de liquidação, tendo sido liquidado no início de 2015.

Também em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social de cada uma das novas companhias constituídas pelo valor global de 42.500.000 euros. Em dezembro de 2016, as partes da aliança ajustaram, o plano de negócio contratado de forma a incluir o incremento significativo da base de clientes, em consequência da aquisição pelo Banco Santander Totta, S.A., em dezembro de 2015, da carteira de ativos do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. Os acordos parassociais foram alterados em consonância e, o preço de venda inicial da participação de 51%, da operação ajustado num valor adicional de 12.500.000 euros.

No âmbito do referido acordo de venda de 51% do capital social da Aegon Vida e da Aegon Não Vida à Aegon Spain Holding B.V. foi ainda definido um preço variável (“*Earn Out*”) a receber pela Companhia a partir de 31 de dezembro 2020 no valor máximo de 31.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a 31 de dezembro de 2020 e da evolução do valor do novo negócio entre os anos 2021 e 2027. Ver adicionalmente notas 28 e 35.

A constituição e posterior alienação de uma participação no capital social das novas sociedades foi efetuada no contexto do “*Alliance and Shareholders’s agreement*”, celebrado em 30 de julho de 2014 entre a Companhia, o Banco Santander Totta, S.A. e a Aegon Spain Holding, B.V., no âmbito do qual são estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem ao Grupo Santander e ao Grupo Aegon controlo conjunto sobre estas entidades. Na sequência deste acordo, foi celebrado entre as duas novas sociedades e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos das sociedades até 31 de dezembro de 2039.

Os dados financeiros da Aegon Vida e da Aegon Não Vida em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram os seguintes:

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	2023				2022			
			Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	Lisboa	49,00%	128 058 032	91 602 689	36 455 343	17 967 081	101 016 672	101 105 507	36 515 160	16 986 865
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	49,00%	72 001 418	35 483 541	36 517 876	18 979 695	62 340 693	33 675 934	28 664 759	12 652 263

Os dados financeiros expressos já foram apurados em IFRS17 e foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

Os resultados da avaliação externa destas Sociedades realizada pela consultora Willis Towers Watson com data de referência a 31 de dezembro de 2022, apresentam valores superiores aos que estão definidos contratualmente e, dado o cumprimento durante 2023 e 2022 do plano de negócio definido contratualmente, estas participações financeiras que se encontram valorizadas ao custo de aquisição, não apresentam indícios de imparidade, pelo que a Companhia não registou perdas por imparidade nestes ativos.

No âmbito do processo de fusão da Eurovida no exercício de 2018, conforme referido na Nota 1, a Santander Totta Seguros incorporou a participação de 100% na Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., pelo montante de 7.500.000 euros.

No dia 14 de outubro de 2020, a Santander Totta Seguros alienou à Mapfre Seguros Gerais, S.A. a participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A. (“Popular Seguros”), pelo valor global de 14.400 milhares de euros, tendo registado uma mais valia líquida de 8.963 milhares de euros, tendo sido estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem à Santander Totta Seguros e ao Grupo Mapfre controlo conjunto sobre a entidade. Na referida data foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Popular Seguros a alteração da denominação social da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. para Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A (“Mapfre Santander”). Na sequência do acordo de venda, foi celebrado entre a sociedade e o Banco Santander Totta, S.A. um acordo de distribuição, mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da companhia até 31 de dezembro de 2037. Na referida data foi igualmente feita a alienação correspondente à transferência parcial de carteira correspondente à carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida à Mapfre Seguros Gerais, S.A. pelo montante de 3.600 milhares de euros, tendo sido gerada uma mais valia líquida do referido montante.

As transações referidas no parágrafo anterior foram precedidas de decisão de não oposição do Conselho de Administração da ASF no dia 13 de outubro de 2020.

No dia 26 de julho de 2022, por deliberação unânime por escrito, os acionistas aprovaram, uma proposta de dotação de fundos próprios, mediante prestações acessórias, no montante total de 1.300.000,00 Euros (um milhão e trezentos mil euros) na proporção das respetivas

participações societárias para reposição da margem de solvência de referência de 130% acordada em reunião de Conselho de Administração de 30 de junho de 2022. A STS realizou a transferência de 649.870,00 Euros no dia 03 de agosto de 2022.

No dia 19 de dezembro de 2023, por deliberação unânime por escrito, os acionistas aprovaram, uma nova proposta de dotação de fundos próprios, mediante prestações acessórias, no montante total de 1.000.000,00 Euros (um milhão de euros) na proporção das respetivas participações societárias para reposição da margem de solvência de referência de 130% acordada em reunião de Conselho de Administração de 27 de novembro de 2023. A STS realizou a transferência de 499.900,00 Euros no dia 20 de dezembro de 2023.

Os dados financeiros da Mapfre Santander em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram os seguintes:

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	2023				2022			
			Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	49,99%	18 521 107	10 688 050	7 833 057	(208 853)	15 873 637	8 985 092	6 888 546	(175 317)

Os dados financeiros já foram apurados em IFRS17 e foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

6. ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de ativos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
<u>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:</u>		
Afetos a produtos <i>unit-linked</i> :		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	25 533 660	13 622 300
Instrumentos de capital e unidades de participação	806 413 009	836 359 596
Títulos de dívida	1 916 170 813	1 772 376 872
Instrumentos financeiros derivados	47 358 443	43 834 123
	<u>2 795 475 926</u>	<u>2 666 192 892</u>
Afetos a contratos de seguro:		
Instrumentos de capital e unidades de participação	219 763	254 252
Títulos de dívida	215 463	269 025
	<u>435 226</u>	<u>523 277</u>
Não afetos:		
Instrumentos de capital e unidades de participação	923 342	865 987
	<u>923 342</u>	<u>865 987</u>
	<u>2 796 834 493</u>	<u>2 667 582 155</u>
<u>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:</u>		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	127 985 783	44 360 258
Títulos de dívida	583 775 996	641 576 873
	<u>711 761 779</u>	<u>685 937 131</u>
<u>Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado</u>		
Empréstimos concedidos e contas a receber	76 832 983	19 741 801
	<u>76 832 983</u>	<u>19 741 801</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos a prazo apresentam a seguinte composição por prazo residual de vencimento:

	2023	2022
Outros depósitos		
De seis meses a um ano	69 875 389	2 036 052
De um a dois anos	-	8 585 065
Mais de dois anos	385 298	5 648 929
	<u>70 260 687</u>	<u>16 270 046</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos a prazo dizem respeito, essencialmente, a depósitos efetuados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 32).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a afetação dos ativos financeiros e outros ativos a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contábilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	2023					Total
	Ramo Vida			Contratos de Investimento	Área não técnica	
	Seguros com participação nos resultados	Seguros ligados a fundos de investimento	Outros Seguros de Vida			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	10 904 506	89 585 034	1 246 294	30 412 980	74 890 329	207 039 143
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	19 207 020	19 207 020
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	172 667	1 643 946 094	12 720	1 151 779 670	923 342	2 796 834 493
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	507 724 660	-	46 604 899	84 249 115	73 183 105	711 761 779
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	41 942	9 960 850	1 268 056	65 552 515	9 621	76 832 983
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	78 282	78 282
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	665 083	665 083
	518 843 775	1 743 491 978	49 131 969	1 331 994 281	168 956 783	3 812 418 785

	2022					Total
	Ramo Vida			Contratos de Investimento	Área não técnica	
	Seguros com participação nos resultados	Seguros ligados a fundos de investimento	Outros Seguros de Vida			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	10 200 546	113 777 320	2 183 216	40 654 903	58 347 213	225 163 198
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	18 707 120	18 707 120
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	210 911	1 536 784 696	15 547	1 129 705 015	865 987	2 667 882 155
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	551 877 709	-	47 298 051	16 759 398	70 001 974	685 937 132
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	1 988 957	15 713 051	1 387 366	646 110	6 317	19 741 801
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	78 479	78 479
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	505 206	505 206
	564 278 123	1 666 275 066	50 884 181	1 187 765 426	148 512 295	3 617 715 091

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de crédito

- Qualidade de crédito dos títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a desagregação do valor de balanço dos títulos de dívida, de acordo com a segunda melhor notação de rating atribuída entre a Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's e por zona geográfica do garante ou emitente é a seguinte:

	2023			Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:				
AAA	-	116 572 327	-	116 572 327
AA- até AA+	-	31 246 973	6 609 903	37 856 876
A- até A+	7 168 931	310 084 018	69 812 005	387 064 954
BBB- até BBB+	644 078 815	660 780 754	91 902 155	1 396 761 724
BB- até BB+	515 110	1 034 147	478 929	2 028 186
B- até B+	-	-	-	-
Inferior a BB-	-	-	-	-
Sem rating	1 635 869	-	-	1 635 869
	<u>653 398 724</u>	<u>1 119 718 220</u>	<u>168 802 991</u>	<u>1 941 919 936</u>
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:				
AAA	-	44 614 299	-	44 614 299
AA- até AA+	70 246 934	12 185 831	-	82 432 765
A- até A+	198 128	70 547 922	3 073 244	73 819 294
BBB- até BBB+	187 910 701	319 591 179	1 678 744	509 180 624
BB- até BB+	-	292 877	-	292 877
B- até B+	-	-	-	-
Inferior a CCC	-	-	-	-
Sem rating	1 421 921	-	-	1 421 921
	<u>259 777 685</u>	<u>447 232 107</u>	<u>4 751 987</u>	<u>711 761 779</u>
Total do valor de balanço	<u>913 176 409</u>	<u>1 566 950 327</u>	<u>173 554 979</u>	<u>2 653 681 715</u>
	2022			
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:				
AAA	-	97 577 985	-	97 577 985
AA- até AA+	-	78 060 623	4 669 036	82 729 659
A- até A+	-	183 510 278	55 900 112	239 410 391
BBB- até BBB+	685 557 229	599 040 288	66 907 115	1 351 504 632
BB- até BB+	2 875 944	2 999 951	1 277 246	7 153 141
B- até B+	-	-	-	-
Inferior a B-	-	205 290	-	205 290
Sem rating	7 687 100	-	-	7 687 100
	<u>696 120 273</u>	<u>961 394 416</u>	<u>128 753 509</u>	<u>1 786 268 198</u>
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:				
AAA	-	39 109 570	-	39 109 570
AA- até AA+	-	15 378 498	-	15 378 498
A- até A+	-	52 079 146	3 428 494	55 507 639
BBB- até BBB+	209 394 534	360 425 991	1 627 639	571 448 164
BB- até BB+	941 597	275 889	-	1 217 486
B- até B+	-	-	-	-
Inferior a CCC	-	-	-	-
Sem rating	3 275 774	-	-	3 275 774
	<u>213 611 905</u>	<u>467 269 093</u>	<u>5 056 133</u>	<u>685 937 131</u>
Total do valor de balanço	<u>909 732 178</u>	<u>1 428 663 509</u>	<u>133 809 642</u>	<u>2 472 205 329</u>

- Qualidade de crédito dos empréstimos concedidos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os empréstimos concedidos e outras contas a receber apresentam a seguinte decomposição de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre a Standard & Poor's e Moody's ou equivalente:

	2023				2022			
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total
AAA	-	-	-	-	-	-	-	-
AA- até AA+	-	-	-	-	-	-	-	-
A- até A+	-	-	-	-	-	-	-	-
BBB- até BBB+	76 832 983	-	-	76 832 983	19 741 801	-	-	19 741 801
	<u>76 832 983</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>76 832 983</u>	<u>19 741 801</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19 741 801</u>

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de se verificarem dificuldades na obtenção de fundos por parte da Companhia para cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir, por exemplo, na incapacidade de cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que sejam liquidados mediante entregas de dinheiro ou de outros ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as maturidades contratuais remanescentes dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2023				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	207 039 143	-	-	-	207 039 143
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	19 207 020	19 207 020
Ativos financeiros valorizados ao justo valor					
através de ganhos e perdas	235 565 012	769 154 249	609 153 350	1 182 961 882	2 796 834 493
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	121 736 642	206 802 131	162 116 888	221 106 119	711 761 779
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	75 179 630	301 645	-	1 351 708	76 832 983
Contas a receber por operações de seguro direto	109 963	-	-	-	109 963
Contas a receber por operações de resseguro	7 899	-	-	-	7 899
Contas a receber por outras operações	11 952 590	-	-	-	11 952 590
	<u>651 590 880</u>	<u>976 258 025</u>	<u>771 270 238</u>	<u>1 424 626 729</u>	<u>3 823 745 872</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(529 678 567)	(46 199 606)	(397 554 430)	(207 125 854)	(1 180 558 457)
Valorizados ao custo amortizado	(1 321 779)	(1 045 418)	(139 641 593)	(16 221 746)	(158 230 537)
	<u>(531 000 346)</u>	<u>(47 245 024)</u>	<u>(537 196 022)</u>	<u>(223 347 601)</u>	<u>(1 338 788 993)</u>
Outros passivos financeiros					
Outros	(60 331 638)	(2 085 743)	-	(567 917)	(62 985 297)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(9 076 934)	-	-	-	(9 076 934)
Contas a pagar por operações de resseguro	(2 859 093)	-	-	-	(2 859 093)
Contas a pagar por outras operações	(3 315 226)	-	-	-	(3 315 226)
	<u>(606 583 237)</u>	<u>(49 330 767)</u>	<u>(537 196 022)</u>	<u>(223 915 517)</u>	<u>(1 417 025 543)</u>

	2022				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	225 163 198	-	-	-	225 163 198
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	18 707 120	18 707 120
Ativos financeiros valorizados ao justo valor					
através de ganhos e perdas	1 279 271 074	579 298 935	533 207 952	275 804 195	2 667 582 155
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	193 232 881	208 123 561	100 365 757	184 214 933	685 937 132
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	12 705 505	5 565 613	-	1 470 683	19 741 801
Contas a receber por operações de seguro direto	45 535	-	-	-	45 535
Contas a receber por operações de resseguro	806 709	-	-	-	806 709
Contas a receber por outras operações	8 635 134	-	-	-	8 635 134
	<u>1 719 860 037</u>	<u>792 988 109</u>	<u>633 573 709</u>	<u>480 196 930</u>	<u>3 626 618 785</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(500 371 247)	(71 576 446)	(1 608 553)	(602 675 979)	(1 176 232 225)
Valorizados ao custo amortizado	(640 010)	(2 040 280)	(654 790)	(17 756 818)	(21 091 897)
	<u>(501 011 257)</u>	<u>(73 616 726)</u>	<u>(2 263 343)</u>	<u>(620 432 797)</u>	<u>(1 197 324 122)</u>
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores	(14 567)	-	-	-	(14 567)
Outros	(82 267 986)	(2 039 254)	-	-	(84 307 239)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(9 352 170)	-	-	-	(9 352 170)
Contas a pagar por operações de resseguro	(1 915 043)	-	-	-	(1 915 043)
Contas a pagar por outras operações	(3 227 201)	-	-	-	(3 227 201)
	<u>(597 788 225)</u>	<u>(75 655 979)</u>	<u>(2 263 343)</u>	<u>(620 432 797)</u>	<u>(1 296 140 344)</u>

Na construção destes quadros foram considerados os seguintes pressupostos:

- Foi considerada a data de maturidade de todas as obrigações *callable* em carteira.
- Os seguros *unit-linked* sem maturidade definida foram considerados como exigíveis até 3 meses uma vez que estes podem ser resgatados a qualquer momento.
- Considerou-se que os depósitos recebidos das resseguradoras têm vencimento trimestral.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste no risco de movimentos adversos no valor dos ativos e passivos relacionados com variações do mercado de capitais, nomeadamente o risco de taxa de juro.

A gestão deste risco assenta numa análise da gestão de ativos e passivos, utilizando uma metodologia designada por ALM (*Asset and Liability Management*).

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

A monitorização do risco de taxa de juro é efetuada trimestralmente, através do apuramento do impacto no gap de ALM para uma variação negativa e positiva de 100 pontos base sobre a curva de taxa de juro sem risco da EIOPA publicada a 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o impacto estimado numa deslocação paralela nas curvas de taxa de juro de referência de 100 pontos bases, é o seguinte:

	2023		2022	
	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps
Capitais Próprios	(13 811)	10 434	(18 806)	13 547

Unidade: em milhares de euros

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro considerou toda a carteira de seguros de capitalização com garantia de taxa de juro contínua, em que o risco de investimento é suportado pela Companhia.

O apuramento do impacto estimado nos capitais próprios da Companhia considerou toda a carteira, à exceção dos investimentos financeiros que se encontram a representar responsabilidades de produtos *unit-linked*. Para os produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, a Companhia projetou os fluxos de caixa dos ativos financeiros e passivos técnicos sensíveis a variações de taxa de juro, tendo concluído que a sensibilidade do valor patrimonial associado a estes produtos é residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados aos mesmos.

Posteriormente, considerou-se uma variação positiva e negativa em 100 pontos base sobre a EUR *Swap Zero Coupon Yield Curve*, apurando-se os impactos expressos no quadro acima.

Políticas de gestão de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional

Risco de Crédito

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no *spread* de crédito. De um modo geral, são definidos limites em função do *rating* da emissão/emissor, das responsabilidades existentes e dos prazos, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management, respeitando as normas regulamentares n.º 11/2010 e n.º 03/2011 emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, no que diz respeito a dívida não soberana, estão autorizadas tendencialmente aquisições de títulos (*Senior, Lower Tier 2 e Corporate*) que apresentem *ratings* mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de *rating* Fitch Ratings (Standard & Poor's ou Moody's, no caso de a primeira opção não estar disponível).

É definido um limite máximo para cada entidade emissora. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afetas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do *rating*). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efetuada em Comité de Riscos Corporativo e obedece a critérios de diversificação e dispersão prudenciais, sendo um processo acompanhado periodicamente.

No controlo do risco de crédito, é importante que todos os ativos tenham um *rating* e, que na ausência deste se possa associar um nível de *rating* enquadrado nas normas aprovadas.

O *rating* consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende refletir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O *rating* atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o *rating*, menor a probabilidade de *default* atribuída, não consubstanciando nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de *rating* a probabilidade de *default* deve ser entendida como nula, sendo o *rating* uma medida de risco *ex-ante* que serve para qualificar em termos relativos a qualidade creditícia de um emissor.

O *rating* utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver *rating*, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito, o *rating* é o da dívida sénior;
- No caso de veículos ou *credit linked notes*, será tomado em conta o *rating* do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (*credit default swap*) para o tipo de dívida em causa. O *rating* obtido deverá ter em conta a estrutura do ativo (distribuição *pro-rata*, *rating* da referência mais baixa no caso de *first-to-default*, *rating* do colateral no caso de ser inferior ao dos ativos referenciados via CDS);
- No caso dos depósitos considera-se que o *rating* implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos;
- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos *Credit Default Spreads Senior* dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

Para seguimento e acompanhamento mais eficiente e efetivo do Risco de Crédito, a companhia desenvolveu para os principais indicadores de risco uma metodologia de *Apetite por Risco* que faz parte do processo de definição e implementação da sua estratégia, bem como da determinação dos riscos assumidos em relação à sua capacidade de aceitação de risco. Neste sentido, a Sociedade desenvolveu um Modelo de *Apetite por Risco* que engloba um processo dinâmico de definição de objetivos, métricas e limites de *Apetite por Risco*, assim como mecanismos de implementação, monitorização e reporte.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação no justo valor dos ativos financeiros em resultado de variações não antecipadas nas taxas de juro, taxas de câmbio e índices bolsistas.

A exposição ao risco de mercado consubstancia-se nos:

- Riscos decorrentes da detenção de carteiras de ativos financeiros e gestão de tesouraria;
- Riscos decorrentes dos investimentos da Companhia e das responsabilidades perante os segurados, como resultado do desfasamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e em diferentes divisas;
- Riscos decorrentes da participação no capital de outras sociedades.

Os principais tipos de riscos de mercado a que a Companhia se encontra sujeita são o risco de taxa de juro e de *spread* de crédito. Como riscos acessórios pode ser identificado o risco cambial e o risco de preço do mercado acionista.

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujos caucionamentos é composto por ativos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis consoante a maturidade desses mesmos ativos.

Na sua generalidade, os ativos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável e/ou de taxa fixa. As obrigações de taxa variável são menos sensíveis à variação das taxas de juro, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no *spread* de crédito, representativo do risco do emissor. Assim, o valor de mercado das obrigações de taxa variável para o mesmo risco de crédito é mais estável que o das obrigações de taxa fixa. O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos ativos de taxa fixa é a *Modified Duration*, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento das normas legais e regulamentares conforme as características e classificação regulamentar dos produtos. É monitorizada periodicamente a adequação da duração das carteiras de obrigações às respetivas responsabilidades / passivos, e eventuais *mismatch*.

A sensibilidade dos ativos que se encontram a representar produtos cujo risco de investimento é assumido pelo tomador do seguro é considerada residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados a estes produtos.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir, por

exemplo, na incapacidade de cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que sejam liquidados mediante entregas de dinheiro ou de outros ativos financeiros.

A monitorização do risco de liquidez é efetuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de ativos financeiros e dos passivos técnicos.

Adicionalmente e de forma a mitigar o risco de liquidez, estabeleceram-se rácios de concentração máxima de ativos não líquidos de acordo com o tipo de carteira/produto, sendo os mesmos monitorizados com uma periodicidade mensal.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais dos ativos financeiros e dos passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*; e
- Os ativos financeiros e passivos técnicos associados aos produtos *unit-linked* são considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respetivo justo valor desses ativos e passivos à data de cada relato financeiro.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas ou derivado de eventos externos. Inclui eventos que podem surgir devido ao risco legal ou regulatório, ao risco de modelo e ao risco de crime financeiro e conduta e pode ser classificado nas seguintes categorias:

- Fraude Interna - Atos que de forma intencional pretendem defraudar, apropriar-se indevidamente de ativos propriedade da Companhia ou ultrapassar os seus regulamentos e/ou normas;
- Fraude Externa - Atos cometidos por pessoas alheias à Companhia, com intenção de defraudarem e apropriarem-se indevidamente de ativos de sua propriedade e desrespeitar as leis;
- Práticas de Emprego, Saúde e Segurança no Trabalho - Atos inconsistentes com as leis ou acordos de segurança e saúde no trabalho, dos quais resultem reclamações por danos pessoais ou reclamações relacionadas com a discriminação ou falta de diversidade laboral;
- Práticas com Clientes, Produtos e de Negócio - Falhas não intencionais ou negligentes que impedem a satisfação de uma obrigação profissional para com os Clientes ou que decorrem de situações inerentes à própria natureza ou desenho dos produtos;

- Danos em Ativos Físicos - Perdas ou danos em ativos físicos, devido a desastres naturais ou outros eventos;
- Interrupção do Negócio e Falhas nos Sistemas - São todas as interrupções que se produzem no negócio por motivos tecnológicos e falhas nos sistemas;
- Execução, Entrega e Gestão dos Processos - Falhas no processamento das transações ou na gestão dos processos, assim como nas relações com outras instituições financeiras ou fornecedores.

O modelo de gestão e controlo do risco operacional assenta nos seguintes vetores fundamentais:

- Identificar, analisar, medir e acompanhar a exposição ao risco operacional e as suas causas, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas que permitam o seu controlo e mitigação;
- Garantir que as áreas potencialmente geradoras de risco operacional exercem um controlo e gestão efetiva deste risco através da aplicação de ferramentas específicas e procedimentos estabelecidos, minimizando as perdas que possam decorrer do mesmo.

No que se refere à gestão e controlo do risco operacional, constitui um aspeto fundamental a definição e a implementação de procedimentos eficientes, baseados nas melhores práticas de negócio e a sua comunicação efetiva aos colaboradores intervenientes no processo. Nesse sentido, são privilegiados os procedimentos que garantam a efetividade do desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

São desenvolvidas análises qualitativas e quantitativas que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los, reportá-los e mitigá-los, com base em ferramentas de suporte à recolha de eventos e respetiva conciliação contabilística. Recorre-se também à elaboração de questionários de autoavaliação, ao desenvolvimento de indicadores e à constituição de um arquivo que documenta os processos praticados e os dados utilizados.

Ao nível da Companhia, ambas as análises se combinam, com o objetivo de traçar um diagnóstico do seu perfil de risco. Uma vez conhecido o perfil de risco, identificam-se as ações corretoras a implementar e realiza-se uma análise custo/benefício com o propósito de saber se os custos associados às ações corretoras compensam a melhoria do nível de cobertura do risco operacional.

Finalmente, após a implementação das ações corretoras eleitas, é efetuado o acompanhamento qualitativo e quantitativo dos resultados obtidos.

7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2023 e 2022, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

	2023									
	Saldo em 31-12-2022			Aquisições	Alienações / Abates			Saldo em 31-12-2023		
	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Depreciações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	534 443	(534 448)	(5)					534 443	(534 448)	(5)
Equipamento informático	1 962 085	(1 954 608)	7 478	4 916		(3 376)		1 967 001	(1 957 983)	9 018
Material de transporte	77 253	(12 214)	65 039	24 999		(24 521)		102 252	(36 735)	65 517
Outros ativos tangíveis	202 238	(196 271)	5 967			(2 214)		202 238	(198 485)	3 753
	<u>2 776 019</u>	<u>(2 697 540)</u>	<u>78 479</u>	<u>29 915</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(30 111)</u>	<u>2 805 934</u>	<u>(2 727 652)</u>	<u>78 282</u>

	2022									
	Saldo em 31-12-2021			Aquisições	Alienações / Abates			Saldo em 31-12-2022		
	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Depreciações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	534 443	(534 448)	(5)					534 443	(534 448)	(5)
Equipamento informático	1 952 367	(1 952 367)	(1)	9 719		(2 240)		1 962 085	(1 954 608)	7 478
Material de transporte	173 620	(118 311)	55 309	52 254	(148 621)	122 845	(16 748)	77 253	(12 214)	65 039
Outros ativos tangíveis	202 238	(194 057)	8 181			(2 214)		202 238	(196 271)	5 967
	<u>2 862 667</u>	<u>(2 799 184)</u>	<u>63 484</u>	<u>61 973</u>	<u>(148 621)</u>	<u>122 845</u>	<u>(21 202)</u>	<u>2 776 019</u>	<u>(2 697 540)</u>	<u>78 479</u>

8. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2023 e 2022, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis apresentou o seguinte detalhe:

	2023									
	Saldo em 31-12-2022			Aquisições	Transferências / Abates			Saldo em 31-12-2023		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Amortizações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	10 577 300	(10 072 094)	505 205	536 570		(376 692)		11 113 870	(10 448 786)	665 083
Outros ativos intangíveis	107 677	(107 677)	-					107 677	(107 677)	-
Ativos intangíveis em curso	0	-	0	-	-			0	-	0
	<u>10 684 976</u>	<u>(10 179 771)</u>	<u>505 206</u>	<u>536 570</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(376 692)</u>	<u>11 221 546</u>	<u>(10 556 463)</u>	<u>665 083</u>

	2022									
	Saldo em 31-12-2021			Aquisições	Transferências / Abates			Saldo em 31-12-2022		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Amortizações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	10 313 766	(9 693 509)	620 258	263 533		(378 585)		10 577 300	(10 072 094)	505 205
Outros ativos intangíveis	107 677	(107 677)	-					107 677	(107 677)	-
Ativos intangíveis em curso	0	-	0	-	-			0	-	0
	<u>10 421 443</u>	<u>(9 801 185)</u>	<u>620 258</u>	<u>263 533</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(378 585)</u>	<u>10 684 976</u>	<u>(10 179 771)</u>	<u>505 206</u>

9. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
<i>Contas a receber por operações de seguro direto</i>		
Mediadores	109 963	45 535
	<u>109 963</u>	<u>45 535</u>
<i>Contas a receber por operações de resseguro</i>	<u>7 899</u>	<u>806 709</u>
<i>Contas a receber por outras operações</i>		
Comissão de gestão a receber de produtos <i>unit-linked</i>	6 174 622	5 794 752
Outros valores a receber de produtos <i>unit-linked</i>	6 052 696	3 177 847
Outros	338 612	275 875
Ajustamentos (Nota 16)	(613 341)	(613 341)
	<u>11 952 590</u>	<u>8 635 134</u>
	<u>12 070 452</u>	<u>9 487 378</u>

Com a entrada em vigor da IFRS17, a conta de prêmios em cobrança, que era um valor significativo desta rúbrica passou a estar incluído nos passivos por contratos de seguro.

O montante de “Comissão de gestão a receber de produtos *unit-linked*” é relativo ao reconhecimento de comissões a receber respeitantes a comissões de produtos *unit-linked* para os quais ainda não houve ocorrência de liquidação financeira.

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 32.

Os montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo contabilístico das várias rúbricas, à data de relato.

10. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	2023	2022
Ativo		
<u>Acréscimos de rendimentos</u>		
Preço variável a receber ("Earn Out") pela venda da participação na Aegon Vida e Aegon Não Vida (cf. nota 34)	7 000 000	4 000 000
Outros acréscimos de rendimentos	5 153	5 153
	<u>7 005 153</u>	<u>4 005 153</u>
	<u>7 005 153</u>	<u>4 005 153</u>
Passivo		
<u>Acréscimos de gastos</u>		
Prêmios de desempenho a pagar	457 858	314 217
Férias e subsídio de férias	242 372	235 116
Comissões	324 799	575 289
Prêmio de Permanência	123 809	111 194
Comissões pela prestação de colaterais	-	-
Outros:		
- Auditoria, Consultoria e Assessoria Jurídica	544 178	387 001
- Fornecimentos e serviços externos	65 934	188 889
- Contratos de manutenção informática	1 138 592	679 162
- Diversos	165 337	1 093 391
	<u>3 062 878</u>	<u>3 584 259</u>
<u>Rendimentos diferidos</u>		
Comissões recebidas	10 299	10 299
Outros	-	-
	<u>10 299</u>	<u>10 299</u>
	<u>3 073 177</u>	<u>3 594 559</u>

11. ATIVOS E PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E DE RESSEGURO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de ativos e passivos de contratos de seguro e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2023				2022			
	Abordagem simplificada	Modelo geral de mensuração	Abordagem da comissão variável	Total	Abordagem simplificada	Modelo geral de mensuração	Abordagem da comissão variável	Total
Ativos de contratos de seguro	126			126	-			-
Passivos de contratos de seguro	(14 907 184)	(530 261 402)	(1 727 374 593)	(2 272 543 179)	(20 824 671)	(563 188 728)	(1 623 182 825)	(2 207 196 224)
Ativos de contratos de resseguro	15 750 910			15 750 910	22 017 867			22 017 867
Passivos de contratos de resseguro								
Total	843 852	(530 261 402)	(1 727 374 593)	(2 256 792 142)	1 193 196	(563 188 728)	(1 623 182 825)	(2 185 178 357)

Os quadros seguintes têm o intuito de reconciliar os montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira e os montantes reconhecidos na demonstração de resultados. Os quadros estão divididos por modelo de mensuração (abordagem de imputação dos prêmios, modelo geral de mensuração e abordagem da comissão variável) e por segmento de negócio (seguro direto e resseguro).

O modelo geral de mensuração é aplicado a grupos de contratos de seguro referentes a seguros de rendas, investimento e de risco. Os quadros seguintes detalham as variações ocorridas em

cada período de reporte, desde o saldo inicial até ao saldo final, detalhando o desenvolvimento da componente de perda associada.

As variações referem-se ao resultado de contratos de seguro, impacto de componentes de investimento não distintas e resultado da componente financeira dos contratos de seguro.

As colunas “Cobertura Remanescente” referem-se à evolução do passivo de contratos de seguros relativo a serviços futuros, enquanto que a coluna referente a “Sinistros ocorridos” detalha a evolução do passivo de contratos de seguro relativo a serviços passados.

<u>Contratos de seguro emitidos</u> <u>Modelo geral de mensuração</u>	<u>Cobertura Remanescente</u>		<u>Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem simplificada</u>	<u>Total</u>
	<u>Excluindo componente de perdas</u>	<u>Componente de perdas</u>		
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	(548 660 262)	(10 022 774)	(4 505 692)	(563 188 728)
<u>Receitas de seguros</u>	5 283 859			5 283 859
<u>Gastos de serviços de seguros</u>				
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros			(3 975 511)	(3 975 511)
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			1 421 071	1 421 071
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas		3 789 734		3 789 734
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguro	(1 893 164)			(1 893 164)
<u>Resultado de serviços de seguros</u>	3 390 696	3 789 734	(2 554 439)	4 625 991
Resultado da componente financeira de serviços de seguro	(36 262 036)	(7 535 570)	0	(43 797 606)
Total reconhecido em rendimento integral	(32 871 340)	(3 745 836)	(2 554 439)	(39 171 615)
Componentes de investimento	90 480 862		(90 480 862)	-
<u>Fluxos de caixa</u>				
Prémios recebidos de contratos de seguro emitidos	(21 337 564)			(21 337 564)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos			93 436 083	93 436 083
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	424			424
<u>Total fluxos de caixa</u>	(21 337 141)	-	93 436 083	72 098 943
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2023	(512 387 881)	(13 768 609)	(4 104 911)	(530 261 401)

<u>Contratos de seguro emitidos</u> <u>Modelo geral de mensuração</u>	<u>Cobertura Remanescente</u>		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem simplificada	Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas		
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 1 de Janeiro de 2022	(677 513 004)	(5 375 096)	(4 566 112)	(687 454 212)
<u>Receitas de seguros</u>	9 285 278			9 285 278
<u>Gastos de serviços de seguros</u>				
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros			(3 821 781)	(3 821 781)
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			335 279	335 279
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas		(4 694 381)		(4 694 381)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguro	(2 088 321)			(2 088 321)
<u>Resultado de serviços de seguros</u>	7 196 958	(4 694 381)	(3 486 502)	(983 926)
Resultado da componente financeira de serviços de seguro	92 765 043	46 704		92 811 747
Total reconhecido em rendimento integral	99 962 000	(4 647 677)	(3 486 502)	91 827 821
Componentes de investimento	52 884 037		(52 884 037)	-
<u>Fluxos de caixa</u>				
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	(24 021 936)			(24 021 936)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos			56 430 959	56 430 959
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	28 641			28 641
<u>Total fluxos de caixa</u>	(23 993 295)	-	56 430 959	32 437 664
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	(548 660 262)	(10 022 773)	(4 505 693)	(563 188 728)

Os quadros seguintes detalham a evolução dos grupos de contratos de seguro nos mesmos moldes que anteriormente descrito, mas referente a produtos *Unit-Linked*, em que a abordagem da comissão variável é elegível. Para este tipo de contratos, de destacar o impacto mais significativo da componente financeiro de serviços de seguro que detalha as variações de justo valor dos ativos subjacentes a estes produtos.

<u>Contratos de seguro emitidos</u> <u>Abordagem da comissão variável</u>	<u>Cobertura Remanescente</u>		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem simplificada	Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas		
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	(1 619 067 316)	(94 442)	(4 021 067)	(1 623 182 825)
<u>Receitas de seguros</u>	16 812 688			16 812 688
<u>Gastos de serviços de seguros</u>				
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros	(9 667 407)		(3 067 899)	(12 735 306)
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			23 627	23 627
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas		(12 694)		(12 694)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguro				-
<u>Resultado de serviços de seguros</u>	7 145 281	(12 694)	(3 044 273)	4 088 314
Resultado da componente financeira de serviços de seguro	(120 364 087)	2 738	0	(120 361 349)
Total reconhecido em rendimento integral	(113 218 806)	(9 956)	(3 044 273)	(116 273 035)
Componentes de investimento	176 096 812		(176 096 812)	-
<u>Fluxos de caixa</u>				
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	(167 125 905)			(167 125 905)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos			179 177 805	179 177 805
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	29 367			29 367
<u>Total fluxos de caixa</u>	(167 096 538)	-	179 177 805	12 081 266
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2023	(1 723 285 848)	(104 398)	(3 984 347)	(1 727 374 593)

<u>Contratos de seguro emitidos</u> <u>Abordagem da comissão variável</u>	<u>Cobertura Remanescente</u>		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem simplificada	Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas		
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 1 de Janeiro de 2022	(1 959 291 769)	(150 431)	(2 067 860)	(1 961 510 061)
<u>Receitas de seguros</u>	<u>18 702 879</u>			<u>18 702 879</u>
<u>Gastos de serviços de seguros</u>				
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros			(2 693 351)	(2 693 351)
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			(124 612)	(124 612)
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas		(62 737)		(62 737)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguro	(10 236 710)			(10 236 710)
<u>Resultado de serviços de seguros</u>	<u>8 466 169</u>	<u>(62 737)</u>	<u>(2 817 964)</u>	<u>5 585 469</u>
Resultado da componente financeira de serviços de seguro	176 098 361	118 727		176 217 088
Total reconhecido em rendimento integral	<u>184 564 529</u>	<u>55 990</u>	<u>(2 817 964)</u>	<u>181 802 555</u>
Componentes de investimento	279 912 044		(279 912 044)	-
<u>Fluxos de caixa</u>				
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	(124 478 243)			(124 478 243)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos			280 776 800	280 776 800
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	226 123			226 123
<u>Total fluxos de caixa</u>	<u>(124 252 120)</u>	<u>-</u>	<u>280 776 800</u>	<u>156 524 680</u>
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	(1 619 067 316)	(94 442)	(4 021 068)	(1 623 182 825)

Os quadros seguintes detalham a evolução dos grupos de contratos de seguro nos mesmos moldes que anteriormente descrito, para contratos de seguros anuais renováveis que seguem o modelo de mensuração de imputação dos prêmios, tanto para seguro direto como para resseguro cedido.

<u>Contratos de seguro emitidos</u> <u>Abordagem de imputação dos prêmios</u>	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	757 515		(21 247 366)	(334 820)	(20 824 671)
<u>Receitas de seguros</u>	54 196 320				54 196 320
<u>Gastos de serviços de seguros</u>					
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros			(17 059 971)	180 638	(16 879 333)
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			5 676 267		5 676 267
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas					
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguro	(19 357 639)				(19 357 639)
<u>Resultado de serviços de seguros</u>	34 838 680	-	(11 383 703)	180 638	23 635 615
Resultado da componente financeira de serviços de seguro					
Total reconhecido em rendimento integral	34 838 680	-	(11 383 703)	180 638	23 635 615
Componentes de investimento					
<u>Fluxos de caixa</u>					
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	(54 305 563)				(54 305 563)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos			17 059 971		17 059 971
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	19 527 464				19 527 464
<u>Total fluxos de caixa</u>	(34 778 099)	-	17 059 971	-	(17 718 128)
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2023	818 097	-	(15 571 099)	(154 182)	(14 907 184)

<u>Contratos de seguro emitidos</u> <u>Abordagem de imputação dos prêmios</u>	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 1 de Janeiro de 2022	(2 743 442)		(19 741 764)	(255 850)	(22 741 056)
<u>Receitas de seguros</u>	59 142 601				59 142 601
<u>Gastos de serviços de seguros</u>					
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros			(14 539 769)	(78 970)	(14 618 739)
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			(1 505 602)		(1 505 602)
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas					
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguro	(20 898 281)				(20 898 281)
<u>Resultado de serviços de seguros</u>	38 244 319	-	(16 045 371)	(78 970)	22 119 978
Resultado da componente financeira de serviços de seguro					0
Total reconhecido em rendimento integral	38 244 319	-	(16 045 371)	(78 970)	22 119 978
Componentes de investimento					
<u>Fluxos de caixa</u>					
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	(55 641 643)				(55 641 643)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	20 898 281		14 539 769		35 438 050
Fluxos de caixa de aquisição de seguros					-
<u>Total fluxos de caixa</u>	(34 743 362)	-	14 539 769	-	(20 203 593)
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	757 515	-	(21 247 366)	(334 820)	(20 824 671)

<u>Contratos de resseguro cedidos</u> <u>Abordagem de imputação dos prémios</u>	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2022	2 691 639		18 651 843	674 385	22 017 867
<u>Gastos de serviços de resseguro</u>	(33 124 758)				(33 124 758)
<u>Receitas de resseguro</u>					
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de resseguros			14 905 387	(47 816)	14 857 571
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			(3 541 713)		(3 541 713)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro					-
<u>Resultado de serviços de resseguros</u>	(33 124 758)	-	11 363 674	(47 816)	(21 808 901)
Resultado da componente financeira de serviços de resseguro					-
<u>Total reconhecido em rendimento integral</u>	(33 124 758)	-	11363674,08	-47816,37	(21 808 901)
Componentes de investimento					
<u>Fluxos de caixa</u>					
Prémios recebidos de contratos de resseguro cedidos	32 901 162				32 901 162
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos			(17 359 218)		(17 359 218)
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro					-
<u>Total fluxos de caixa</u>	32 901 162	-	(17 359 218)	-	15 541 944
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2023	2 468 043	-	12 656 299	626 569	15 750 910

<u>Contratos de resseguro cedidos</u> <u>Abordagem de imputação dos prémios</u>	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 1 de Janeiro de 2022	2 733 268		17 036 752	1 027 868	20 797 889
<u>Gastos de serviços de resseguro</u>	(36 280 756)				(36 280 756)
<u>Receitas de resseguro</u>					
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de resseguros			18 797 573	(353 483)	18 444 090
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			(2 170 602)		(2 170 602)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro					-
<u>Resultado de serviços de resseguros</u>	(36 280 756)	-	16 626 971	(353 483)	(20 007 268)
Resultado da componente financeira de serviços de resseguro					-
<u>Total reconhecido em rendimento integral</u>	(36 280 756)	-	16626970,95	-353483,15	(20 007 268)
Componentes de investimento					
<u>Fluxos de caixa</u>					
Prémios recebidos de contratos de resseguro cedidos	36 239 126				36 239 126
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos			(15 011 880)		(15 011 880)
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro					-
<u>Total fluxos de caixa</u>	36 239 126	-	(15 011 880)	-	21 227 246
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2022	2 691 639	-	18 651 843	674 385	22 017 867

As tabelas seguintes detalham as variações por componente dos passivos de contratos de seguro, nomeadamente, fluxos de caixa, ajustamento de risco e margem dos serviços contratuais. As variações totalizam o resultado de contratos de seguro, mas numa perspectiva atuarial, detalhando entre serviços futuros (alterações realizadas no ano que dizem respeito a serviço a ser prestado nos anos seguintes), serviços prestados no respectivo período de reporte e variações relativas a serviços passados.

As duas tabelas seguintes referem-se a produtos que seguem o modelo geral de mensuração.

<u>Contratos de seguro emitidos</u> <u>Modelo geral de mensuração</u>	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	(514 761 904)	(32 133 157)	(16 293 667)	(563 188 728)
<u>Alterações que digam respeito a serviços atuais</u>				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados			1 800 171	1 800 171
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados		(2 014 652)		(2 014 652)
Ajustamentos em função da experiência- relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	2 753 251			2 753 251
<u>Alterações que digam respeito a serviços futuros</u>				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	17 906 504	(8 707 240)	(9 199 264)	-
Alterações nas estimativas que resultem em perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	3 789 734			3 789 734
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	1 281 203	(21 114)	(1 260 090)	0
<u>Alterações que digam respeito a serviços passados</u>				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	(1 702 514)			(1 702 514)
<u>Resultado de serviços de seguros</u>	<u>24 028 179</u>	<u>(10 743 005)</u>	<u>(8 659 183)</u>	<u>4 625 991</u>
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	(61 386 954)	18 111 019	(388 243)	(43 797 606)
<u>Total reconhecido em rendimento integral</u>	<u>(37 358 776)</u>	<u>7 368 014</u>	<u>(9 047 426)</u>	<u>(39 038 188)</u>
<u>Fluxos de caixa</u>				
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	(21 337 564)			(21 337 564)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	93 302 655			93 302 655
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	424			424
<u>Total fluxos de caixa</u>	<u>71 965 515</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>71 965 515</u>
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2023	(480 155 165)	(24 765 143)	(25 341 093)	(530 261 401)

<u>Contratos de seguro emitidos</u> <u>Modelo geral de mensuração</u>	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 1 de Janeiro de 2022	(637 462 458)	(31 330 282)	(18 661 473)	(687 454 212)
<u>Alterações que digam respeito a serviços atuais</u>				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados			1 710 448	1 710 448
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados		2 217 469		2 217 469
Ajustamentos em função da experiência- relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	2 435 998			2 435 998
<u>Alterações que digam respeito a serviços futuros</u>				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	(18 541 197)	17 100 231	1 440 966	(0)
Alterações nas estimativas que resultem em perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	(4 694 381)			(4 694 381)
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	846 195	(17 577)	(828 617)	0
<u>Alterações que digam respeito a serviços passados</u>				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	(2 653 460)			(2 653 460)
<u>Resultado de serviços de seguros</u>	<u>(22 606 844)</u>	<u>19 300 122</u>	<u>2 322 797</u>	<u>(983 925)</u>
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	112 509 125	(20 102 998)	45 009	92 451 137
<u>Total reconhecido em rendimento integral</u>	<u>89 902 281</u>	<u>(802 875)</u>	<u>2 367 806</u>	<u>91 467 211</u>
<u>Fluxos de caixa</u>				
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	(24 021 936)			(24 021 936)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	56 791 569			56 791 569
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	28 641			28 641
<u>Total fluxos de caixa</u>	<u>32 798 274</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32 798 274</u>
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	(514 761 904)	(32 133 157)	(16 293 667)	(563 188 728)

As duas tabelas seguintes referem-se a produtos que seguem a abordagem da comissão variável.

<u>Contratos de seguro emitidos</u> <u>Abordagem da comissão variável</u>	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	(1 605 336 696)	(1 275 767)	(16 570 362)	(1 623 182 825)
<u>Alterações que digam respeito a serviços atuais</u>				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados			5 196 452	5 196 452
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados		166 582		166 582
Ajustamentos em função da experiência- relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	(754 221)			(754 221)
<u>Alterações que digam respeito a serviços futuros</u>				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	(78 594 072)	168 351	78 425 721	-
Alterações nas estimativas que resultem em perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	(12 694)			(12 694)
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	1 274 613	(193 465)	(1 081 148)	(0)
<u>Alterações que digam respeito a serviços passados</u>				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	(507 805)			(507 805)
<u>Resultado de serviços de seguros</u>	(78 594 179)	141 468	82 541 025	4 088 314
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	(41 075 078)	49 352	(79 335 624)	(120 361 349)
<u>Total reconhecido em rendimento integral</u>	(119 669 257)	190 821	3 205 401	(116 273 035)
<u>Fluxos de caixa</u>				
Prémios recebidos de contratos de seguro emitidos	(167 125 905)			(167 125 905)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	179 177 805			179 177 805
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	29 367			29 367
<u>Total fluxos de caixa</u>	12 081 266	-	-	12 081 266
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2023	(1 712 924 687)	(1 084 946)	(13 364 960)	(1 727 374 593)

<u>Contratos de seguro emitidos</u> <u>Abordagem da comissão variável</u>	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 1 de Janeiro de 2022	(1 937 020 487)	(2 034 565)	(22 455 009)	(1 961 510 061)
<u>Alterações que digam respeito a serviços atuais</u>				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados			5 526 195	5 526 195
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados		453 143		453 143
Ajustamentos em função da experiência- relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	(55 686)			(55 686)
<u>Alterações que digam respeito a serviços futuros</u>				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	192 786 726	542 152	(193 328 878)	-
Alterações nas estimativas que resultem em perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	(62 737)			(62 737)
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	1 516 119	(152 480)	(1 363 640)	-
<u>Alterações que digam respeito a serviços passados</u>				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	(275 446)			(275 446)
<u>Resultado de serviços de seguros</u>	193 908 977	842 815	(189 166 323)	5 585 469
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	(18 868 592)	(84 016)	195 050 969	176 098 361
<u>Total reconhecido em rendimento integral</u>	175 040 384	758 799	5 884 646	181 683 829
<u>Fluxos de caixa</u>				
Prémios recebidos de contratos de seguro emitidos	(124 478 243)			(124 478 243)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	280 895 526			280 895 526
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	226 123			226 123
<u>Total fluxos de caixa</u>	156 643 406	-	-	156 643 406
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	(1 605 336 697)	(1 275 767)	(16 570 362)	(1 623 182 825)

O efeito da componente de novo negócio sobre a demonstração da posição financeira foi a seguinte:

	2023			2022		
	Rentáveis	Onerosos	Total	Rentáveis	Onerosos	Total
Contratos de seguro emitidos						
Passivos de contratos de seguro Vida						
<u>Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa</u>	(2 555 687)	1 400	(2 554 286)	(2 366 407)	9 644	(2 356 763)
Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	214 449	129	214 579	169 123	934	170 057
Margem de serviços contratuais	2 341 237	-	2 341 237	2 197 284	-	2 197 284
<u>Aumento nos passivos de contratos de seguro de contratos reconhecidos no período</u>	-	1 530	1 530	-	10 577	10 577

O quadro seguinte reflete, a 31 de dezembro de 2023, os montantes da margem de serviços contratuais que a Companhia espera libertar ao longo do tempo:

	Até 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Contratos de seguro emitidos							
Modelo geral de mensuração	2 184 265	2 049 680	1 903 254	1 759 658	1 615 127	15 829 109	25 341 093
Abordagem da comissão variável	4 221 510	3 572 266	2 103 184	1 504 986	994 147	968 867	13 364 960
Total	6 405 775	5 621 946	4 006 438	3 264 644	2 609 274	16 797 976	38 706 053

O detalhe da movimentação da margem de serviços contratuais tendo em conta a abordagem aplicada à transição pode ser analisada da seguinte forma:

	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição
<u>CSM a 31 de dezembro de 2022</u>	(32 864 029)
Alterações que digam respeito a serviços atuais	
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	6 996 623
Alterações que digam respeito a serviços futuros	
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	69 226 457
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	(2 341 237)
Ajustamentos de experiência	
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	(79 723 867)
Total reconhecido em rendimento integral	(5 842 024)
<u>CSM a 31 de dezembro de 2023</u>	<u>(38 706 053)</u>

	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição
<u>CSM a 1 de janeiro de 2022</u>	<u>(41 116 481)</u>
Alterações que digam respeito a serviços atuais	
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	7 236 643
Alterações que digam respeito a serviços futuros	
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	(191 887 912)
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	(2 192 257)
Ajustamentos de experiência	
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	195 095 979
Total reconhecido em rendimento integral	<u>8 252 452</u>
<u>CSM a 31 de dezembro de 2022</u>	<u>(32 864 029)</u>

Políticas de gestão de risco de seguro

A Companhia implementou o seu Sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno no sentido de dar resposta aos principais objetivos neste domínio, nomeadamente:

- Garantia da existência e segurança dos ativos;
- Controlo dos riscos da sua atividade, nomeadamente os riscos biométricos, de crédito, de taxa de juro, de mercado, de liquidez e do risco operacional (o qual compreende, entre outros, os riscos reputacional, legal e de *Compliance*);
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- Prudente e adequada avaliação dos ativos e das responsabilidades, nomeadamente para efeitos de constituição de passivos técnicos;
- Adequação das operações realizadas às disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e outras regras relevantes para a Companhia; e
- A prevenção do envolvimento da Companhia em operações relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

Os riscos específicos de seguros de vida que influenciam a evolução dos passivos técnicos encontram-se divididos em:

- Risco de Mortalidade / Longevidade: risco de alteração no valor do passivo atribuível à flutuação dos compromissos, positiva ou negativamente, em relação às estimativas de probabilidade de falecimento / sobrevivência das pessoas seguras. O risco de mortalidade deve ser observado não só nos seguros de risco em caso de morte, mas também nos produtos cujas responsabilidades são incrementadas sempre que se verifica um decréscimo na mortalidade. O risco de sobrevivência encontra-se fundamentalmente ligado aos seguros de rendas e não inclui qualquer componente de catástrofe;
- Risco de Morbidez e Invalidez: risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à flutuação dos compromissos assumidos com as pessoas seguras relativamente ao risco de morbidez e invalidez;
- Risco de Comportamento: é o risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à variação nos compromissos assumidos, tais como: direito de resgate por parte dos tomadores de seguro, ocorrência de entregas extraordinárias não programadas ou redução de contratos;
- Risco de Gastos: risco de alterações no valor das responsabilidades associadas à flutuação ou desvios negativos nos gastos previstos, relativamente aos encargos definidos na base técnica de um produto;
- Risco Catastrófico: risco de perdas atribuíveis à variabilidade das responsabilidades da Companhia, provocada pela ocorrência de eventos catastróficos.

O risco de seguro corresponde à probabilidade de o evento seguro ocorrer, determinando a necessidade de se proceder a um pagamento relativo ao sinistro, de montante incerto.

Concentrações de risco de seguro

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os capitais seguros em função da natureza do risco seguro, apresentam a seguinte composição:

	2023		2022	
	Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Risco de mortalidade	Risco de invalidez
Capital seguro				
Ramo vida				
Temporários e Rendas				
Crédito Habitação	3 080 536 963	3 001 959 112	3 652 053 150	3 559 043 933
Coletivos	686 627 071	419 071 987	797 835 573	434 985 449
Plano Proteção	1 411 583 595	1 406 123 595	1 550 360 712	1 544 380 712
Plano Proteção Ordenado	124 230 000	-	136 245 000	-
Outros	1 459 557 036	16 709 368	1 469 617 998	17 853 332
Outros (Carteira Eurovida)	8 947	-	373 568	-
	<u>6 762 543 612</u>	<u>4 843 864 062</u>	<u>7 606 486 000</u>	<u>5 556 263 425</u>

No que diz respeito a resseguradores, a Companhia trabalha fundamentalmente com as seguintes resseguradoras: Abbey Life, AXA, General Cologne Re, Munich Re, RGA Re, AXA Re, Swiss Re, Partner Re, Mapfre, SCOR e Hannover Re. Os *ratings* dos maiores grupos resseguradores em 31 de dezembro de 2023 são os que constam da tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

Abbey Life Insurance Company Limited	A+
General Cologne Re	AA+
Munich Reinsurance Co.	AA-
RGA Insurance Company	AA-
AXA France Vie / AXA France IARD	A+
Swiss Re	AA-
Partner Re	A+
Mapfre	A+
SCOR	A
Hannover Re Correduria de Reaseguros	A+

Risco de Liquidez

A análise de maturidades dos fluxos de caixa não descontados relativos a serviços futuros para as carteiras de contratos de seguro emitidos podem ser analisadas como se segue:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6-10 anos	>10 anos	Total
Passivos de contratos de seguro	343 062 297	558 683 321	343 609 724	191 374 384	215 871 001	473 606 592	353 492 681	2 479 699 999

Análises de Sensibilidade

As análises de sensibilidade efetuadas pela Companhia ao nível de capital, resultados e margem de serviços contratuais para o seguro direto estão espalhadas na tabela seguinte:

Produtos mensurados pelo modelo geral de mensuração

	Outro rendimento integral (OCI)	Resultados	Margem de serviços contratuais
Montantes iniciais	20 868 145	7 119 225	19 611 537
Taxa de mortalidade +15%	(539 335)	(129 475)	107 605
Custo unitário +10%	(73 955)	577 007	(189 554)
Curva de desconto -100bps	29 246 043	(41 280)	(41 280)
Curva de desconto +100bps	(19 149 543)	44 457	44 457

Produtos mensurados pela abordagem da comissão variável

	Outro rendimento integral (OCI)	Resultados	Margem de serviços contratuais
Montantes iniciais	6 005 987		13 957 229
Taxa de mortalidade +15%	1 541		43 135
Custo unitário +10%	(56 189)		(100 566)

Os montantes iniciais diferem, marginalmente, dos apresentados nas demonstrações financeiras uma vez que foi seguida uma metodologia simplificada para apuramento das sensibilidades.

Foi utilizada uma ótica de cálculo anual e não mensal, mas os impactos são comparáveis e na mesma ordem de grandeza.

12. PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	2023					Montante gerido em 31-12-2023
	Montante gerido em 31-12-2022	Reclassificações	Montantes		Variações de ganhos e perdas	
			Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento						
Valorizados ao justo valor						
Excluindo PPR	347 296 890		7 599 767	(41 622 203)	21 768 665	335 043 120
PPR	828 935 335		40 175 863	(73 441 618)	49 845 758	845 515 337
	<u>1 176 232 225</u>	<u>-</u>	<u>47 775 629</u>	<u>(115 063 821)</u>	<u>71 614 423</u>	<u>1 180 558 457</u>
Valorizados ao custo amortizado						
Excluindo PPR	21 091 897		139 224 671	(3 126 989)	1 040 957	158 230 537
PPR	-		-	-	-	-
	<u>21 091 897</u>	<u>-</u>	<u>139 224 671</u>	<u>(3 126 989)</u>	<u>1 040 957</u>	<u>158 230 537</u>
	<u>1 197 324 122</u>	<u>-</u>	<u>187 000 300</u>	<u>(118 190 809)</u>	<u>72 655 380</u>	<u>1 338 788 993</u>

	2022					Montante gerido em 31-12-2022
	Montante gerido em 31-12-2021	Reclassificações P/ IFRS17	Montantes		Variações de ganhos e perdas	
			Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento						
Valorizados ao justo valor						
Excluindo PPR	2 336 237 754	(1 956 161 149)	48 741 022	(31 643 069)	(49 877 667)	347 296 890
PPR	1 007 615 676	-	38 903 745	(83 462 083)	(134 122 004)	828 935 335
	<u>3 343 853 430</u>	<u>(1 956 161 149)</u>	<u>87 644 767</u>	<u>(115 105 152)</u>	<u>(183 999 671)</u>	<u>1 176 232 225</u>
Valorizados ao custo amortizado						
Excluindo PPR	43 978 829	(21 028 871)	24 727	(1 901 822)	19 035	21 091 897
PPR	-		-	-	-	-
	<u>43 978 829</u>	<u>-21 028 871</u>	<u>24 727</u>	<u>(1 901 822)</u>	<u>19 035</u>	<u>21 091 897</u>
	<u>3 387 832 259</u>	<u>(1 977 190 020)</u>	<u>87 669 494</u>	<u>(117 006 974)</u>	<u>(183 980 636)</u>	<u>1 197 324 122</u>

As variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2023 e 2022 encontram-se detalhadas na Nota 28.

Os passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas dizem exclusivamente respeito a produtos *unit-linked*. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não garantia nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de outros passivos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Depósitos recebidos de resseguradores	-	14 567
	-	14 567
Outros passivos financeiros		
Comissão de gestão a pagar (produtos <i>unit-linked</i>)	6 107 389	5 744 636
Instrumentos financeiros derivados (produtos <i>unit-linked</i>)	171 341	32 030 025
Outros	56 706 567	46 532 578
	<u>62 985 297</u>	<u>84 307 239</u>
	<u>62 985 297</u>	<u>84 321 807</u>

Os 'Outros' incluídos em outros passivos financeiros são compostos, maioritariamente, pelo valor depositado como colateral pela contraparte dos *swaps* (Banco Santander Totta) contratados pela Companhia em determinados fundos autónomos associados a seguros *unit-linked* que dependem da evolução de determinada variável financeira (índices de ações, taxa Euribor) ao abrigo do CSA (*Credit Support Annex*) assinado entre ambas as entidades. O valor presente reflete a estimativa de valor futuro líquido positivo a ser pago pela contraparte do *swap* à Companhia / fundos autónomos.

14. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
<i>Contas a pagar por operações de seguro direto</i>		
Comissões a pagar	9 058 725	9 324 171
Tomadores de seguro	18 209	27 999
	<u>9 076 934</u>	<u>9 352 170</u>
<i>Contas a pagar por operações de resseguro</i>	<u>2 859 093</u>	<u>1 915 043</u>
<i>Contas a pagar por outras operações</i>		
Resgates pendentes de liquidação	1 943 672	1 671 571
Outros credores	1 279 612	1 240 136
Outros fornecedores	91 942	315 494
	<u>3 315 226</u>	<u>3 227 201</u>
	<u>15 251 253</u>	<u>14 494 415</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Comissões a pagar" refere-se a comissões a pagar pela Companhia ao Banco Santander Totta pela angariação de apólices.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 encontravam-se por pagar as comissões relativas ao 4º trimestre de 2023 e ao 4º trimestre de 2022, respetivamente, as quais foram regularizadas no 1º trimestre de 2024 e 2023, respetivamente.

Os restantes montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rúbricas, à data de relato.

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

	2023	2022
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	719 801
	<u>-</u>	<u>719 801</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar		
Outros impostos a pagar	(2 619 226)	(569 507)
	<u>(2 619 226)</u>	<u>(569 507)</u>
Total de impostos correntes	<u>(2 619 226)</u>	<u>150 294</u>
<u>Ativos por impostos diferidos</u>		
	<u>2 227 998</u>	<u>13 837 996</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>		
	<u>(10 934 508)</u>	<u>(11 583 324)</u>
Total de impostos diferidos	<u>(8 706 510)</u>	<u>2 254 673</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de ativos e passivos por impostos correntes são detalhados da seguinte forma:

	2023	2022
<u>Imposto sobre o rendimento</u>		
Consolidação fiscal	-	266 000
Coleta	(1 587 970)	-
Derrama municipal e estadual	(296 514)	-
Outros	-	-
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	15 942	
Pagamentos por conta	-	453 801
Imposto sobre o rendimento (a pagar) / a recuperar	<u>(1 868 542)</u>	<u>719 801</u>
<u>Outros impostos</u>		
Retenções na fonte efetuadas a terceiros	(324 328)	(255 220)
Outros impostos e taxas	(387 141)	(258 770)
Contribuições para a segurança social	(39 215)	(55 517)
	<u>(750 684)</u>	<u>(569 507)</u>
	<u>(2 619 226)</u>	<u>150 294</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos nos exercicios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	2023			
	Variação em			
	Saldo em 31-12-2022	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31-12-2023
<u>Ativos por impostos diferidos</u>				
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	3 853 124		(1 625 126)	2 227 998
Por alterações políticas contabilísticas	(1 244 510)		1 244 510	-
Prejuízos fiscais reportáveis	11 229 382	-	(11 229 382)	-
	<u>13 837 996</u>	<u>-</u>	<u>(11 609 998)</u>	<u>2 227 998</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>				
Incentivos de longo prazo	(593)		593	-
Por alterações políticas contabilísticas	(11 582 731)		648 223	(10 934 508)
	<u>(11 583 324)</u>	<u>-</u>	<u>648 816</u>	<u>(10 934 508)</u>
	2022			
	Variação em			
	Saldo em 31-12-2021	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31-12-2022
<u>Ativos por impostos diferidos</u>				
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	470 710		3 382 414	3 853 124
Por alterações políticas contabilísticas	4 542 826		(5 013 536)	(1 244 510)
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	11 229 382	11 229 382
	<u>5 013 536</u>	<u>-</u>	<u>9 598 260</u>	<u>13 837 996</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>				
Incentivos de longo prazo	(593)			(593)
Por alterações políticas contabilísticas	(1 222 625)		(10 360 105)	(11 582 731)
	<u>(1 223 218)</u>	<u>-</u>	<u>(10 360 105)</u>	<u>(11 583 324)</u>

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Por sua vez, os impostos diferidos ativos são contabilizados quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

Os gastos com impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2023	2022
Impostos correntes	(1 775 235)	554 523
Impostos diferidos	(1 949 294)	(3 051 839)
Total de impostos em ganhos e perdas	<u>(3 724 529)</u>	<u>(2 497 316)</u>
Resultado antes de impostos	<u>31 799 306</u>	<u>24 936 853</u>
Taxa efetiva de imposto	<u>-11,71%</u>	<u>-10,01%</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2023 e 2022 pode ser demonstrada como segue:

	2023		2022	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		31 799 306		24 936 853
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	6 677 854	21,00%	5 236 739
Derramas	0,93%	296 514	2,50%	623 421
Outras diferenças permanentes	-11,14%	(3 543 600)	-19,12%	(2 810 663)
Variações patrimoniais negativas	-8,28%	(2 631 980)	-4,38%	(1 940 452)
Diferimento por Alteração de Políticas contabilística	3,41%	1 085 696	0,00%	
Outros	-0,74%	(109 250)	-6,67%	(1 663 569)
Impostos diferidos	13,26%	1 949 294	4,40%	3 051 839
Carga de imposto sobre o rendimento do período	11,71%	<u>3 724 529</u>	0,63%	<u>2 497 316</u>

A STS está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2023 e 2022 ascendeu a 22,5%.

Adicionalmente, as empresas que apresentem lucros mais elevados são, igualmente, sujeitas a Derrama Estadual.

Desta forma, a tributação dos lucros das empresas é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre a matéria coletável não isenta;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável; e,
- Derrama estadual a uma taxa progressiva aplicada sobre a parte do lucro tributável correspondente a cada um dos escalões abaixo indicados:
 - Menor ou igual a 1.500.000 euros - 0%;
 - Maior do que 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros - 3%;
 - Maior do que 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros - 5%;

- Maior do que 35.000.000 euros - 9%.

A taxa de imposto utilizada pela Companhia no apuramento e registo de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de 23,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

As Autoridades Fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, em eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que, qualquer correção relativa aos exercícios suscetíveis de serem objeto de inspeção, seja significativa para as demonstrações financeiras. Deste modo, as declarações fiscais da Companhia dos exercícios de 2020 a 2023 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Grupo Santander Totta aplicou desde o exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que vier a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante, e Taxagest, Banco Santander Totta, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas. Com a alteração do acionista, em 2023, a Santander Totta Seguros abandonou este Regime.

A Lei n.º 82-A/2023 de 29 de dezembro, veio alterar o Código do IRC para assegurar a sua adaptação ao novo PCES na determinação do resultado tributável das empresas do setor segurador. Estabeleceu um regime transitório para os impactos de transição com um diferimento em partes iguais, por um período de 10 exercícios com início em 2023.

16. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS A CONTAS DO ATIVO

Nos exercícios de 2023 e 2022, o movimento nas rubricas de “Outras provisões” e “Ajustamentos a contas do ativo” foi o seguinte:

	2023				Saldos em 31-12-2023
	Saldos em 31-12-2022	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações / Transferências	
Ajustamento em outras contas a receber	613 341	-	-	-	613 341
	<u>613 341</u>				<u>613 341</u>
Outras provisões	168 361	-	-	-	168 361
	<u>781 701</u>				<u>781 701</u>

	2022				Saldos em 31-12-2022
	Saldos em 31-12-2021	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações / Transferências	
Ajustamento em outras contas a receber	634 153	-	-	(20 812)	613 341
	<u>634 153</u>				<u>613 341</u>
Outras provisões	823 069	-	-	(654 708)	168 361
	<u>1 457 222</u>			<u>(654 708)</u>	<u>781 701</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outras provisões” destina-se, essencialmente, a fazer face a contingências legais, fiscais e outras, resultantes da atividade da Companhia.

As provisões registadas na rubrica “Outras provisões” são mensuradas ao valor presente. Face ao montante e natureza das mesmas, não é expectável que o efeito do desconto financeiro das mesmas seja um montante relevante.

17. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social que é representado por 47.250.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas da Companhia é detido em 100% pela Santander Insurance, S.L., que o adquiriu, em 21 de dezembro de 2023, à Santander Totta SGPS que era o detentor do capital em 31 de dezembro de 2022.

A política de gestão de capital da Companhia é efetuada em conformidade com as disposições regulamentares e prudenciais da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A Companhia monitoriza os requisitos de capital numa base regular, acompanhando as alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Tem por objetivo

a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

18. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2023	2022
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(30 938 423)	(55 563 714)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de crédito mensurados ao justo valor através de reservas	108 354	169 231
	<u>(30 830 069)</u>	<u>(55 394 483)</u>
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	<u>55 853 774</u>	<u>89 854 330</u>
Reservas por impostos	<u>(5 880 571)</u>	<u>(8 098 064)</u>
Reserva legal	<u>45 444 468</u>	<u>43 983 393</u>
Outras reservas	<u>(28 210 937)</u>	<u>2 476 709</u>
Resultados transitados	<u>31 083 364</u>	<u>5 710 006</u>

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica “Outras reservas” inclui a reserva de fusão no âmbito da fusão por incorporação da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., no montante de 2.455.094 euros.

A variação registada em 2022 e 2023 nas rubricas “Resultados transitados” e “Outras reservas” é justificada pelos seguintes movimentos:

	Movimento em	
	Resultados Transitados	Outras Reservas
<u>Saldo em 31-12-2022 (IFRS 4)</u>	<u>40 767 888</u>	<u>2 476 709</u>
Impactos da Transição IFRS 17 (Nota 2.7)	(35 057 882)	
<u>Saldo em 31-12-2022</u>	<u>5 710 006</u>	<u>2 476 709</u>
Aplicação de Resultados 2022 (IFRS 4)	1 856 925	-
Aplicação de Resultados 2022 (relativo ao ajustamento por adoção da IFRS 17 em 2022)	7 828 787	
Reclassificação para Outras Reservas - Alterações Políticas Contabilísticas (IFRS 17)	27 229 095	(27 229 095)
Reclassificação para Outras Reservas - Alterações Políticas Contabilísticas (IFRS 9)	3 458 550	(3 458 550)
Distribuição de Dividendos 2023	(15 000 000)	-
<u>Saldo em 31-12-2023</u>	<u>31 083 364</u>	<u>(28 210 937)</u>

Nos termos do artigo 62º do Regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (Anexo I da Lei 147/2015 de 9 de setembro), um montante não inferior a 10% do resultado líquido do exercício é destinado à formação da reserva legal, até à concorrência do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o apuramento dos resultados básicos por ação pode ser apresentado como segue:

	2023	2022
Resultado líquido do período	28 074 777	22 439 537
Número médio de ações em circulação no período (Nota 17)	47 250 000	47 250 000
Resultados básicos por ação	0,59	0,47

A Companhia apresenta a divulgação acima, do resultado básico por ação, de acordo com os princípios da IAS 33, apesar da referida divulgação não ser obrigatória.

Os resultados por ação diluídos são iguais aos resultados por ação básicos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

19. PROVEITOS DE CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

Nos exercícios de 2023 e 2022, os proveitos de contratos de seguro e de resseguro apresentam a seguinte composição:

	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Abordagem da comissão variável	Total
Proveitos de contratos de seguro	5 283 859	54 196 320	16 812 688	76 292 867
Contratos não mensurados pela abordagem de imputação dos prêmios				
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	5 498 340	-	11 449 654	16 947 994
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	(2 014 652)	-	166 582	(1 848 070)
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	1 800 171	-	5 196 452	6 996 623
Proveitos de contratos de seguro mensurados pela abordagem de imputação dos prêmios	-	54 196 320	-	54 196 320
Gastos de contratos de seguro	(1 811 667)	(30 860 985)	(12 603 232)	(45 275 884)
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	(6 579 730)	(14 359 380)	(2 912 028)	(23 851 138)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(1 893 164)	(19 314 557)	(9 667 407)	(30 875 127)
Alterações relativas a serviços passados	2 871 492	2 812 952	(11 102)	5 673 342
Alterações relativas a serviços futuros	3 789 734	-	(12 694)	3 777 040
Proveitos de contratos de resseguro	-	11 315 858	-	11 315 858
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros – parte dos resseguradores	-	14 857 571	-	14 857 571
Alterações relativas a serviços passados – parte dos resseguradores	-	(3 541 713)	-	(3 541 713)
Gastos de contratos de resseguro	-	(33 124 758)	-	(33 124 758)
Gastos de contratos de resseguro - mensurados pela abordagem de imputação dos prêmios	-	(33 124 758)	-	(33 124 758)
Resultado de contratos de seguro – 31 de dezembro de 2023	3 472 192	1 526 434	4 209 456	9 208 082

	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Abordagem da comissão variável	Total
Proveitos de contratos de seguro	9 285 278	59 142 601	18 702 879	87 130 758
Contratos não mensurados pela abordagem de imputação dos prêmios				
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	5 357 362	-	12 723 541	18 080 903
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	2 217 469	-	453 143	2 670 612
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	1 710 448	-	5 526 195	7 236 643
Proveitos de contratos de seguro mensurados pela abordagem de imputação dos prêmios	-	59 142 601	-	59 142 601
Gastos de contratos de seguro	(10 269 204)	(20 942 400)	(30 797 734)	(62 009 338)
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	(3 821 781)	(1 504 267)	(20 373 675)	(25 699 723)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(2 088 321)	(20 904 467)	(10 236 710)	(33 229 498)
Alterações relativas a serviços passados	335 279	1 466 334	(124 612)	1 677 001
Alterações relativas a serviços futuros	(4 694 381)	-	(62 737)	(4 757 118)
Proveitos de contratos de resseguro	-	16 273 488	-	16 273 488
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros – parte dos resseguradores	-	18 444 090	-	18 444 090
Alterações relativas a serviços passados – parte dos resseguradores	-	(2 170 602)	-	(2 170 602)
Gastos de contratos de resseguro	-	(36 280 756)	-	(36 280 756)
Gastos de contratos de resseguro - mensurados pela abordagem de imputação dos prêmios	-	(36 280 756)	-	(36 280 756)
Resultado de contratos de seguro – 31 de dezembro de 2022	(983 926)	18 192 933	(12 094 855)	5 114 152

20. COMISSÕES RECEBIDAS

Nos exercícios de 2023 e 2022, as comissões relativas a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
Contratos de Investimento		
Ligados a Fundos	9 283 181	10 121 989
	<u>9 283 181</u>	<u>10 121 989</u>

As comissões relativas a esta tipologia de contratos, recebidas pela Companhia, têm a seguinte natureza: (i) Comissões de Subscrição e de gestão, calculadas diariamente sobre o montante dos ativos sob gestão e (ii) Comissões sobre resgates, que são calculadas no momento do resgate de acordo com as condições gerais dos produtos, apresentando a seguinte composição:

	2023	2022
Comissões		
Comissões de subscrição e de gestão	8 890 012	9 188 497
Comissões de resgate	393 168	933 491
	<u>9 283 181</u>	<u>10 121 989</u>

21. CUSTOS ATRIBUÍVEIS E NÃO ATRIBUÍVEIS

Nos exercícios de 2023 e 2022, os gastos incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição, atendendo à sua natureza e função:

21.1. Custos Atribuíveis – São os diretamente relacionados com a atividade seguradora e por isso incluídos na projeção dos fluxos de caixa futuros.

	2023		
	Custos Atribuíveis		Total
	Aquisição	Outros custos atribuíveis	
Gastos com pessoal	26 850	972 725	999 575
Fornecimentos e serviços externos	33 386	1 289 478	1 322 865
Impostos e taxas		118 614	118 614
Depreciações e amortizações do exercício	4 435	155 608	160 043
Outros			0
Remunerações de mediação	30 810 455		30 810 455
Comissões		2 227 988	2 227 988
	<u>30 875 127</u>	<u>4 764 413</u>	<u>35 639 541</u>

	2022		
	Aquisição	Outros custos atribuíveis	Total
Gastos com pessoal	111 743	907 296	1 019 039
Fornecimentos e serviços externos	124 268	1 133 478	1 257 746
Impostos e taxas		102 193	102 193
Depreciações e amortizações do exercício	19 278	160 779	180 057
Remunerações de mediação	32 974 137		32 974 137
Comissões	72	2 425 246	2 425 317
	33 229 498	4 728 992	37 958 490

21.2.Custos Não Atribuíveis – São os não diretamente relacionados com a atividade seguradora e por isso são apresentados separadamente.

	2023				
	Contratos de seguro	Investimentos	Fundos de pensões	Outros	Total
Gastos com pessoal	508 404	942 899	65 869	-	1 517 172
Fornecimentos e serviços externos	996 146	1 329 576	107 106	-	2 432 827
Impostos e taxas	288	92 835	18	-	93 141
Depreciações e amortizações do exercício	87 446	147 394	11 920	-	246 760
Outros	71 112	-	-	-	71 112
Remunerações de mediação	-	5 434 646	30 694	-	5 465 340
Comissões	110 722	1 329 371	462 248	78 562	1 980 903
	1 774 117	9 276 721	677 854	78 562	11 807 255

	2022				
	Contratos de seguro	Investimentos	Fundos de pensões	Outros	Total
Gastos com pessoal	498 174	718 806	41 782	-	1 258 763
Fornecimentos e serviços externos	1 008 190	975 491	68 935	-	2 052 616
Impostos e taxas	549	42 563	18	-	43 130
Depreciações e amortizações do exercício	90 275	120 914	8 541	-	219 730
Outros	1 000 191	-	-	-	1 000 191
Remunerações de mediação	-	5 577 575	11 761	-	5 589 336
Comissões	696 962	1 561 644	458 227	287 834	3 004 667
	3 294 341	8 996 994	589 263	287 834	13 168 433

21.3. Gastos de funcionamento por natureza

	2023	2022
Gastos com o pessoal (Nota 24)	2 516 747	2 277 802
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	3 187 221	2 763 753
Comunicações	236 200	204 923
Gastos com trabalho independente	103 476	101 938
Quotizações	88 002	98 950
Arquivo	50 762	56 186
Rendas e alugueres	5 104	33 258
Deslocações e estadas	16 885	19 203
Publicidade e propaganda	19 364	18 994
Outros	9 718	8 833
Conservação e reparação	1 313	5 193
Impressos	5 363	4 428
Seguros	1 608	1 694
Material de escritório	6 970	637
Gastos com cobrança de prémios	276	327
Livros e documentação técnica	-	-
Contencioso e notariado	23 431	(7 953)
	<u>3 755 692</u>	<u>3 310 362</u>
Encargos com comissões por serviços bancários	4 208 891	5 429 984
Amortizações e depreciações do exercício (Notas 7 e 8)		
Ativos tangíveis	30 111	21 202
Ativos intangíveis	376 692	378 585
	<u>406 803</u>	<u>399 787</u>
Impostos e taxas	211 755	145 323
Juros suportados de depósitos de resseguradores	-	-
	<u>11 099 889</u>	<u>11 563 258</u>

22. RESULTADO DA COMPONENTE FINANCEIRA DE CONTRATOS DE SEGURO

Nos exercícios de 2023 e 2022, a rubrica de resultados da componente financeira de contratos de seguro apresenta a seguinte composição:

	Modelo geral de mensuração		Abordagem da comissão variável	
	2023	2022	2023	2022
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	841	2 957 416	-	176 098 361
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	(9 797 890)	-	(120 361 349)	-
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	(9 797 049)	2 957 416	(120 361 349)	176 098 361
Outro rendimento integral	(55 853 774)	(89 854 330)		

23. JUSTO VALOR DOS ATIVOS SUBJACENTES

A composição dos ativos subjacentes aos contratos com características de participação direta, mensurados pela abordagem da comissão variável, e o seu respetivo justo valor podem ser analisados como se segue:

Ativos Subjacentes	2023	2022
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	89 585 034	113 777 320
Dívida pública	662 469 477	680 117 521
Dívida de outros emissores	380 772 258	257 370 933
Fundos de Investimento	553 355 021	555 467 281
Derivados	47 349 338	43 828 961
Outros	9 960 850	15 713 051
Total	1 743 491 978	1 666 275 066

24. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2023 e 2022, as rubricas de gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
Remunerações		
Dos órgãos sociais	287 795	204 306
Do pessoal	1 728 054	1 649 709
	<u>2 015 849</u>	<u>1 854 015</u>
Encargos sobre remunerações	<u>390 439</u>	<u>377 609</u>
Benefícios pós-emprego (Nota 25)	25 023	25 174
Outros benefícios a longo prazo	13 690	(47 817)
Outros gastos com pessoal	71 746	68 821
	<u>2 516 747</u>	<u>2 277 802</u>

A rubrica “Remunerações – Dos órgãos sociais” inclui a remuneração anual fixa dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal.

A rubrica “Remunerações – Do pessoal” inclui os acréscimos de custos relativos aos prémios de desempenho, relativos aos exercícios de 2023 e 2022 e a pagar em 2024 e 2023, nos montantes de 444.236 euros e 300.904 euros, respetivamente.

Nos termos do Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o setor segurador, cuja entrada em vigor ocorreu em 15 de janeiro de 2012, os trabalhadores que completarem um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terão direito, verificado um conjunto de condições, a um prémio pecuniário (prémio de permanência) de montante equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer. Os custos com a dotação da provisão registada para esta finalidade são registados na rubrica “Outros benefícios a longo prazo”.

O número de trabalhadores ao serviço da Companhia nos exercícios de 2023 e 2022, por categoria profissional, apresenta a seguinte distribuição:

	2023	2022
Dirigentes executivos	3	3
Quadros superiores	4	3
Quadros médios	6	6
Profissionais altamente qualificados	15	15
Profissionais qualificados	11	12
	39	39

Em 31 de dezembro de 2023 o número de trabalhadores com vínculo contratual ascidia a 43 (44 em 31 de dezembro de 2022):

	2023	2022
Trabalhadores com vínculo contratual	43	44
Trabalhadores cedidos a outras entidades do Grupo Santander	-7	-8
Trabalhadores cedidos à STS por outras companhias do Grupo Santander	3	3
Trabalhadores ao serviço da Companhia	39	39

Remuneração dos Órgãos Sociais

As remunerações pagas aos Órgãos Sociais nos anos de 2023 e 2022, em termos agregados no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram respetivamente de 351.612 euros e 304.674 euros.

As remunerações pagas em 2023 têm a seguinte composição:

Conselho de Administração

Nome	Remuneração fixa	Prémio Desempenho	Total
Manuela Vieira Marinho	79 442	37 323	116 765
Paulo Alexandre Timoteo Dias	60 993	23 989	84 982
Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins	77 365		77 365
	217 800	61 312	279 112

Conselho Fiscal

Nome	Remuneração fixa
Afonso Pereira Barbosa	32 500
Jorge Filipe Alves Gaspar	20 000
José António Nogueira Veloso	20 000
	72 500

As remunerações pagas em 2022 têm a seguinte composição

Conselho de Administração

Nome	Remuneração fixa	Prémio Desempenho	Total
Manuela Vieira Marinho	70 394	-	70 394
Paulo Alexandre Timoteo Dias	35 652	-	35 652
Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins	6 632		6 632
Nuno Miguel Frias Costa	65 777	47 677	113 454
	178 455	47 677	226 132

Conselho Fiscal

Nome	Remuneração fixa
Afonso Pereira Barbosa	35 208
Jorge Filipe Alves Gaspar	21 667
José António Nogueira Veloso	21 667
	78 542

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - consultoria e assessoria. Os respetivos honorários ascenderam a 231.556 Euros em 2023 e 307.584 Euros em 2022 incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia, no montante de 212.463 Euros em 2023 e de 237.425 Euros em 2022 e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial no montante de 69.775 Euros em 2023 e de 70.158 Euros em 2022. Do referido montante de honorários, 121.335 Euros foram faturados em 2023. Os custos de 2022 incluem 107.059 Euros, IVA incluído, relativos a trabalhos de validação da implementação de IFRS17.

25. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

No âmbito do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, publicado em 15 de janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiam de um plano individual de reforma ("PIR").

Em conformidade com as regras previstas no CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Assim, tal como previsto no Anexo V do CCT, a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do empregado:

<u>Ano civil</u>	<u>Contribuição PIR</u>
2014	2,50%
2015 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, conforme disposto na cláusula 58.^a-A, n.º 1, do CCT, aditada em 8 de dezembro de 2014, no decorrer do exercício de 2015 a Companhia efetuou uma contribuição extraordinária para o PIR dos trabalhadores, de valor correspondente a 1,25% do respetivo ordenado base anual auferido no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

A Companhia tem igualmente a responsabilidade de definir o produto em que se materializa o plano individual de reforma, que deve prever garantia de capital e é ainda responsável pela definição das regras e procedimentos necessários à implementação e gestão desse mesmo produto.

Durante os exercícios de 2023 e 2022, a Companhia efetuou contribuições para os planos individuais de reforma nos montantes de 25.023 euros e 25.174 euros em cada ano, respetivamente (Nota 24).

27. GASTOS DE INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2023 e 2022, as rubricas de gastos de investimentos apresentam a seguinte composição:

	2023			2022		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Juros de <i>interest rate swaps</i> :						
Seguros Ligados a Fundos Investimento	12 854 575		12 854 575	4 250 085		4 250 085
	<u>12 854 575</u>	<u>-</u>	<u>12 854 575</u>	<u>4 250 085</u>	<u>-</u>	<u>4 250 085</u>

28. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2023 e 2022, os ganhos e perdas líquidos de ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
Não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Valias líquidas realizadas (Nota 28.1)	(335 220)	511 482
Juros creditados aos passivos financeiros (Nota 28.3)	(814 289)	(47 243)
Outros	-	(30 807)
	<u>(1 149 510)</u>	<u>433 432</u>
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Valias líquidas realizadas (Nota 28.1)	(225 124 491)	(131 233 847)
Valias líquidas potenciais (Nota 28.2)	392 652 534	(264 955 796)
Ganhos (perdas) em passivos financeiros (Nota 28.3)	(81 156 030)	173 826 543
Outros	-	46 243
	<u>86 372 013</u>	<u>(222 316 858)</u>

28.1. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Nos exercícios de 2023 e 2022, os ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2023			2022		
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	114 928 889	(347 077 473)	(232 148 584)	193 955 906	(324 934 282)	(130 978 376)
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	182 392	(506 682)	(324 290)	624 637	(113 155)	511 482
De outros	-	-	-	6 556 233	(6 572 135)	(15 901)
	<u>115 111 281</u>	<u>(347 584 155)</u>	<u>(232 472 874)</u>	<u>201 136 777</u>	<u>(331 619 572)</u>	<u>(130 482 795)</u>
Não técnica:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	7 034 525	(10 432)	7 024 093	(372)	(239 198)	(239 570)
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	3 521	(43 713)	(40 192)	-	-	-
De outros	29 262	-	29 262	-	-	-
	<u>7 067 308</u>	<u>(54 145)</u>	<u>7 013 163</u>	<u>(372)</u>	<u>(239 198)</u>	<u>(239 570)</u>
	<u>122 178 589</u>	<u>(347 638 300)</u>	<u>(225 459 711)</u>	<u>201 136 405</u>	<u>(331 858 770)</u>	<u>(130 722 365)</u>

O montante registado em 2023 em Não técnico na rubrica "Ativos valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" é justificada pelo reconhecimento do preço variável ("Earn Out") de 7 milhões de euros resultante da venda das participações na Aegon Vida e Aegon Não Vida, conforme detalhe nas Notas 35 e 5.

28.2. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Nos exercícios de 2023 e 2022, os ganhos e perdas não realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2023			2022		
	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	653 107 082	(260 497 494)	392 609 588	466 806 857	(731 906 452)	(265 099 595)
Outros	-	-	-	131 554	(243 819)	(112 265)
	<u>653 107 082</u>	<u>(260 497 494)</u>	<u>392 609 588</u>	<u>466 938 411</u>	<u>(732 150 270)</u>	<u>(265 211 859)</u>
Não técnica:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	85 913	(42 967)	42 946	299 752	(43 689)	256 063
	<u>85 913</u>	<u>(42 967)</u>	<u>42 946</u>	<u>299 752</u>	<u>(43 689)</u>	<u>256 063</u>
	<u>653 192 995</u>	<u>(260 540 461)</u>	<u>392 652 534</u>	<u>467 238 163</u>	<u>(732 193 959)</u>	<u>(264 955 796)</u>

28.3. Ganhos e perdas em passivos financeiros

Nos exercícios de 2023 e 2022, as variações dos passivos por contratos de investimento, incluindo variações em ganhos e perdas e utilizações de provisões, apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
Passivos Financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas:		
Variações positivas dos passivos financeiros	(81 289 534)	(697 326)
Variações negativas dos passivos financeiros	133 504	174 523 869
	<u>(81 156 030)</u>	<u>173 826 543</u>
Comissões de contratos de investimento "unit-linked"	9 072 018	10 069 054
Outros	469 590	104 074
	<u>(71 614 423)</u>	<u>183 999 671</u>
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado:		
Juros creditados aos passivos financeiros	(814 289)	(47 243)
Comissões de contratos de investimento sem participação nos resultados	211 163	52 935
Outros	(437 831)	13 343
	<u>(1 040 957)</u>	<u>19 035</u>
	<u>(72 655 380)</u>	<u>184 018 706</u>

29. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Em 2023 e 2022, a rubrica apresenta resultados da componente cambial de instrumentos financeiros denominados essencialmente em dólares norte-americanos, libras esterlinas e ienes. Todos os instrumentos encontram-se afetos a produtos *unit-linked* ou à carteira de investimentos livres.

30. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS

Nos exercícios de 2023 e 2022, a composição destas rubricas é a seguinte:

	2023	2022
Custos pagos ao BST com penalizações por resgates (Nota 31)	(364 494)	(543 610)
Gestão de fundos de pensões	1 148 001	970 734
Outros rendimentos relativos ao ramo vida	2 177	12 683
	<u>785 684</u>	<u>439 808</u>

31. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS NÃO TÉCNICOS

Nos exercícios de 2023 e 2022, a composição destas rubricas é a seguinte:

	2023	2022
Ganhos e perdas líquidos em outros ativos tangíveis	-	29 210
Outros	155 026	(240 692)
	<u>155 026</u>	<u>(211 482)</u>

A rubrica de outros apresenta, entre outros, resultados decorrentes de juros compensatórios, e juros de mora relativos a processos de contencioso.

32. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 2023 e 2022, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

2023

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia	
Santander Insurance, S.L.	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, - SGOIC, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
Santander Global Tech	Espanha
Santander Tecnologia SL	Espanha
Santander Global Operations	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo conjunto da Companhia (empreendimentos conjuntos)	
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Mapfre Santander Portugal, Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Membros do Conselho de Administração da Companhia	
Inês Oom Ferreira de Sousa	
Francisco Del Cura Ayuso	
Armando Alberto Bordalo Escalda	
Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins	
Paulo Alexandre Timóteo Dias	
Manuela Vieira Marinho	
Membros do Conselho Fiscal	
Afonso Pereira Barbosa	
José António Nogueira Veloso	
Jorge Filipe Alves Gaspar	
José Duarte Assunção Dias (suplente)	

2022

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia	
Santander Totta SGPS, S.A.	Portugal
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
Santander Global Tech	Espanha
Santander Tecnologia SL	Espanha
Santander Global Operations	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo conjunto da Companhia (empreendimentos conjuntos)	
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Mapfre Santander Portugal, Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Membros do Conselho de Administração da Companhia	
Inês Oom Ferreira de Sousa	
Francisco Del Cura Ayuso	
Armindo Alberto Bordalo Escalda	
Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins	
Nuno Miguel Frias Costa ⁽¹⁾	
Paulo Alexandre Timóteo Dias	
Manuela Vieira Marinho ⁽²⁾	
Membros do Conselho Fiscal	
Afonso Pereira Barbosa	
José António Nogueira Veloso	
Jorge Filipe Alves Gaspar	
José Duarte Assunção Dias (suplente) ⁽³⁾	
⁽¹⁾ cessou o exercício de funções como Presidente do Conselho de Administração, por renúncia, cuja produção de efeitos se verificou em 31 de janeiro de 2022	
⁽²⁾ nomeada em 31 de janeiro de 2022, para completar o mandato em curso 2019-2021, para as funções de Presidente do Conselho de Administração	
⁽³⁾ nomeado em 24 de junho de 2022, para o mandato em curso 2021-2023, para as funções de suplente do Conselho Fiscal	

Os gastos com órgãos sociais encontram-se divulgados na Nota 24.

As contas da Companhia são consolidadas pelo método de consolidação integral na Santander Insurance, S.L., com sede em Ciudad Grupo Santander, Avenida de Cantabria, s/n, 28660, Boadilla del Monte, Madrid, Espanha .

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos e transações registados em Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, excluindo os respeitantes aos títulos de dívida detidos, são apresentadas seguidamente, sendo resultantes no normal decurso de atividade da Companhia e realizadas em condições de mercado.

	2023										
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	ISBAN	PRODUBA N	Santander Global Tech	GEOBAN	Banco Santander SA - Espanha	Aegon Santander Portugal Vida	Aegon Santander Portugal Não Vida	Mapfre Santander	Total
Ativo											
Depósitos à ordem	199 719 226	-	-	-	-	-	-	-	-	-	199 719 226
Depósitos a prazo	70 010 080	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70 010 080
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	8 232 000	6 076 000	3 749 250	18 057 250
Contas a receber	1 410 789	-	-	-	-	-	-	6 396	-	-	1 417 185
Prestações acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 149 770	1 149 770
Total do Ativo	271 140 096	-	-	-	-	-	-	8 238 396	6 076 000	4 899 020	290 353 512
Passivo											
Contas a pagar	(9 000 992)	(281 808)	-	-	-	-	-	(99 760)	-	-	(9 382 560)
Total do Passivo	(9 000 992)	(281 808)	-	-	-	-	-	(99 760)	-	-	(9 382 560)
Ganhos e perdas											
Juros de depósitos à ordem	(3 094 483)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3 094 483)
Juros de depósitos a prazo	(276 758)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(276 758)
Comissões de mediação	36 275 806	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36 275 806
Comissões de gestão	-	3 139 503	-	-	-	-	-	-	-	-	3 139 503
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(9 735 004)	(6 129 081)	-	(15 864 085)
Comissões de liquidação	205 979	-	-	-	-	-	-	-	-	-	205 979
Comissões manutenção conta	54 726	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54 726
Comissões de custódia	818 806	-	-	-	-	-	-	-	-	-	818 806
Comissões de penalização de resgate	364 494	-	-	-	-	-	-	-	-	-	364 494
Prestação de serviços	180 488	-	-	-	507 008	-	352 587	-	-	-	1 040 083
Renda escritório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos resultados	18 461	-	112	202	-	124	-	-	-	-	18 899
Comissões por colaterais prestados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRC a pagar Consolidado Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Ganhos e Perdas	34 547 518	3 139 503	112	202	507 008	124	352 587	(9 735 004)	(6 129 081)	-	22 682 969
	2022										
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	ISBAN	PRODUBA N	Santander Global Tech	GEOBAN	Banco Santander SA - Espanha	Aegon Santander Portugal Vida	Aegon Santander Portugal Não Vida	Mapfre Santander	Total
Ativo											
Depósitos à ordem	187 920 077	-	-	-	-	-	-	-	-	-	187 920 077
Depósitos a prazo	15 845 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15 845 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	8 232 000	6 076 000	3 749 250	18 057 250
Contas a receber	1 528 689	-	-	-	-	-	-	6 396	-	-	1 535 085
Prestações acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	649 870	649 870
Total do Ativo	205 293 766	-	-	-	-	-	-	8 238 396	6 076 000	4 399 120	224 007 282
Passivo											
Contas a pagar	(9 360 376)	(534 209)	-	-	-	-	-	(99 760)	-	-	(9 994 344)
Total do Passivo	(9 360 376)	(534 209)	-	-	-	-	-	(99 760)	-	-	(9 994 344)
Ganhos e perdas											
Juros de depósitos à ordem	(41 042)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41 042)
Juros de depósitos a prazo	(141 466)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(141 466)
Comissões de mediação	38 609 856	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38 609 856
Comissões de gestão	-	3 289 949	-	-	-	-	-	-	-	-	3 289 949
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(7 812 965)	(4 147 302)	-	(11 960 267)
Comissões de liquidação	236 318	-	-	-	-	-	-	-	-	-	236 318
Comissões manutenção conta	1 072 150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 072 150
Comissões de custódia	864 665	-	-	-	-	-	-	-	-	-	864 665
Comissões de penalização de resgate	543 610	-	-	-	-	-	-	-	-	-	543 610
Prestação de serviços	-	-	-	-	682 300	-	-	-	-	-	682 300
Renda escritório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos resultados	30 690	-	112	202	-	124	-	-	-	-	31 128
Comissões por colaterais prestados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRC a pagar Consolidado Fiscal	719 801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	719 801
Total de Ganhos e Perdas	41 894 582	3 289 949	112	202	682 300	124	-	(7 812 965)	(4 147 302)	-	33 907 002

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos registados em Balanço respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Demonstração da Posição Financeira			
	2023		2022	
	Valor de mercado	Juro corrido	Valor de mercado	Juro corrido
Santander Consumer Finance, S.A.	2 948 595	7 893	2 842 027	7 895
Santander Consumer Bank A.S.	681 576	268	657 412	268
Santander UK Group Hldgs	504 004	1 064	457 901	1 067
Banco Santander Totta, S.A.	76 958 722	346 934	7 688 729	-
Banco Santander, S.A.	70 090 098	1 299 626	44 864 928	806 167
Santander Consumer Bank	680 890	373	656 390	374
	<u>151 863 885</u>	<u>1 656 158</u>	<u>57 167 387</u>	<u>815 771</u>

Nos exercícios de 2023 e 2022, os saldos registados na Conta de Ganhos e Perdas respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Conta de ganhos e perdas					
	2023			2022		
	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais
Santander Consumer Finance, S.A.	21 789	4 276	106 568	12 889	(111)	(241 536)
Santander Consumer Bank A.S.	875	-	24 164	834	-	(42 917)
Santander UK Group Hldgs	3 537	-	46 103	3 540	-	(116 320)
Banco Santander Totta, S.A.	346 934	-	(135 162)	-	(612)	(271 758)
Banco Santander, S.A.	1 402 792	1 848	493 138	974 454	(121 253)	(156 475)
Santander Consumer Bank	1 749	-	24 500	4 264	2 360	(45 661)
	<u>1 777 676</u>	<u>6 124</u>	<u>559 310</u>	<u>995 981</u>	<u>(119 615)</u>	<u>(874 667)</u>

As transações e prestações de serviços com entidades relacionadas são efetuadas a preços de mercado.

33. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras da Companhia é resumida da seguinte forma:

	2023					
	Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			Ativos / passivos não valorizados ao justo valor	Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	207 039 143	207 039 143
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 796 834 493	2 190 387 107	556 901 023	49 546 364	-	2 796 834 493
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	711 761 779	711 761 779	-	-	-	711 761 779
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	-	-	-	-	76 832 983	76 832 983
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	12 070 452	12 070 452
Ativos financeiros	3 508 596 273	2 902 148 886	556 901 023	49 546 364	295 942 579	3 804 538 852
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contratos de investimento	1 180 558 457	-	1 180 558 457	-	158 230 537	1 338 788 993
Outros passivos financeiros - <i>Restantes</i>	62 985 297	-	-	62 985 297	-	62 985 297
Outros credores por operações de seguros e outras operações	15 251 253	-	-	15 251 253	-	15 251 253
Passivos financeiros	1 258 795 007	-	1 180 558 457	78 236 550	158 230 537	1 417 025 543

	2022					
	Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			Ativos / passivos não valorizados ao justo valor	Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	225 163 198	225 163 198
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 667 582 155	2 016 334 146	606 222 355	45 025 655	-	2 667 582 155
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	685 937 132	685 937 131	-	-	-	685 937 132
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	-	-	-	-	19 741 801	19 741 801
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	13 005 827	13 005 827
Ativos financeiros	3 353 519 287	2 702 271 277	606 222 355	45 025 655	257 910 826	3 611 430 113
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contratos de investimento	1 176 232 225	-	1 176 232 225	-	21 091 897	1 197 324 122
Outros passivos financeiros - <i>Restantes</i>	84 321 807	-	-	84 321 807	-	84 321 807
Outros credores por operações de seguros e outras operações	14 494 415	-	-	14 494 415	-	14 494 415
Passivos financeiros	1 275 048 447	-	1 176 232 225	98 816 222	21 091 897	1 296 140 344

Os quadros acima agrupam os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os *inputs* não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de ações, futuros e *ETF's* o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações das ações e futuros disponibilizados no mercado e para os *ETF's* utiliza-se a cotação divulgada na bolsa onde o mesmo é transacionado.
- Para a maior parte dos títulos de dívida pública, das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da informação pública disponibilizada através da Bloomberg. Para os títulos de dívida pública e para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV ("Net Asset Value") utiliza-se o valor divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados OTC), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente a valorização pelo custo amortizado para os depósitos a prazo; valorização por um avaliador independente para o caso de existir alguma obrigação ilíquida; e valorização diária por parte da contraparte para os derivados OTC.
- Os modelos de avaliação utilizados implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, a Companhia utiliza como *inputs* dos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxa de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.
- Tendo por base os critérios definidos na IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2, uma vez que a avaliação deste passivo é efetuada pela Companhia tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes.

Durante o exercício de 2023 os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, cuja técnica de valorização é de nível 3, apresentam a seguinte evolução:

	2023				Saldo em 31-12-2023
	Saldo em 31-12-2022	Liquidações	Aquisições	Varição justo valor	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (nível 3)	45 025 655	(422 110)	360 269	4 582 550	49 546 364

Durante o exercício de 2022 os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, cuja técnica de valorização é de nível 3, apresentam a seguinte evolução:

	2022				Saldo em 31-12-2022
	Saldo em 31-12-2021	Liquidações	Aquisições	Varição justo valor	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (nível 3)	38 990 344	-	-	6 035 310	45 025 655

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentado como segue:

	2023		
	Ativos / passivos registados ao custo amortizado		
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado- Empréstimos concedidos	51 445	51 445	2
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - Outros depósitos e Outros	76 781 538	76 781 538	1
Ativos financeiros	76 832 983	76 832 983	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	158 230 537	158 230 537	2
Passivos financeiros	158 230 537	158 230 537	

	2022		
	Ativos / passivos registrados ao custo amortizado		
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado- Empréstimos concedidos	1 458 931	1 419 108	2
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - Outros depósitos e Outros	18 282 870	18 282 870	1
Ativos financeiros	19 741 801	19 701 978	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contratos de investimento	21 091 897	21 091 897	2
Passivos financeiros	21 091 897	21 091 897	

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destas ativos e passivos financeiros foram os seguintes:

- Empréstimos concedidos e contas a receber – Outros depósitos e Outros - tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de relato;
- Empréstimos concedidos e contas a receber – Empréstimos concedidos - Para efeitos do cálculo do justo valor dos empréstimos concedidos, considerou-se o valor líquido atual dos fluxos de caixa futuros;
- Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contratos de investimento – tendo em consideração que o passivo é relativo a um produto cuja taxa de juro atribuída é definida anualmente pela Companhia, tendo por base a evolução das taxas de juro de mercado e a performance do fundo autónomo afeto de ativos, considera-se que o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

35. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

Tendo por base o acordo de venda referido na Nota 5, foi definido um preço variável (“Earn Out”) a receber pela Companhia a partir de 31 de dezembro 2020 no valor máximo de 31.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a essa data, sendo que de acordo com as avaliações realizadas foi atingido o valor máximo a receber. Deste valor, existe uma parcela de 13 milhões de euros, cujo pagamento não dependia da verificação de qualquer variável futura, e cujos pagamentos à STS já ocorreram: 4 milhões de euros pagos em janeiro de 2021, 5 milhões de euros pagos no início de 2022 e os restantes 4 milhões de euros pagos no início de 2023. Uma vez que o recebimento destes valores a receber no início de 2022 e 2023 não dependiam da verificação de qualquer variável futura, a STS reconheceu os 13 milhões de euros em resultados aquando do recebimento do primeiro pagamento, ou seja em janeiro de 2021. Relativamente aos restantes 18 milhões de euros, e uma vez concluído o referido estudo independente da WTW em dezembro 2021, foram constituídos em fevereiro 2022, 3 depósitos a favor da STS: um de 7 milhões de euros com vencimento em 31 de dezembro de 2023, outro de 7 milhões de euros com vencimento em 31 de dezembro de 2025 e um final de 4 milhões de euros com vencimento a 31 de dezembro de 2027. A entrega destes depósitos dependerá do grau de cumprimento dos VNB (*Value of New Business*) previstos no *business plan*, respetivamente, para os períodos 2021 a 2023, 2024 e 2025 e 2026 e 2027. Em paralelo com a constituição dos depósitos, a Aegon constituiu um penhor financeiro a favor da STS sobre os referidos depósitos. Contratualmente, o referido montante de 18 milhões traduz-se num ativo contingente divulgável pela Companhia. Por ter considerado que foram reunidas as condições de cumprimento do VNB para o período de 2021 a 2023 a Companhia reconheceu o Provento dos 7 milhões nos resultados de 2023.

36. SOLVÊNCIA

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2023. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2023 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia em abril de 2024, o qual será objeto de certificação pelo Revisor Oficial de Contas.

37. FUNDOS DE PENSÕES GERIDOS

Os ativos dos fundos de pensões geridos pela Santander Totta Seguros, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentam os seguintes valores:

	2023	2022
Fundo de Pensões Conduril	11 111 373	10 269 993
Fundo de Pensões do Edmond de Rothschild (Europa), Sucursal em Portugal	4 089 878	3 937 462
Fundo de Pensões Aberto Open	937 602	972 658
Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Rendimento	4 254 335	4 095 995
Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor	779 440	689 999
Fundo de Pensões Banco Popular Portugal	187 892 495	173 801 694
Fundo de Pensões Aberto Euro Valor Dinâmico	696 225	584 625
Fundo de Pensões Aberto Euro Valor Prudente	309 317	593 223
Fundo de Pensões Aberto Euro Valor Segurança	1 072	-
	<u>210 071 738</u>	<u>194 945 650</u>

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES								
1.1 - Títulos nacionais								
1.1.1 - Partes de capital em filiais								
PTPSEDAM0007	Popular Seguros	749 850	7 500 000		5,00	3 749 250	5,00	3 749 250
	...							
	sub-total	749 850	7 500 000			3 749 250		3 749 250
1.1.2 - Partes de capital em associadas								
1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
	Aegon Santander Portugal Vida	3 675 000	3 675 000		2,24	8 232 000	2,24	8 232 000
	Aegon Santander Portugal Não Vida	3 675 000	3 675 000		1,65	6 076 000	1,65	6 076 000
	...							
	sub-total	7 350 000	7 350 000			14 308 000		14 308 000
1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
	...							
	sub-total	0	0			0		0
1.1.5 - Títulos de dívida de filiais								
1.1.6 - Títulos de dívida de associadas								
1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
PTBSRLOM0029	BST Notes 2024	7 431	7 431 000	100,00	1 000,00	7 431 000	949,90	7 058 722
	...							
	sub-total	7 431	7 431 000			7 431 000		7 058 722
1.1.9 - Outros títulos em filiais								
1.1.10 - Outros títulos em associadas								
1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	8 107 281	22 281 000			25 488 250		25 115 972
1.2 - Títulos estrangeiros								
1.2.1 - Partes de capital em filiais								
1.2.2 - Partes de capital em associadas								
1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos								
1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes								
	...							
	sub-total	0	0			0		0
1.2.5 - Títulos de dívida de filiais								
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas								
1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
PTBSFDDM0005	SANT 3,854% 16/10/28	257	25 700 000	100,00	100 000,00	25 700 000	100 810,81	25 908 379
PTBSFDDM0003	SANT 3,738% 15/11/28	273	27 300 000	100,00	100 000,00	27 300 000	100 481,33	27 431 404
PTBSRQOM0024	SANT 3,05% 28/12/29	169	16 900 000	100,00	100 000,00	16 900 000	100 042,32	16 907 152
XS1201001572	SANTAN 2,5% 18/3/25	54	5 400 000	95,82	95 820,19	5 174 290	100 490,04	5 426 462
XS1384064587	SANTAN 3,25 4/4/26	243	24 300 000	111,39	111 390,26	27 067 834	101 771,30	24 730 426
XS1548444816	SANT 3,125% 19/01/27	21	2 100 000	94,63	94 626,00	1 987 146	101 536,89	2 132 275
XS1751004232	SANTAN 1,125 17/11/25	5	500 000	104,36	104 363,00	521 815	98 312,68	491 563
XS1767931121	SANTAN 2,125 08/02/28	36	3 600 000	90,60	90 600,00	3 261 600	96 467,77	3 472 840
XS2050945984	SCBNO 0,125 11/09/24	700	700 000	100,05	1 000,47	700 329	974,06	681 844
XS2063659945	SCBGER 0,25 15/10/24	7	700 000	100,29	100 293,00	702 051	97 323,28	681 263
XS2078692105	SANSOC 0,50 14/11/26	11	1 100 000	101,39	101 394,18	1 115 336	92 370,57	1 016 076
XS2100690036	SANSOC 0,375 17/11/25	20	2 000 000	98,07	98 074,40	1 961 488	97 020,56	1 940 411
XS2113895351	SANTA 0,50% 04/02/27	5	500 000	87,23	87 225,00	436 125	92 131,42	460 657
XS2168647357	SANTAN 1,375 05/1/26	77	7 700 000	94,43	94 432,52	7 271 304	97 231,93	7 486 859
XS2194370727	SANTAN 1,125 23/8/27	17	1 700 000	91,58	91 579,65	1 556 854	93 807,16	1 594 722
XS2247836342	SANTA 1,625 22/10/30	28	2 800 000	87,43	87 429,07	2 448 014	86 382,23	2 418 703
XS2298304499	SANTAN 0,2% 11/02/28	4	400 000	82,27	82 268,40	329 074	88 715,54	354 862
XS2385791046	SANLJK 0,603 13/09/29	587	587 000	100,00	1 000,00	587 000	860,42	505 068
XS2404651163	SANTAN 1 04/11/31	126	12 600 000	90,79	90 788,60	11 439 364	85 681,47	10 795 865
XS2575952424	SANTAN 3,75 16/01/26	5	500 000	99,21	99 206,00	496 300	104 266,89	521 334
XS2575952697	SANTAN 3,875 16/01/28	42	4 200 000	98,64	98 635,07	4 142 673	105 915,75	4 448 462
XS2626999982	SANTAN 5,75 23/08/33	3	300 000	100,06	100 058,00	300 174	106 921,06	320 763
XS2634826031	SANTAN 4,25 12/06/30	59	5 900 000	98,90	98 903,93	5 835 332	106 851,24	6 304 223
XS2705604234	SANT 4,875% 18/10/31	4	400 000	99,38	99 379,00	397 516	107 426,98	429 708
	...							
	sub-total	2 753	147 887 000			147 631 349		146 461 321
1.2.9 - Outros títulos em filiais								
1.2.10 - Outros títulos em associadas								
1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	2 753	147 887 000			147 631 349		146 461 321
	total	8 110 034	170 168 000			173 119 599		171 577 293
2 - OUTROS								
2.1 - Títulos nacionais								
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1 - Ações								
321201805230	MERIDIANO	13			12 772,50	166 043	12 148,45	157 930
PTBAF0AM0002	BANIF - NO	3 316 167			0,00	332	0,00	332
PTBES0AM0007	B. Esp. Santo, S.A.	307 621			0,06	19 885	0,00	31
PTBIG0AM0003	BANCO INVEST GLOBAL	910 992			0,78	707 266	0,77	701 341
	...							
	sub-total	4 534 793	0			893 525		859 634
2.1.1.2 - Títulos de participação								
	...							
	sub-total	0	0			0		0
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
PTXICEM0007	Explorer - II	49			20 464,61	998 952	8 022,79	391 621
PTYSANHM0002	Sant.Ac Europa CL C	3 231 815			4,61	14 901 635	6,41	20 724 712
PTYSAYHE0017	Select Dinamico CI B	61 670			6,78	418 417	6,33	390 281
PTYSBAHM0022	SAM Carteiras Conser	1 504 685			4,94	7 436 234	4,77	7 183 705
PTYSBHHM0017	Multiesouraria CL C	2 088 023			4,99	10 411 206	5,10	10 658 284
	...							
	sub-total	6 886 242	0			34 166 443		39 348 603
2.1.1.4 - Outros								
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	11 421 035	0			35 059 968		40 208 237
2.1.2 - Títulos de dívida								
2.1.2.1 - De dívida pública								
PTOTEOEM0007	PGB 4,1% 04/15/37	250 800 000			0,01	2 692 181	0,01	2 853 622
PTOTELOE0011	PGB 2,875% 15/10/25	23 211 800 000			0,01	226 479 473	0,01	234 016 040
PTOTELOE0028	PGB 0,475% 18/10/30	2 018 000 000			0,01	20 361 411	0,01	17 733 041
PTOTENOE0034	PGB 0,9 12/10/35	66 000 000			0,01	701 653	0,01	527 381
PTOTEOEO0033	PGB 0,3 10/17/31	1 821 200 000			0,01	17 930 282	0,01	15 326 362
PTOTEOEO0015	PGB 5,65% 15/2/24	11 396 470 000			0,01	134 381 502	0,01	119 867 416
PTOTEROEO014	PGB 3,875% 15/2/30	925 200 000			0,01	10 719 438	0,01	10 302 681

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
PTOTETOE0012	PGB 2.875 21/7/26	11 889 600 000			0,01	129 514 556	0,01	122 481 013
PTOTETOE0019	PGB 4.125 14/4/27	2 440 700 000			0,01	26 567 560	0,01	26 541 604
PTOTEV0E0018	PGB 2.125 10/17/28	22 376 500 000			0,01	232 113 527	0,01	223 397 311
PTOTEV0E0017	PGB 2.25 18/4/34	417 700 000			0,01	4 886 792	0,01	4 039 329
PTOTEV0E0024	PGB 1.95 15/6/29	4 727 600 000			0,01	50 571 798	0,01	46 883 468
PTOTETOE0031	PGB 1.65 16/07/32	1 180 000			0,01	11 145	0,01	11 012
PTOTVMOE0000	PGB Float 07/23/25	35			1 014,98	35 524	1 037,28	36 305
PTBTTGE0030	PORTB 0% 15/03/24	829 757			0,98	809 583	0,99	824 770
	sub-total	81 543 579 792	0			857 776 425		824 841 355
PTRAMYOM0005	2.1.2.2 - De outros emissores públicos GOVMAD 1.971 04/7/28	29			100 000,00	2 900 000	99 065,73	2 872 906
	sub-total	29	0			2 900 000		2 872 906
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTALTEOE0008	ALTCLE 0 06/03/24	11	1 100 000	100,00	100 000,00	1 100 000	102 065,38	1 122 719
PTBENJOM0015	Novbnc 4.75 15/01/18	3	300 000	91,11	91 110,00	273 330	9 000,00	27 000
PTBECFOM0016	BESPL 10 12/06/21	60	6 000	0,00	0,00	0	0,00	0
PTBINJOM0004	CELBI 0 02/22/24	5	50 000	100,00	10 000,00	50 000	10 236,95	51 185
PTBINJOM0003	CEL-BEIRA FLOAT 27	13	1 300 000	100,00	100 000,00	1 300 000	101 066,13	1 313 860
PTBSSJOM0015	BRC 1.875% 30/4/25	74	7 400 000	93,23	93 226,62	6 898 770	99 064,25	7 330 754
PTCGDDOM0036	CXGD 5.75 31/10/28	4	400 000	99,78	99 784,00	399 136	108 430,04	433 720
PTCGDDOM0027	CXGD 1.25 25/11/24	31	3 100 000	100,61	100 612,99	3 119 003	97 785,37	3 031 346
PTEDFKOM0034	EDPPL 4.496 30/4/79	5	500 000	106,50	106 500,00	532 500	103 021,90	515 110
PTGALCOM0013	GALPL 2 15/01/26	5	500 000	98,08	98 084,08	490 420	98 424,29	492 121
PTMENJOM0006	ESLPL 4.375 30/10/24	200	50 000	100,00	250,00	50 000	249,08	49 817
PTORFEO00006	OREPL 0 07/09/31	244	244 000	0,00	0,00	0	0,00	0
PTEDPJOM0008	EDPPL 3.875 26/06/28	2	200 000	99,73	99 732,00	199 464	104 733,51	209 467
PTGGDDOM0008	FLOEP 4.875 03/07/28	6	600 000	99,80	99 800,00	598 800	106 171,18	637 027
	sub-total	663	15 750 000			15 011 423		15 214 126
	sub-total	81 543 580 484	15 750 000			875 687 848		842 928 387
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Ações							
BROASPN010R0	OAS Warrants	29 882			0,00	0	0,00	0
	sub-total	29 882	0			0		0
	2.2.1.2 - Títulos de participação							
	sub-total	0	0			0		0
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DE0006791809	KanAm Grundinvest Fo	139 203			55,18	7 680 917	2,52	350 791
DE0008007998	DEGI International	21 562			31,88	687 466	1,65	35 577
DE0009802306	SEB ImmoInvest	6 454			40,41	260 779	0,72	4 647
DE0009802314	SEB ImmoPortfolio Ta	19 441			86,07	1 673 255	4,77	92 733
DE0009807057	Grundbesitz Global	6 651			51,86	344 895	49,99	332 481
DE000A0CAR50	KanAm SPEZIAL grund	2 800			108,22	303 013	4,05	11 340
DE000A0Q4R36	iShares STOXX Europe	752			92,07	69 234	105,36	79 231
ES0133576035	Eurovalor Iberoameri	16			377,58	6 083	338,14	5 448
FR0007054358	Lycor ETF E Stoxx 50	4 351			32,45	141 176	47,62	207 173
FR0007493549	AMUNDI EURO GOV I-CAP	6			237 242,68	1 499 137	238 264,70	1 505 595
FR0010135103	CARMIGNAC PATRIMOI A	309			648,23	200 079	656,87	202 744
FR0010251660	Amundi CashCorporate	9			230 572,59	2 048 637	238 823,80	2 121 949
FR0010261198	Lycor ETF MSCI Europ	23			119,32	2 744	169,87	3 907
FR0010289316	Groupama Entrepr N	12 970			557,49	7 230 806	573,03	7 432 191
FR0010308844	AMUNDI ULT SHI BD SR	1			109 550,57	130 442	110 528,60	131 604
FR0011088657	AMUNDI 3-6 MHC	158			100 764,38	15 870 593	104 577,80	16 471 213
FR0011550185	BNP P S&P 500 UCITS	193 650			18,67	3 614 577	21,36	4 136 287
FR0012596645	GRPAMA ULTRA SH TERM	417			9 921,67	4 138 031	10 340,24	4 312 604
GB0006778798	New ton Cont. Fund	298			1,53	456	2,19	653
IE000445015	JAN HND BAL-A US ACC	3 677			40,69	149 632	36,08	132 685
IE0008248803	VANGUARD EUROZONE ST	108 115			242,88	26 258 506	280,01	30 273 577
IE0032126645	VANGUARD US 500 STK	374			44,48	16 637	51,46	19 248
IE0032523478	iShares Euro Corpora	3 912			139,06	543 999	123,97	484 953
IE0032722260	BNY Mellon Global Fu	57 500			1,74	99 832	1,79	102 689
IE0032875985	PIMCO-GLOBAL BOND-IN	7 794			26,42	205 898	26,69	208 015
IE00B06YB912	PREFF Pan European D	20			101,53	2 066	42,17	858
IE00B0M63284	iShares European Pro	1 330			46,39	61 699	29,69	39 481
IE00B11XZ103	PIMCO Funds Global I	20			23,81	467	22,72	446
IE00B1D7YH97	PIMCO COMMODITIES RE	22 523			6,55	147 522	6,44	145 122
IE00B1FZS350	iShares Developed Ma	5 585			23,78	132 826	21,30	118 961
IE00B1FZS681	iSHARES EUR GOV 3-5Y	17			171,88	2 922	162,06	2 755
IE00B1FZS777	iSHARES US PROFERTY	1 309			28,25	36 980	26,15	34 224
IE00B1K0X490	MGI Global Equity Fu	1 650			243,39	401 528	349,19	576 059
IE00B1TQ1T17	GREFF GLOB FUND	1 528			75,93	115 993	70,27	107 338
IE00B1Y2SC51	iSHARES CORE MSCI EU	359 853			26,26	9 448 689	29,73	10 696 631
IE00B2R34Y72	PIMCO GLOB HY EURHGG	883			22,66	20 020	24,56	21 698
IE00B3F81R35	iSh EURCorpBond ETF	106 952			116,43	12 451 916	120,50	12 887 543
IE00B3XXRP09	Vanguard SP500 GR	9 878			73,23	723 326	81,978	809 305
IE00B3YCGJ38	INV ESC SP 500 AC EUR	44 041			744,80	32 801 897	837,63	36 890 063
IE00B3ZVOK18	ETF IUBE LN	173 232			71,94	12 461 841	100,83	17 466 959
IE00B44Z5B48	SPDR ACWI	21 547			158,55	3 416 213	181,26	3 905 609
IE00B4WJXJ64	iSHARES CORE EURO GO	74 267			106,08	7 878 181	112,66	8 366 549
IE00B520F527	SALAR FUND PLC E1E	561			149,04	83 613	165,92	93 079
IE00B53L3W79	iShares Core E ST GR	201 567			136,70	27 553 351	162,88	32 831 233
IE00B578XK25	GLC JAPAN CORE LFHA	723			256,03	185 111	305,90	221 066
IE00B579F325	INVECO PHYSICAL GOL	16 316			163,15	2 662 032	180,38	2 943 062
IE00B58MUR087	iSHARES SP500 ETF	111			148,51	16 484	451,28	50 092
IE00B5M4WH52	iSH EM LOCAL GOV BND	157			48,24	7 574	41,91	6 579
IE00B66F4759	iShares E HY Corp Bd	40			107,59	4 304	94,31	3 772
IE00B6R52259	iSHARES MSCI ACWI	107 072			59,64	6 385 536	68,58	7 342 998
IE00B6X2VY59	iShares EUR Corp Bon	138			98,13	13 542	95,14	13 129
IE00B7KFL990	PIMCO Funds Global I	10 081			14,02	141 310	14,07	141 862
IE00B7VSHL18	LM-RY US SML CO OPP	760			194,94	148 157	196,43	149 287
IE00B80G9288	PIMCO FI Global	27 433			15,03	412 437	14,45	396 405
IE00B81TMV64	ALGEBRIS FINAN CR-I	1 136			178,37	202 612	193,44	219 727
IE00B8GF1M35	SPDR GLOBAL REAL EST	5 178			32,48	173 336	30,67	158 809
IE00B8D81B51	Mercer Short Duratio	5 786			102,74	594 437	106,72	617 482
IE00B8D81C68	Mercer Short Duratio	12 351			101,87	1 258 192	101,85	1 257 949
IE00B8C7GZVH19	SPDR BBG 0-3 EURO CO	56 556			30,17	1 706 161	29,82	1 686 274
IE00B8D08751	AXA Rosenb US Ind Eq	1 209			17,00	20 949	23,60	25 532
IE00B8D1TY373	iBS ETF MSCI USA H	9 597			31,59	143 321	36,53	167 529
IE00B8DZRX185	Neuberg FI SD EM	1 784			10,39	18 530	10,56	18 838
IE00B8FN102	BAiSHARES USD HY EUR	3 685			4,80	17 673	4,01	14 782
IE00B8FRSV973	PIMCO Funds Global I	10 426			11,51	120 000	12,46	129 904
IE00BJKODQ92	X MSCI WORLD 1C EUR	584			62,45	36 472	89,88	52 489
IE00BKMGZ626	iSh core EM ETF	150 997			26,18	3 953 531	28,72	4 336 936
IE00BKPFDF774	ML CRB GEM I-UNS	19 765			101,49	2 005 981	102,37	2 023 251
IE00BM67HW99	X S&P500 EUR	277			46,23	12 806	68,33	18 927
IE00BMTX1Y45	iSHARES US&P500 SWAP	540 920			6,15	3 325 567	7,02	3 796 068
IE00BMX0B631	VANG USDTRBD EUR A	11 833			24,96	295 362	24,90	294 654
IE00BRJT7498	MAN-MAN AHL RIS USD	602			166,18	100 000	141,58	85 199
IE00BRKVGW70	SOURCE SP 500 UCITS	770 944			35,13	27 079 408	37,30	28 757 753
IE00BJRMP35	X MSCI EMERGING MARK	126 242			43,76	5 523 921	47,36	5 978 569
IE00BWBXM848	SPDR S&P US TECH SEL	1 596			43,65	69 668	90,63	144 642
IE00BYM11P28	iBS ETF MSCI ACWI US	49 747			128,07	6 370 938	146,11	7 268 534
IE00BYZK4776	iSH HEALTHCARE INNO	9 050			6,54	59 531	6,80	61 531
IE00BYZTV1779	ETF iShares EUR Corp	2 153 783			4,82	10 389 595	4,91	10 577 228
IE00BZ010H89	AXA ROSENBERG US BX	4 742			20,15	95 551	22,98	108 971
IE0								

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
LU0011815304	JPM USD LIQUIDITY A	2			12 050,57	25 547	13 453,36	28 521
LU0041580167	Deutsche USD Floatin	1 664			151,64	252 365	182,03	302 939
LU0064964074	Fidelity Funds - Eur	773			9,26	7 156	9,04	6 985
LU0093503737	BGF ESG MULTI-ASSET	7 190			13,86	99 653	16,35	117 557
LU0094557526	MFS Meridian Eur. A1	2 516			36,60	92 106	47,14	118 617
LU0104885248	Pictet Water-R €	637			213,48	135 880	413,96	263 490
LU0106234643	Schroder Internation	83 344			7,16	596 628	6,97	581 243
LU0106819104	Schroder Internation	4 550			23,77	108 153	16,70	75 994
LU0111491469	Parvest Equity High	659			84,99	55 990	113,53	74 793
LU0113257934	Schroder Internation	649			19,18	12 440	19,96	12 944
LU0113258742	Schroder Internation	28 318			23,05	652 729	24,85	703 677
LU0113893801	Janus Henderson Emer	4 149			13,89	57 637	12,94	53 253
LU0114721177	Fidelity Funds - Glo	2 870			41,98	120 460	54,37	158 015
LU0115141201	Invesco Pan European	5 291			18,90	100 000	23,40	123 810
LU0115765678	Fidelity Funds - be	787			40,40	31 775	52,23	41 079
LU0115773425	FIDELITY FND-S-GL TEC	2 485			27,70	68 835	54,60	135 681
LU0144510053	Pictet Eur Sustain	13			211,99	2 651	342,15	4 279
LU0145476148	GENERALI INV-EURO BX	4 855			204,84	994 510	215,02	1 043 917
LU0145635123	Deutsche Invest I To	222			149,63	33 232	198,85	44 163
LU0156671504	CANDR BONDS €	332			2 183,93	725 184	2 188,68	726 760
LU0177497814	Standard Life Invest	1 803			19,31	34 813	18,54	33 422
LU0190162189	Pictet BIO-HRE Eqt	43			375,82	16 130	477,94	20 513
LU0201323614	Schroder Internation	190			120,56	22 951	110,95	21 122
LU0224509215	Schroder Internation	31			136,22	4 246	132,94	3 832
LU0225310266	BLUEBAY INV- GRADE BD	129 760			178,90	23 225 614	181,33	23 529 436
LU0225434231	Lux Invest Plus - B	1 416			1 181,23	1 673 118	0,00	0
LU0225434744	LUX INVEST PLUS	172			581,42	100 000	0,00	0
LU0227384020	Nordea 1 SICAV - Sta	13 290			16,44	218 464	17,51	232 710
LU0227757233	ROBECO HIGH YLD BD-I	72			221,89	16 008	249,95	18 033
LU0228209786	Fidelity Funds - Eur	154			34,74	5 353	42,94	6 617
LU0243957742	Invesco Pan European	18 319			19,16	350 947	22,23	407 241
LU0243958047	Invesco Euro Corpora	173 684			17,79	3 089 802	19,31	3 354 098
LU0248317017	Pictet AS EQ-HRE	177			151,04	26 724	139,79	24 734
LU0260869903	Franklin Templeton I	8 058			34,14	275 098	49,10	395 665
LU0260870661	Franklin Templeton I	3 723			26,40	98 287	22,33	83 135
LU0267387503	Fidelity Funds - Glo	15 910			12,57	199 949	12,59	200 312
LU0270905242	Pictet Securi-RE Eqt	68			112,04	7 618	265,78	18 072
LU0271484411	Schroder Internation	285			138,86	39 530	269,06	76 592
LU0274209237	XTRACKERS MSCI EUROP	79 850			69,06	5 514 486	82,33	6 574 051
LU0279459704	Schroder Internation	27			15,56	423	19,97	543
LU0406802339	Pictet-CL EN-RE Eqt	242			72,24	17 513	129,52	31 399
LU0290355717	X EUROZONE GOVERNMENT	6 084			205,39	1 243 432	217,44	1 316 362
LU0302446991	Schroder Internation	1 300			13,53	17 585	25,18	32 740
LU0319791611	Schroder Internation	512			99,09	50 702	90,60	46 360
LU0323591916	Schroder Internation	4 396			165,21	726 276	260,48	1 145 086
LU0328682405	PICETET-JAPAN EQ SELE	393			126,54	49 729	147,91	58 129
LU0329574718	THREANEEDLE-GLB FOC	31 336			15,96	500 195	16,28	510 159
LU0333249109	Vontobel Fund - Emer	7			171,96	1 200	138,25	964
LU0346389694	FID-SUT GLOBA D/D FL	15 875			14,05	223 081	22,12	351 164
LU0360478795	MORGAN ST INV F-S	546 007			30,18	16 478 899	31,08	16 969 894
LU0360483100	MS EUR BOND FUND	863 682			44,05	38 046 213	44,78	38 675 658
LU0370787359	FF-EURO CORP BN-Y AC	16 672			30,59	509 946	33,21	553 677
LU0370789215	FIDELITY F-EUR ST 50	11 111			18,56	206 217	22,64	251 556
LU0380865021	db xtrackers E550 ETF	643 365			62,03	39 907 652	74,52	47 943 560
LU0399027886	FLOSSBACH STORCH BON	1 495			136,74	204 366	139,42	208 372
LU0406802339	Parvest Climate Impa	563			142,53	80 296	259,53	146 213
LU0428390124	MAN AHL TRD ALT INV H	12 239			154,59	1 892 077	154,43	1 890 118
LU0432618810	INVECO BLR BK AL C	21 962			15,95	350 219	18,54	407 178
LU0444973100	THREANEEDLE-GLB	5 858			21,27	124 597	26,42	154 764
LU0468289250	BlackRock Global Fun	0			16,41	1	16,40	1
LU0478205379	DB X-Trackers I BO	36 570			155,57	5 689 049	151,13	5 526 824
LU0489337690	X FTSE EUROPE REAL E	4 697			30,65	143 977	23,61	110 896
LU0490618542	X SP500 SWAP	238 609			73,45	17 524 762	84,85	20 246 451
LU0496786574	Lyxor ETF S&P 500	357 884			39,90	14 279 065	44,00	15 748 328
LU0503372780	ROBECOSAM-EURO SDG C	73 190			127,98	9 366 554	136,96	10 024 135
LU0507265923	Deutsche Invest I To	441			203,87	90 000	253,53	111 923
LU0534240071	Invesco Global Total	25 599			13,60	348 159	15,70	401 926
LU0539114625	NORDEA 1-EURO CON BD	997 639			13,31	13 277 612	13,77	13 739 390
LU0549539178	BLUEBAY INVEST GR €	2 523			162,29	409 481	165,40	417 340
LU0552385295	MSIF GLOBAL OPPORTUN	723			139,11	100 578	103,83	75 069
LU0583240519	MFS MER EM DEBT FUND	591			12,48	7 380	12,16	7 190
LU0592599740	PICETET TR-MANDARIN R	863			169,77	146 508	167,68	144 708
LU0599474398	DWS Concept Kaldemar	1 376			144,77	199 204	166,29	229 815
LU0605155880	FIDELITY-GLB QLT D/D-Y	20 566			26,83	551 769	28,62	588 595
LU0607980959	NORD 1 SIC-GL ST EQ	4 175			35,94	150 042	34,88	145 627
LU0616856935	Deutsche Invest I Br	540			102,57	55 433	173,80	93 926
LU0629158030	WELL GBL QTY GROWTH	3 360			44,51	149 575	38,13	128 121
LU0740858492	JPMorgan Global Incom	204			126,75	25 910	138,70	28 351
LU0744129395	FRANK-US GOVT-I-ACOE	63 085			8,65	545 586	9,17	578 489
LU0757360457	Schroder Internation	440			114,07	50 191	114,39	50 334
LU0767911984	ASSII-EUCPBDS-D EUR	667 428			11,36	7 579 963	11,99	8 003 260
LU0803997666	NN L-US CREDIT-IH	28			7 100,93	201 666	6 144,38	174 500
LU0853555893	JUPITER DY N BD FUND	16 056			12,99	208 506	13,15	211 132
LU0895805017	JUPITER JGF DY B FD	47 407			13,56	642 792	12,56	595 432
LU0958694670	JPM A GGREGATE BOND-I	2 532			82,86	209 834	82,57	209 102
LU0959211243	LYKOR S&P 500-D-Hed	96 889			233,91	23 130 889	240,35	23 767 971
LU0969639128	DWS ETF BRDLYS EUR	2 089 252			11,36	23 738 137	11,76	24 574 958
LU0976557073	JAN HND HRZN GLB FR	7 365			17,37	127 935	14,09	103 773
LU0980584436	NATIXLS ST EMRKT B-	5 299			99,19	525 589	99,53	527 409
LU0992293067	Jupiter JGF - Dynam	19 110			10,02	191 403	7,84	149 765
LU0997588057	GSE-BN EUR SH D B FL	24 043			10,47	251 830	10,49	252 211
LU1004011935	JAN HND HRZN EURO CO	154 042			111,30	17 145 076	113,79	17 528 420
LU1004133291	Invesco Global Targe	41 104			10,95	450 000	9,82	403 585
LU1006087586	CLEOME INDEX-USA EQU	66			248,10	16 375	287,00	18 942
LU1049757047	AMUNDI-N MSCI NTH A	1 175			1 428,56	1 678 314	1 674,66	1 967 439
LU1055198771	PICETET-SHTRM EM CRP	5 621			81,46	457 923	77,11	433 451
LU1076253134	WELL GBL QTY GROWTH	165			29,09	4 800	32,24	5 320
LU1078611909	GS GLB SOCIAL IMP EQ	113			5 248,87	590 876	5 201,76	585 573
LU1078767826	SCHRODER NTL EURO C	1 008			24,70	24 901	25,02	25 215
LU111643042	ELEVA EUROPEAN SEL-I	271			1 708,52	463 761	1 990,40	540 274
LU1145633233	ALLIANZ EURO CREDIT	8			1 101,46	8 812	1 017,43	8 139
LU1157401305	AXA WF-GLB FLEX PROP	501			120,32	60 229	108,38	54 252
LU1170327959	BLUEBAY INV GR EURO	4 561			98,25	449 139	104,31	475 754
LU1186220148	Deutsche Invest I Mj	2 989			99,18	296 506	122,36	365 795
LU1245470080	Flossbach von Storch	1 696			118,03	200 179	121,65	206 318
LU1325139290	VONTOBEL TWNTY FR STR	2 444			87,60	214 083	82,86	202 489
LU1331972494	ELEV-ABS LRET EUR FD	229			1 204,03	275 723	1 302,11	298 183
LU1433232698	PICETET TR - ATLAS €	1 105			117,91	130 292	123,76	136 755
LU1437015735	AMUNDI MSCI EUROPE U	75 003			51,68	5 376 132	85,12	6 384 255
LU1437017350	AMUNDI INDEX MSCI EM	120 011			57,73	6 687 683	59,50	7 140 055
LU1437018168	AMUNDI IEACS ETF DR	126			54,72	6 894	50,30	6 337
LU1442548993	MFS MER-PRUDENT CAP-	10 699			14,00	149 786	12,31	131 680
LU1442348544	Exane Funds 2 - Exan	23			11 854,31	273 245	16 637,31	383 495
LU1451406505	INVECO EUR CRP BD-S	1 617 505			10,14	16 403 444	10,79	17 459 391
LU1481584016	FLOSSBACH STORCH BD	839						

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
LU1681041114	AMUNDI EUR FLOAT B	204			95,43	19 468	103,67	21 149
LU1681047236	AMUNDI ETF EURO STOXX	139 068			74,66	13 164 692	111,98	15 572 835
LU1681048804	AMUNDI S&P 500 UCITS	215 670			74,01	15 961 526	83,58	18 025 656
LU1681049109	AMUNDIS&P500UCITS IT	104 562			105,12	10 991 979	115,55	12 082 139
LU1694214633	Nordea Low Dur €	7 559			102,37	773 828	104,70	791 427
LU1694789378	DNCA Invest Alpha Bo	5 907			109,36	645 984	123,07	726 974
LU1720112504	LUX SEL-ARCAN LW EUR	4 072			96,14	391 481	96,01	390 953
LU1819949246	BNP PAR SUS ENH BD 1	140			100 647,80	14 139 003	105 024,50	14 753 842
LU1837047379	GS JAPAN EQ PART POR	6 217			13,19	82 006	14,42	89 649
LU1846562301	ALLIANZ ENHNC0 S/T E	1 892			982,14	1 858 394	1 009,54	1 910 239
LU1873132101	JPM-LIQ USD A- ACC	22			8 482,80	189 236	9 561,48	213 299
LU1883322816	AMUNDI GL N/A T INC	363			965,16	369 430	1 148,69	439 678
LU1883851500	AMUNDI PION US BOND	73			2 338,01	170 674	2 354,83	171 903
LU1883855329	AMUNDI R US EQ F GR	0			2 092,94	17	2 330,00	19
LU1900068328	LYXOR MSCI ASIA PAC	30 625			60,35	1 848 234	59,38	1 818 390
LU1915690835	NORDEA 1-EUROPO COV O	4 445			112,35	499 404	114,48	508 900
LU1931975079	AMUNDI PRI EURO CORP	410 239			17,91	7 346 041	18,32	7 517 425
LU1948756140	DWS CROCI JAPAN-TFD	1 943			129,89	252 378	144,65	281 055
LU1988018799	Santdr Gb Nth Amer E	1 400			149,52	209 334	96,52	135 125
LU2037748774	AMUNDI ECRP SRI 0-3	162 160			48,37	7 843 893	50,26	8 150 810
LU2047577635	RUFFER SICAV-TOT RET	348 757			1,68	585 285	1,58	551 664
LU2139470012	INVECO JAPNESE EQAD	256 819			12,00	3 080 569	12,46	3 199 969
LU218668326	M G EU CRD Q1 ACCEUR	311 891			90,32	29 416 456	94,47	29 463 730
LU2250435075	SANTANDER FUTURE WEA	969			102,72	99 569	74,87	72 576
LU2286301101	ALLIANZ CYBER - EUR	2 633			68,18	179 521	97,39	256 428
LU2297237823	ASSII-EURO CP BD-T A	2 752 973			8,65	23 808 972	9,24	25 441 323
LU2337346832	SANT FUTURE WEA LTH	111 667			106,72	11 917 104	95,36	10 648 061
LU2386373255	FRON EUR S DUR BD	163 772			9,77	1 599 561	10,16	1 663 921
LU2473381015	SCHDER INT SLEM EUR	224			0,02	5	56,77	12 737
LU2540616898	DWS INV-ESG GLOB EMK	2 135			100,80	215 222	104,79	223 731
US46137V3087	INVECO BLYBACK ACH	2 554			67,18	171 581	89,53	226 658
US4642877215	ISHARES USTECHNOLOGY	848			53,86	45 676	110,79	93 948
US4642883726	ISHARES GLOBAL INFRA	6 491			39,16	254 209	42,62	276 646
US78463X7497	SPDR DJ GLOBAL REAL	556			48,72	27 089	39,74	22 094
US78464A6560	SPDR PORTFOLIO TIPS	9 548			26,72	255 079	23,33	222 801
US81369Y8030	TECHNOLOGY SELECT SE	536			85,14	45 636	173,67	93 089
US81369Y8600	REAL ESTATE SELECT S	328			43,82	14 372	36,36	11 925
US9220426764	VANGUARD GL US REAL	510			49,44	25 212	38,47	19 617
US92204A5048	VANGUARD HEALTH CARE	266			172,38	45 852	226,67	60 294
US9229085538	VANGUARD REAL ETF	625			98,21	61 384	80,20	50 124
	sub-total	20 846 648			868 221,52	719 604 714	894 829,21	766 752 159
	2.2.1.4 - Outros							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	20 876 530		0		719 604 714		766 752 159
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
AT0000A2CQD2	RAGB 0% 20/02/30	3 457	3 457 000	81,63	816,34	2 822 098	863,59	2 985 431
BE0000347568	BGB 0.90% 22/06/29	4 000 000	40 000	91,78	0,01	36 710	0,01	37 377
DE0001102333	DBR 1.75 15/2/24	25 000 000	250 000	99,30	0,01	248 250	0,01	252 793
DE0001102358	DBR 1.5% 15/05/24	415 000 000	4 150 000	98,47	0,01	4 086 584	0,01	4 157 624
DE0001102374	DBR 0.50 15/02/25	727 400 000	7 274 000	96,36	0,01	7 009 299	0,01	7 114 580
DE0001102390	DBR 0.5 15/2/26	1 393 400 000	13 934 000	94,34	0,01	13 145 374	0,01	13 379 476
DE0001102440	DBR 0.5 15/2/28	434 700 000	4 347 000	92,87	0,01	4 036 935	0,01	4 125 449
DE0001102465	DBR 0.25 15/02/29	281 300 000	2 813 000	90,16	0,01	2 536 260	0,01	2 595 307
DE0001102523	DBR 0 15/11/27	67 000 000	670 000	101,87	0,01	692 524	0,01	621 164
DE0001102580	DBR 0% 15/02/32	53 200 000	532 000	94,77	0,01	450 988	0,01	449 928
DE0001102598	DBR 1% 15/05/38	35 500 000	355 000	81,27	0,01	288 502	0,01	303 955
DE0001102606	DBR 1.7 15/08/32	450 300 000	4 503 000	97,52	0,01	4 391 179	0,01	4 439 356
DE0001104875	BKO 0 15/03/24	29 000 000	290 000	97,87	0,01	283 824	0,01	287 898
DE0001104909	BKO 2.2% 12/12/24	389 600 000	3 896 000	98,58	0,01	3 840 859	0,01	3 867 918
DE0001134922	DBR 6.25% 01/04/24	3 954 900 000	39 549 000	104,47	0,01	41 318 271	0,01	41 996 541
DE0001135085	BUND.REP 4.75 7/4/28	185 000 000	1 850 000	111,65	0,01	2 065 593	0,01	2 110 906
DE0001135432	DBR 3.25% 04/07/2042	41 600 000	416 000	101,16	0,01	420 826	0,01	481 209
DE0001141794	OBL 0 05/04/24	25 000 000	250 000	96,83	0,01	242 085	0,01	247 630
DE0001141802	OBL 0 18/10/24	12 500 000	125 000	95,70	0,01	119 622	0,01	121 789
DE0001141828	OBL 0 10/10/25	1 141 800 000	11 418 000	94,03	0,01	10 736 345	0,01	10 941 413
DE0001141836	OBL 0 10/04/26	552 300 000	5 523 000	93,52	0,01	5 165 240	0,01	5 253 864
DE0001141844	OBL 0% 09/10/26	437 300 000	4 373 000	92,10	0,01	4 027 727	0,01	4 108 171
DE0001141869	OBL 1.3 10/15/27	236 500 000	2 365 000	94,84	0,01	2 243 013	0,01	2 316 306
DE0001142032	DBR 1.5% 02/27	105 300 000	1 053 000	93,28	0,01	455 737	0,01	951 007
DE0001142263	DBRR 0% 04/2037	183 100 000	1 831 000	29,95	0,00	548 311	0,01	1 367 519
DE000A2DA865	KFW 0.625% 22/02/27	740	740 000	92,99	929,92	688 144	950,12	703 089
DE000B0E030	BUBILL 0% 20/03/24	815 000 000	8 150 000	97,37	0,01	7 935 357	0,01	8 087 327
DE000B0E048	BUBILL 0% 17/04/24	448 400 000	4 484 000	97,88	0,01	4 388 758	0,01	4 436 604
DE000B0E22007	BKO 2.5% 13/03/25	200 000 000	2 000 000	99,45	0,01	1 989 070	0,01	2 034 716
ES0000011868	SPGB 6% 31/01/2029	250 000 000	2 500 000	149,79	0,01	3 744 810	0,01	3 042 671
ES00000121G2	SPGB 4.8% 31/1/24	660	660 000	111,45	1 114,53	735 888	1 044,11	689 116
ES00000122E5	SPGB 4.65% 30/7/25	3 444	3 444 000	124,61	1 246,05	4 291 411	1 046,37	3 603 707
ES00000123C7	SPGB 5.9% 30/07/2026	6 917	6 917 000	141,51	1 415,08	9 788 091	1 105,61	7 647 479
ES0000012411	SPGB 5.75% 30/07/32	4 166	4 166 000	158,83	1 588,28	6 616 766	1 242,31	5 175 488
ES00000124C5	SPGB 5.15% 31/10/28	2 540	2 540 000	137,05	1 370,47	3 480 987	1 125,22	2 858 069
ES00000124W3	SPGB 3.8% 30/4/24	2 375	2 375 000	114,45	1 144,47	2 718 107	1 025,05	2 434 496
ES00000126B2	SPGB 2.75% 31/10/24	30 960	30 960 000	109,74	1 097,41	33 975 885	999,62	30 948 188
ES00000126Z1	SPGB 1.6% 30/4/25	11 051	11 051 000	101,35	1 013,50	11 200 710	992,94	10 971 520
ES00000127A2	SPGB 1.95% 30/7/30	6 372	6 372 000	106,59	1 065,95	6 792 232	963,62	6 141 450
ES00000127G9	SPGB 2.15% 31/10/25	40 810	40 810 000	107,35	1 073,53	43 810 645	993,65	40 550 941
ES00000127Z9	SPGB 1.95 30/4/26	4 470	4 470 000	105,49	1 054,86	4 715 224	995,19	4 448 484
ES00000128H5	SPGB 1.3 31/10/26	12 813	12 813 000	99,52	99,22	12 751 716	988,57	12 410 315
ES00000128P8	SPGB 1.5 30/4/27	6 700	6 700 000	98,56	985,64	6 603 788	976,98	6 545 779
ES00000128Q6	SPGB 2.35 30/7/2033	290	290 000	125,32	1 253,23	363 437	960,14	278 441
ES0000012A89	SPGB 1.45 31/10/27	13 315	13 315 000	99,30	993,00	13 221 717	963,93	12 834 768
ES0000012B39	SPGB 1.4 30/4/28	2 013	2 013 000	101,35	1 013,50	2 040 167	963,78	1 940 089
ES0000012B88	SPGB 1.4 30/07/28	197 495	1 974 950 000	99,12	991,16	1 957 448 811	957,10	1 892 023 125
ES0000012E51	SPAIN 1.45 30/04/29	35 646	356 466 000	102,58	1 025,83	36 566 795	954,41	34 021 065
ES0000012E69	SPGB 1.85 30/07/35	1 000	1 000 000	115,74	1 157,36	1 157 360	886,51	886 515
ES0000012E85	SPGB 0.25 30/07/24	65	65 000	96,08	960,75	62 449	982,46	63 860
ES0000012F43	SPGB 0.6 31/10/29	11 740	11 740 000	103,43	1 034,31	12 142 774	893,21	10 486 243
ES0000012F76	SPGB 0.5% 30/04/30	9 212	9 212 000	100,33	1 003,32	9 242 582	879,17	8 098 920
ES0000012F92	SPGB 0 31/01/25	7 920	7 920 000	94,47	944,70	7 481 952	960,99	7 658 561
ES0000012G26	SPGB 0.8 30/07/27	5 904	5 904 000	93,40	934,00	5		

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
FR001131877	FRTR 0.5 25/05/26	1 068 000	1 068 000	93.27	0.93	996 134	0.96	1 025 941
FR00113205660	FRTR 1% 25/05/27	6 105 427	6 105 427	93.72	0.94	5 722 037	0.97	5 897 404
FR00113341682	FRTR 0.75% 25/11/28	2 517 000	2 517 000	91.23	0.91	2 296 350	0.93	2 349 086
FR00113344751	FRTR 0.25/03/24	50 000	50 000	98.79	0.99	49 394	0.99	49 584
FR00113407236	FRTR 0.5% 25/05/29	1 693 000	1 693 000	88.21	0.88	1 493 457	0.92	1 550 516
FR00113451507	FRTR 0% 25/11/29	3 263 000	3 263 000	85.15	0.85	2 778 441	0.88	2 862 467
FR00113508470	FRTR 0.25/02/26	7 887 000	7 887 000	92.74	0.93	7 314 448	0.95	7 501 799
FR00113516549	FRTR 0.25/11/30	4 528 000	4 528 000	81.42	0.81	3 686 924	0.85	3 868 180
FR0014002WK3	FRTR 0.25/11/31	3 315 000	3 315 000	78.20	0.78	2 592 403	0.83	2 752 942
FR0014007TY9	FRTR 0% 25/02/25	648 000	648 000	94.42	0.94	611 821	0.97	626 817
FR001400AIN5	FRTR 0.75 25/02/28	1 735 000	1 735 000	91.24	0.91	1 583 001	0.95	1 645 786
FR001400BZ3	FRTR 2% 25/11/32	1 219 000	1 219 000	93.77	0.94	1 143 886	0.98	1 176 081
FR001400H7V7	FRTR 3.05/25/33	2 313 000	2 313 000	99.39	0.99	2 288 868	1.06	2 446 887
FR001400H88	FRTR 2.75% 25/02/29	1 710 000	1 710 000	98.91	0.99	1 691 327	1.05	1 790 671
FR0127921338	BTF 0.04/09/24	3 695 658	3 695 658	96.58	0.97	3 569 171	0.98	3 610 990
IE00B6X95T99	IRISH 3.4 03/18/24	75 000 000	75 000 000	120.19	0.01	901 425	0.01	769 205
IE00BV8C9418	IRISH 1.05/15/26	50 000 000	50 000 000	98.49	0.01	492 450	0.01	487 981
IT0001174611	BTPS 5.5% 1/11/27	449 600 000	4 496 000	141.72	0.01	6 371 955	0.01	5 125 992
IT0001278511	BTPS 5.25% 01/11/29	12 800 000	128 000	106.19	0.01	135 928	0.01	143 805
IT0004513641	BTPS 5.5% 01/03/2025	5 500	5 500 000	123.15	1 231.45	6 772 975	1 036.85	5 702 665
IT0004848492	BTPSH 0.15/2031	1 341 000 000	13 410 000	23.02	0.00	3 086 415	0.01	10 516 927
IT0004889033	BTPS 4.75% 19/28	200	200 000	105.13	1 051.32	210 264	1 089.50	217 900
IT0004953417	BTPS 4.5% 1/3/24	1 580	1 580 000	108.88	1 088.81	1 720 315	1 015.78	1 604 936
IT0005024234	BTPS 3.50% 01/03/30	5 360	5 360 000	125.29	1 252.93	6 715 705	1 031.09	5 526 647
IT0005045270	BTPS 2.5% 1/12/24	9 613	9 613 000	107.11	1 071.11	10 296 588	994.56	9 560 881
IT0005090318	BTPS 1.5% 1/6/25	8 495	8 495 000	97.44	974.41	8 277 598	979.85	8 323 830
IT0005127086	BTPS 2% 1/12/25	8 205	8 205 000	101.58	1 015.80	8 334 605	985.04	8 082 242
IT0005170839	BTPS 1.6% 1/6/26	450	450 000	103.39	1 033.39	465 255	974.66	438 460
IT0005210650	BTPS 1.25 1/12/26	2 494	2 494 000	99.08	990.84	2 471 151	959.66	2 393 389
IT0005246340	BTPS 1.85% 05/15/24	1 979	1 979 000	99.14	991.40	1 961 981	995.42	1 969 934
IT0005252520	CCTS Float 15/10/24	910	910 000	101.32	1 013.20	922 012	1 020.42	928 584
IT0005282527	BTPS 1.45 15/11/24	4 425	4 425 000	100.74	1 007.40	4 457 725	985.56	4 361 113
IT0005345183	BTPS 2.5 15/11/25	5	5 000	100.00	999.99	5 000	996.53	4 983
IT0005365165	BTPS 3.01/08/29	3 035	3 035 000	109.24	1 092.36	3 315 324	1 008.50	3 060 806
IT0005383309	BTPS 1.35 01/04/30	392	392 000	97.52	975.19	382 274	898.28	352 127
IT0005403396	BTPS 0.95 01/08/30	10 040	10 040 000	99.96	999.62	10 036 139	869.27	8 727 468
IT0005408502	BTPS 1.85 01/07/25	2 289	2 289 000	106.11	1 061.11	2 428 880	992.31	2 271 399
IT0005413171	BTPS 1.65 01/12/30	517	517 000	106.76	1 067.62	551 961	901.11	465 873
IT0005415291	BTPS 1.15 14/07/30	60	60 000	100.63	1 006.30	60 378	878.33	52 700
IT0005416570	BTPS 0.95% 15/09/27	15 230	15 230 000	90.57	905.74	13 794 379	937.87	14 283 740
IT0005419848	BTPS 0.50 01/02/26	107	107 000	94.48	944.75	101 088	954.03	102 081
IT0005422891	BTPS 0.9% 01/04/31	15 443	15 443 000	96.36	963.57	14 890 452	849.97	13 110 679
IT0005433890	BTPS 0.25 15/03/28	3 942	3 942 000	87.66	876.57	3 455 423	896.31	3 533 261
IT0005436893	BTPS 0.6% 01/08/31	1 000	1 000 000	99.02	991.02	991 020	118.36	818 365
IT0005445306	BTPS 0.5 15/07/28	17 665	17 665 000	85.44	854.37	15 092 534	900.14	15 900 969
IT0005449869	BTPS 0.95 01/12/31	5 551	5 551 000	89.55	895.49	4 970 846	832.97	4 623 842
IT0005452989	BTPS 0.15/08/24	2 743	2 743 000	99.83	998.30	2 738 333	980.00	2 688 140
IT0005454241	BTPS 0.1/08/26	7 483	7 483 000	92.15	921.50	6 895 581	931.55	6 970 789
IT0005466013	BTPS 0.95 01/06/32	11 365	11 365 000	96.39	963.87	10 954 436	819.96	9 318 898
IT0005467482	BTPS 0.45 15/02/29	2 760	2 760 000	95.82	958.21	2 644 652	880.87	2 431 198
IT0005493298	BTPS 1.2 15/08/25	1 303	1 303 000	95.38	953.80	1 242 799	976.36	1 272 200
IT0005495731	BTPS 2.8% 06/15/29	3 636	3 636 000	94.26	942.59	3 427 244	987.40	3 590 188
IT0005500068	BTPS 2.65% 01/12/27	1 080	1 080 000	96.43	964.30	1 041 444	993.89	1 073 406
IT0005514473	BTPS 3.5% 15/01/26	7 587	7 587 000	99.71	997.15	7 565 342	1 028.23	7 801 169
IT0005534281	BTPS 3.4% 28/03/25	8 219	8 219 000	99.38	993.83	8 168 311	1 011.24	8 311 411
IT0005538597	BTPS 3.8% 15/04/26	2 513	2 513 000	100.73	1 007.25	2 531 219	1 029.85	2 588 009
IT0005542797	BTPS 3.7 15/06/30	599	599 000	98.35	983.53	589 137	1 028.76	616 226
IT0005557084	BTPS 3.6 09/29/25	3 972	3 972 000	99.97	999.73	3 970 914	1 019.81	4 050 672
IT0005561458	BOTS 0% 13/09/24	2 552	2 552 000	96.26	962.58	2 456 507	976.89	2 493 023
NL0010733424	NETHER 2 15/07/24	60 000	60 000	99.81	1.00	59 884	1.00	60 105
DE0001102408	DBR 0% 15/08/26	1 098 200 000	10 982 000	92.54	0.01	10 162 247	0.01	10 385 787
FR0011400FYQ4	FRTR 2.5% 24/09/26	16 040 000	16 040 000	98.79	0.99	15 846 078	1.01	16 207 494
FR00112938116	FRTR 1.25/11/25	6 625 000	6 625 000	96.34	0.96	6 382 591	0.97	6 454 563
DE000BU25000	OBL 2.2 13/04/28	182 000 000	1 820 000	97.74	0.01	1 778 858	0.01	1 874 900
DE000BU27006	DBR 2.4% 15/11/30	279 800 000	2 798 000	98.13	0.01	2 745 675	0.01	2 908 222
DE0001102622	DBR 2.1% 15/11/29	16 500 000	165 000	100.78	0.01	166 284	0.01	166 956
IT0005437147	BTPS 0 % 01/04/26	204	204 000	92.85	928.46	189 406	938.78	191 511
EU000A3JZSC2	ESMTB 0% 08/02/24	350 000 000	3 500 000	99.11	0.01	3 468 756	0.01	3 487 085
EU000A3K4EB0	ELB 0% 09/02/24	7 650 000	7 650 000	99.23	0.99	7 590 952	1.00	7 620 701
FR0128070986	BTF 0% 14/02/24	8 965 000	8 965 000	99.19	0.99	8 892 172	1.00	8 926 719
FR0128071034	BTF 0% 02/05/24	3 105 000	3 105 000	98.51	0.99	3 058 788	0.99	3 067 740
XS2297882644	VATPA 0,125% 12/2/29	700	700 000	84.47	844.70	591 290	864.27	604 986
ES0000012178	SPGB 3.55% 31/10/33	179	179 000	103.48	1 034.84	185 236	1 053.50	198 577
BE0000354630	BGB 0.35 06/22/32	20 000 000	200 000	82.58	0.01	165 169	0.01	167 539
NL0015001DQ7	NETHER 2.5% 15/01/30	100 000	100 000	100.44	1.00	100 444	1.04	103 659
ESQL02403084	SGLT 0 08/03/24	308	308 000	99.29	992.91	305 816	992.92	305 819
ES0000012M51	SPGB 3.5% 31/05/29	785	785 000	101.95	1 019.53	800 331	1 051.82	825 676
AT0000A2W5C8	RAGB 0.9% 20/02/32	543	543 000	83.20	832.03	451 792	886.97	481 623
DE000BU22015	DBR 2.6% 15/08/33	213 900 000	2 139 000	101.02	0.01	2 160 781	0.01	2 288 176
DE000BU22031	BKO 3.1% 12/12/25	251 700 000	2 517 000	100.54	0.01	2 530 567	0.01	2 564 382
BE0000352618	BGB 0.22/10/31	184 200 000	1 842 000	76.04	0.01	1 400 675	0.01	1 522 450
IT0003256820	BTPS 5.75% 12/2033	1 103	1 103 000	107.34	1 073.41	1 189 367	1 189.87	1 312 422
IT000544082	BTPS 4.35% 01/11/33	901	901 000	99.80	998.04	899 231	1 067.46	961 781
IT0005560611	BTPS 3.85% 15/09/26	4 630	4 630 000	100.29	1 002.90	4 643 404	1 038.51	4 808 316
IT0005566408	BTPS 4.1% 01/02/29	2 285	2 285 000	99.58	995.84	2 255 578	1 059.44	2 399 641
IT0005428617	CCTS Float 15/04/26	300	300 000	99.73	997.32	299 196	1 014.65	304 396
XS1310941247	DEXGRP 1/4 10/27/2	4	400 000	104.00	104 000.00	416 000	97 444.41	389 778
XS1559352437	DEXGRP 0.5/8 02/03/2	18	900 000	99.62	49 809.00	896 662	50 145.25	902 614
sub-total	2.2.2.2 - De outros emissores publicos	17 569 652 535	1 002 560 085			982 204 551		964 058 042
FR00113213303	EDF 1,875 13/10/36	5	500 000	100.68	100 682.20	503 411	80 552.84	402 764
FR00113349099	FRLBP 2% 13/07/28	13	1 300 000	90.85	90 848.15	1 181 026	95 358.89	1 239 666
FR00113522133	ADPPF 1% 05/01/29	6	600 000	87.50	87 500.00	525 000	91 512.04	549 072
FR00114000C08	SNCF 0,875% 28/02/51	3	300 000	53.65	53 652.00	160 956	51 976.96	155 931
FR0011400HK6	SNCF 3,375% 25/05/33	7	700 000	99.48	99 481.00	696 367	105 922.88	741 460
IT0005105488	CDEP 1 1/2 04/09/25	5	500 000	102.36	102 359.54	511 798	98 796.26	493 981
XS1072141861	ADIF 3.5% 27/5/24	10	1 000 000	115.00	115 000.00	1 150 000	101 818.26	1 018 183
XS1996027947	FUMV/FH2.125 27/02/29	4 486	4 486 000	101.26	1 012.58	4 542 434	960.78	4 310 066
XS2178833690	EQNR 1,375 22/05/32	2 262	2 262 000	100.03	1 000.29	2 262 656	892.21	2

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
BE0002900810	KBCBB 4.375 23/11/27	7	700 000	99,77	99 766,00	998 382	102 866,19	720 063
BE0002913946	CRELAN 5,75% 26/01/2	12	1 200 000	100,41	100 407,50	1 204 890	110 094,16	1 321 130
BE0002963446	CCBGBB 4.125 12/9/29	5	500 000	99,90	99 901,00	499 505	104 688,02	523 440
BE0002964451	FLUVI 1.875 18/03/31	4	400 000	98,71	98 705,00	394 820	104 674,68	418 591
BE286457519	ABIBB 2,75 17/03/36	480	480 000	96,52	96,52	463 307	974,02	467 529
BE6317283610	CCBGBB.375 13/02/26	23	2 300 000	90,94	90 941,30	2 091 650	93 731,82	2 155 832
BE6324012978	CCBGBB 0.375 02/9/25	59	5 900 000	99,87	99 870,27	5 892 346	94 896,98	5 598 922
BE6326784566	CCBGBB 0.125 08/2/28	48	4 800 000	99,70	99 696,67	4 785 440	88 439,99	4 245 119
BE6344187966	CCBGBB 3.875 12/6/28	15	1 500 000	99,60	99 597,20	1 493 958	104 358,25	1 565 374
CH0520042489	UBS 0,25% 29/01/26	400	400 000	92,71	92,71	370 840	959,50	383 799
CH0591979627	CS 0,625 18/01/33	2 728	2 728 000	83,15	83,15	2 268 196	759,13	2 070 904
CH0595205524	UBS 0,25% 24/02/28	1 400	1 400 000	82,91	82,91	1 160 792	881,82	1 234 548
CH1130618947	SLHNX 0,5 15/09/31	783	783 000	99,49	99,49	779 075	804,61	630 006
CH1142231682	UBS 0,25 03/11/26	702	702 000	99,57	99,57	698 985	937,08	657 832
CH1174335732	CS 2,125% 13/10/26	1 230	1 230 000	99,69	99,69	1 226 196	976,48	1 201 076
CH1210198136	SLHNX 3,25% 31/08/29	460	460 000	92,24	92,24	456 495	1 012,67	465 829
CH1236363391	UBS 4.375% 11/01/31	600	600 000	100,20	1 001,99	601 192	1 075,01	645 007
DE000A190NE4	DAIGR 1 11/11/25	640	640 000	96,22	96,22	615 803	960,71	614 857
DE000A19UR61	ANNGR 0,75 15/1/24	3	300 000	97,18	97 177,00	291 531	100 608,23	301 825
DE000A289RN6	DAIGR 2.625 7/04/25	1 935	1 935 000	107,59	1 075,91	2 081 879	1 009,28	1 952 963
DE000A2LQ5M4	HOTGR 1,75 03/07/25	400	400 000	105,57	1 055,68	422 272	979,89	391 957
DE000A2R7JE1	ANNGR 1,125 14/09/34	4	400 000	89,12	89 120,00	356 480	75 065,04	300 260
DE000A30VJZ6	ALVGR 4.252 05/07/52	30	3 000 000	104,69	104 691,00	3 140 730	100 855,15	3 025 654
DE000A3514F3	AMP 4.125 07/09/2034	2	200 000	99,16	99 160,00	198 320	106 425,38	212 851
DE000A351U49	ALVGR 0 25/06/53	1	100 000	100,02	100 019,00	100 019	111 800,01	111 800
DE000A35EMH6	ANNGR 0,625% 14/12/29	7	700 000	79,98	79 978,96	559 852	82 037,74	574 264
DE000A3H2ZK9	FBBSR 0,1 02/02/26	16	1 600 000	87,89	87 897,19	1 406 195	89 430,23	1 430 884
DE000A3LBSG1	TRACR 4.125 22/11/25	4	400 000	99,78	99 784,00	458 920	101 155,82	505 629
DE000A3MP4U9	ANNGR 0,25 01/09/28	4	400 000	83,86	83 860,00	335 840	85 150,33	340 601
DE000A3MOMD2	LEGGR 1% 19/11/32	5	500 000	99,01	99 005,56	495 028	77 794,49	388 972
DE000A3MOMN4	LEGGR 0,875 17/01/29	2	200 000	78,18	78 181,00	156 362	88 056,65	176 113
DE000C80HRO9	CMZB 1,75 24/03/26	39	3 900 000	100,98	100 984,92	3 938 412	96 511,92	3 763 965
DE000CZ40MC5	CMZB 1.125 19/09/25	54	5 400 000	100,63	100 628,09	5 433 917	96 354,67	5 203 152
DE000CZ40MM4	CMZB 1 7/8 02/28/28	12	1 200 000	89,98	89 983,33	1 079 800	96 029,06	1 152 349
DE000CZ40NS9	CMZB 1 04/03/26	492	492 000	96,79	96,79	476 186	962,67	473 633
DE000CZ45V87	CMZB 0,25 16/09/24	36	3 600 000	100,30	100 302,46	3 610 889	97 477,09	3 509 175
DE000DL19V72	DB 0,75% 02/17/27	10	1 000 000	96,44	96 443,00	964 430	94 029,43	940 294
DK0009625404	NYKRE 0,125 10/07/24	500	500 000	100,03	1 000,31	500 155	980,83	490 414
DK0030045703	NYKRE 0 17/07/28	2 010	2 010 000	98,50	985,02	1 979 899	1 031,42	2 073 156
DK0030467105	NYKRE 0,25 13/01/26	2 700	2 700 000	90,25	90,25	2 436 627	941,39	2 541 747
DK0030487996	NYKRE 0,875 28/07/31	6	600 000	98,98	98 984,00	593 904	91 639,34	549 836
ES020261007	CNGEST 1,63% 28/2/25	1	100 000	95,15	95 148,00	95 148	99 161,25	99 161
ES0213307061	BKIASM 1,25 12/11/26	1	100 000	89,87	89 874,00	89 874	94 024,69	94 025
ES0213679H02	BKTSM 0,875 08/07/26	15	1 500 000	101,79	101 786,93	1 526 804	94 449,16	1 416 737
ES0213679O06	BKTSM 4.375 03/05/30	4	400 000	99,93	99 933,00	399 732	106 485,71	425 943
ES0224244105	MAPS 2,875% 13/04/30	2	200 000	99,06	99 060,00	198 120	93 461,92	186 924
ES0343307015	KUTXAB 0,5% 25/09/24	1	100 000	95,01	95 008,00	95 008	97 490,88	97 491
ES0343307023	KUTXAB 4% 01/02/28	7	700 000	99,88	99 882,14	699 175	104 946,27	734 624
ES0380907057	UCAJLN 4,5% 30/06/25	1	100 000	100,50	100 500,00	100 500	102 341,59	102 342
ES0413307037	BKIASM 1 09/25/25	4	400 000	99,09	99 093,76	396 372	96 565,76	386 263
ES0457089029	EURO 0,125% 22/09/31	2	200 000	75,46	75 459,00	150 918	80 878,50	161 757
FR0012881555	TTLINF 2,20 05/08/25	3	300 000	109,50	109 500,00	328 500	98 964,63	296 894
FR0012949923	SEVFP 1,75 10/9/25	13	1 300 000	95,99	95 990,00	1 247 870	97 920,30	1 272 964
FR0013060209	EDF 1.625 27/11/25	8	800 000	95,06	95 062,00	760 496	97 374,40	778 959
FR0013134897	ACAFF 2,85 27/04/26	3 270 000	3 270 000	96,98	0,97	3 171 305	0,98	3 213 793
FR0013241361	RENAU L 1,375 08/3/24	1 940	1 940 000	102,93	1 029,35	1 996 930	1 006,08	1 951 801
FR0013250693	RENAU L 1,625 11/4/25	12	1 200 000	105,16	1 051,58	12 619	987,89	11 945
FR0013260361	BFCESB 1% 08/08/29	8	800 000	87,30	87 300,00	698 416	91 841,57	734 753
FR0013291556	CMARK 1,875 25/10/29	7	700 000	104,29	104 290,00	730 030	97 803,36	684 624
FR0013296641	BNP 1 29/11/24	7	700 000	94,37	94 370,00	660 590	97 173,16	680 212
FR0013311347	HOFPP 0,75 23/01/25	8	800 000	101,85	101 850,00	814 800	97 848,80	782 790
FR0013311503	SOCGEN 1,125 23/1/25	38	3 800 000	104,01	104 010,00	3 952 380	98 192,19	3 731 303
FR0013312154	ACAFF 2,625 29/1/2048	3	300 000	99,98	99 983,00	299 949	95 423,63	286 271
FR0013330099	VPARK 1,625 19/04/28	10	1 000 000	105,33	105 330,00	1 053 300	93 925,05	939 251
FR0013330302	ULFP 2,25 14/05/38	3	300 000	90,98	90 980,00	272 940	83 498,23	250 495
FR0013334695	Ren 1,625% 26/05/26	700	700 000	102,60	1 026,00	718 200	965,49	675 841
FR0013344686	ENGIFP1,375%22/06/28	11	1 100 000	89,88	89 878,82	988 667	93 737,07	1 031 108
FR0013365293	ENGI 1,875% 19/09/33	1	100 000	82,38	82 380,00	82 380	88 710,79	88 711
FR0013393774	RENAU L 2 11/07/24	3 110	3 110 000	105,27	1 052,69	3 273 879	998,38	3 104 956
FR0013396512	ORAFP 1,125 15/07/24	5	500 000	100,83	100 831,00	504 155	98 967,54	494 838
FR0013412707	RENAU L 1,75 10/04/26	2 480	2 480 000	93,36	93,36	2 296 030	97,31	2 394 093
FR0013425139	FUBFP 0,625% 13/6/25	21	2 100 000	96,53	96 531,17	2 027 155	96 040,95	2 016 860
FR0013430733	SOCGEN 0,875 01/7/26	10	1 000 000	102,04	1 020,41	1 020 415	94 345,89	943 663
FR0013430840	ULMSG VV 1,625 02/7/29	21	2 100 000	89,89	89 888,86	1 889 766	91 256,50	1 916 387
FR0013431715	ULFP 1,75 01/07/49	3	300 000	59,95	59 949,00	179 847	66 199,78	198 599
FR0013444692	ORAFP 1,375% 04/9/49	4	400 000	99,00	99 004,00	396 016	72 505,06	290 020
FR0013444759	BNP 0,125% 04/09/26	6	600 000	98,18	98 175,00	589 050	92 211,64	553 270
FR0013448859	SOCGE 0,875 24/09/29	8	800 000	98,58	98 580,00	788 640	85 636,68	685 093
FR0013455813	ENGIFP 0,5 24/10/30	44	4 400 000	92,40	92 399,00	4 065 556	83 549,26	3 676 168
FR0013456621	ULFP 0,875% 29/03/32	4	400 000	71,60	71 598,25	286 393	80 975,62	323 902
FR0013486701	SOCGEN 1,125 24/02/26	35	3 500 000	90,34	90 341,06	3 161 937	93 742,51	3 280 988
FR0013486834	TEREGA 0,625 27/2/28	2	200 000	99,35	99 349,00	198 698	89 627,40	179 255
FR0013517059	VIEFP 0,8 15/01/32	4	400 000	79,25	79 250,00	317 000	84 221,32	336 885
FR0013518024	FRLBP 0,5 17/06/26	10	1 000 000	99,42	99 421,00	994 210	95 799,23	957 999
FR0013519071	CAFFP 1,125 23/06/30	4	400 000	84,83	84 831,00	339 324	89 602,17	358 409
FR0013523602	ACAFF 2 17/07/30	6	600 000	99,59	99 588,00	597 528	98 688,55	532 131
FR0014001774	LAMON 0,75 20/04/26	12	1 200 000	94,65	94 650,00	1 135 800	94 248,89	1 130 863
FR0014000795R	VIEFP 2,25 6/5/29	6	600 000	87,10	87 100,00	776 800	96 073,77	788 590
FR0014000RR2	ENGIFP 1,5% PERP	4	400 000	81,25	81 250,00	325 000	88 006,15	352 025
FR0014000YL9	BNP 0,625 03/12/32	82	8 200 000	99,40	99 403,81	8 151 112	77 960,52	6 392 763
FR0014000XY6	CNFPF 0,375 08/03/28	7	700 000	100,15	100 151,00	701 057	88 248,35	617 738
FR0014001GA9	SOCGEN 0,5 12/06/29	80	8 000 000	99,14	99 137,43	7 930 994	87 051,32	6 964 106
FR0014001I68	BFCM 0,25 19/07/28	4	400 000	99,71	99 711,00	398 844	86 722,70	346 891
FR0014001IM0	ICADFP 0,625 18/1/31	4	400 000	74,84	74 835,00	299 340	79 286,89	317 148
FR0014001I06	FRPIT 0 18/07/29	11	1 100 000	97,26	97 261,82	1 069 880	84 541,00	929 951
FR0014001JT3	BNP 0,50 19/01/30	18	1 800 000	98,97	98 973,78	1 781 528	86 213,34	1 551 840
FR0014001R34	FRLBP 0,75% 02/08/32	4	400 000	82,64	82 643,00	330 572	88 227,48	352 910
FR0014002S57	BFCM 0,01 11/05/26	12	1 200 000					

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
FR001400F5F6	FRLBP 4,375 17/01/30	7	700 000	99,63	99 625,00	697 375	107 226,22	750 584
FR001400F620	CNFPF 5,25 18/07/53	4	400 000	99,95	99 946,00	399 784	105 599,49	422 398
FR001400F6V1	PSAB 3,875% 19/01/26	20	2 000 000	100,10	100 096,95	2 001 939	104 364,90	2 087 298
FR001400F606	BPCCEP 3,5% 25/01/28	9	900 000	99,25	99 254,00	893 286	104 412,86	939 716
FR001400G3A1	BNP 3,875% 23/02/29	10	1 000 000	99,77	99 766,00	997 660	104 963,33	1 049 633
FR001400GDF9	ACAF 4,125 07/03/30	4	400 000	99,38	99 375,00	397 500	107 694,15	430 777
FR001400H203	RENALL 4,5% 06/04/27	1 083	1 083 000	99,28	99 277	1 075 165	1 060,09	1 148 074
FR001400HCR4	ACAF 3,875% 20/04/31	5	500 000	99,43	99 434,00	497 170	105 944,38	529 722
FR001400HCR2	FRLBP 4% 03/05/28	800	800 000	99,91	99 911	799 288	1 056,01	844 806
FR001400H681	CAFP 3,75% 10/10/30	2	200 000	99,65	99 654,00	199 308	102 857,41	205 715
FR001400H81	ORFP 2,875 19/05/28	9	900 000	97,67	97 672,00	879 948	102 206,13	919 855
FR001400JCS5	BNFP 3,475 22/05/31	43	4 300 000	99,22	99 216,70	4 266 404	104 341,72	4 488 694
FR001400JDN0	SOCGEN 4,125 02/6/27	8	800 000	99,99	99 993,00	799 944	104 986,62	839 733
FR001400JFX3	BFCM 3,875% 14/02/28	6	600 000	99,64	99 635,00	597 810	104 561,90	627 371
FR001400J150	RTEFRA 3,75 04/07/35	2	200 000	99,48	99 478,00	198 956	106 125,51	212 251
FR001400J2V6	BPOEG 4,125 10/07/28	1	100 000	99,53	99 527,00	99 527	105 603,34	105 603
FR001400JEA2	BSTLAF 4% 21/01/27	35	3 500 000	99,95	99 949,91	3 498 247	103 568,26	3 624 889
FR001400JHG0	ENGIF 3,875 06/01/31	6	600 000	99,33	99 329,00	595 974	104 614,12	627 685
FR001400KH6	ENGIF 4,5% 06/09/42	3	300 000	98,75	98 751,00	296 253	108 721,52	326 165
FR001400KH20	KERFP 3,625 05/09/27	4	400 000	99,93	99 930,00	399 720	103 361,72	413 447
FR001400KJP7	MCFP 3,25% 07/09/29	8	800 000	99,51	99 513,00	796 104	102 895,06	823 160
FR001400KJM2	ORAFP 0,11 09/03	4	400 000	99,91	99 906,00	399 624	107 376,79	429 507
FR001400KLT5	WLNFP 4,125 12/09/28	5	500 000	99,69	99 686,40	498 432	99 912,02	499 560
FR001400KQ38	BFCM 4,125% 18/09/30	4	400 000	99,71	99 714,00	398 856	106 064,40	424 258
FR001400KPB4	RFP 3,75% 15/09/27	5	500 000	99,89	99 891,00	499 455	103 654,56	518 273
FR001400KY44	BNP 4,125% 26/09/32	6	600 000	99,39	99 386,00	596 316	105 791,24	631 944
FR001400QZ01	SOCGEN 4,75% 28/09/29	6	600 000	99,48	99 483,00	596 898	105 329,92	631 960
FR001400QZZ2	CAMARA 4,25% 02/04/31	6	600 000	99,22	99 220,00	595 320	105 641,62	633 850
US92343VEND1	VZ 3,375% 15/02/25	70	70 000	92,28	92 279	64 595	900,26	63 018
XS0542534192	ATOS 4,375% 16/09/25	1 415	1 415 000	100,84	1 008,42	1 426 921	1 024,30	1 449 378
XS0909359332	BATSLN 2,75 25/03/25	3 500	3 500 000	102,28	1 022,76	3 579 646	1 005,98	3 520 925
XS0935427970	JFM 2,875% 24/05/28	1 140	1 140 000	95,76	957,63	1 091 701	1 003,94	1 144 490
XS1014610254	VW 2,625 15/01/24	85	85 000	99,07	99 068	84 208	1 024,69	87 099
XS1028950290	NNGRNV 4,5% PERP	800	800 000	97,45	97 450	779 600	1 014,90	811 921
XS1030900242	VZ 3,25 17/02/26	300	300 000	115,65	1 156,50	346 950	1 030,79	309 236
XS1064307058	CCE 2,75 06/05/26	500	500 000	113,52	1 135,22	567 610	999,29	499 646
XS1069439740	AXASA 3 7/8 PERP	1 300	1 300 000	114,70	1 147,00	1 421 981	996,50	1 295 449
XS1111428402	AZJAU 2 09/18/24	1 000	1 000 000	99,20	99 195	991 950	990,91	990 908
XS1115498260	ORAFP 5% PERP	600	600 000	101,63	1 016,25	609 750	1 025,07	615 041
XS1145750037	UREN 2,375% 02/12/24	1 200	1 200 000	97,57	97 573	1 170 876	987,07	1 184 480
XS1173920559	Citi 1,75% 28/1/25	995	995 000	106,60	1 066,00	1 060 670	994,41	969 433
XS1177459531	ENAGSA 1,25% 8/2/25	9	900 000	95,87	95 867,00	862 803	98 518,71	898 668
XS1180268286	REN 2,5% 12/2/25	7 101	7 101 000	101,95	1 019,50	7 239 456	1 009,49	7 168 412
XS1195202822	TTEFP 2,625 PERP	400	400 000	101,55	1 015,45	406 180	995,97	398 389
XS1196380031	T 2,45 % 15/03/35	400	400 000	80,75	80 746	322 984	910,65	364 259
XS1196503137	PCLN 1,8% 3/3/27	700	700 000	93,18	93 180	652 280	975,26	682 683
XS1196817586	KM 2,25 16/03/27	1 400	1 400 000	110,51	1 105,13	1 547 187	977,42	1 368 387
XS1203859928	BATSLN 1,25 13/03/27	730	730 000	100,74	1 007,36	735 373	942,24	687 836
XS1209863254	BAC 1,375 26/03/25	200	200 000	105,28	1 052,78	210 556	985,81	197 161
XS1222590488	ELEPOR 2% 22/4/25	24 517	24 517 000	92,88	92 878	22 771 011	995,19	24 399 068
XS1240964483	WFC 1,625% 2/6/25	1 365	1 365 000	104,17	1 041,74	1 421 981	979,45	1 336 945
XS1243251375	EURO 1,875% 10/06/25	9	900 000	96,39	96 390,00	867 510	98 783,20	889 049
XS1245292807	SLHNX 4,375% PERP	700	700 000	113,00	1 130,00	791 000	1 015,04	710 526
XS1254428896	HSBC 3,30 06/25	3 340	3 340 000	98,01	98 006	3 273 391	1 003,28	3 350 968
XS1325645825	BNP 2,75% 27/01/26	2 740	2 740 000	96,98	96 984	2 657 371	1 015,94	2 783 679
XS1346115295	BFCM 1,625% 19/01/26	9	900 000	94,45	94 450,78	850 057	98 034,86	882 314
XS1385945131	BFCM 2,375% 24/03/26	21	2 100 000	95,67	95 667,14	2 009 010	99 663,41	2 093 352
XS1400169931	WFC 1,375 26/10/25	1 000	1 000 000	105,20	1 051,96	1 051 963	946,92	946 917
XS1401331753	CAFP 0,75 26/04/24	1 000	1 000 000	96,98	96 989	96 989	994,79	99 479
XS1403264291	MCD 1,75% 03/05/28	11	1 100 000	92,39	92 391,73	1 016 309	96 100,89	1 057 110
XS1405784015	KHC 2,25% 25/05/28	5 840	5 840 000	93,79	93 790	5 477 335	967,14	5 648 075
XS1411401083	RDSALN 1,25% 12/05/28	1 900	1 900 000	90,33	90 328	1 716 223	941,63	1 789 100
XS1415535696	CCEP 1,75% 26/05/28	1 050	1 050 000	91,42	91 418	959 885	959,23	1 007 191
XS1428782160	ESBIRE 1,875 14/6/31	400	400 000	86,70	86 700	346 800	925,69	370 275
XS1428953407	HSBC 3,125% 07/06/28	1 400	1 400 000	93,49	93 489	1 308 848	998,78	1 398 291
XS1443997819	TTEFP 0,75% 12/07/28	11	1 100 000	88,12	88 123,73	969 361	91 747,51	1 009 223
XS1446746189	PEP 0,875% 18/07/28	930	930 000	89,03	89 035	828 025	922,69	858 104
XS1471646965	EDP 1,125 12/2/24	2 950	2 950 000	98,10	98 100	2 893 950	1 006,61	2 969 486
XS1492457665	MYL 2 1/4 11/22/24	500	500 000	103,35	1 033,50	1 516 750	984,86	492 430
XS1509006380	GS 1,25 01/05/25	2 670	2 670 000	102,69	1 026,90	2 741 829	976,07	2 606 108
XS1512827095	MRLSM 1,875 2/11/26	100	100 000	91,94	91 938	91 938	965,90	96 590
XS1551675948	LRNT 2,375 23/01/24	33	33 000	89,36	89 360	29 489	923,48	30 475
XS1560963802	BAC 1,375 07/2/25	100	100 000	97,38	97 381	97 381	1 009,87	100 912
XS1577951129	GMSAU 1,375 27/09/25	1 000	1 000 000	103,00	1 030,00	1 030 000	969,80	969 797
XS1591781452	AMT 1,375% 04/04/25	2 195	2 195 000	95,33	95 331	2 092 508	981,05	2 153 402
XS1596740453	MRDGF 2,25 11/04/29	570	570 000	108,70	1 086,99	610 584	903,61	515 058
XS1603892149	MS 1,875 27/04/27	4 900	4 900 000	110,01	1 100,12	5 390 592	966,76	4 737 105
XS1614722806	CABKSM 1,125 17/5/24	8	800 000	99,78	99 779,00	798 232	99 609,82	796 879
XS1616341829	SOCGEN Float 22/5/24	1	100 000	101,04	101 040,00	101 040	100 756,11	100 756
XS1617830721	WFC 1,5 24/05/27	500	500 000	107,96	1 079,55	539 775	947,09	473 544
XS1619568303	ULFP 1,5% 29/05/29	225	225 000	84,71	84 711	190 600	917,25	206 382
XS1627343186	AQUASM 2,625% 8/6/27	100	100 000	108,46	1 084,60	1 084 600	992,16	99 216
XS16297744230	VW 3 7/8 PERP	4	400 000	90,00	90 000,00	360 000	97 128,08	388 512
XS1629866432	T 3,15 04/09/36	180	180 000	124,58	1 245,80	224 244	941,04	169 388
XS1652512457	SMDSLN 1,375 26/7/24	100	100 000	96,90	96 901	96 901	989,32	98 932
XS1678652481	SSELN 0,875 06/09/25	1 575	1 575 000	94,10	94 100	1 482 026	962,31	1 515 634
XS1688496061	JAJAU 1,625 18/09/25	1 000	1 000 000	102,89	1 028,80	974 891	974 812	974 812
XS1689540935	INTNE 1,625 26/09/29	37	3 700 000	103,37	1 033,70	3 824 690	97 802,67	3 622 399
XS1718316281	SOCGENH 3,75% 13/01/28	12	1 200 000	88,74	88 736,25	1 064 835	94 021,79	1 128 262
XS1718417717	BASGR 1,625 15/11/37	1 172	1 172 000	97,41	97 407	1 141 610	827,37	969 674
XS1722801708	BNP 1,5% 23/05/28	1 050	1 050 000	89,25	89 246	937 084	945,39	992 659
XS1725633413	MCD 1,5 28/11/29	3	300 000	87,00	87 000,00	261 000	91 420,34	274 261
XS1729882024	TALANX 2,25 05/12/47	3	300 000	107,77	1 077,73	323 319	93 396,98	280 191
XS1730885073	INTNED1,375% 11/01/28	8	800 000	89,62	89 616,75	716 934	95 239,33	761 915
XS1734548644	VW 1,25 15/12/25	517	517 000	104,94	1 049,38	542 528	960,28	496 465
XS1750986744	ENLIM 1,125 16/9/26	400	400 000	106,03	1 060,32	424 128	952,84	381 136
XS1757394322	BACR 1,375 24/01/26	100	100 000	94,96	94 963	94 963	983,78	98 378
XS1761785077	IGY 1,5 31/07/29	700	700 000	87,58	87 575	613 025	935,28	654 695
XS1771723167	MOK 1,625% 30/10/26	900	900 000	94,15</				

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS1945110861	BM 1.75% 31/01/31	300	300 000	87,67	876,67	263 001	934,66	280 398
XS1951220596	BKIASM 3.75 15/02/29	10	1 000 000	100,00	100 000,00	1 000 000	103 170,67	1 031 707
XS1955187932	SIEGR 1.75 28/02/39	344	3 440 000	110,24	11 024,05	3 792 274	8 380,39	2 882 855
XS1956037664	FUMV/FH 1.625 27/2/26	500	5 000 000	105,73	1 057,25	528 625	976,64	488 321
XS1960248919	JFM 1.09 11/03/27	100	1 000 000	92,22	922,15	92 215	959,02	95 902
XS1962513674	AALL 1,625% 11/03/26	2 095	2 095 000	94,37	943,69	1 977 021	974,84	2 042 294
XS1972548231	VW 1.50 01/10/24	2 830	2 830 000	104,61	1 046,08	2 960 406	984,56	2 786 307
XS1979280937	VZ 1,25% 08/04/30	500	5 000 000	84,57	845,70	422 850	898,99	449 497
XS1991265478	BAC 0.808% 09/05/26	1 000	1 000 000	102,98	1 029,80	1 029 800	966,22	966 222
XS1992927902	BPLN 1.231% 08/05/31	3 100	3 100 000	86,06	860,60	2 667 861	879,48	2 726 403
XS1995781546	COFLN 1% 14/05/27	1 000	1 000 000	96,13	961,31	961 310	941,35	941 349
XS2001278989	ACEM 1.15% 23/05/2	1 200	1 200 000	91,21	912,07	1 094 480	952,88	1 143 459
XS2002019060	VOD 2.5 24/05/39	600	6 000 000	95,90	958,96	575 376	887,14	532 286
XS2002491517	RBS 1.28/05/24	400	4 000 000	101,64	1 016,40	406 560	933,85	397 539
XS2003442436	AIB 1.25% 28/05/24	100	1 000 000	96,95	969,49	96 949	996,06	99 606
XS2009152591	EZIL 0.875% 11/06/25	2 750	2 750 000	93,78	937,82	2 579 012	963,80	2 650 442
XS2009891479	VATFAL 0.5 24/06/26	2 450	2 450 000	102,16	1 021,58	2 502 875	941,55	2 306 796
XS2013574038	CABKSM 1.375 19/6/26	15	1 500 000	104,33	1 043,32	1 564 968	95 645,34	1 434 680
XS2013745503	BBVASM 1.21/06/26	7	7 000 000	102,37	1 023 660,00	716 562	95 365,05	667 555
XS2017471573	UCGM 1.25 25/06/25	100	1 000 000	95,82	958,17	95 817	990,65	99 065
XS2019976070	ENEXIS 0.75 02/07/31	100	1 000 000	107,00	1 070,01	107 001	859,85	85 985
XS2020583618	TELEFO1.957 01/07/39	500	5 000 000	100,00	1 000,00	500 000	811,96	405 979
XS2028816028	SABSM 0.875 22/07/25	64	640 000	100,69	1 006 822,00	64 443 982	96 498,69	6 175 916
XS2033351995	TRNIM 0.125 25/7/25	3 450	3 450 000	99,38	993,78	3 428 524	948,68	3 272 934
XS2035474126	PM 0.8 01/08/31	600	6 000 000	101,41	1 014,07	608 442	818,44	491 067
XS2042667944	KY GID 0.625 20/09/29	1 000	1 000 000	91,83	918,33	918 326	881,76	881 759
XS2050406177	DR 1.35 18/09/39	175	1 750 000	108,38	1 083,90	189 665	756,27	132 348
XS2051494485	BRITE 1.125 12/09/29	6 810	6 810 000	103,77	1 037,70	7 068 337	992,40	6 117 300
XS2051777873	SMSDLN 0.875 12/9/26	700	7 000 000	102,64	1 026,38	718 466	936,27	655 392
XS2051914963	CAABNK 0.5% 13/09/24	100	1 000 000	95,51	955,09	95 509	977,16	97 716
XS2053052895	EDPL 0.375 16/09/26	7 030	7 030 000	99,83	998,28	7 017 884	931,90	6 551 231
XS2055190172	SABSM 1.125 27/03/25	3	3 000 000	100,25	1 002 500,00	300 750	97 625,66	292 877
XS2055627538	RBAV 0.375 25/09/26	10	1 000 000	96,30	963 000,00	96 300	91 683,41	916 834
XS2055758804	CABKSM 0.625 1/10/24	44	4 400 000	101,90	1 019 002,00	4 483 610	97 737,53	4 300 452
XS2058729653	BBVAS 0.375 02/10/24	26	2 600 000	99,32	99 321,04	2 582 347	97 553,49	2 536 391
XS2078735433	RDSALNO.875 08/11/39	800	8 000 000	103,72	1 037,15	829 720	690,51	552 409
XS2081500907	FCCSER1.661 12/04/26	800	8 000 000	100,05	1 000,50	800 400	950,59	760 473
XS2083210729	ERSTBK 1 10/06/30	3	3 000 000	99,44	99 435,00	298 305	94 970,11	284 910
XS2084050637	NNGRNV 0.375 26/02/25	1	1 000 000	92,93	92 931,00	92 931	96 682,47	96 682
XS2089226026	DT 1.75% 09/12/49	200	2 000 000	62,73	627,30	125 460	779,76	155 952
XS2090899252	BACR 0.875% 15/01/26	3 150	3 150 000	92,53	925,31	2 914 730	959,73	3 023 163
XS210231594	CABKSM 0.375 03/2/25	14	1 400 000	99,52	99 524,86	1 393 948	96 892,40	1 356 489
XS2104867695	UCGM 1.2% 20/01/26	2 720	2 720 000	94,26	942 611	2 563 890	981,90	2 670 755
XS2107315470	ENIM 0.625% 23/1/30	500	5 000 000	81,31	813,13	406 865	866,57	433 287
XS2109394077	LLOYDS 0.375 28/1/25	1 230	1 230 000	99,35	993,45	1 221 946	968,70	1 191 504
XS2117485677	CEPSA 0.75% 12/02/28	45	4 500 000	97,73	97 734,31	4 398 044	89 910,70	4 045 981
XS2123970241	VFC 0.625 25/02/32	200	2 000 000	75,97	759,73	151 946	703,63	140 726
XS2125145867	GM 0.85 26/02/26	2 275	2 275 000	91,56	915,61	2 083 009	955,68	2 174 163
XS2133071774	CARLB 0.625 09/03/30	600	6 000 000	89,72	897,18	538 309	863,39	518 033
XS2133390521	VATFAL 0.5 15/10/25	600	6 000 000	91,93	919,32	551 592	945,73	567 436
XS2149207354	GS 3.375 27/03/25	1 295	1 295 000	112,09	1 120,95	1 451 629	1 023,62	1 325 587
XS2150054026	BACR 3.375 02/04/25	7 041	7 041 000	108,74	1 087,36	7 656 124	1 022,43	7 198 904
XS2151059206	MINDL 2.375 01/04/28	1 050	1 050 000	93,65	936,46	983 285	1 001,94	1 052 042
XS2151069775	LLOYDS 2.375 09/4/26	600	6 000 000	110,79	1 107,93	664 758	998,82	599 289
XS2152061904	VW 3.375 06/04/28	1 080	1 080 000	96,97	969,65	1 047 222	1 031,36	1 113 866
XS2152062209	VW 3 06/04/25	4 650	4 650 000	109,79	1 097,90	5 105 224	1 015,50	4 722 800
XS2153593103	BATSLN 2.375 7/10/24	3 800	3 800 000	107,56	1 075,60	4 087 260	992,94	3 770 894
XS2153597518	BATSLN 3.18 04/07/2	1 050	1 050 000	95,94	959,44	1 007 416	1 020,54	1 071 565
XS2156787090	SSELN 1.25 16/04/25	1 700	1 700 000	99,39	993,91	1 655 644	978,93	1 664 181
XS2156787143	SSELN 1.75 16/04/30	700	7 000 000	109,15	1 091,50	764 050	929,72	650 805
XS2167007279	WFC 1.338 04/05/25	670	6 700 000	102,65	1 026,48	687 742	997,97	668 638
XS2176561095	VZ 1.85 18/05/40	540	5 400 000	99,98	999,83	539 908	794,02	428 773
XS2176569312	TTEFP 1.618 18/05/40	7	7 000 000	93,04	93 039,29	651 275	79 294,93	555 065
XS2176686546	CS 0.45 19/05/25	3 889	3 889 000	99,86	998,59	3 883 526	962,76	3 744 177
XS2177442295	TELEFO 1.807 21/5/32	1	1 000 000	83,12	83 115,00	83 115	90 770,86	90 771
XS2177555062	AMSSM 2.875 20/05/27	74	7 400 000	111,28	1 112 283,62	8 234 988	100 796,27	7 458 924
XS2178457425	CFR 1.625% 26/05/40	300	3 000 000	70,12	701,15	210 345	806,40	241 919
XS2178833773	STLA 3.875 05/01/26	400	4 000 000	99,88	998,76	399 504	1 046,98	418 790
XS2178957077	REDEX 1.875 28/5/25	21	2 100 000	95,92	95 922,62	2 014 375	98 579,80	2 070 176
XS2179037659	ISPM 2.125 26/05/25	100	1 000 000	96,22	962,16	96 216	992,46	99 246
XS2180007597	T 1.6 19/05/28	4 700	4 700 000	102,98	1 029,76	4 839 854	943,81	4 435 923
XS2180009081	T 2.6 19/05/38	700	7 000 000	80,65	806,53	564 572	876,05	613 232
XS2185867873	OFBANK 1.625 09/6/30	600	6 000 000	99,58	995,58	597 348	984,01	578 004
XS2185868051	AIRFP 2.375 09/08/40	1 544	1 544 000	102,04	1 020,41	1 575 513	866,43	1 337 764
XS2190256706	SRGIM 0.75% 17/06/30	400	4 000 000	79,35	793,50	317 400	851,89	340 755
XS2192431380	IGM 0.25 24/06/25	1 195	1 195 000	92,86	928,62	1 109 696	955,63	1 141 983
XS2193666125	DBHNG 0.875 23/06/39	400	4 000 000	65,84	658,44	263 375	717,11	286 844
XS2194283839	IFXFR 1.625 24/06/29	26	2 600 000	93,61	93 612,77	2 433 932	93 379,02	2 427 855
XS2196322312	XOM 0.524 26/06/28	860	8 600 000	86,37	863,72	742 799	906,49	779 578
XS2196322403	XOM 0.835% 26/06/32	600	6 000 000	88,40	884,00	530 400	827,50	496 501
XS2197076651	HELNSW 2.75 30/09/41	700	7 000 000	111,73	1 117,31	782 117	873,35	611 343
XS2197348597	TACHEM 1 09/07/29	1 200	1 200 000	101,63	1 016,33	1 219 592	893,90	1 072 678
XS2197349645	TACHEM1.375 09/07/32	600	6 000 000	100,47	1 004,70	602 820	860,56	516 337
XS2199266517	BAYNGRO.375 06/07/24	4	4 000 000	100,01	1 000 006,00	400 024	98 334,40	393 338
XS2199266603	BAYNGR 0.375 06/01/27	1	1 000 000	89,63	89 628,00	89 628	93 397,73	93 398
XS2199266698	BAYNGRI.375 07/06/32	26	2 600 000	94,24	94 243,46	2 450 330	82 009,47	2 132 246
XS2199351375	STLA 1.95 07/07/28	1 030	1 030 000	102,32	1 023,23	1 053 922	1 074,43	1 106 559
XS2200513078	INTMED 0.825% 07/07/32	266	2 660 000	74,92	749,22	194 792	867,12	211 737
XS2202744380	CEPSA 2.25 13/02/26	26	2 600 000	95,33	95 330,54	2 478 594	99 305,93	2 581 954
XS2202902636	DEV/OGA 1.75 22/10/30	3	3 000 000	99,96	99 963,00	299 889	94 315,48	282 946
XS2207976783	UCGM 2.2 22/07/27	6 712	6 712 000	105,68	1 056,80	7 093 242	975,74	6 549 152
XS2224439385	OMV/AV 2.5 PERP	5	5 000 000	100,00	1 000 000,00	5 000 000	95 083,33	475 417
XS2225157424	VOD 2.625 27/08/80	500	5 000 000	100,00	1 000,00	500 000	957,86	478 929
XS2226645278	SAMPFH 2.5% 09/03/52	200	2 000 000	99,45	994,48	198 896	848,65	169 729
XS2227905903	AMT 0.5 15/01/28	1 000	1 000 000	82,54	825,40	825 400	895,36	895 358
XS2228260043	RYAI 2.875% 15/09/25	2 200	2 200 000	98,14	981,45	2 159 189	998,29	2 196 246
XS2228683350	NSANY 3.201 17/09/28	2 134	2 134 000	105,72	1 057,21	2 256 086	968,50	2 066 771
XS2238789460	MDT							

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS2320438653	CDTF 0,625% 19/03/30	900	900 000	88,26	882,59	794 328	846,62	761 956
XS2320459063	IMPTOB 1,75 18/03/33	1 200	1 200 000	94,66	946,57	1 135 884	793,01	951 610
XS2320759838	VZ 0,375 22/03/29	1 600	1 600 000	98,46	984,61	1 575 890	872,12	1 395 392
XS2328981431	ASABR 0,336 19/04/27	100	100 000	87,55	875,53	87 553	909,85	90 985
XS2333297625	EUROG 0,741 21/04/33	7	700 000	82,32	82 317,14	576 220	79 348,68	555 441
XS2333391485	LUCSHI 0,75 22/04/33	700	700 000	76,26	762,59	533 813	806,96	564 875
XS2337061753	OCE 0,875 06/05/33	500	500 000	98,43	984,29	492 146	812,49	406 244
XS2337061837	OCEP 1,50 06/05/41	1 020	1 020 000	89,31	893,12	910 982	749,38	764 364
XS2339399359	KO 0,95% 06/05/36	400	400 000	71,12	711,20	284 480	782,93	313 172
XS2341269970	AKERBP 1,125 12/5/29	310	310 000	99,36	993,56	308 004	894,15	277 187
XS23420598117	HITTFP 0,625 14/09/28	3	300 000	98,70	98 695,00	296 065	88 490,13	265 470
XS2343114687	ERFPF 0,875 19/05/31	500	500 000	89,74	897,41	448 703	816,50	408 248
XS2343622503	VW 0,625 18/07/29	760	760 000	96,85	968,46	736 030	860,20	653 756
XS2344385815	RYAID 0,875 25/05/26	591	591 000	95,93	959,26	566 925	948,03	560 288
XS2344735811	ENIM 0,375 14/08/28	1 260	1 260 000	85,15	851,47	1 072 854	891,47	1 123 251
XS2345677497	VVOYHT 0,875 28/5/29	250	250 000	99,04	990,44	247 610	795,26	198 815
XS234582362	CS 0,25 08/01/26	796	796 000	94,90	948,96	755 371	940,11	748 330
XS2347367018	MRLSM 1,375%01/06/30	3	300 000	77,50	77 500,00	232 500	85 470,96	256 413
XS2347663507	AZN 0,375 03/06/29	600	600 000	99,58	995,84	597 504	880,89	528 535
XS2353182020	ENELM 0 17/06/27	800	800 000	98,77	987,67	790 138	900,60	720 480
XS2354246816	OPBAN 0,375 16/06/28	1 370	1 370 000	84,02	840,23	1 151 112	883,16	1 209 928
XS2355599197	NWG 0,125 18/06/26	500	500 000	99,61	996,07	498 035	926,86	463 432
XS2356030556	CTPNV 1,25 21/06/29	400	400 000	100,32	1 003,19	401 276	829,37	331 746
XS2356049069	SEB 0,375 21/06/28	1 600	1 600 000	83,36	833,58	1 333 728	875,15	1 400 236
XS2357754097	ASSGEN 1,713 30/6/32	640	640 000	100,00	1 000,00	640 000	811,16	519 142
XS2364001078	AEMS 0,625% 15/07/31	400	400 000	73,82	738,17	295 268	808,29	323 317
XS2366415201	TMD 1,625 18/10/41	462	462 000	78,48	784,77	378 261	760,38	366 503
XS2367417710	LEASYS 0,22/07/24	190	100 000	95,70	956,99	95 699	97 635	97 635
XS2373642102	BACR 0,577% 08/09/29	600	600 000	80,15	801,50	480 900	862,80	517 678
XS2374595044	VW 0,125% 12/02/27	350	350 000	86,68	866,84	303 393	906,15	317 151
XS2381853436	NGGLN 0,75 01/09/33	247	247 000	98,67	986,72	243 720	765,96	189 192
XS2382849888	JYBC 0,05 02/09/26	746	746 000	99,79	997,93	744 456	939,55	700 901
XS2384274366	GM 0,65 07/09/28	300	300 000	83,01	830,10	249 030	881,61	264 483
XS2384726282	MDLZ 0,625% 09/09/32	500	500 000	75,52	755,24	377 620	808,56	404 278
XS2384734542	NBCAP 0,25 09/09/26	8	800 000	99,93	99 926,00	799 408	91 359,87	730 879
XS2385397901	CMCSA 0 14/09/26	519	519 000	99,69	996,86	517 370	923,47	479 281
XS2385790667	NWIDE 0,25 14/09/28	500	500 000	99,56	995,64	497 820	873,51	436 757
XS2387052744	CATSS 0,875 17/09/29	200	200 000	67,95	679,50	135 900	768,86	153 772
XS2388449758	NNGRNV 0,5 21/09/28	8	800 000	100,17	100 170,00	801 360	88 257,34	706 059
XS2388557998	BRUN 1,467 21/09/41	218	218 000	100,00	1 000,00	218 000	707,27	154 185
XS2390400633	ENELM 0 28/05/26	600	600 000	90,10	901,00	540 600	925,67	555 402
XS2390506546	INTNED 0,375 28/9/28	12	1 200 000	94,70	94 704,75	1 138 457	88 741,31	1 064 896
XS2393236695	MCD 0,875 04/10/33	800	800 000	90,35	903,47	722 775	807,08	645 662
XS2393701953	AMT 0,95 05/10/30	200	200 000	99,27	992,65	198 530	837,67	167 535
XS2398710546	VESTNL 0,75 18/10/31	400	400 000	98,61	986,09	394 436	804,44	321 775
XS2398746144	BPFEP 1,625 20/04/30	305	305 000	99,74	997,36	304 195	811,26	247 433
XS2402009539	VLVY 0 09/05/24	100	100 000	95,62	956,20	95 620	985,90	98 590
XS240353263	ABMSPA 1% 02/11/33	200	200 000	70,88	708,81	141 762	768,58	153 716
XS2404214020	PG 0,90% 04/11/41	450	450 000	65,14	651,42	293 141	702,00	315 898
XS2404642923	GS 0,875 09/05/29	750	750 000	98,90	988,98	741 735	874,61	655 954
XS2405855375	IBESM 1,575 PERP	4	400 000	92,45	92 448,00	369 792	88 697,95	354 792
XS2406569579	TENN 0,875 16/06/35	100	100 000	72,55	725,47	72 547	874,36	87 436
XS2407357768	NWG 0,125 12/11/25	2 145	2 145 000	90,81	908,10	1 947 881	941,42	2 019 348
XS2411166973	NNGRNV 875 23/11/31	2 400	2 400 000	86,79	867,85	2 082 840	856,08	2 054 598
XS2411241693	TALANX 1,75 01/12/25	2	200 000	99,13	99 131,00	198 262	82 829,23	165 658
XS2411311579	NTT 0,082% 13/12/25	1 300	1 300 000	92,02	920,20	1 196 265	941,56	1 224 031
XS2412044641	RWE 1% 26/11/33	400	400 000	74,19	741,93	296 772	799,87	319 949
XS2421195848	ARND 0,375% 15/04/27	4	400 000	77,73	77 730,00	310 920	80 750,42	323 002
XS2431029441	AXASA 1,875 10/07/42	375	375 000	99,27	992,71	372 266	827,65	310 367
XS2431318802	LOGIC 1,625 17/01/30	600	600 000	99,13	991,33	594 798	870,20	522 119
XS2432293673	ENELM 0,25 17/11/25	3 260	3 260 000	92,11	921,07	3 002 679	945,89	3 083 593
XS2432293756	ENEL 0,875% 17/01/31	500	500 000	79,34	793,40	396 700	851,81	425 903
XS2432365187	BALDER 2 18/01/31	412	412 000	99,67	996,66	410 624	750,89	309 366
XS2433211310	SRGM 0,75 20/06/29	367	367 000	99,44	994,35	364 926	876,28	321 593
XS2433244089	EOANGR 0,125 18/1/26	2 380	2 380 000	91,64	916,37	2 180 952	942,73	2 243 702
XS2434710799	NGGLN 0,41 20/01/26	2 195	2 195 000	91,48	914,77	2 007 928	947,49	2 079 733
XS2435611244	HIBO 1,375 24/07/28	545	545 000	99,18	991,79	540 526	724,80	395 015
XS2436853035	OPBAN 0,625 27/07/27	475	475 000	96,85	968,48	460 030	907,60	431 109
XS2438616240	VW 0,875 31/01/28	971	971 000	96,86	968,61	940 522	911,50	885 067
XS2439704318	SSELN 4 PERP	491	491 000	100,00	1 000,00	491 000	990,45	486 309
XS2441055998	SBAB 0,5 08/02/27	462	462 000	99,72	997,15	460 983	924,26	427 008
XS2441552192	GS 1,25 07/02/29	583	583 000	99,69	996,61	581 140	904,57	527 366
XS2451372495	ALDFF 1,25% 02/03/26	22	2 200 000	92,67	92 665,82	92 665,82	96 475,67	2 124 665
XS245401757	SGROL 1,875 23/03/30	196	196 000	98,83	988,30	193 707	931,67	182 807
XS2459544339	EDPP 1,875% 21/09/29	6	600 000	92,72	92 720,67	556 324	93 894,54	563 367
XS2461786829	CEZCP 2,375 06/04/27	394	394 000	99,60	995,95	392 404	977,30	385 056
XS2462323853	BAC 2,824 27/04/33	200	200 000	91,92	919,17	183 834	960,47	192 094
XS2464732770	STLA 2,75 01/04/32	700	700 000	96,36	963,64	674 548	955,39	668 775
XS2465944289	BKR 1,875% 05/06/26	898	898 000	99,77	997,66	895 899	982,63	882 400
XS2466401572	DGEL 1,875% 08/06/34	900	900 000	90,88	908,85	817 964	896,95	807 259
XS2478299469	TENN 2,75% 17/05/42	300	300 000	98,25	982,53	294 759	932,09	279 626
XS2482936247	RWE 2,125% 24/05/26	1 100	1 100 000	95,40	953,98	1 049 378	990,35	1 089 384
XS2485259241	BBVAS 1,75% 26/11/25	21	210 000	95,34	95 344,48	2 002 234	97 400,13	2 045 403
XS2486461283	NGGLN 2,95% 30/03/30	800	800 000	100,00	999,99	799 992	996,56	797 245
XS2487016250	STEDI 2,375 03/06/30	600	600 000	99,32	993,18	595 908	965,39	579 232
XS2488096112	NOKIA 4,375 21/08/31	115	115 000	99,54	995,44	114 476	1 019,86	117 284
XS2489138789	URINDO 3,25 13/08/32	608	608 000	98,44	984,39	598 511	1 017,13	619 413
XS2491963638	AIB 3,625% 04/07/26	100	100 000	98,11	981,11	98 111	1 017,23	101 723
XS2510903862	SSELN 2,875 01/08/29	500	500 000	98,87	988,72	494 360	999,94	499 969
XS2530031546	MJF3 3,273% 19/09/25	510	510 000	100,00	1 000,00	510 000	1 002,76	511 408
XS2534785865	BBVA 3,375% 20/09/27	2	200 000	97,13	97 128,00	194 256	101 789,80	203 580
XS253485523	DNBN 3,125% 21/09/27	1 750	1 750 000	99,56	995,62	1 742 338	1 004,31	1 757 541
XS2535484526	ESSITY 3% 21/09/26	393	393 000	99,65	996,51	391 628	1 004,73	394 859
XS2542914986	EDP 3,875% 11/03/30	120	120 000	99,68	996,76	119 611	1 065,46	127 855
XS2545206166	BBVA 4,375% 14/10/29	6	600 000	99,56	99 557,00	597 342	107 223,33	643 340
XS2547609433	TALANX 4% 25/10/29	8	800 000	99,67	99 671,00	797 368	104 877,17	839 017
XS2547936984	RBIAN 5,75% 27/01/28	11	1 100 000	103,19	103 191,18	1 135 103	112 453,41	1 236 988
XS2550898204	VZ 4,75% 31/10/34	500	500 000	99,89	998,92	499 460	1 115,35	557 673
XS2558966953	IBESM 3,375 22/11/32	6	600 000	99,52	99 524,00	597 144	102 345,85	614 075
XS2560411543	AOHM 3,625% 29/11/25	454	454 000	99,84	998,44	453 292	1 007,63	457 463
XS2560422581	BACR 5,262% 29/01/34	255	255 000	100,00	1 000,00			

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS2590758400	AT&T 03.55% 18/11/25	1 080	1 080 000	99,89	998,88	1 078 790	1 009,78	1 090 580
XS2590758665	AT&T 3.95 30/04/31	225	225 000	99,88	998,83	224 737	1 062,94	239 161
XS2591848192	UNANA 3.5% 23/02/35	389	389 000	99,33	993,26	386 378	1 075,11	418 217
XS2591848275	UNANA 3.25% 02/23/31	389	389 000	99,03	990,33	385 238	1 046,26	406 995
XS2592240712	DEVOBA 0.28/02/2030	4	4 000 000	99,66	99 664,00	398 656	108 092,90	432 372
XS2592301365	TSCOL 4.25% 27/02/31	700	700 000	99,50	995,02	696 514	1 078,57	755 001
XS2593105476	AZN 3.75% 03/03/32	600	600 000	100,07	1 000,73	600 439	1 073,83	644 296
XS2595028536	MS 4.656% 02/03/29	457	457 000	100,00	1 000,00	457 000	1 076,24	491 843
XS2595418596	BASGR 0 08/03/32	4	4 000 000	99,81	99 809,00	399 236	109 723,00	438 892
XS2596537972	ADNA 3.5 04/04/28	387	387 000	99,85	998,51	386 423	1 046,07	404 829
XS2596599063	NWIG 4.699% 14/03/28	311	311 000	100,00	1 000,00	311 000	1 065,74	331 444
XS2597035009	TOYOTA 4.05% 13/09/29	800	800 000	99,88	998,75	799 001	1 059,23	847 366
XS259730822	HELAN 3.875 23/09/30	700	700 000	99,60	996,03	697 221	1 045,82	732 072
XS2604699327	VW 4.25% 29/03/29	2	2 000 000	99,86	99 860,00	199 720	106 906,14	213 812
XS2605914105	GIS 3.907 13/04/29	256	256 000	99,51	995,12	254 750	1 059,22	271 162
XS2607040958	NTRAN 4.25 05/04/30	375	375 000	99,96	999,64	374 865	1 068,21	400 578
XS2609970848	ASSGE 5.399 20/04/33	200	200 000	100,00	1 000,00	200 000	1 096,51	219 303
XS2610209129	ANESM 3.75% 25/04/30	400	400 000	99,28	992,76	397 104	1 013,34	405 335
XS2610457967	AXA 5.5% 31/07/43	300	300 000	99,54	995,37	298 611	1 096,28	328 883
XS2613472963	HERIM 4.25% 20/04/33	120	120 000	99,52	995,21	119 425	1 066,59	127 990
XS2613658041	RABOB 4.233 25/04/29	14	1 400 000	99,87	99 874,29	1 398 240	105 692,96	1 479 701
XS2613658710	ABNAN 4.375 20/10/28	16	1 600 000	99,86	99 859,13	1 597 746	104 559,61	1 672 954
XS2615183501	EUROG 3.722 27/04/30	7	700 000	100,00	100 000,00	700 000	104 486,18	731 403
XS2615271629	JYBC 5% 26/10/28	412	412 000	99,97	999,71	411 881	1 048,54	432 000
XS2616652637	NNGRNV 6% 03/11/43	385	385 000	99,66	996,55	383 672	1 074,80	413 799
XS2617458582	VW 4.375% 03/05/28	7	700 000	99,54	99 539,00	696 773	105 677,71	739 744
XS2618906595	NDASS 4.125 05/05/28	500	500 000	99,70	997,03	498 515	1 059,93	529 966
XS2620201421	BBVA 4.1 25% 10/05/26	7	700 000	99,83	99 828,00	699 486	103 295,84	723 071
XS2620658906	BRUN 4.323% 12/05/35	4	400 000	100,00	1 000,00	400 000	1 090,55	436 220
XS2621007660	BKNG 4.125% 12/05/33	182	182 000	99,43	994,30	180 963	1 092,64	198 860
XS2623956773	ENIM 4.25% 19/05/33	300	300 000	99,51	995,05	298 515	1 076,14	322 842
XS2625196352	ISPM 4.875 19/05/30	428	428 000	100,00	1 000,00	428 000	1 080,51	462 456
XS2625968347	BMW 3.25% 22/07/30	600	600 000	99,33	993,29	595 974	1 035,11	621 068
XS2626821873	LLOY 4.125% 30/05/27	272	272 000	99,83	998,26	271 527	1 048,40	285 166
XS2629468278	RBOSG 3.625 02/06/30	4	400 000	99,42	99 418,00	397 672	104 632,63	418 531
XS2629470761	RBOSG 4.375 02/06/43	2	200 000	99,46	99 463,00	198 926	109 690,11	219 380
XS2630111719	BAVNG 4.625 26/05/33	300	300 000	99,09	990,93	297 279	1 073,08	321 924
XS2631822868	STATK 3.5% 09/06/33	375	375 000	99,52	995,19	373 196	1 052,35	394 631
XS2631869232	FIREIT 4.375 06/6/33	300	300 000	99,15	991,45	297 435	1 048,37	314 512
XS2632655135	UNANA 3.4% 06/06/33	333	333 000	99,30	993,01	330 672	1 050,98	349 975
XS2633552026	CABK 4.375% 08/06/26	600	600 000	99,77	997,72	598 632	1 041,17	624 704
XS2634691144	STLA 4.25% 16/06/31	600	600 000	99,30	992,97	595 762	1 060,50	636 299
XS2635622595	OFBANK 4% 13/06/28	600	600 000	99,99	999,92	599 922	1 055,56	633 534
XS2636745882	ATOS 5.125% 14/06/33	300	300 000	99,62	996,17	298 851	1 073,89	322 166
XS2637963146	ABNA 3.875% 21/12/26	9	900 000	99,75	99 752,00	897 768	102 178,46	919 606
XS2643041721	SEB 4.125 29/06/27	600	600 000	99,95	999,49	599 694	1 049,70	629 822
XS2643234011	BKR 5% 04/07/31	375	375 000	99,68	996,82	373 808	1 091,18	409 191
XS2644240975	ADRT 4.875 10/07/33	200	200 000	99,12	991,19	198 238	1 075,44	215 088
XS2644410214	ABESM 4.125 31/01/28	2	200 000	99,71	99 706,00	199 412	104 806,25	209 612
XS2644414125	TKAAV 4.9 25% 13/07/28	4	400 000	99,48	99 477,00	397 908	108 196,21	432 785
XS2648077274	CRHID 4.25% 11/07/35	400	400 000	99,29	992,91	397 164	1 071,09	428 438
XS2648498371	IBES 3.625% 13/07/33	5	500 000	99,70	99 695,00	498 475	105 022,55	525 113
XS2649712689	CABKSM 5% 19/07/29	6	600 000	99,58	99 581,00	597 486	106 833,76	641 003
XS2654098222	SMSLSN 4.5 27/07/30	300	300 000	99,52	995,24	298 572	1 057,09	317 127
XS2655865546	TOYOTA 3.85 24/07/30	400	400 000	99,87	998,73	399 492	1 054,27	421 706
XS2673536541	EOANGR 3.75 01/03/29	300	300 000	99,39	993,87	298 162	1 045,98	313 793
XS2673547746	EOANGR 4% 29/06/33	240	240 000	99,09	990,89	237 814	1 065,25	255 660
XS2673698726	ISPM 5.125 20/03/31	400	400 000	99,28	992,83	397 132	1 063,64	433 457
XS2675685700	SSELN 4% 05/09/31	400	400 000	99,97	999,66	399 864	1 056,78	422 710
XS2675884733	VW 7.875% PERP	1	100 000	100,00	100 000,00	100 000	115 002,42	115 005
XS2676814499	CABKSM 4.25 06/09/30	4	400 000	99,64	99 638,00	398 552	105 180,61	420 722
XS2676833555	PHANA 4.25 08/09/31	400	400 000	99,74	997,41	398 964	1 030,82	412 330
XS2680945479	FERSM 4.375 13/09/30	400	400 000	99,59	995,87	398 348	1 067,46	426 984
XS2690137299	LLOYDS4.75% 21/09/31	385	385 000	99,40	994,01	382 694	1 070,29	412 061
XS2694874531	VW 4.75% 25/09/31	3 200	3 200 000	101,66	1 016,56	3 252 992	1 075,48	3 441 531
XS2696046460	CARLB 4 % 05/10/28	150	150 000	99,45	994,50	149 175	1 045,50	156 825
XS2696749626	TOYOTA 4% 02/04/27	548	548 000	99,89	998,94	547 419	1 040,43	570 153
XS2696780464	RY 4.375% 02/10/30	600	600 000	99,56	995,63	597 378	1 061,16	636 695
XS2698713695	FREGR 5.125 05/10/30	3 600	3 600 000	104,80	1 047,99	3 772 764	1 090,00	3 924 009
XS2698773830	BMW 3.875% 04/10/28	900	900 000	99,69	996,92	897 228	1 053,69	948 324
XS2699159351	EDPPL 4.375% 04/04/32	231	231 000	99,06	990,60	228 829	1 077,44	248 888
FR001400AOL7	ARRF 1.875% 03/01/29	35	3 500 000	92,52	92 518,00	3 238 130	97 045,73	3 396 600
XS201946834	MIRLS 2.375% 13/07/27	35	3 500 000	93,87	93 874,00	3 285 980	97 557,12	3 441 699
XS2346206920	AMT 0.45 15/01/27	4 000	4 000 000	99,60	996,05	3 583 800	919,07	3 678 270
XS2375844144	BDX 0.334 13/08/28	4 200	4 200 000	85,52	855,23	3 591 966	880,21	3 696 883
XS1396285279	EUROGR 1.5% 18/04/28	43	430 000	91,57	91 573,00	3 937 639	94 536,38	4 065 064
XS2432293913	ENEL 1.25% 17/01/35	3 200	3 200 000	74,79	747,94	2 393 408	798,34	2 554 695
XS2462324232	BAC 1.949 27/10/26	3 500	3 500 000	96,01	960,10	3 360 350	974,08	3 409 296
XS2550881143	VZ 4.25% 31/10/30	3 000	3 000 000	102,42	1 024,19	3 072 570	1 067,23	3 201 688
XS2648076896	CRHID 4% 11/07/27	1 800	1 800 000	100,99	1 009,85	1 817 730	1 045,61	1 882 092
XS2717291970	JPM 4.457% 13/11/31	3 500	3 500 000	102,20	1 022,02	3 577 070	1 059,75	3 709 115
XS2721465271	HEGR 4.875 21/11/33	2 100	2 100 000	100,92	1 009,19	2 119 308	1 068,04	2 242 886
XS1190624038	EQNR 1.125% 17/02/27	550	550 000	92,81	928,10	510 455	957,02	526 361
XS2722190795	DBHNGR 4% 23/11/43	200	200 000	98,47	984,66	196 932	1 096,44	219 288
DE000CZ43Z8	QMZB 5.125% 18/01/30	7	700 000	98,24	98 235,00	687 645	109 554,30	766 880
FR00140019V54	DB 1.75% 19/11/30	4	400 000	80,38	80 375,08	321 500	87 077,80	346 310
DE000A3LBM12	MIBGR 3% 23/02/27	900	900 000	99,43	994,34	894 854	1 026,72	924 051
DE000A3L20S2	TRAGR 4.5% 23/11/26	5	500 000	99,97	999,70	499 850	102 579,98	512 998
FR001400M78	ENGIF 3.625 06/12/26	8	800 000	99,91	999,11	799 288	101 846,51	813 172
FR001400LJK3	CAPF 4.375% 14/11/31	2	200 000	99,51	99 511,00	199 022	106 656,77	213 314
FR001400MCE2	CMAR 4.125% 01/02/34	3	300 000	99,09	99 086,00			

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS2295335413	IBESM 1.45 PERP	6	600 000	90,47	90 470,00	542 820	92 295,07	553 770
XS2312746345	ENELIM 1,875% PERP	300	300 000	72,25	722,50	216 750	797,14	239 142
BE6312822628	ABIBB 1,65% 28/03/31	600	600 000	87,99	879,86	527 916	928,98	557 387
XS2353182293	ENELIM 0,50 17/06/30	600	600 000	76,87	768,70	461 220	836,26	501 759
XS1520907814	ABBV 2,125% 17/11/28	600	600 000	91,55	915,50	549 300	961,79	577 076
XS1538284230	ACAFP 1,875 20/12/26	8	800 000	95,17	95 171,10	761 369	96 308,48	770 468
FR001400LWV3	BFCM 4,75% 10/11/31	4	400 000	99,56	99 564,00	398 256	106 754,64	427 019
XS1551446880	NTGYS 1,375 19/01/27	10	1 000 000	92,41	92 407,00	924 070	95 992,19	959 922
XS2589792220	SIEGR 3,5% 24/02/36	4	400 000	104,79	104 790,00	419 160	105 541,19	422 165
XS2597114284	HSBC 4,787% 10/03/32	400	400 000	103,92	1 039,20	415 680	1 095,88	438 350
XS2598746290	AALLN 4,5% 15/09/28	250	250 000	102,45	1 024,45	256 113	1 044,64	261 160
XS1605365193	ACAFP 1,375%03/05/27	8	800 000	92,14	92 140,00	737 120	95 700,91	765 807
XS2861068234	FOCSEF 5,25 30/10/29	192	192 000	100,00	1 000,00	192 000	1 082,64	207 866
XS2894995163	ASRNE 3,625 12/12/28	187	187 000	99,60	996,01	186 254	1 014,81	189 770
XS1702729275	EOANGR 1,25%19/10/27	600	600 000	90,43	904,30	542 580	942,57	565 540
XS2707169111	AIB 5,25% 23/10/31	500	500 000	99,54	995,43	497 715	1 089,75	544 875
XS2712746960	RABOB 3,193 03/11/26	8	800 000	100,00	100 000,00	800 000	102 486,78	819 894
XS2715276163	SHBASS 3,875%05/27	600	600 000	99,89	998,93	599 358	1 026,04	615 621
XS2715957358	JYBC 4,875% 10/11/29	360	360 000	99,74	997,44	359 078	1 047,14	376 969
XS2717300391	SWEDA 4,125 13/11/28	412	412 000	99,62	996,24	410 451	1 036,37	426 985
XS2717301365	BKR 4,625% 13/11/29	300	300 000	99,66	996,64	298 992	1 045,14	313 543
XS2717309855	NESNVX 3,5% 17/01/30	500	500 000	99,91	999,10	499 550	1 047,49	523 746
XS2719096831	HEIA 3,625% 15/11/26	225	225 000	99,81	998,10	224 573	1 020,70	229 656
XS2722162315	TELEF 4,183 21/11/33	3	300 000	100,00	100 000,00	300 000	105 599,59	316 799
XS2722717555	ENBW 4,3% 23/05/34	300	300 000	99,70	996,99	299 097	1 061,48	318 445
XS2723549361	SGOFF 3,875 29/11/30	4	400 000	99,66	99 657,00	398 628	103 583,39	414 334
XS2723597923	STATAK 3,125 13/12/26	432	432 000	99,87	998,67	431 425	1 008,01	435 461
XS2726256113	CABK 4,375% 29/11/33	2	200 000	99,11	99 113,00	198 226	105 545,47	211 091
XS2726262863	MCD 3,625% 28/11/27	381	381 000	99,56	995,58	379 316	1 024,63	390 383
XS2726263325	MCD 3,875% 20/02/31	600	600 000	99,83	998,27	598 962	1 041,69	625 014
XS2726331932	ROSW 3,312% 04/12/27	480	480 000	100,00	1 000,00	480 000	1 026,48	492 712
XS2726461986	CCEP 3,875% 01/12/30	450	450 000	99,75	997,47	448 662	1 043,05	469 373
XS2729836234	BACR 4,375% 01/02/30	400	400 000	99,71	997,07	398 828	1 031,71	412 683
XS2731506844	MET 3,75% 07/12/31	400	400 000	99,68	996,81	398 724	1 031,54	412 617
XS1877595444	HEIANA 1,25%17/03/27	500	500 000	92,67	926,70	463 350	923,96	476 982
XS1878266324	STEDNI,375%19/09/28	600	600 000	89,30	893,01	535 806	928,35	557 008
XS1960678255	MDT 1,125% 07/03/27	900	900 000	91,15	911,50	820 350	953,40	858 061
XS1960678412	MDT 1,625 07/03/31	550	550 000	90,38	903,80	497 090	919,62	505 791
ES0414970204	CABK 3,875% 17/02/25	4	400 000	100,21	100 206,00	400 824	103 718,03	414 872
XS1170307414	NTGY 1,375% 21/01/25	1	100 000	96,54	96 540,00	96 540	98 809,66	98 810
XS2413696761	INTNE 0,125 29/11/25	1	100 000	95,86	95 859,00	95 859	96 557,27	96 557
XS1558013360	IMBL 1,375% 27/01/25	100	100 000	97,00	969,98	96 998	985,42	98 542
...		sub-total	3 701 578	709 801 000		689 658 556		680 467 302
...		sub-total	17 573 362 684	1 725 783 085		1 685 164 153		1 657 232 198
2.3 - Derivados de negociação								
Sw aps								44 863 313
Futuros								4 526 784
Opções								229 434
...		sub-total	0	0		0		49 619 531
2.4 - Derivados de cobertura								
...		sub-total	0	0		0		0
...		total	99 149 240 733	1 741 533 085		3 315 516 083		3 356 740 512
3 - TOTAL GERAL			99 159 350 767	1 911 701 085		3 488 636 282		3 528 317 804

Certificação Legal de Contas



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 3.849.498 milhares euros e um total de capital próprio de 142.785 milhares euros, incluindo um resultado líquido de 28.075 milhares euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Primeira aplicação da IFRS 17 - Contratos de seguro em 1 de janeiro de 2023

Mensuração e divulgações relacionadas com a primeira aplicação da IFRS 17 - Contratos de seguro em 1 de janeiro de 2023, apresentadas nas notas anexas 2.1, 2.7 e 11 às demonstrações financeiras.

Em 1 de janeiro de 2023 a IFRS 17 entrou em vigor, substituindo a IFRS 4 - Contratos de Seguro, sendo a data efetiva de transição, 1 de janeiro de 2022.

A IFRS 17 modifica substancialmente os modelos de mensuração de contratos de seguro e resseguro face à IFRS 4, pelo que a sua implementação à data de transição requereu a adoção de determinados julgamentos e estimativas por parte da gestão da Entidade, como seguem:

- Seleção do método de transição para avaliação dos contratos de seguro em vigor na data de transição. A Entidade adotou a abordagem do justo valor para o negócio de seguros de vida poupança, sendo mensurados pela abordagem da comissão variável (VFA) os produtos com participação discricionária nos resultados e mensurados sob o modelo geral (BBA) os restantes produto de poupança. A abordagem retrospectiva total foi utilizada pela Entidade para o negócio de vida risco, mensurado pela abordagem de alocação de prémio (PAA);
- Definição dos grupos de contratos de seguro para agrupar os mesmos, tendo em conta serem contratos sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto (denominados "portefólios"), a sua onerosidade e a data da sua emissão; e
- Definição do método de reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, de acordo com as suas características e o seu período de cobertura. A Entidade utiliza o modelo geral de mensuração (BBA), a abordagem da comissão variável (VFA) para contratos com características de participação direta e a abordagem de alocação de prémio (PAA) para contratos cujo período de cobertura é inferior a um ano ou quando espera que a utilização da abordagem de alocação de prémio produza uma mensuração que não difere significativamente daquele que seria produzido pela aplicação do modelo geral de mensuração.

Efetuamos uma compreensão dos processos de relato financeiro relativos à primeira aplicação da IFRS 17.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos, com a contribuição dos nossos especialistas atuariais e de sistemas informáticos, incluíram:

- A avaliação da conformidade das políticas contabilísticas adotadas com a IFRS 17;
- A análise da homogeneidade dos grupos de contratos de seguro definidas na IFRS 17, pela Entidade;
- A verificação da metodologia e dos pressupostos significativos utilizados para os cálculos efetuados pela Entidade no âmbito da IFRS 17, relativos ao valor atual dos fluxos de caixa (PVFC), ao ajustamento de risco não financeiro e à margem de serviços contratuais (CSM) / componente de perda na data de transição; e
- A verificação do método de reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro;

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre a primeira aplicação da IFRS 17 - Contratos de seguro em 1 de janeiro de 2023, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.

A Entidade reexpressou a informação financeira comparativa, na sequência da aplicação da IFRS 17.

O impacto da adoção desta norma é significativo nas demonstrações financeiras da Entidade, razão pela qual esta constitui uma matéria relevante para a nossa auditoria.

Justo valor de ativos financeiros

Valorização e divulgações relacionadas com o justo valor de ativos financeiros, apresentadas nas notas anexas 2.3, 2.21, 6 e 32 às demonstrações financeiras.

Os ativos financeiros valorizados ao justo valor, apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, no montante total de 3.508.596 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2023, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão na demonstração da posição financeira da Entidade, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Entidade.

No respeitante aos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, a Entidade determina de acordo com a IFRS 9, o valor da perda por imparidade esperada.

A valorização dos ativos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pela Entidade podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos ativos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade relativas a instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas envolvem um grau de julgamento significativo por parte da gestão da Entidade sobre os resultados

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- A análise da reconciliação do inventário de ativos financeiros com os registos contabilísticos;
- A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à valorização dos ativos financeiros;
- A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados à seleção dos preços/cotações para valorização de ativos financeiros;
- A verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas pela Entidade, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas e manuais internos;
- Para posições menos líquidas, a revisão, em base de amostragem, dos principais pressupostos adotados para a valorização adotada; e
- A realização de testes para avaliar a razoabilidade das perdas por imparidade esperada.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de valorização dos ativos financeiros valorizados ao justo valor constantes nas notas anexas às

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

futuros, nomeadamente quanto i) à probabilidade de incumprimento, ii) perda esperada de incumprimento e iii) exposição ao incumprimento. A perda esperada tem em consideração a taxa de desconto, a qual incorpora as perspetivas de mercado.

demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.

Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor que podem revelar-se menos líquidos representam cerca de 2% do total dessa carteira (49.546 milhares de euros) e incluem instrumentos financeiros derivados e fundos de investimento imobiliários e mobiliários, que se encontram inseridos no nível 3, em termos da hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13, sendo este determinado através da utilização de modelos de avaliação que incorporam julgamento profissional e o recurso a um conjunto de pressupostos ou técnicas. Na sua mensuração, são considerados inputs (ou preços) observáveis em mercados correntes transacionáveis (preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado), técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento.

Passivos de contratos de seguro

Mensuração e divulgações relacionadas com os passivos de contratos de seguro apresentadas nas notas anexas 2.6, 2.21 e 11 às demonstrações financeiras.

A Entidade desenvolve a sua atividade seguradora através de três segmentos de negócio - seguros vida poupança, seguros vida risco e seguros *unit linked*. Na referida atividade seguradora é gerada uma responsabilidade de contratos de seguro, a qual é apresentada no balanço na rubrica "Passivos de contratos de seguro do ramo Vida".

Efetuamos uma compreensão do processo de estimativa e registo dos passivos de contratos de seguro, que incluiu uma avaliação do respetivo ambiente de controlo interno, incluindo os respetivos controlos do sistema de informação.

Nesta rubrica, a Entidade regista os contratos de seguro de acordo com os três modelos de mensuração estabelecidos na regulamentação aplicável, que incluem: o modelo geral de mensuração (BBA), a abordagem de alocação de prémio (PAA) e a abordagem da comissão variável (VFA). O modelo aplicável a cada abordagem é determinado com base nas características dos referidos contratos.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos sobre os passivos de contratos de seguro, com a contribuição de especialistas atuariais e em sistemas e processos de informação, incluíram:

Os modelos de mensuração BBA e VFA, em particular, incorporam componentes de algum

- A verificação da integridade, exatidão e reconciliação dos dados utilizados nos motores de cálculo das referidas responsabilidades no final do exercício;
- A verificação da variação do valor atual estimado dos fluxos de caixa (PVFCF) e hipóteses aplicadas para os produtos selecionados nos

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>juízo e estimativa por parte da Entidade na determinação do valor atual estimado dos fluxos de caixa (PVFCF), do ajustamento de risco não financeiro e da margem de serviços contratuais (CSM).</p> <p>A determinação do valor dos passivos de contratos de seguro inclui uma elevada componente de estimativa atuarial, incluindo metodologias de cálculo complexas e hipóteses determinadas pela gestão, tais como a taxa de desconto, despesas, resgates, mortalidade, taxas de sinistralidade esperadas ou definição de unidades de cobertura, entre outras. Esta rubrica acomoda uma estimativa contabilística complexa com uma componente de incerteza relevante na sua determinação. Desta forma, consideramos os passivos de contratos de seguro como sendo uma matéria relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>diversos grupos de contratos e a análise da sua variação no ano;</p> <ul style="list-style-type: none"> • A verificação da metodologia e razoabilidade do ajustamento de risco não financeiro para os produtos selecionados; e • A verificação da margem de serviços contratuais (CSM) inicialmente registada para os grupos de contratos selecionados e a análise da sua movimentação. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre passivos de contratos de seguro, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas de relato financeiro em vigor.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um período compreendido entre 2016 e 2017, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 20 de dezembro de 2021, para o mandato compreendido entre 2021 e 2023.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

22 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Fernando Manuel Miguel Henriques, ROC nº 904
Registado na CMVM com o nº 20160523

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2023

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2023, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros Vida, SA (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no artº 420, nº 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

As dez reuniões que o Conselho Fiscal realizou em 2023 e 2024 sobre a atividade e as contas da Companhia, relativas ao exercício do ano 2023, tiveram a participação de todos os seus membros, tendo algumas delas contado com a presença de membros da Administração, do responsável da Auditoria Interna, do Diretor do Departamento Financeiro, do Diretor do Departamento de Controlo de Gestão, Gestão de Riscos, Atuarial e Controlo Interno, do Diretor do Departamento de Negócios e Operações, do Diretor do Departamento de Resseguro, de Solvência e Capital, da Diretora do Departamento de Cumprimento e Conduta e de representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos de análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão, as contas do exercício de 2023 e a proposta de aplicação de resultados a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

Em acréscimo, o Conselho Fiscal esteve presente em reuniões adicionais do Conselho de Administração, sempre que as respetivas ordens de trabalho incluíram pontos de especial interesse, no âmbito das competências do órgão de fiscalização, relativos ao desenvolvimento e monitorização da atividade da Companhia no exercício de 2023.

De igual forma e ao longo do ano 2023, o Conselho Fiscal acompanhou diversas reuniões de alguns dos comités interdisciplinares de seguimento existentes na Companhia, com especial destaque para os Comitês de Riscos, de Compliance, de Controlo Interno e de Investimentos.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com pessoal dirigente da Companhia, bem como com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2023, várias atividades de acompanhamento e verificação de aspetos críticos na atuação da Companhia, das quais se destacam as que de seguida se apresentam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, da informação trimestral sobre a atividade e resultados, da análise das respetivas demonstrações financeiras e de outra documentação relevante, nomeadamente a de suporte aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação da Companhia. Neste âmbito, foi prestada especial atenção aos relatórios e atas dos comités de risco, de compliance e de controlo interno, não obstante a análise adicional realizada aos relatórios e atas de outros comités de seguimento e controlo da atividade, como sejam os comités de investimentos, de aprovação de produtos e de qualidade. Foram ainda mantidos contactos com a Administração e outros responsáveis da Companhia, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.

O Conselho Fiscal prestou também especial atenção ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, à adequabilidade da política de gestão de capital e ao exercício de autoavaliação prospetiva de riscos, consubstanciado no relatório ORSA 2023. Preliminarmente, neste âmbito, o Conselho Fiscal esteve presente na reunião do Conselho de Administração na qual se discutiu e deliberou sobre os cenários de stress posteriormente utilizados no exercício ORSA em questão, tendo considerado os mesmos como adequados aos objetivos propostos.

Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados.

Nesta matéria, o Conselho Fiscal acompanhou, especialmente, a implementação do projeto IFRS 17, Norma que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2023, substituindo a IFRS 4 - Contratos de Seguro, sendo a data efetiva de transição, 1 de janeiro de 2022. Como a IFRS 17 modifica, de forma substancial, os modelos de mensuração de contratos de seguro e resseguro, foram objeto de acompanhamento diversas questões metodológicas, ao nível das necessárias alterações nas políticas contabilísticas e nas bases de mensuração, nomeadamente, mas não exclusivamente, em temas relacionados com a seleção do método de transição para avaliação dos contratos de seguro; com os critérios usados na opção entre os três modelos de mensuração (BBA, VFA ou PAA) a utilizar, em função das características das diferentes tipologias de produtos da Companhia, ao nível do método de reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro; com a definição de grupos homogêneos de contratos de seguro, no que respeita a riscos, onerosidade e data de emissão; com a utilização, conforme aplicável nos modelos de mensuração, das variáveis críticas à mensuração dos contratos de seguro, tais como a estimativa de fluxos de caixa futuros, taxa de desconto, ajustamentos de risco, margem de serviços contratuais e onerosidade dos contratos.

No âmbito da implementação do projeto IFRS 17, o Conselho Fiscal analisou ainda os procedimentos e impactos quantitativos no ano de transição; analisou a revisão das orientações técnicas para o ano de transição, efetuada pelo Revisor Oficial de Contas, conforme relatório de *Proactive Assurance 2022*; analisou os impactos quantitativos, da utilização da Norma, no exercício de 2023; acompanhou o desenvolvimento da arquitetura tecnológica de suporte, em produção, à nova metodologia (ao nível da preparação dos inputs ao motor de cálculo, do próprio motor de cálculo IFRS 17 e das alterações ao nível do módulo contabilístico). Este acompanhamento foi realizado através da inclusão de pontos de agenda específicos em várias reuniões de Conselho Fiscal, realizadas ao longo do ano 2023; através da participação em diversas reuniões de Conselho de Administração onde o *status* do projeto foi discutido; através da análise de documentos de suporte específicos e da interação com elementos do Conselho de Administração e do Revisor Oficial de Contas da Companhia.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão e as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023, bem como os anexos e notas explicativas das mesmas, pelo que o Conselho Fiscal entende que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia.

Foram debatidas com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas relativas ao exercício de 2023, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi

realizada com total independência. Foram ainda apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo revisor oficial de contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.

Nos termos da legislação aplicável e para efeitos do disposto no n.º 5, do artigo 90.º da Norma Regulamentar N.º 4/2022-R, de 31 de maio de 2022, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF"), o Conselho Fiscal procedeu à avaliação anual da política de remunerações, relativa ao exercício de 2023, tendo considerado, em face dos dados e evidências dos documentos e processos analisados e, no detalhe, a abrangência e adequabilidade dos testes realizados pela Auditoria Interna, que a Companhia cumpre globalmente com a legislação e regulamentação em vigor em matérias de política e práticas de remuneração.

O Conselho Fiscal, nos termos da legislação aplicável e para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea e) do n.º 3 do artigo 3º da Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro, procedeu à análise da proposta de prestação de serviços profissionais distintos da auditoria, que não os serviços distintos da auditoria proibidos a que se referem os números 1 e 2 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, a prestar pelo Revisor Oficial de Contas, tendo emitido o correspondente parecer.

O Conselho Fiscal, tendo presente o término do terceiro mandato do Revisor Oficial de Contas da Companhia, considerando a legislação aplicável (nomeadamente a alínea b) do número 2 do artigo 420.º e o número 1 do artigo 446.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, a alínea f) do número 3 do artigo 3.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, os artigos 16.º e 17.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 e o artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC), aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro) e analisada a proposta de serviços profissionais de auditoria e demais documentação relevante, emitiu, já em 2024, proposta de recondução do Revisor Oficial de Contas por mais dois anos, no mandato 2024/2025.

O Conselho Fiscal, nos termos da legislação aplicável e para efeitos do disposto na alínea f) do n.º 3 da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, e por força do previsto no seu n.º 4, procedeu à análise da proposta de prestação de serviços profissionais de auditoria aos fundos de pensões geridos pela Companhia, endereçada pela BDO & Associados, SROC, Lda, tendo emitido parecer favorável à renovação de mandato para o período de 2023 a 2025.

Por fim, o Conselho Fiscal, nos termos da legislação aplicável e para efeitos do disposto nas alíneas f) e g) do nº 2 do artigo 12º da Norma Regulamentar número 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF — Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, procedeu à análise dos documentos respeitantes à revisão do Código Geral de Conduta da Companhia e da Política de Prevenção, Comunicação e Sanação de Conflitos de Interesses da Companhia, tendo emitido parecer favorável à mencionada revisão.

No contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Companhia.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2023, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2023;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 24 de março de 2024

O CONSELHO FISCAL

Assinado por: **AFONSO PEREIRA BARBOSA**
Num. de Identificação: 07813747
Data: 2024.03.24 15:48:20+00'00'

Afonso Pereira Barbosa (Presidente)

Assinado por : **Jorge Filipe Alves Gaspar**
Num. de Identificação: 08277360
Data: 2024.03.24 18:12:26+00'00'

Jorge Filipe Alves Gaspar (Vogal)

Assinado por: **José António Nogueira Veloso**
Num. de Identificação: 06464500
Data: 2024.03.24 16:19:03+00'00'

José António Nogueira Veloso (Vogal)

Relatório de Governo Societário

I - Introdução

Com o presente Relatório de Governo Societário, relativo ao exercício de 2023, a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. dá cumprimento ao dever de prestar informação anual sobre a estrutura e as práticas de governo societário em conformidade com o artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

II – Estrutura Acionista

O capital social da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, SA (doravante “Santander Totta Seguros” ou “Companhia”), no montante de 47.250.000,00 Euros, é detido na totalidade pela Santander Insurance, S.L.

Em 21 de Dezembro de 2023, a Santander Insurance, S.L. (sociedade constituída e a operar de acordo com as leis de Espanha) com sede social em Ciudad Grupo Santander, Avenida de Cantabria, s/n, 28660, Boadilla del Monte, Madrid, Espanha, inscrita no Registo Comercial de Madrid (Registro Mercantil de Madrid) com o CIF B44941557 e com o identificador de identidade jurídica 984500FF98P4CE556737, adquiriu a totalidade da participação correspondente a 100% do respetivo capital da Santander Totta Seguros à anterior acionista Santander Totta SGPS, S.A.

A Santander Insurance, S.L. é detida diretamente pelo Banco Santander SA em Espanha, mantendo-se a participação qualificada indiretamente detida pelo Banco Santander SA na Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, SA.

As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, conseqüentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem proceder ao averbamento ou registo, conforme os casos, das ações nos registos da sociedade até oito dias antes da realização da reunião.

Tendo em conta o facto de o capital ser totalmente detido por uma única acionista, inexistem, conseqüentemente quaisquer acordos parassociais.

Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista da Santander Totta Seguros ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmam aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indenização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

A indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e fiscalização está no capítulo “Informação Complementar” do relatório de gestão.

III – Órgãos Sociais

A Santander Totta Seguros está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no artigo 413º, nº 1 alínea b) e nº 2 do CSC.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, bem como o Revisor Oficial de Contas, são designados pela Assembleia Geral e os seus mandatos têm a duração de três anos, sendo permitida a sua reeleição por uma ou mais vezes.

Existe ainda uma Comissão de Vencimentos, designada pela Assembleia Geral, a quem compete fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais. Os membros da Comissão de Vencimentos são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de política de remunerações.

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da sociedade cabendo-lhe, nos mais amplos termos da lei, deliberar sobre quaisquer assuntos e praticar todos os atos relativos à mesma. Nos termos do n.º 1 do artigo 14º dos Estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais atribuições, que lhe conferem a lei e o presente contrato:

- a) Gerir todos os negócios sociais e efetivar todas as operações relativas ao objeto social observando as normas prudenciais, as diretrizes emanadas das entidades de supervisão e as regras de conduta das empresas de seguros;
- b) Representar a Sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer ações, transigir e desistir das mesmas e comprometer-se em arbitragens, podendo delegar estes poderes num só mandatário;

- c) Aprovar o orçamento e plano da empresa e apresentar à Assembleia Geral o relatório de gestão e as contas nos termos em que forem exigidos por lei;
- d) Adquirir, alienar e onerar ou locar quaisquer bens imóveis ou móveis, incluindo ações, quinhões, quotas, obrigações e quaisquer outros instrumentos de aplicação financeira;

Nos termos do n.º 2 do artigo 14º dos Estatutos da Sociedade, as deliberações que versem sobre as seguintes matérias só poderão ser validamente tomadas se forem votadas por administradores que representem, pelo menos três quartos dos membros do Conselho de Administração:

- a) Deliberar que a Sociedade se associe com outras pessoas, nos termos do artigo quarto destes Estatutos;
- b) Designar quaisquer outras pessoas, individuais ou coletivas, para o exercício de cargos sociais noutras empresas ou para representar a sociedade na celebração de determinados atos ou contratos.

Nos termos do n.º 3 do artigo 14º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração poderá delegar num ou mais administradores ou numa comissão executiva, formada por dois a cinco administradores, a gestão corrente da sociedade.

Nos termos dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto de três a sete membros eleitos em Assembleia Geral.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias. Os membros do órgão de administração e fiscalização submetem-se em permanência aos requisitos de adequação, idoneidade, aptidão, experiência, disponibilidade, independência e qualificações profissionais para o exercício do cargo que forem definidos pelas normas aplicáveis.

A 31.12.2023 a composição dos órgãos sociais da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. era a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL (triénio 2022-2024)

Presidente: António Maria Pinto Leite

Secretário: Secretário da Sociedade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (triénio 2022-2024)

Presidente: Inês Oom Ferreira de Sousa (não executivo)¹

Vogal: Armindo Alberto Bordalo Escalda (não executivo)

Vogal: Francisco del Cura Ayuso (não executivo)

Vogal: Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins (executivo)

Vogal: Manuela Vieira Marinho (executivo)

Vogal: Paulo Alexandre Timóteo Dias (executivo)

CONSELHO FISCAL (triénio 2021-2023)

Presidente: Afonso Pereira Barbosa

Vogais: José António Nogueira Veloso

Jorge Filipe Alves Gaspar

Suplente: José Duarte Assunção Dias

REVISOR OFICIAL DE CONTAS (triénio 2021-2023)

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, LDA., representada por Fernando Manuel Miguel Henriques.

COMISSÃO DE VENCIMENTOS (triénio 2022-2024)

Presidente: Manuel António Amaral Franco Preto

Vogais: Sara Eusébio da Fonseca²

Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE (triénio 2022-2024)

Cristina Isabel Cristovam Braz Vaz Serra

¹Apresentou renúncia em 01/02/2024

²Apresentou renúncia em 12/01/2024

IV - Principais áreas organizacionais da Sociedade:

- **Departamento de Negócio e Operações (nova denominação ocorrida em 2023, anteriormente Departamento de Produtos de Aforro e Investimentos):** estrutura os produtos financeiros de Seguros, em estreita ligação com as áreas relevantes do Mediador, assegurando o processo de aprovação junto das áreas internas e autoridades competentes, garantindo o cumprimento de regras internas e regulamentares instituídas. Assegura a dinamização comercial dos produtos em coordenação com o Mediador Único. Assegura o acompanhamento de gestão de carteiras com a Santander Asset Management. Assegura ainda a criação, a conceção, o desenho e a parametrização dos produtos de seguro do ponto de vista técnico, e a sua implementação no sistema informático da Sociedade; calcula as provisões técnicas e tarifas de acordo com as regras de prudência definidas pela Sociedade; elabora e controla as bases técnicas dos produtos comercializados pela Sociedade e assegura a prestação de contas com os Resseguradores, de acordo com o estipulado nos tratados de resseguro. Na área Operacional é assegurado o adequado processamento das operações nas vertentes de subscrição, análise de risco, gestão de carteira e tratamento de sinistros, ou seja, é efetuada toda a atividade operativa desenvolvida na Sociedade. Na área Operacional (Vida Risco) é assegurado o adequado processamento das operações de Seguros de Vida Risco, nas vertentes de subscrição, análise de risco, gestão de carteira e tratamento de sinistros.
- **Departamento Financeiro:** assegura a fiabilidade da informação contabilística, a elaboração das demonstrações financeiras nas várias vertentes, os reportes contabilísticos, fiscais e os reportes às entidades reguladoras. Assegura os Pagamentos aos Fornecedores e aos clientes bem como a gestão de cobranças.
- **Departamento de Resseguro, de Solvência e Capital:** assegura a elaboração e implementação de um modelo de quantificação das necessidades de capital, de acordo com as regras de Solvência II e em coordenação com a Área de Riscos; Apura e reporta trimestralmente o requisito de capital ("SCR") da Sociedade, a nível Individual e Grupo, de acordo com a legislação em vigor; Elabora a estimativa dos fluxos futuros das responsabilidades (*Cash flows*), nos produtos de taxa garantida, utilizados na análise ALM - *Asset-Liability Management*; Coordena e acompanha a operação Sella; Assegura a implementação e seguimento da Política de Qualidade de Dados.
- **Departamento de Controlo de Gestão, Gestão de Riscos, Atuarial e Controlo Interno:** assegura a elaboração e análise do orçamento e dos mapas de controlo de gestão orçamental. Promove a implementação da política de gestão de riscos de acordo com os princípios regulamentares definidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em coordenação com a área corporativa de Riscos. Validação do cálculo do Rácio de Solvência, necessidades de capital e requisito de capital ("SCR") da Sociedade, a nível Individual e Grupo, de acordo com a legislação em vigor. Elaboração e reporte à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões da informação qualitativa prevista em

Solvência II. Assegurar as validações e reportes previstos na legislação em vigor para a Função Atuarial. Assegurar a atualização permanente e a certificação do Modelo de Controlo Interno de acordo com as orientações do Grupo Santander, a Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com a análise das incidências detetadas e seguimento dos planos de ação definidos para a resolução das mesmas.

- **Departamento de Cumprimento e Conduta:** promove a implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade, intervém nos processos com impacto na qualidade de serviço através de avaliações de satisfação de clientes, da qualidade de serviço prestada e dos níveis de serviço internos e externos. Controla o processo de Gestão de Reclamações e de Contencioso da Companhia. Assegura, em apoio à função-chave de Verificação do Cumprimento da Companhia, os processos de *Compliance* localmente, incluindo a existência e atualização de uma base de dados de normativos internos e externos, e assegura a atempada informação de todas as alterações ocorridas. Assegura, ainda, em apoio ao *Data Protection Officer* da Companhia, os processos relacionados com a segurança e proteção de dados. Elabora normas de Conduta e assegura a divulgação das que, com origem no exterior, sejam vinculativas para a Companhia. Assegura o cumprimento do modelo instituído de Prevenção de Branqueamento de Capitais, em estreita colaboração com o Departamento de Prevenção ao Branqueamento de Capitais do Banco Santander Totta (agente exclusivo de seguros da Companhia). Este departamento é ainda responsável pela assessoria jurídica geral e de governo da sociedade.

V - Modelo global de governo da sociedade

Conforme acima mencionado, o Conselho de Administração é o órgão de gestão da sociedade cabendo-lhe, nos mais amplos termos da lei, deliberar sobre quaisquer assuntos e praticar todos os atos relativos à mesma.

A Companhia possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade. Destacam-se múltiplos Comitês de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a atividade da Companhia.

Indicam-se seguidamente os principais com a síntese das correspondentes funções mais relevantes:

- **Comité de Cumprimento:** procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento. assegura o seguimento das relações com as Entidades de Supervisão, controlando a efetivação das recomendações que daí sejam provenientes.

- **Comité de Riscos:** procede ao seguimento e fiscalização das políticas de Gestão de Riscos cumprindo-lhe, no exercício das suas competências, atuar em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis e com as regras, princípios e objetivos fixados pelo Conselho de Administração.
- **Comité de Controlo Interno:** monitoriza o cumprimento do normativo interno e externo. Identifica falhas no modelo de controlo e propõe ações corretivas promovendo um ambiente de controlo e cumprimento, acompanhando a implementação das recomendações da Auditoria Interna.
- **Comité de Investimentos:** monitoriza a gestão das carteiras de investimento em função da estratégia de alocação de ativos definida, limites e política de investimentos. Promove a otimização da gestão financeira e da rentabilidade dos capitais próprios.
- **Comité de Aprovação de Produtos:** aprova produtos, verificando a adequação das orientações corporativas do Grupo Santander e assegurando que os produtos aprovados cumprem integralmente as exigências legais e regulatórias aplicáveis e reúnem todas as condições para poderem ser adequadamente tratados, em todos os aspetos que envolvam as diversas fases relevantes: pré-comercialização, aprovação, comercialização e seguimento.
- **Comité de Qualidade:** análise dos diversos indicadores de Controlo Interno de Qualidade das principais áreas da Companhia. Identifica pontos de melhoria, dinamizando eventuais Projetos de Melhoria de Qualidade, promovendo o seu seguimento. Acompanha todos os temas relacionados com a gestão das reclamações dos clientes.

A informação relativa ao sistema de governação da Companhia, cumprindo com o disposto na Lei 147/2015 de 9 de setembro, no Regulamento Delegado (UE) nº 2015/35 da Comissão de 10 de outubro de 2014 e na NR 4/2022-R, de 31 de maio da ASF, é apresentada no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira.

VI – Descrição da Política de remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização para 2023

A Comissão de Vencimentos submeteu ao acionista único, em 10 de julho de 2023, uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização, tendo sido aprovada por deliberação unânime por escrito do acionista em 21 de julho de 2023. “Nos termos estatutários, compete à Comissão de Vencimentos da SANTANDER TOTTA SEGUROS, Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a “Sociedade” ou a “Totta Seguros”), deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A Comissão de Vencimentos foi eleita para o mandato de 2022-2024 por Deliberação Unânime por escrito datada de 24-06-2022, com a seguinte composição em 31 de dezembro de 2023:

Presidente: Manuel António Amaral Franco Preto
Vogais: Sara Eusébio da Fonseca
Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

“Nos termos estatutários, compete à Comissão de Vencimentos da **SANTANDER TOTTA SEGUROS, Companhia de Seguros de Vida, S.A.** (a “Sociedade” ou a “Totta Seguros”), deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Nos termos e para os efeitos do disposto na Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) n.º 4/2022-R, de 26 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 31 de maio de 2022), é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade a vigorar durante esse ano.

1. Enquadramento

A política remuneratória da Sociedade enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém direta ou indiretamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

O Grupo Santander aprovou uma política de remunerações (a «Política»), dirigida a todos os seus colaboradores, e que estabelece os princípios fundamentais referentes ao pagamento de remunerações, fixas ou variáveis (a tradução não oficial para língua portuguesa da Política na sua versão em vigor constitui o Anexo 1 desta Política, dela fazendo parte integrante).

Nos termos da Política, o Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem com os normativos aplicáveis nas jurisdições onde desenvolve a sua atividade.

A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado desempenho, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do Grupo e/ou das suas filiais.

As práticas remuneratórias do Grupo Santander estão alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da sociedade e, em particular, promovem as boas práticas. O Grupo assegura, também, que as políticas de retribuição sejam compatíveis com uma gestão adequada e eficaz de riscos e não atribuirá incentivos que contribuam para exceder o nível de risco tolerado ou que coloquem em perigo ou que limitem a capacidade do Grupo para manter uma base sólida de capital.

A presente Política concretiza o cumprimento dos diversos requisitos exigidos pelo direito português, propondo aos acionistas da sociedade a sua aprovação formal.

2. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- e) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- f) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.
- g) Integração de riscos em matéria de sustentabilidade na atividade da empresa nas suas múltiplas dimensões, em alinhamento com as regras estabelecidas no Regulamento (UE) 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, o qual estabelece regras harmonizadas de transparência aplicáveis aos intervenientes no mercado

financeiro no que se refere à integração, na sua atividade, dos riscos em matéria de sustentabilidade e à prestação de informações relacionadas com a sustentabilidade em relação a produtos financeiros, considerando-se “riscos em matéria de sustentabilidade”, os acontecimentos ou condições de natureza ambiental, social ou de governação (“ESG – *Environmental, Social and Governance aspects*”), cuja ocorrência é suscetível de provocar impacto negativo significativo, efetivo ou potencial, no valor do investimento.

3. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) As diretrizes do processo de avaliação de desempenho, incluindo os critérios utilizados para determinar a remuneração variável, decorrem da Política corporativa de Gestão de Desempenho, a qual se aplica a todas as entidades e colaboradores do Grupo Santander;
- c) Os administradores não executivos, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, que exerçam funções de Direção noutras entidades do Grupo, podem ter, ou não, uma remuneração pelo exercício daquele cargo na Santander Totta Seguros.
- d) Os membros não executivos do órgão de administração e os membros do órgão de fiscalização apenas auferem Remuneração Fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;
- e) Independentemente das condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornarem de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não sendo assim possível predeterminar a proporção entre as componentes fixas e variáveis da remuneração, mas tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode, em qualquer circunstância, ser superior a 200%.

3.1. Remuneração Fixa Anual

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes ao ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos administradores é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;

- c) A Remuneração Fixa dos administradores tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não devendo representar, em 2023, uma parcela inferior a 33% da Remuneração Total Anual.

3.2. Remuneração Variável

- a) A remuneração dos membros do Conselho de Administração que tenham funções executivas (administradores executivos) comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) Não pode ser concedida remuneração variável garantida, exceto aquando da contratação de novos colaboradores, apenas no primeiro ano de atividade.
- c) Tendo presente o definido no ponto III, alínea e), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- d) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- e) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pela e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, assegurando um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas, à luz da situação financeira da Sociedade;
- f) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.
- g) A fixação do valor da remuneração variável terá em consideração um conjunto de parâmetros em matéria de sustentabilidade aplicáveis no médio e longo prazo, de acordo com as políticas de integração dos riscos em matéria de sustentabilidade implementadas pela Empresa, tendo em vista o desenvolvimento sustentável da sociedade e do setor financeiro em particular.

3.2.1. Determinação da Remuneração Variável

A remuneração variável dos administradores executivos é determinada a partir de uma referência padrão correspondente ao cumprimento de 100% dos objetivos estabelecidos, sendo fixado para cada membro um valor de referência para cada exercício.

O valor final do prémio de desempenho e inerente remuneração variável será determinado no início do exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre a base de valor de referência e em função do cumprimento efetivo dos objetivos estabelecidos no enquadramento da pool disponível para o efeito, nos termos definidos na Política, constante no Anexo 1, designadamente na sua secção 5.4..

Os objetivos gerais para o ano de 2023 são os que constam do Anexo 2 da presente Política. Estes objetivos integram critérios financeiros (quantitativos) e critérios não financeiros (qualitativos).

O rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável dos membros executivos do órgão de administração e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

3.2.1.1. Composição e regulamentação da remuneração variável

A parte variável da remuneração encontra-se sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo.

- a) A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em instrumentos financeiros (preferencialmente ações ou opções sobre ações do Banco Santander, ou instrumentos financeiros equivalentes ou instrumentos relacionados ou convertíveis em ações, tais como *American Depositary Receipts* (ADRs), sendo parte paga em 2024 e parte diferida em quatro anos, observados os seguintes parâmetros:
 - a. 60%, (ou o que for definido de acordo com a situação aplicável) dessa remuneração será paga em 2024, em dinheiro e em instrumentos financeiros;
 - b. O remanescente será pago anualmente, em quatro partes iguais, em dinheiro e em instrumentos financeiros, observadas as condições previstas. A Sociedade reserva-se, todavia (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo), a possibilidade de não aplicar tal diferimento a quem seja concedida uma compensação variável anual que não exceda um total de cinquenta mil (50.000) Euros brutos e que não represente mais de um terço da sua remuneração anual total, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.
- b) Os instrumentos financeiros atribuídos não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam sujeitas a condição de manutenção, durante um ano.

O pagamento da remuneração variável respeitará as regras de deferimento e os mecanismos de redução (*malus*) ou reversão (*claw-back*) em vigor na Política a fim de cumprir com os requisitos legais e regulamentares, bem como observar as recomendações e orientações emitidas pelas entidades de supervisão competentes (nomeadamente tendo em conta decisões com impacto

negativo em matérias de sustentabilidade). A faculdade de reduzir (*malus*), total ou parcialmente, o pagamento de remuneração diferida e cujo pagamento não seja ainda um direito adquirido, bem como de reter no todo ou em parte remuneração variável cujo pagamento constitua um direito adquirido (*claw-back*), fica limitada a eventos extremamente significativos, devidamente identificados, nas quais as pessoas abrangidas tenham tido uma participação direta nos acontecimentos identificados.

3.3. Identificação da parcela diferida e da parcela já paga

Da remuneração variável de 2019, foi pago o último terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2020, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2021, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida

Da remuneração variável de 2022, foi paga em 2023 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por quatro anos.

4. Benefícios

Os administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco Santander Totta, S.A., e não obstante a suspensão do referido contrato, beneficiam de seguro de saúde e das vantagens relativas à atribuição dos subsídios infantil e de estudo, bem como do recurso ao crédito à habitação resultante da regulamentação coletiva aplicável aos trabalhadores.

Relativamente aos administradores executivos com contrato de trabalho com a Santander Totta Seguros S.A. e não obstante a suspensão do referido contrato, esses trabalhadores continuam a beneficiar das vantagens previstas na regulamentação coletiva aplicável ao setor segurador relativa ao Plano Individual de Reforma, bem como ao recurso a crédito à habitação com taxa correspondente a 65% da taxa de referência do BCE e ao seguro de saúde.

Aos Administradores com funções executivas é atribuído subsídio de alimentação, nas condições em vigor na Sociedade.

5. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com a Santander Totta Seguros

Em 2022 não foram pagas aos Administradores não executivos quaisquer remunerações ou quaisquer outros benefícios pelo exercício das suas funções, sendo remunerados apenas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, situação que se espera manter em 2023.

6. Aspetos complementares

Não foi posta em prática em 2022, nem se prevê para 2023, a atribuição de planos de opções, exceto no que está previsto no ponto 3.2.1.1 supra relativamente ao pagamento em instrumentos financeiros.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

No ano 2022, não foram pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais, não sendo previsível, à data, que venham a ocorrer em 2023.

7. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

A presente política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está em linha com a Norma Regulamentar nº 4/2022-R, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com o regime previsto no RJASR aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro e Orientações da EIOPA relativas ao sistema de governação, e ainda, com o Regulamento (UE) n.º 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Santander Totta Seguros.

Esta política observa ainda as Orientações relativas ao sistema de governação, emanadas pela EIOPA – *European Insurance and Occupational Pensions Authority*, dirigidas às autoridades de supervisão nacionais sobre o procedimento a adotar na fase de preparação com vista à aplicação da Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e de resseguros e ao seu exercício (adiante Solvência II), transposta no ordenamento jurídico nacional pela Lei n.º 147/2015 de 9 de Setembro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora.

Nessa medida, detalha-se que os acordos relativos às remunerações celebrados com os prestadores de serviços não incentivam a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da empresa, conforme também previsto na Política de Subcontratação em vigor na Sociedade.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a coerência da presente Política com as respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

8. Outros aspetos

A Política corporativa dirigida a todos os colaboradores do Grupo Santander, e que estabelece os princípios fundamentais referentes ao pagamento de remunerações, fixas ou variáveis, (na sua versão em vigor e que constitui o Anexo 1 da presente Política da STS, que da mesma faz parte para todos os efeitos), foi aprovada pelo Grupo Santander, adotando um conjunto de orientações nacionais e internacionais sobre a matéria, e tem vindo a ser sucessivamente atualizada conforme quadro integrante da mesma. A Comissão de Vencimentos da Santander Totta Seguros é composta, desde Março de 2019, por Manuel António Amaral Franco Preto (Presidente), Sara Eusébio da Fonseca e Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos (Vogais), sendo a totalidade dos seus membros pessoas com independência funcional do órgão de administração da Seguradora, com capacidade técnica adequada na definição e na formulação de juízos informados e independentes sobre a política e práticas de remuneração, bem como sobre os incentivos criados para efeitos de gestão de riscos, de capital e de liquidez, além de que a maioria dos seus membros são pessoas da área de recursos humanos.

Lisboa, 10 julho de 2023"

A Política de Remuneração dos Membros do Órgão de Administração e Fiscalização encontra-se disponível no <https://www.santandertottaseguros.pt/wp-content/themes/sts/docs/info-legal/politica-remuneracoes-orgaos-sociais-2023.pdf>

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos sociais é a que consta no Anexo às Demonstrações Financeiras.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO PARA 2024

A política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., para o ano de 2024, será objeto de aprovação anual, pelo acionista único da Companhia, em cumprimento da regulação aplicável.

VII – Descrição da Política de Remunerações dos Responsáveis das Funções-Chave para 2023

O Conselho de Administração aprovou por unanimidade, em reunião de 12 de julho de 2023, a seguinte política:

“POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS DAS FUNÇÕES-CHAVE DA SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

2023

Nos termos e para os efeitos do disposto na Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) n.º 4/2022-R, de 26 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 31 de maio de 2022), o Conselho de Administração deve aprovar, anualmente, a política de remuneração dos responsáveis das funções-chave da SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A (doravante a Sociedade).

1. Enquadramento

São considerados responsáveis pelas funções-chave da Sociedade, as pessoas que exercem a Função Atuarial, a Função de Gestão de Riscos, a Função de Verificação de Cumprimento e a Função de Auditoria Interna.

Na Santander Totta Seguros, a designação dos responsáveis das funções chave é pessoal e nominativa com a assunção das inerentes competências.

Não obstante os responsáveis designados pela Sociedade poderem acumular o exercício de funções análogas em outras sociedades do Grupo, esse exercício, sendo transversal, desenvolve-se com total autonomia e independência.

O Grupo Santander aprovou uma política de remunerações (a «Política»), dirigida a todos os seus colaboradores, e que estabelece os princípios fundamentais referentes ao pagamento de remunerações, fixas ou variáveis (a tradução não oficial para língua portuguesa da Política na sua versão em vigor é o Anexo 1 da presente política, que da mesma faz parte para todos os efeitos).

Estando a política remuneratória a seguir necessariamente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções-chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, e no caso concreto os responsáveis das funções chave da Sociedade, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

O Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa e europeia aplicável.

2. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhamento com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;

b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;

c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;

d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;

e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.

f) Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções. Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma

consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta, nos termos da normativa aplicável em cada momento, quer emanada da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, quer legal.

- g) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- h) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.
- i) Integração de riscos em matéria de sustentabilidade na atividade da empresa nas suas múltiplas dimensões, em alinhamento com as regras estabelecidas no Regulamento (UE) 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, o qual estabelece regras harmonizadas de transparência aplicáveis aos intervenientes no mercado financeiro no que se refere à integração, na sua atividade, dos riscos em matéria de sustentabilidade e à prestação de informações relacionadas com a sustentabilidade em relação a produtos financeiros, considerando-se “riscos em matéria de sustentabilidade”, os acontecimentos ou condições de natureza ambiental, social ou de governação (“ESG – *Environmental, Social and Governance aspects*”), cuja ocorrência é suscetível de provocar impacto negativo significativo, efetivo ou potencial, no valor do investimento.

3. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares de funções-chave enquadra-se nas diretrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos titulares de funções-chave, a realizar anualmente, pelos respetivos superiores hierárquicos. Sempre que estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa;
- c) Tendo em consideração o definido no Grupo, para as funções chave o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 100%;
- d) Os responsáveis pelas funções de Gestão de Riscos, de Verificação do Cumprimento e de Auditoria Interna, dado exercerem funções transversalmente no Grupo Santander, auferem remunerações pagas por outra entidade do Grupo e não são remunerados pela Sociedade, aplicando-se a presente Política às restantes funções-chave;

3.1. Remuneração Fixa Anual

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;

b) A Remuneração Fixa Anual dos responsáveis por funções-chave é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;

c) A Remuneração Fixa dos responsáveis por funções-chave tem os limites que forem fixados, não devendo representar, em 2023, uma parcela inferior a 70% da Remuneração Total Anual.

3.2. Remuneração Variável

a) A remuneração das funções-chave comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;

b) A remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;

c) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;

d) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pela e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;

e) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

3.2.1. Determinação da Remuneração Variável

Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objetivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas ações do Banco Santander.

O valor final do prémio de desempenho será determinado no início de cada exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre uma base de valor de referência e em função do cumprimento dos objetivos descritos no Anexo 2.

O rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa das funções-chave não pode ser superior a 100%.

3.2.1.1. Composição e regulamentação da remuneração variável

A parte variável da remuneração encontra-se sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo.

a) A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em instrumentos financeiros (preferencialmente ações ou opções sobre ações do Banco Santander, ou instrumentos financeiros equivalentes ou instrumentos relacionados ou convertíveis em ações, tais como *American Depositary Receipts (ADRs)*), sendo parte paga em 2024 e parte diferida em quatro anos, observados os seguintes parâmetros:

a. 60%, (ou o que for definido de acordo com a situação aplicável) dessa remuneração será paga em 2024, em dinheiro e em instrumentos financeiros;

b. O remanescente será pago anualmente, em quatro partes iguais, em dinheiro e em instrumentos financeiros, observadas as condições previstas. A Sociedade reserva-se, todavia (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo), a possibilidade de não aplicar tal diferimento a quem seja concedida uma compensação variável anual que não exceda um total de cinquenta mil (50.000) Euros brutos e que não represente mais de um terço da sua remuneração anual total, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.

b) Os instrumentos financeiros atribuídos não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam sujeitas a condição de manutenção, durante um ano.

O pagamento da remuneração variável respeitará as regras de deferimento e os mecanismos de redução (*malus*) ou reversão (*claw-back*) em vigor na Política a fim de cumprir com os requisitos legais e regulamentares, bem como observar as recomendações e orientações emitidas pelas entidades de supervisão competentes (nomeadamente tendo em conta decisões com impacto negativo em matérias de sustentabilidade). A faculdade de reduzir (*malus*), total ou parcialmente, o pagamento de remuneração diferida e cujo pagamento não seja ainda um direito adquirido, bem como de reter no todo ou em parte remuneração variável cujo pagamento constitua um direito adquirido (*claw-back*), fica limitada a eventos extremamente significativos, devidamente identificados, nas quais as pessoas abrangidas tenham tido uma participação direta nos acontecimentos identificados.

3.3. Identificação da parcela diferida e da parcela já paga

Relativamente aos titulares das funções-chave com vínculo laboral à Sociedade não se encontram por pagar parcelas diferidas, uma vez que a remuneração variável foi inferior a 50.000 euros e não representa mais de um terço da sua remuneração anual total, e por isso não está sujeita a diferimento.

Quanto aos titulares das funções-chave com vínculo laboral ao Banco Santander Totta S.A., identifica-se o seguinte:

Da remuneração variável de 2019, foi pago o último terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2020, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2021, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida

Da remuneração variável de 2022, foi paga em 2023 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por quatro ou cinco anos, conforme aplicável.

4. Aspectos complementares

Não foi posta em prática em 2022, nem se prevê para 2023, a atribuição de planos de opções, exceto no que está previsto no ponto 3.2.1.1 supra relativamente ao pagamento em instrumentos financeiros.

Não é previsível que durante o ano de 2023 venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de funções-chave.

5. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

A política de remuneração dos titulares de funções-chave da Sociedade está em linha com a Norma Regulamentar nº 4/2022-R, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com o regime previsto no RJASR aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro e Orientações da EIOPA relativas ao sistema de governação, e ainda, com o Regulamento (UE) n.º 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Santander Totta Seguros.

Esta política observa ainda as Orientações relativas ao sistema de governação, emanadas pela EIOPA – *European Insurance and Occupational Pensions Authority*, dirigidas às autoridades de supervisão nacionais sobre o procedimento a adotar na fase de preparação com vista à aplicação da Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e de resseguros e ao seu exercício (adiante Solvência II), transposta no ordenamento jurídico nacional pela Lei n.º 147/2015 de 9 de Setembro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora.

Nessa medida, detalha-se que os acordos relativos às remunerações celebrados com os prestadores de serviços não incentivam a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da empresa, conforme também previsto na Política de Subcontratação em vigor na Sociedade.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a coerência da presente Política com as respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

6. Outros aspetos

A Política corporativa dirigida a todos os colaboradores do Grupo Santander, e que estabelece os princípios fundamentais referentes ao pagamento de remunerações, fixas ou variáveis, (na sua versão em vigor e que constitui o Anexo 1 da presente Política da STS, que da mesma faz parte para todos os efeitos), foi aprovada pelo Grupo Santander, adotando um conjunto de orientações nacionais e internacionais sobre a matéria, e tem vindo a ser sucessivamente atualizada conforme quadro integrante da mesma. A Comissão de Vencimentos da Santander Totta Seguros é composta, desde Março de 2019, por Manuel António Amaral Franco Preto (Presidente), Sara Eusébio da Fonseca e Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos (Vogais), sendo a totalidade dos seus membros pessoas com independência funcional do órgão de administração da Seguradora, com capacidade técnica adequada na definição e na formulação de juízos informados e independentes sobre a política e práticas de remuneração, bem como sobre os incentivos criados para efeitos de gestão de riscos, de capital e de liquidez, além de que a maioria dos seus membros são pessoas da área de recursos humanos.

Lisboa, 12 julho de 2023."

A Política de Remuneração dos Responsáveis das Funções Chave encontra-se disponível no site <https://www.santandertottaseguros.pt/wp-content/themes/sts/docs/info-legal/politica-remuneracoes-chave-2023.pdf>

Nota: A Companhia não adotou a constituição do Comité de Remunerações, apenas obrigatório no caso de empresas de seguros e de resseguros com, pelo menos, 50 trabalhadores, dispondo, como anteriormente referido, da Comissão de Vencimentos designada pela Assembleia Geral, a quem compete fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais. Os membros da Comissão de Vencimentos são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de política de remunerações.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO:

Em face do exposto, é possível fazer a seguinte avaliação sobre o grau de cumprimento do disposto no artigo 275.º do Regulamento Delegado 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014 e na Norma n.º 4/2022-R, de 31 de maio da ASF, capítulo IX, da ASF, em matéria de política de remuneração: Cumpre na globalidade.

VIII – Descrição da Política Interna de Seleção e Avaliação

No seguimento da revisão pelo Conselho de Administração da Política de Seleção e Avaliação da STS em 29 de Março de 2013, o acionista único deliberou unanimemente por escrito, em 31 de Março de 2023, a aprovação da Política de Seleção e Avaliação da Companhia a qual tem por objeto o estabelecimento dos procedimentos de seleção e avaliação da idoneidade, qualificação profissional e experiência, independência e disponibilidade (em conjunto, a «Adequação») dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização e dos demais responsáveis das funções-chave, dos Diretores de Topo e de outros elementos relevantes do pessoal não sujeitos aos requisitos previstos no n.º 3 do artigo 65º do RJSAR, tal como estes são definidos na legislação aplicável e tendo em consideração a política da mesma natureza aplicada no Grupo Santander. Esta Política foi igualmente atualizada à luz da Norma nº 4/2022-R da ASF, relativa ao Sistema de governação das empresas das empresas de seguros e de resseguros.

Nos termos da regulação aplicável, a Política contém a identificação dos responsáveis pela avaliação da adequação, os procedimentos de avaliação adotados, os requisitos de adequação exigidos.